

PRESENÇA ITALIANA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Gizele Zanotto
(Organizadora)

PRESENÇA ITALIANA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL



Gizele Zanotto
(Organizadora)



Passo Fundo
2025

© Dos Autores, 2025

Os autores dos capítulos são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Revisão

A revisão dos textos foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Capa

Alex Antônio Vanin

Imagens da 1ª e 4ª Capas

Italianos e descendentes reunidos em frente à casa, no norte do Rio Grande do Sul, sem data; Multidão de imigrantes em 1911, no norte do Rio Grande do Sul. Coleção Telmo Dossa. Acervo IHPF.

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99686-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Athany Gutierres (UFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Univ – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFS – Chapecó)
Marta Chiappe (Udelar – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P933 Presença italiana no norte do Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] / Gizele Zanotto (organizadora). – Passo Fundo: Acervus, 2025.
50 MB : PDF. – (Coleção Memória & Cultura-NEMEC/PPGH).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5230-045-4.

1. Escritos de imigrantes italianos. 2. Colonização - Rio Grande do Sul. 3. Italianos - História. I. Zanotto, Gizele, org. II. Série.

CDU: 981.65

Sumário

Apresentação	7
I. <i>Un pópulo, una lèngua e una stòria:</i> os 115 anos de imigração italiana em Camargo/RS <i>Catiana Dallacort Lodi Samir Casagrande</i>	15
II. Fragmentos da imigração italiana na cidade de Casca <i>Fábio De Bastiani</i>	27
III. David Canabarro na rota do fluxo migratório ítalo-brasileiro do século XX <i>Ederson Fratta Genuir Luiz Marchezi</i>	43
IV. Associativismo e sociabilidades da comunidade ítalo-brasileira no Alto Uruguai Sul-rio-grandense <i>Sônia Mari Cima Henrique Antônio Trizoto</i>	55
V. O município de Gentil e a ocupação territorial a partir de fluxos migratórios internos de ítalo-brasileiros <i>Giovani Balbinot</i>	71
VI. Origens da colônia Guaporé: uma jornada de imigração e desenvolvimento <i>Marinilse Candida Marina</i>	83

VII. Colônia Guarany e a imigração italiana: a ocupação do Noroeste do Rio Grande do Sul no final do século XIX	97
<i>Josemar Valdir Modes</i>	
VIII. Entre ofícios e colônias: a memória e a identidade italianas em Lagoa Vermelha/RS	119
<i>Acácio Garcez Carneiro</i>	
IX. História de Marau: a história é progresso e o progresso é italiano	135
<i>Pedro Alcides Trindade de Mello</i>	
X. General Osório/Muçum e a importância do porto fluvial na primeira metade do século XX	153
<i>Giovani Balbinot</i>	
XI. Paraí: entre raízes e horizontes	177
<i>Fernanda Moreira Lorenzet</i>	
XII. Italianos em Passo Fundo: identificações fragmentadas de um grupo (i)migrante (final do século XIX e início do século XX)	191
<i>João Carlos Tedesco</i>	
XIII. São Domingos do Sul: formação e desenvolvimento de uma pequena comunidade ítalo-brasileira	225
<i>Giovani Balbinot</i>	

XIV. A presença de colonos-camponeses italianos e seus descendentes em município multiétnico: um olhar sobre Soledade/RS	245
<i>Helen Scorsatto Ortiz</i>	
XV. A presença da etnia italiana no município de Três de Maio/RS	259
<i>Orlando Vanin Trage</i>	
XVI. <i>I nostri italiani</i> a Vista Alegre do Prata	279
<i>Valéria Pedron</i>	
Sobre os Autores e Autoras	293

Apresentação

GIZELE ZANOTTO

Esta obra deriva de um processo não programado pela organizadora. Dados os preparativos para a comemoração dos 150 anos da chegada de imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul, fomos contactados por representantes da sociedade local para pensar atividades e participar de publicações sobre o tema. Consciente de que, para o norte do estado, essa temporalidade é diversa das primeiras colônias de imigrantes italianos, pensamos na oportunidade de marcar o ano festivo de 2025 também com histórias e memórias dos municípios dessa região. A partir de um mapeamento de municípios do norte e nordeste sulriograndense e de pesquisadores acadêmicos ou memorialistas dedicados à história local tivemos a iniciativa de “não perder” esse trabalho e propor uma obra sobre a presença italiana em região em que os descendentes foram maioria; onde levas de italianos chegaram entre fins do século XIX e sobretudo início do XX, em temporalidade que não

se adequa exatamente à esta comemoração genérica dos 150 anos dos italianos no estado.

Cientes de nossa responsabilidade com a valorização da atuação de todos os brasileiros, pedimos licença para, ante a efeméride, propor um olhar mais detido a este grupo em específico – sem demérito ou desqualificação dos demais agentes históricos que, junto aos ítalo-descendentes, constituíram o norte do Rio Grande do Sul. Assim, partimos para o envio dos convites para compor a coletânea que ora apresentamos. Foram enviados 41 convites, dos quais tivemos retorno de 18 convidados com o aceite para participar da publicação. Infelizmente, dadas as circunstâncias imprevistas que a vida nos apresenta, reunimos somente 16 capítulos. De todo modo, temos como exitosa a resposta da comunidade de estudiosos da história local que aqui contribuem com suas pesquisas e dedicação.

Certamente que com esta coletânea, abri-

mos um “flanco” para futuros trabalhos dedicados a outros (i)migrantes, e, porque não, a indígenas, afrodescendentes e caboclos e sua agência sócio-histórica na região. E não temos receio de futuramente propor algo similar ante efemérides ou desejo de reunir sob um mesmo volume histórias e memórias de matiz étnico ou nacional. Por ora reiteramos o agradecimento a todos os autores e autoras. Quanto aos capítulos aqui reunidos, temos muitas singularidades, convergências e tensões evidenciadas em narrativas que explicitam a complexidade das relações sociais em uma região de preponderância de colonização multiétnica.

O texto de Lodi e Casagrande retoma a trajetória histórica da imigração ao Brasil e se detém ao atual município de **Camargo**, situado na região serrana, e que atraiu para sua colonização famílias que vão dedicar-se, inicialmente, mais à agricultura, comércio e organização da sede. Os autores também abordam a importância da comunicação entre os diversos ítalo provenientes de regiões múltiplas da península itálica e que têm como característica linguística a pluralidade de dialetos. No Brasil, essa comunidade, articulada aos habitantes locais – indígenas, caboclos, e outros – acabam por conformar o talian como linguagem comum. Em Camargo, o investimento em retomar essa linguagem e mantê-la como elemento de identidade e referência foi oficialmente retomado com a instituição do talian como língua cooficial do município, o que gerou um compro-

misso com a transmissão e promoção de projetos que a retomem e difundam.

Fabio de Bastiani se debruça na territorialização da região que abrange o atual município de **Casca**, retomando a presença indígena, cabocla e de brasileiros, anterior ao planejamento e colonização por imigrantes e descendentes de europeus, sobretudo poloneses e italianos. Trabalhando com a constituição do distrito e, posteriormente, município, o autor evidencia como a agência dos indivíduos que ali se instalaram proveram a localidade de empreendimentos significativos no âmbito cultural (religião, educação), assim como os investimentos que configuraram a urbanização que propiciou a futura emancipação do município de Guaporé. No texto destacam-se atividades derivadas e necessárias à vivência em comunidade que caracterizam uma sociedade mais complexa do que a tão propalada atuação agrícola dos imigrantes: serrarias, curtumes e derivados, vendas, pequenas fábricas, casas comerciais diversas, e, evidenciando o trânsito de pessoas ainda em instalação ou desbravamento de novos territórios, a hotelaria. Casca se mostra local de sociabilidade quando Bastiani discute a importância da religião (fé) e dos encontros propiciados a partir dela, bem como atividades de lazer e encontro de adultos e crianças. Por fim, o autor faz uma discussão instigante sobre como os rumos do dito “progresso” podem alterar perspectivas e realidades ao analisar o caso da atual Vila Histórica de Evangelista, pu-

jante em meados do século passado e literalmente “atropelada” pela rodovia geral que a deixou fora do eixo principal. O “eixo do progresso” destinou à seus moradores a “estagnação” e declínio no passado; mas hoje investimentos de moradores locais tornaram o local um destino turístico pelas suas características históricas da imigração de outrora.

Por sua vez, Ederson Fratta e Genuir Luiz Marchezi discutem o processo amplo de emigração da península itálica no contexto do processo de unificação até as primeiras décadas do século XX, antes de embrenhar-se a região que originou o município de **David Canabarro**, emancipado em 1965. Os autores ressaltam a presença de indígenas e mestiços pela região, antes do início do empreendimento colonial de fato, que levou à então vila e linhas do interior, inúmeros imigrantes e migrantes poloneses e preponderantemente da etnia italiana. Também na localidade, como mostram os autores, a religiosidade e os momentos de sociabilidade foram vetores para a constituição da comunidade.

Os historiadores Sônia Mari Cima e Henrique Trizoto lidam com as sociabilidades e o associativismo na colônia e que gerou o município de **Erechim**, mobilizando como fontes peças do acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font daquele município. Para tanto partem de uma contextualização ampla do processo colonizatório para enfocar posteriormente como as formas de conviver e solidarizar-se, assim

como conviver e se adaptar à nova realidade geográfica, ambiental, cultural e etnicamente plural, foi se constituindo. Lembrando que as entidades associativas foram criadas com restrições étnico-culturais, os autores lembram sua importância para a organização de dados grupos de colonos, que deram amparo aos “seus”, constituindo também nessas agremiações a lógica de uma origem comum que descaracterizou as diferenças internas das regiões de origem (ex. vênnetos, trentinos, lombardos, citadinos, agricultores etc.) ao destacar e mesmo compor uma *identidade comum*. Todavia, nem só de entidades formais se fizeram as redes de sociabilidade: encontros rotineiros entre vizinhos e conhecidos, como o “filó”, mobilizaram os (i) migrantes, e, com o tempo, as relações com outras etnias conformadoras da população erechinense. Do mesmo modo, os autores abordam o processo de constituição de um *lugar comum*, que o conceito de territorialização pode dar conta, ou seja, marcar o espaço de experiências, sentimentos, vivências que articulem a vida humana ao lugar com sentido.

No capítulo voltado a **Gentil**, temos uma avaliação histórica e processual do processo colonizatório e do avanço das colônias rumo ao norte do Rio Grande do Sul, contextualizado e cotejado a mapas que evidenciam esse movimento povoador, que desconsiderou os habitantes já alocados naqueles territórios. O ímpeto colonizador voltou-se à lógica capitalista, bem como a pre-

tensão de ocupar com imigrantes e descendentes em colônias etnicamente homogêneas ou mistas. Giovani Balbinot nos traz essa discussão antes de adentrar a ocupação do que foi denominado de Lagoa Comprida, Tapera, Frei Gentil e finalmente Gentil. O autor esboça as origens da população ali presente e a integração de colonos ítalo-brasileiros com portugueses, indígenas e africanos. Também diversa foi a produção que marcou o esforço econômico desses habitantes, alguns grupos voltando-se à policultura e outros a pecuária e produção em latifúndios.

Marinilse Marina, ao destacar a constituição e a dinâmica da colônia e depois município de **Guaporé**, trata dos elementos propulsores da emigração ao Brasil e a presença de italianos e descendentes naquela territorialidade, com ênfase na produção e logística. Tratando da importância do porto de Muçum, bem como as dificuldades de transporte de mercadorias e, por que não, pessoas, lembra os investimentos de colonos e residentes nas sedes para dar conta de sua produção e auferir recursos para continuar a investir nas propriedades e no conforto das famílias. Guaporé, colônia extensa, localizada no trajeto para o noroeste em processo de adensamento populacional, tornou-se estratégico como *locus* de colonização, sociabilidades, comércio e produção.

Partindo do conceito de região como delimitação do pesquisador, Josemar Valdis Modes trata da Colônia Guarani e de sua conformação

multiétnica e, em decorrência, cultural, histórica e econômica singulares. Criada em 1891, a colônia foi importante para a organização social e territorial da denominada região das Missões, terminologia que acabou sendo agregada a nomenclatura do município – **Guarani das Missões**. Etnias como poloneses, italianos, alemães, indígenas, caboclos e outros formaram uma sociedade plural nesta região de colonização, onde a maioria não era de italianos, mas que nem por isso deixa de se enquadrar na compreensão da presença italiana e ítalo-brasileira no estado extremo sulino. Região de fronteira, a colonização regional interessava ao governo sul-rio-grandense e brasileiro, interessado na presença de uma população que “desenvolvesse” e territorializasse as terras. A ocupação foi incentivada pelo governo brasileiro para consolidar o território e promover desenvolvimento agrícola integrado à economia capitalista. Em Guarani, a multi religiosidade e o predomínio da agricultura familiar são marcas que mantêm vivas suas tradições, mesmo com o desenrolar do processo de colonização.

Acácio Carneiro aborda o espaço territorial da antiga “Grande Lagoa” que dará origem a vários municípios, mas enfoca, na análise, o espaço da sede de **Lagoa Vermelha**, para evidenciar a presença de ítalo-descendentes. Partindo de entrevistas, Carneiro discute as relações entre memória e história para explorar os depoimentos sobre o passado em falas, interpretações e entendimen-

tos do presente, naquela região. Evidenciando os conflitos de memórias e representações entre os denominados “pioneiros” – italianos ou “gaúchos” – o autor salienta os usos da memória como fator essencial à construção de um passado ideal sobre a localidade. Outra questão instigante é a abordagem dos italianos de diversas origens com trajetórias múltiplas e motivações singulares para a vinda e instalação nas Américas. Seja no campo ou cidade, sejam camponeses ou trabalhadores urbanos, sua atuação foi importante para “moldar” as formas de sociabilidade, cultura e desenvolvimento de cada lugar onde se instalaram. Apesar de dirimir muito da memória coletiva sobre as origens de Lagoa Vermelha a partir das narrativas de ítalo-descendentes, outra memória eclode tanto ali quanto na narrativa convencional desses descendentes no sul do Brasil – teriam sido eles os agentes de desenvolvimento local, sem questionar o que denominam como tal, a que custo humano, ambiental e cultural o fizeram. De alguma forma as narrativas da saga seguem firmes, embora com transmutações.

Já Pedro Alcides Trindade de Mello parte da compreensão das narrativas de cunho histórico produzidas sobre **Marau**, realizadas pelos denominados memorialistas, a partir de efemérides, evidenciando que essas produções trazem a marca laudatória e pouco crítica em relação ao desenvolvimento derivado dos imigrantes e descendentes italianos. Tendo como base duas publicações

sobre Marau, o autor discorre sobre a articulação entre história e progresso, pela agência ítalo-descendente, que marca as narrativas. Cotejando a colonização e organização socioeconômica da região que atualmente abrange Marau, Mello trata do projeto de desenvolvimento econômico que marcou o estado do Rio Grande do Sul e que ensejou, pela melhoria logística, o aumento da produção agrícola, industrial e a dinamização do mercado consumidor com o incremento de população apta a produzir e consumir. Chegados à região de colonização, os italianos e descendentes teriam como desafio liberar o espaço de indígenas, afro descendentes, caboclos e toda categoria do que denominaram intrusos, para depois, com seu trabalho e iniciativas, desenvolver a vila e posterior município. Pelo viés da análise historiográfica o autor desvela como as memórias oficiais ressoam em produções, símbolos, imaginário dos marauenses que ainda hoje consagram aos imigrantes o êxito do município.

Em um segundo capítulo autoral, que parte da importância logística do Porto de General Osório, posteriormente Porto e município de **Muçum**, Giovani Balbinot trabalha com o local como ponto de entrada e saída de pessoas e produtos, utilizado para este fim a partir do século XIX e vetorizado com a interiorização da ocupação colonial. Já que a Colônia Guaporé não tinha acesso ferroviário, como outras sedes coloniais, o porto foi extremamente relevante para a mobili-

dade dos colonos. Utilizada por empresas como a Companhia de Navegação Liberdade, Companhia de Navegação Arnt e a Companhia de Navegação Schmitt & Cia., além de autônomos. O autor ainda analisa os elementos desse deslocamento capital/interior, quais os produtos adquiridos e enviados às colônias assim como os escoados à capital e, claro, as demandas pelas melhorias necessárias ao porto. A diminuição de tráfego fluvial acompanhou o incremento logístico de estradas de rodagem e ampliação da malha ferroviária, levando o porto à gradual redução de importância a partir de meados do século XX. Imigrantes já tinham outras formas de adentrar ao interior para acessar suas colônias e, com o tempo, outras regiões passaram a ser foco de colonização, desviando a rota dos colonos para outras regiões.

Fernanda Lorenzet parte de uma narrativa de expropriação de caboclos e negros para, por meio da organização fundiária estabelecida pela Lei de Terras de 1850, discutir a historicidade do processo de ocupação por imigrantes e descendentes, das terras que originarão o município de **Paraí**, desmembrado do território de Lagoa Vermelha. Observando as exclusões inerentes ao processo, de habitantes da localidade que foram expurgados com as aquisições de terras, a autora questiona outros silêncios relativos à conformação social, que ressaltam os nomes masculinos dos ditos “pioneiros” omitindo a presença e importância das mulheres no processo. Da expropriação, ex-

pulsão, submissões e omissões fez-se a “saga dos italianos” no desenvolvimento de Paraí que, como os demais municípios ora discutidos, tem na presença do padre, na narrativa do trabalho, no desenvolvimento e investimento ítalo-descendente, a marca maior.

Passo Fundo tem impulso na fixação de residentes a partir da primeira metade do século XIX, abrangendo uma área extensa, em relação aos seus limites atuais. Progressivamente ocupada e desmembrada em grande parte do território, Passo Fundo também recebeu (i)migrantes de várias etnias, que organizaram sua vivência cotidiana com os nacionais e indígenas pré-estabelecidos. Em seu então vasto território, recebeu imigrantes e descendentes de alemães, italianos, portugueses, poloneses, russos, sírios, libaneses, judeus, e, mais recentemente, tem atraído senegaleses, bengalis, venezuelanos, guineenses e uma miríade de outras nacionalidades, mantendo-se como *locus* de intenso trânsito e convergência cultural, social, política e econômica. No capítulo destinado a Passo Fundo, João Carlos Tedesco trata da presença de ítalo-brasileiros em seu movimento migratório, assim como do estabelecimento de famílias no território e empreendimentos no que foi se constituindo como zona urbana local. Partindo da historicidade da relação entre (i)migrantes italianos e Passo Fundo, o autor se debruça sobre o trabalho na agricultura e nos ofícios, bem como a constituição de “territorialidades” constituídas por este grupo.

Giovani Balbinot observa a organização de colônias devolutas pela Comissão de Terras e seus diretores, e segue do fracionamento das terras ao sul de Passo Fundo e Soledade para a configuração de núcleos expressivos ou menores, até chegar a região do atual município de **São Domingos do Sul**, originalmente delimitada na então Colônia Guaporé. Feita a divisão em lotes, a localização da sede, as marcações de estradas, restava a propaganda para venda das terras a possíveis interessados, tal como os registros divulgados no jornal *Staffetta Riograndense*, que circulava nas chamadas colônias velhas da serra, entre ítalo-descendentes sobretudo. Interessante lembrar que, conforme Relatório da Intendência de 1919, das cerca de 300 famílias locais, estima-se que 30% era de nacionais, enquanto a maioria era de italianos. Também a presença de poloneses é expressiva, o que evidencia que esta presença de descendentes de imigrantes de origem europeia não é etnicamente única e tampouco que a marca da italianidade na localidade está isenta de trocas, adaptações e mesmo incorporações de tradições outras.

Em seu capítulo, Helen S. Ortiz discute a onda de imigração italiana ao Rio Grande do Sul em seu intento de colonização, mas também de diversificação econômica, tanto pela disponibilidade de terras na serra, quanto pelas necessidades do contexto de fins do século XIX e início do XX. A opção pelo fracionamento em lotes menores e pela policultura foi a marca da ocupação colonial

europeia naquele período, assim como a obrigação dos colonos de inserir-se na lógica capitalista de produção, pagamento dos lotes e investimentos, bem como o pagamento de impostos. Na região em que se formou o núcleo de **Soledade**, a colonização foi marcada pelo perfil misto e multiétnico, mas com regiões em que se destacavam os italianos. Nesse ensejo, o comércio de lotes se aguça com a oferta de particulares e companhias colonizadoras. No intuito de colonizar e produzir, agregou-se à economia regional a exploração de madeiras, abundante ao início do assentamento dos colonos, e que teve nos italianos grande investimento em madeiras na região de Soledade. Por fim, a autora toca nas questões de tensões e conflitos envolvendo também (i)migrantes nos conturbados anos iniciais do século XX e que reverberam ainda hoje.

A proposta de Orlando Vanin Trage é avaliar historicamente a presença da etnia italiana em **Três de Maio**, localizada na região de colonização do início do século XX, com maioria de descendentes de europeus, que vão conviver com nacionais e indígenas previamente residentes no território. Conforme o autor, o primeiro imigrante a chegar à região foi o italiano Marino Ghirardo, proveniente de Tubarão, Santa Catarina, que veio estabelecer-se com sua família no ano de 1913, tendo fixado residência entre os camponeses nacionais e indígenas, ocupando na época, terras devolutas do estado. A partir de 1918 com a

venda dos lotes da colonização houve um aumento expressivo de imigrantes e a localidade progrediu rapidamente. O trabalho relata a contribuição italiana em vários setores da sociedade e aponta alguns personagens locais que tiveram atuação ou expressão local ou mesmo nacional.

Por fim, **Vista Alegre do Prata** é o foco do trabalho de Valéria Pedron. Segundo Pedron, trata-se de um município de pouco mais de 1500 habitantes, cuja formação se deu a partir de correntes migratórias de italianos e poloneses aos fins do século XIX, em concomitante com a fundação da Colônia Alfredo Chaves. A narrativa evidencia aspectos relacionados à chegada dos primeiros habitantes, analisando passaportes, livros trazidos pelos imigrantes, fotografias, bibliografias, livros Tombo da Paróquia de São José, documentos de compras de terra e estabelecimento dos primeiros habitantes, além de apresentar o patrimônio cultural derivado das ações de italianos e seus descendentes e o talian, ainda muito presente na sociedade vista-alegrense.

Desejamos que esta obra panorâmica possa auxiliar na compreensão dos meandros da colonização no interior do estado, em região que teve ocupação mais recente do que outras zonas sul-riograndenses, mas que, tal como outras regiões, articulou-se à lógica nacional de produção - especialmente policultura -, a implementação do capitalismo, ao impulso à colonização por europeus aliada às teses de branqueamento popula-

cional, bem como a exploração intensa das terras tidas então por vazias e “ociosas”. Esta história nacional, que se articula ao movimento transnacional de migrações, constitui a história local que evidencia a complexidade da compreensão desse Brasil tão múltiplo em historicidade, população, culturas, fé e identidades. Desejamos a você leitor, que a leitura seja elucidativa mas também inspiradora de mais e mais pesquisas sobre “nossos” lugares de vivência.



Un pópulo, una lèngua e una stòria: *os 115 anos de imigração italiana em Camargo/RS*

CATIANA DALLACORT LODI

SAMIR CASAGRANDE

Os italianos, como todos os demais imigrantes, deixaram a Europa basicamente por motivos econômicos e socioculturais. A emigração, que era muito praticada desde o Velho Continente às Américas no século XIX, aliviava os países de pressões socioeconômicas. O processo emigratório ao Brasil começou no dia 1 de fevereiro de 1874, quando o navio *La Sofia* atracou no porto de Vitória, no Espírito Santo. A embarcação partiu de Gênova com 388 pessoas, na maioria do Vêneto e de Trento, na Itália. A fome, a guerra, medo dos infortúnios do futuro, eis que surge um nome, um país, uma esperança, o Brasil... *Brasile... América... Cossa sarala sta Mérica? Ndove saralo sto Brasile?* na tradução: “O que será essa América? Onde será o Brasil?”

Essa pergunta, indagada entre os esperançosos viajantes italianos, foi descrita na música MERICA, MERICA de autoria de Angelo Giusti em 1875, que através da Lei Estadual nº 12.411,

de 22 de dezembro de 2005, foi instituída como a música tema da colonização italiana no Estado, em face das comemorações dos 130 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. A letra da canção retrata com saudosismo a saga da travessia do Oceano Atlântico pelos imigrantes, os dias de viagem e a ideia constituída sob as promessas de progresso e melhoria das condições de vida:

Dalla Italia noi siamo partiti
Siamo partiti col nostro onore
Trentasei giorni di macchina e vapore,
e nella Merica noi siamo arriva’.

Merica, Merica, Merica,
cossa saràlo ‘sta Merica?
Merica, Merica, Merica,
un bel mazzolino di fior.

Como narra a letra, foram 36 dias de navio, rodeados de mar, separavam a Itália da tão sonhada terra “*dela Cucagna*” (da abundância), do pro-

gresso. Na viagem, fome, sede, medo e mortes. Mas o desejo de uma vida melhor era mais forte. Na bagagem, algumas poucas roupas, *el segon* (o serrote), *el sponcio* (estaca usada para abrir um buraco na terra e lançar a semente), *una manera* (o machado), algumas sementes e muita fé.

No Brasil chegaram desbravando o mato e fazendo o lugar, a qualquer custo, inclusive dos indígenas, caboclos e escravizados. Os emigrantes e seus descendentes, ao ingressarem nas zonas de colonização, enfrentaram o terreno frágil, “*e bèstie*” (os animais ferozes), retratados na música como:

E alla Merica noi siamo arrivati
no’ abbiám trovato nè paglia e nè fieno
Abbiám dormito sul nudo terreno
come le bestie andiam riposar.

Sob a crença na fé católica, “*el Senhor e la Madona no i gavaria de dassar che ghente de mal ghe tochesse!*” (Jesus Cristo e Nossa Senhora não deixariam que nada de ruim acontecesse!). Com o rosário, a fé ganha força para o trabalho entendido como atividade que dignifica, purifica e justifica a ocupação das terras brasileiras. Cultivaram a terra, em pequenas propriedades rurais, “*ndai su pai monti*” (subiram/cultivaram as montanhas), construíram cidades, fundaram indústrias, comércios, povoações fortemente marcadas pela cultura de imigração, do capital e do mercado consumidor internacional:

E la Merica l’è lunga e l’è larga,
l’è circondata dai monti e dai piani,
e con la industria dei nostri italiani
abbiam formato paesi e città.

A América foi ocupada, o Brasil toma novas formas econômicas, culturais e étnicas. O Rio Grande do Sul amplia a povoação territorial, especialmente as regiões da Serra, Norte e Noroeste, reconfigurando a composição etnocultural, miscigenando os povos, as artes, a culinária e a língua. Configura-se o talian, a língua brasileira de imigração. É uma história marcada pela narrativa de um povo que no experimento da crise, movidos pelo progresso econômico, que viajaria para a “terra que tudo dá”, enriqueceria e voltaria para a Europa. Essa expectativa ficou só no ideário dos mais antigos, fato saudoso cantado pela música de Giusti. Não voltaram para a Itália, mas passaram a ocupar os territórios, vejamos a história de Camargo. Neste capítulo vamos discutir a ocupação do território que vai originar Camargo e também a conformação da língua talian que foi vetor de comunicação no passado colonial, e fator de referência e identidade pelo revigoramento dessa expressão linguística, no tempo contemporâneo da comunidade camarguense.

A ocupação do território por imigrantes europeus

No contexto histórico da imigração europeia no Brasil do século XIX, a imigração italiana no Rio Grande do Sul teve predominância. Os fatores temporais, as características históricas e os fatores da crise econômica e dos conflitos internos na Itália, somados à ideia de modernização do Brasil Imperial, levaram à ocupação das terras, onde hoje é localizado Camargo/RS, por estrangeiros imigrantes.

Na Itália, as lutas para a unificação do país, que perduraram longos 20 anos, sua população, particularmente a rural e mais pobre, tinha dificuldade de sobreviver nas pequenas propriedades ou no trabalho nas cidades. No caso italiano, o processo de unificação ocorreu entre 1850 e 1870:

Em 1848, aproveitando-se da onda liberal que varreu a Europa, houve levantes em várias regiões italianas dominadas pela Áustria, reprimidos com violência. Desde o seu início, a luta pela unificação dividiu-se em duas correntes. Uma, de caráter liberal-republicano, representada pelos grupos “Jovem Itália” e “Camisas-Vermelhas”, outra, de caráter monarquista, defendida pelo grupo “Risorgimento”, organizado pelo primeiro-ministro do Piemonte, Cavour. A este último grupo se uniram a burguesia e os latifundiários que impuseram os limites da unifica-

ção italiana, conservando a estrutura socioeconômica do Estado italiano (Marques; Berutti; Faria, 1990, p. 73).

Quanto ao Brasil, ainda sob comando do Imperador D. Pedro II, a vinda de imigrantes italianos relacionou-se ao processo de substituição da mão-de-obra escrava e à política de imigração e colonização do governo brasileiro. Segundo os estudos de Núncia Santoro de Constantino identifica-se que

A inserção da economia brasileira no mercado internacional viria proporcionar, entre outras coisas, a maciça imigração durante o século XIX. Tornou-se necessário um suprimento de mão-de-obra diversificada para alimentar o crescimento verificado no setor comercial e financeiro, tanto sob o aspecto quantitativo, como sob o aspecto da qualificação. Foi preciso prover os espaços vazios que surgiram em decorrência do rápido processo de urbanização, prover a mão-de-obra para a crescente lavoura do café que se ressentia da escassez do elemento escravo. Era necessário, ainda, povoar e colonizar diversas áreas improdutivas, especialmente na região sul do país onde se encontrava o principal eixo econômico (Constantino, 1991, p. 53).

Nessas condições, sob o caráter subvencionado, a emigração era não só estimulada pelo go-

verno italiano, como era também uma solução de sobrevivência para as famílias. Assim, é possível entender a saída de cerca de 7 milhões de italianos no período compreendido entre 1860 e 1920¹ (IBGE, 2025). No caso do Rio Grande do Sul, com a promulgação da Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, garantiu ao Estado o controle do “processo da legalização e legitimação da terra, bem como o da aplicação de recursos na introdução de imigrantes” (Giron; Bergamaschi, 1996, p. 26).

Entendendo a imigração de Camargo

A partir da década de 1980, muitos municípios do Rio Grande do Sul, principalmente os que estão localizados em regiões que acolheram grandes levas de imigrantes italianos e seus descendentes adotaram medidas de retomada das questões identitárias do povo que os originou; vários estudos foram desenvolvidos em municípios da região de colonização italiana sobre o tema.

O município de Camargo está localizado próximo ao Planalto Médio, na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. É um município pequeno, essencialmente agrícola, fundado a partir da chegada de (i)migrantes italianos vindos de outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, como Antônio Prado e Caxias do Sul. Possui, segundo dados do IBGE de 2022, área territorial de 138,069 km² e população de 2.981 habitantes.

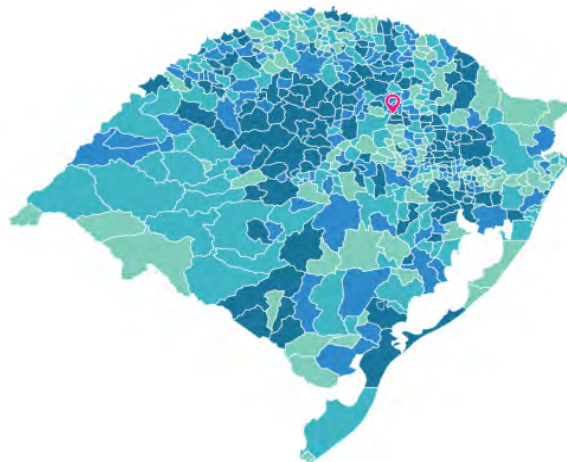


Figura 1. Localização de Camargo/RS. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camargo/panorama>.

Conforme mencionado anteriormente, nos séculos XIX e XX, o governo imperial brasileiro teve o interesse de colonizar as regiões desabitadas do sul do Brasil e, para isso, tratou de incentivar a imigração de europeus. Na então província do Rio Grande, as primeiras levas constituíam-se basicamente de colonos de origem europeia que chegaram a partir de 1824. A esses imigrantes foram doadas terras tidas como desabitadas, entretanto, eram territórios ocupados por indígenas do grupo Kaingang, também chamados de Coroados ou Bugres (Dornelles, 2011, p. 245-246).

Os imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul por volta de 1905 e encontraram vestígios de ocupação. Toda a planície cercada de pequenas ele-

vações que margeavam o rio que foi denominado Camargo era habitada por famílias de “caboclos” ou “bugres” sem origem definida. Naquele contexto, a presença indígena nas terras “disponíveis” para o povoamento e colonização do Império era apresentada em diversos meios de discussão e, a partir disso, os colonos empenharam-se em resolver o “problema” (Monteiro, 2001, p. 170-172).

Os primeiros imigrantes italianos que chegaram a Camargo, por volta de 1910², encontraram um rio e próximo a ele moravam duas famílias de caboclos com o sobrenome Camargo. Os tropeiros tinham que passar pelo rio e costumavam chamar “Passo dos Camargo”. Assim, o nome Camargo estendeu-se ao rio e, posteriormente, à localidade que se formou próxima a este rio.

Os imigrantes que chegavam buscando um local para melhor habitar, construíram casas humildes, mais ou menos próximas que lhes proporcionam segurança e inter-relacionamento. Todos pertenciam à religião católica e traziam além da bagagem os hábitos e costumes de seus ancestrais. Os primeiros habitantes da região foram Antônio Fioravanço, Francisco Bonessoni, José Miri e João Bathista Smanioto. Em seguida construíram a primeira igreja, a qual foi visitada pela primeira vez pelo padre Valentim Rumpel, vindo de Passo Fundo.

Em 1910 chegou a Camargo Reno Strona, que era agrimensor e possuía algum conhecimento de técnicas urbanas, e passou então a elaborar

um esboço do que é hoje a cidade de Camargo, locando ruas e destinando os locais que são hoje a praça, a igreja e a escola. Em 1911 foi instalado o cartório de registros civis tendo como primeiro escrivão Teodoro Manuel dos Santos. Em 1940 foi criada a paróquia Santo Antônio de Camargo, conforme decreto episcopal assinado por Dom Antônio Reis, Bispo de Santa Maria. Em 17 de fevereiro de 1959, nos termos da lei estadual nº 3723, foi autorizada a anexação do distrito de Camargo ao município de Marau.

A elevação à categoria de município com a denominação de Camargo, se deu pela Lei Estadual nº 8620, de 12 de maio de 1988, alterada em seus limites pela Lei Estadual nº 9042, de 08 de fevereiro de 1990, desmembrado de Marau. Sede no antigo distrito de Camargo. Constituído do distrito sede. Instalado em 01 de janeiro de 1989. Na imagem a seguir é possível conhecer a vista parcial da cidade.



A formação do ideário do colonizador e relação com a língua talian

Vamos tratar o colonialismo, a partir do conceito caracterizado pelo sociólogo Quijano (2007) corroborado por Wenczenovicz (2019, p.17) que afirma que:

Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 117 *Apud*: WENCZENOVICZ, 2019, p.17).

Nos núcleos coloniais identificam-se expressões de poder, de referência social e econômica dos seus membros em detrimento às demais culturas. É clara a justificativa de que os colonizadores se consideraram, em certa forma, superiores aos demais. Evidencia-se assim o paradigma personalista e patrimonialista em que a “cultura” é percebida como uma entidade homogênea, totalizante e autorreferida, atrasada na discussão sociológica e fetichista na crença que o progresso econômico superaria as mazelas sociais e equalizaria um cidadão padrão (Souza, 2003).

O colonizador italiano como peça no mecanismo de dominação das grandes elites fundiárias e donatárias do sistema produtivo brasileiro do século XIX e início do século XX, fizeram com que os elementos culturais trazidos pelos imigrantes se mesclassem e transformassem as regras e aos modos de vida social do Brasil, anterior a colonização. Para efeito de comunicação em razão do processo de nacionalização forçada empreendido ainda na primeira metade do século XX, a língua talian perde espaço para a formal, a língua portuguesa.

Por sua origem étnica, ao longo de muitos anos a língua falada pela maioria dos moradores de Camargo era o talian. Fatores ligados à modernização, escolarização, obrigatoriedade de uso da língua oficial do Brasil, fizeram com que cada vez menos pessoas utilizassem esta língua para a comunicação cotidiana. Com o intuito de preservar

FIGURA 2. Panorama da zona urbana de Camargo/RS.
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Camargo.

e manter viva a língua da imigração e colonização italiana, etnia que fundou o município de Camarago/ RS, no ano de 2017, através da Lei Municipal nº 1798/2017, o Poder Público instituiu o talian como língua co-oficial do município, comprometendo-se a promover projetos, ações e eventos que garantam a difusão cultural e a manutenção da língua falada. No entanto, cada grupo de gestores municipais decide quais ações vai desenvolver. Um dos destaques após a co-oficialização do talian foi o ensino da língua nas escolas municipais, em formato de oficina semanal, com foco no vocabulário, na história, na cultura ainda preservada na comunidade local, com suas características e especificidades.

A língua talian é proveniente do dialeto falado pelos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil a partir do ano de 1875. Dialeto pode ser definido como um conjunto de falares regionais que apresentam em si traços linguísticos comuns, porém não apresenta uma unidade absoluta ao longo do território a que se estende, uma realidade na própria península itálica. A divisão dos dialetos se dá através de traços geográficos ou por mistura étnica. Ocorrem alterações em alguns termos, porém, sem dificultar a compreensão e tornando comum a percepção da origem étnica de um grupo pelo modo de falar (Lodi, 2020).

Bakhtin (2011) concebe a língua/linguagem como um produto social, organismo vivo, apreendido pela vivência e interação com a comunidade,

de, com vocabulário e estrutura gramatical estabelecidos, é uma das primeiras aprendizagens da vida. Historicamente, muitos são os aspectos que envolvem o uso ou não dos dialetos em qualquer língua. Um deles refere-se à questão do prestígio social e o significado emocional que tal uso oferece para a comunidade de falantes. Língua, de modo geral, remete à língua padrão, normatizada, pautada na correção gramatical, distante do uso real da grande maioria dos falantes (Bortoni-Ricardo, 2004; Bagno e Rangel, 2005). Isso auxilia na compreensão da complexidade linguística enfrentada pelos imigrantes italianos quando da sua chegada ao Brasil.

A maioria dos imigrantes vindos ao Brasil não falava italiano padrão; eram pessoas jovens e pobres, analfabetos, que falavam o dialeto da região de origem. Dessa forma, o surgimento do talian no Brasil tornou-se um meio de comunicação entre esse grupo étnico, que imigrou a fim de colonizar regiões de baixa demografia do país, surgido da necessidade imediata de comunicação. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o talian pode ser considerado uma língua étnica. Com o passar do tempo, as necessidades sociais, as transformações dialetais e a mistura de termos da língua portuguesa constituíram uma nova língua: o talian.

Herédia (2003) e Dal Picol (2013) também discutem esse fenômeno informando que os imigrantes, ao chegarem ao Brasil, foram alocados em colônias sem a preocupação de agrupamento

por afinidade linguística. Diante disso, a ausência de uma língua comum intensificou a interação e a mescla de dialetos trazidos da Itália. O surgimento dessa nova língua, comum a todos, deu-se “como forma de construção de uma identidade provocada pela necessidade de união” (Herédia, 2003, p. 30).

Boa parte da região sul e sudeste brasileira recebeu imigrantes italianos, especialmente a região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo da história, o *talian* passou por diversas fases: língua proibida; sem prestígio social; vergonhosa; meio de comunicação daqueles que não possuíam conhecimento algum. Entre as décadas de 1930 e 1970, falar dialetos italianos ou demonstrar por meio do sotaque tal aproximação linguística já era o suficiente para ser tratado como “colono grosso” e “colono burro” (Dal Picol, 2013; Zottis, 2016). Essa situação de depreciação social do idioma provocou um movimento de perda linguística e o *talian* foi substituído, aos poucos, pelo português, língua oficial do Brasil. Assim, perdeu espaço, valor e muitos falantes. Os sentimentos negativos em relação à origem, o medo, a vergonha, foram tão intensos que os pais evitavam transmitir aos filhos essa ‘real herança linguística’” (Dal Picol, 2013, p. 30).

Zottis (2016) revela que com o passar do tempo e a valorização das origens, o *talian* passou a ser visto como língua saudosa. “Ao lado da memória e da lembrança viva do preconceito, dos

vestígios de medo e isolamento houve depoimentos mostrando a alegria da vida em família e um sentimento de identidade ítalo-brasileira” (Zottis, 2016, p.45). Retomar seu uso, narrar a história da imigração italiana, a cultura, os costumes, a culinária, a música é uma forma de manter vivo, nas novas gerações, o sentimento de pertencimento, enquanto descendentes, da história da construção do Rio Grande do Sul.

Battistel (2016) faz um estudo histórico do povo e dos costumes do imigrante italiano. ao longo de suas obras, não se detém à história pura, nem romance puro, nem literatura elaborada. Diz que é uma tentativa de reconstrução da história, no intuito de fazer o leitor participar e viver a emoção desta saga sofrida, surpreendente, fantástica que foi vivida pelos nossos antepassados (Battistel, 2016, p.9). O autor faz um comparativo entre as semelhanças encontradas em regiões do Rio Grande do Sul, colonizadas por imigrantes italianos, com as regiões de origem destes na Itália, no tocante à língua, costumes, religião e sentimentos saudosistas. Esses estudos começaram a despertar o interesse por mais pesquisas em regiões de imigração, até mesmo em municípios pequenos, como é o caso de Camargo, e relacionadas aos mais diversos temas dentro desse contexto investigativo, histórico e do comportamento social, produto decolonial.

Considerações finais

O colonizador imigrante italiano do século XIX povoou o norte do estado do Rio Grande do Sul e expandiu as áreas de exploração. Estes imigrantes católicos organizavam-se em pequenos grupos familiares em frações de terras próximas umas das outras, formando núcleos, que podemos chamar de “comunidades” ou “capelas”. Nestes locais eram erguidas igrejas e os centros de lazer, chamados de “salões comunitários”. Eram considerados membros destas comunidades os cidadãos dizimistas e associados ativos, com investimento financeiro e laboral à comunidade. Os centros comunitários em questão exercem a expressão da religiosidade, a oferta do lazer e da convivência, além de exercer função de controle social baseados nos dogmas cristãos da Igreja Católica Apostólica Romana. A organização social colonialista citada, expressa a observância eurocentrista de organização de poder e dominação econômica e cultural (Casagrande, 2021, p. 224). Assim formou-se o município de Camargo.

No caso de Camargo, pelo menos ao que se tem de relatos, a dominação não foi violenta, uma vez que os “bugres” ou “caboclos” migraram para rumos desconhecidos sem um embate, apenas pelas forças de domínio cultural, porém reconhecendo a matriz de miscigenação, que trata de uma nova expressão de vida social, moldando

novos comportamentos e práticas sociais, como por exemplo a língua talian.

É possível compreender os fatores históricos que fizeram com que o projeto de desenvolvimento do Brasil, especialmente da região Sul, cumprisse com seus objetivos. O produto econômico, do laboro, da expansão agrícola, da lógica produtiva do capital são de fato proeminentes e merecem destaque, porém sem esquecer dos primeiros moradores, não os imigrantes, os caboclos e os bugres, que deixam um rastro de saudosismo e referência de resistência. Do contrário, sem aqueles colonos italianos que tentarem se adaptar em outra cultura, com costumes, idioma, alimentação, vestimentas, aspectos climáticos diferentes de seus ambientes de origem, hoje não teríamos um descendente de “colono”, falando talian, trajado de gaúcho, lançando em rodeio ou associado ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Em respeito aos que primeiros povoaram esta terra é que cumprimos com o propósito de registrar as trajetórias, as mudanças, os costumes que ainda resistem e os novos, mesclados aos hábitos de outras etnias que hoje, passados mais de 115 anos do início da povoação de Camargo, podemos dizer que seguimos fazendo história, resgatando fatos e construindo memórias.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação ou emancipação: para uma nova sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Polenta e liberdade: saga de imigrantes italianos*. – 2 ed. Porto Alegre: Evangraf, 2016.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2022.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 out. 2022.
- CAMARGO/RS. Lei Ordinária nº 1798, de 31 de outubro de 2017. Dispõe sobre a co-oficialização da língua do Talian - vêneto brasileiro, à língua portuguesa, no município de Camargo - RS. Disponível em: <http://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=1901&host=camargo&serarch>. Acesso em 24 ago. 2024..
- CASAGRANDE, Samir. A perspectiva decolonialista na educação integral: desafios e possibilidades para o melhoramento social. In: *Direitos humanos e educação: diálogos, práticas e reflexões interdisciplinares* / Thaís Janaina Wenczenovicz (Org.). – Joazeba: Editora Unoesc, 2021.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.
- DAL PICOL, Greyce. *A morfossintaxe na oralidade do vêneto sul-rio-grandense: perfil dialetal de comunidades rurais da região da 4ª légua, Caxias do Sul/RS*. (Dissertação - Mestrado) – Universidades de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2013.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul. EDUCS, 1996.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas: Camargo/RS, 2022.
- LODI, Catiana Dallacort. *Gbe zera uma volta... O ensino de talian como língua adicional para crianças: uma proposta didática a partir da contação de história*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo.
- LODI, Marilde Pagnussat. ROMANINI, Alci Luiz. *Camargo e sua história*. Camargo: AAGE, 2012.
- LUZZATTO, Darcy Loss. *Talian (Vêneto Brasileiro): Noções de Gramática, História e Cultura*. Porto Alegre: Sagra, 1994.
- MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA,

Ricardo. *História Contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 1990.

MENGARDA, Elias José. *Aquisição do dialeto vênето no contexto familiar catarinense*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, SC, 1996.

MAZZO, Giorgia. *Descobrimo o talian: viagem só de ida para a Mèrica*. Muçum: Gráfica Muçum, 2015.

MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp, 2001.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. Pesquisa linguística/sociolinguística: dissertações e teses defendidas em universidades gaúchas a partir dos anos 80. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar. *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, setembro 2005.

SOUZA, Thaís Mannoni L. de (Org.). *Glossário De Linguística Comparada*. Belo Horizonte: [s.n.], 2011. Disponível em: <<https://dspaceprod01.grude.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/OAUFMG/795/GLOSSARIO29fev.pdf?sequence=1>>. Acesso em 06 nov. 2018.

ZOTTIS, Alexandra Marcella. Talian: da vergonha ao reconhecimento. *Revista Memória e Linguagens Culturais*. UNILASSALE, Canoas, RS. Ano 5, n. 10, p. 44-50, 2016. Disponível em: [\[salle.edu.br/public/media/4/files/pdf10.pdf\]\(http://salle.edu.br/public/media/4/files/pdf10.pdf\). Acesso em: 23 ago. 2018.](http://www.unila-</p></div><div data-bbox=)

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. *À escuta da aldeia: marcadores sociais e a memória nas comunidades indígenas no Brasil Meridional*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2019.

Notas finais

¹ IBGE: Território brasileiro e povoamento. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos/razoes-da-emigracao-italiana.html>

² História de Camargo RS, disponível no site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camargo/historico>



Fragmentos da imigração italiana na cidade de Casca

FÁBIO DE BASTIANI

O município de Casca está situado no planalto sul rio-grandense, na região da encosta superior do Nordeste, também conhecida como microrregião do Alto Taquari. O seu relevo, na maior parte, é montanhoso moderado, com solos férteis e ricos em sua hidrografia, com rios, vertentes e córregos que cortam o seu território – com destaque para o rio Carreiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a população casquense é de 9.465 habitantes. As etnias que compõem o município, na sua maioria, são de descendentes de italianos e poloneses. A expectativa de vida, segundo o IBGE de 2010, era de 75,6 anos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,785, considerado alto e um pouco maior se comparado ao nível nacional que é de 0,759, segundo o IBGE.

A colonização efetiva dessa porção da região Norte do Rio Grande do Sul iniciou em 1892,

com a criação oficial da Colônia de Guaporé, que significava “Vale Deserto” ou “Vale do Sertão”. A imigração de italianos e poloneses se intensificou e trouxe um grande “impulso econômico à localidade, com a introdução das culturas de milho, batata, feijão e as vinhas. A erva-mate era muito explorada economicamente. Na pecuária, sobressaía-se o rebanho suíno. Surgiram as primeiras indústrias” (Perin Filho; Silveira, 2015, p. 20). O crescimento acabou por elevar a colônia de Guaporé a município, que foi instalado no dia 1º de janeiro de 1904. No mesmo ano, o território pertencente ao atual município de Casca, que era então distrito de Passo Fundo, foi transferido para o novo município.

Cabe destacar, que a atual cidade de Casca teve outros nomes. Conforme Gelatti (1985, p. 16), a primeira denominação da localidade vem diretamente do padroeiro da Igreja do povoado “São Luís” e “Casca” se originam da retirada das

cascas das árvores de Araçá e Guavijueiro, que eram vendidas nos curtumes de Passo Fundo, onde extraíam uma essência propícia à curtição de couros. Assim, no período que o distrito pertencia a Passo Fundo, o povoado ficou conhecido como São Luís da Casca. Outra versão, sobre o nome da cidade de Casca, conta que havia um local de passagem dos cavaleiros e carroceiros no riacho próximo à localidade que era bastante liso e escorregadio. Era muito fácil de cair e, no talian, “cair” se traduz “cascar”, tornando o local conhecido como “Casca”. Também existe uma terceira versão sobre o surgimento do nome da cidade. Narram os antigos moradores do município que existia um barracão, coberto por cascas de árvores, onde os tropeiros e migrantes buscavam informações ou paravam para descansar das viagens, tornando o local conhecido na região pela sua cobertura de casca de árvores. Em seguida, quando o povoado passou a pertencer ao município de Guaporé, houve alteração do nome para São Luiz de Guaporé. Essa denominação permaneceu até 1933, quando passou a se chamar de São Luiz de Cáscara. Através do decreto-lei federal de nº 1370, de 31 de maio de 1939, o distrito de São Luiz de Cáscara passou a denominar-se Casca.

A história pré-colonial do atual município de Casca foi redescoberta e evidenciada em uma pesquisa realizada em 1978 por uma equipe de pro-

fessores da Universidade de Passo Fundo (UPF). O grupo de estudiosos que realizou as pesquisas e escavações em 1978 era composto por Norah de Toledo Boor, especializada em arqueologia e antropologia; Antônio Leal Boff, diretor do Museu de Passo Fundo; Ari Carlos Ribeiro de Moraes Fernandes, professor da Universidade de Passo Fundo e Adilson Mesquita, engenheiro-agrônomo, especialista em solos, topografia e segurança do trabalho. O estudo – que não foi concluído – evidenciou que os primeiros moradores do local eram indígenas da tribo Jês e que habitaram a região há mais de 2000 anos. O sítio arqueológico, que se estendia por mais de dez hectares, formava uma “cidade indígena subterrânea” e seus moradores “não se dedicavam às atividades agrícolas, desconheciam a cerâmica e mantinham-se através da caça e da pesca, das frutas silvestres e do saque das guerras” (Gelatti, 1984, p. 17).

O estudo revelou que os indígenas eram seminômades, em fase de fixação, conheciam o fogo, não eram antropófagos¹ e enterravam os seus mortos. Apesar da importante descoberta da aldeia subterrânea indígena e do pioneiro estudo, a pesquisa não prosseguiu. A falta de um Museu de Antropologia teria paralisado as pesquisas. Somam-se a esse fator a falta de condições financeiras, estruturais e a situação dos quatro professores, que eram funcionários públicos e podiam ser exonerados dos cargos em razão das faltas. A

¹ Eles não se alimentavam de carne humana.

paralisação acabou deixando um lapso histórico nos registros sobre a ocupação da região do atual município de Casca, bem como, um silenciamento sobre a presença indígena na contemporaneidade citadina.

Também antes da chegada dos colonizadores italianos e poloneses, a localidade era habitada por caboclos e brasileiros. Atualmente, não há muitos registros escritos sobre esses povoadores, sendo que é possível afirmar que habitavam o local através de menções em cartas de autoridades, fotografias e registros familiares. A história local acabou por esquecer-se dessas etnias, deixando uma lacuna historiográfica que necessita ser estudada.

A colônia iniciou em 1890, com a chegada de imigrantes procedentes das Colônias mais velhas: Alfredo Chaves, Capoeiras, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi e Guaporé. Descendentes de poloneses e de italianos vieram para a região serrana na busca de espaço e de terras férteis menos acidentadas. Grande parte dos colonos se dedicava a agricultura, recebendo do governo Título de Posse do Lote^{II}, que era designado ou comprado.

Os imigrantes italianos formavam a maior parcela de habitantes da localidade. Porém, a

comunidade polonesa constituiu núcleos, que ocupavam parcelas significativas do território. O primeiro e mais importante estava localizado na Linha XV de Novembro, mais conhecida como Geral Velha. Até a capela, de religião cristã, recebeu o nome da padroeira da Polônia, Nossa Senhora de Czestochowa, expressando o elevado número de habitantes com essa identificação étnica e cultural. Outras importantes capelas de poloneses eram a São Jacinto, Santa Catarina, São Roque, Nossa Senhora do Caravaggio, todas localizadas no entorno da atual cidade de Casca. Outros três núcleos surgiram, localizados mais distantes do centro da Vila, e, posteriormente, foram elevados à categoria de Distrito e no final do século XX originaram três novos municípios: Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul e Vanini.

O núcleo da Linha XV de Novembro tornou-se referência para as outras comunidades e para os poloneses. Foi construída a sede da entidade *Orzel Bialy* (Águia Branca), uma Sociedade-Escola que atuava na promoção e manutenção da língua e cultura de origem (Ver Imagem 1). A fundação da entidade tem data presumida de 1904, e era composta por lideranças da comunidade, as quais também eram as mantenedoras da entidade.

^{II} Através da Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que consistia na primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e começavam a chegar ao país os primeiros trabalhadores imigrantes. Era a transição da mão de obra escrava para assalariada. Se não houvesse uma regulamentação e uma fiscalização do governo, estes estrangeiros se tornariam proprietários, fazendo concorrência aos grandes latifúndios. Ficou estabelecido, a partir desta data, que só poderiam adquirir terras por compra e venda ou por doação do Estado. Não seria mais permitido obter terras por meio de posse, a chamada usucapião. Aqueles que já ocupavam algum lote receberam o título de proprietário. A única exigência era residir e produzir nesta localidade.

A atividade de maior reconhecimento da Sociedade foi a escola. Primeiramente, o ensino era somente em polonês, e mais tarde o português também se fez presente. O primordial era ler, escrever e fazer contas simples, e o ensino seguia até o 5º ano. Foram muitos os professores e alunos que passaram pela escola, que possuía uma biblioteca com mais de cem livros, notadamente em polonês. A Sociedade-Escola foi um símbolo do progresso do imigrante Polonês em solo brasileiro.

A imigração de poloneses e italianos, segundo Bertonha (2013), foi uma das soluções encontradas para dar conta das dificuldades de vivência na Europa de fins do século XIX e início do século XX. Nosso foco, todavia, será na presença de imigrantes e descendentes italianos neste capítulo.

Aspectos sociais, religiosos e políticos da localidade

A maioria dos imigrantes dedicavam-se ao manejo da terra, sendo está, em muitas ocasiões, com relevo acidentado. A mata nativa, formada principalmente por araucárias, eram derrubadas pelos agricultores, que abriam espaços a fim de plantar, colher, construir suas moradias e sobreviver. Com suas técnicas e ferramentas rudimentares: machado, foice, arado e serrote, iniciaram o desmatamento. Porém, algumas pessoas e famílias do distrito de São Luiz de Cáscara se dedicavam a outras atividades:

seu Guarenghi trabalhava como relojoeiro, chegando a fabricar, inclusive, algumas gaitas; Pedro Panisson dedicava-se à carpintaria; a família Meloni montou uma serraria; Busato e Kremiski instalaram-se com casas comerciais; Fuga montou um cortume, uma celaria e uma sapataria; Bramati investiu numa cervejaria. Ulisses Toazza instalou o primeiro hotel (Casa de Pasto); posteriormente, surgiu o da família Bonamigo e, alguns anos mais tarde, apareceu outro estabelecimento hoteleiro, sob a razão social de Viccari & Bramati (Gelatti, 1985, p. 19).

Os primeiros atendimentos médicos na localidade eram rudimentares. Foi somente em 1928, que chegou na Vila o Dr. Hoos, permanecendo poucos meses. Em seguida, o Dr. Falcão atendeu no local por um ano e o Dr. Mafé por dois anos. Em 1940, após oito anos de ausência médica, chegou para ficar seis anos o Dr. Galanternic. O prédio do primeiro hospital foi idealizador por Domingos Taffarel, que adquiriu o antigo hotel da família Toazza, em 1939, localizado no entorno da Praça Tiradentes. Taffarel juntou-se a Henrique Caovilla, um dos líderes políticos do distrito, procuraram informações na região para a abertura do hospital. Ele funcionou, de forma improvisada no prédio, até 1941. Em seguida, construiu-se nova edificação que funcionou até 1974, quando foi inaugurado, no ano seguinte, o atual prédio do Hospital Santa Lúcia.

FIGURA 1. São Luiz de
Cáscara (entre 1910 e 1920).
Acervo Prefeitura Municipal
de Casca.



Em relação a educação, os primeiros professores, que atendiam especialmente a etnia italiana, foram: Evaristo Mantovani para os meninos, e Dona Antonieta para as meninas, lecionando em sala de aula improvisada na residência da família Toazza. À noite o Sr. Treto lecionava para os adultos interessados em se alfabetizar, sendo o número deles bastante significativo.

As primeiras manifestações religiosas aconteciam em uma pequena capela de madeira, construída em 1893, e alguma assistência religiosa esporádica era realizada pelos jesuítas. Em agosto de 1907 nomearam pároco de Casca, o padre polonês, Augustine Sarasa, que também falava italiano, e em dezembro do mesmo ano deram-lhe também um assistente, o Pe. Domenico Nostro. Em dezembro de 1913, os padres Sarasa e Nostro foram sucedidos pelos padres Giovanni Zanella e Giovanni Schmidt.

No dia 12 de abril de 1921, com a elevação da Igreja de curato para Paróquia São Luiz Gonzaga, a assume o Pároco Pe. Aneto Bogni, da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeo – Scalabrinianos. Ao assumir, o religioso organizou a comunidade e empreendeu vários movimentos que visavam a melhoria no setor social, saúde, educação e outros. Destaca-se a construção do atual templo da Paróquia São Luiz. Os preparativos para a construção do novo templo começaram ainda em 1921, com a arrecadação de fundos. Porém foi somente em novembro de

1924, com a contratação da firma Ghiringhelli & Zanin, de Porto Alegre, com a finalidade de realizar a armação e amarração de toda a estrutura interna e externa que a obra começava a sair do papel.

Em forma de mutirão, os pedreiros e o povo cavaram as valas no lugar escolhido, em meados de 1925. Em dois meses, executaram as obras relativas aos alicerces. Logo no dia 1º de abril, com a presença de grande multidão, foi lançada a pedra fundamental e o vigário abençoou o início da construção (Gelatti, 1985, p. 46). Depois de alguns anos de obras, o templo, em forma de nave e em estilo gótico, foi inaugurado, no dia 14 de abril de 1929, em uma grande festividade.

Outra obra religiosa que marcou a localidade, foi a construção do Seminário São Rafael da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu. O Pe. Rinaldo Zanzotti, então Superior Provincial, inicia o processo de escolha de um local para a nova construção. A cidade de Casca tornou-se o destino do novo seminário. No final do ano de 1946, Pe. Zanzotti comprou os terrenos, num total de 5 colônias, equivalentes a 125 hectares de terra, necessários para a construção e demais atividades. O projeto do novo seminário ficou a cargo de Fausto Scudo, que se inspirou no estilo arquitetônico do Seminário Scalabriniano localizado em Bassano del Grappa, na Itália, sendo que o engenheiro Tiziano Bettanin adaptou o projeto ao local e clima da região. O padre Emílio

Rosa assumiu a administração e a fiscalização das obras. O Pe. Zanzotti acompanhou a obra até a data da sua morte, 04 de julho de 1950.

No início de março de 1951, a construção foi coberta e a instalação de eletricidade e água concluída. Com isso pronto, foi inaugurado o primeiro ano escolar, porém, faltava tudo: portas, janelas, vidros, assoalho. A partir desse momento, mesmo que lentamente, as obras do Seminário São Rafael continuaram até outubro de 1952, quando uma parte da construção foi concluída. O primeiro Reitor foi o Pe. Fiorindo Cisman. Estes primeiros anos do Seminário São Rafael foram marcados por adaptações do prédio, procurando dar um melhor conforto para os seminaristas e formadores. Neste tempo, foi construído o terraço, o depósito de água, a piscina e dado os retoques finais. No dia 24 de outubro de 1952, foi organizada uma grande festa, onde houve grande participação da população. Este dia pode ser considerado a data de inauguração oficial do Seminário São Rafael.

O Seminário São Rafael, durante o período em que permaneceu aberto, acolheu seminaristas de diversas séries e cursos. No final da década de 1990 encerrou suas atividades. Porém, o prédio ficou aberto para encontros vocacionais, pastorais ou retiros. Em 1º de junho de 1995, o Seminário abriu as suas portas para uma nova finalidade: a recuperação de dependentes químicos e de alcoólatras. Assim, o prédio e parte das terras foram entregues para a obra social Nossa Senhora

da Glória - Fazenda Esperança. Foi assinado um acordo entre as duas partes, sendo um dos itens reitera que “o prédio e os terrenos acima mencionados retornarão à propriedade da Congregação dos Missionários de São Carlos quando, por qualquer motivo, a finalidade da obra não mais existir” (Congregação, 1996, p. 55).

Segundo relatos, na década de 1940 houve uma “movimentação” em busca da emancipação do povoado. Mas são poucos os registros e os estudos sobre o evento, que não teve êxito. Mas, o distrito de Casca, nas eleições municipais de 1951, elegeu dois jovens vereadores, Arnaldo Zambon pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)/ Partido Republicano Progressista (PRP) e Benedicto (Mário) Busato pelo Partido Social Democrático (PSD). Apesar das diferenças políticas, ambas as legendas se uniram em prol da emancipação do distrito. Assim, no dia 12 de junho de 1951, “no antigo Hotel Farroupilha dos Irmãos Rinaldi, [...], reuniram-se as lideranças locais para dar início ao debate referente à emancipação político-administrativa de Casca” (Perin Filho; Silveira, 2015, p. 30).



FIGURA 2. São Luís de
Casca (entre 1930 e 1940).
Arquivo da Prefeitura
Municipal de Casca.



Depois de alcançar todos os requisitos necessários para a criação do novo município; da formação da comissão emancipacionista^{III}; dos discursos dos vereadores da localidade no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Guaporé; da definição da área a ser emancipada que compreendia, além do distrito de Casca, os distritos de Evangelista e São Domingos do Sul e o êxito das assinaturas favoráveis a realização do plebiscito, “as autoridades competentes estabeleceram a data de 20 de dezembro de 1953 para realizar a consulta do ‘SIM’ ou do ‘NÃO’ (Perin Filho; Silveira, 2015, p. 63). Depois de uma forte campanha em favor da emancipação, “o resultado total da área emancipada apontou a vitória do SIM por 416 votos, que em números redondos significam 62% pelo SIM e 38% pelo NÃO” (Perin Filho; Silveira, 2015, p. 64).

O município de Casca foi criado pela Lei Estadual de nº 2.525 de dezembro de 1954, promulgada pelo governador Dr. Ernesto Dornelles. A instalação do município ocorreu no dia 27 de fevereiro de 1955, na Festa do Padroeiro São Luiz Gonzaga e de São Judas Tadeu. Jorge Haroldo Monteiro Píffero foi empossado como prefeito municipal e Luiz Benvegnú, vice-prefeito, para mandato no período de 28 de fevereiro de 1955

a 31 de janeiro de 1959. Nos anos posteriores a emancipação, os dois principais partidos de Casca (PTB e PSD) trabalharam juntos na “construção” do município. Porém, nas eleições de 1960 começou a haver disputas entre os dois partidos, iniciaram pela quebra de

um acordo entre os partidos PTB e PSD para que a próxima eleição (1959) permanecessem juntos, ou seja, em consenso, mas em decisão de última hora, o Partido Social Democrático optou por concorrer sozinho, colocando candidato a prefeito e a vice. Este episódio abateu as lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro, dando início a novos conflitos. Ao analisar as atas de 1960, primeiro ano do PSD no comando do executivo e tendo em vista o ocorrido na eleição de 1959, encontrou-se muitas discussões entre as bancadas do PTB e PSD e várias acusações entre eles (Cavalleri, 2018, p. 50).

Assim, de acordo com Cavalleri (2018, p. 46/47) nos anos seguintes a política municipal foi marcada por divisões. As desavenças entre o PTB e o PSD tornaram-se muito visíveis. As discussões dentro da Câmara Municipal de Vereadores eram intensas. Cabe destacar, que os conflitos não ocorreram somente entre esses dois partidos. Com o

^{III} A comissão era formada pelos seguintes membros: Efetivos – Dr. Jorge Haroldo Monteiro Píffero (Presidente Efetivo); Octavio Busato (1º Vice-Presidente); Miguel Dors (2º Vice-Presidente); Nadyr Battistella (1º Secretário); Affonso Motta (2º Secretário); Orestes Davoglio (3º Secretário); Davi Toazza (1º Tesoureiro); Ampélio Damo (2º Tesoureiro); Antônio De Cezaro (3º Tesoureiro). Conselho Fiscal: Antônio Toazza; Affonso Davi; Aristides Quarengui; Benedicto Toazza; Severino Caletti; Pedro Zandoná; Gomercindo Zaffari; Fioravante Bonamigo e Evaristo Mantovani.

passar dos anos outros partidos foram surgindo e tornando-se importantes no cenário casquense.

Durante a década de 1960, começam nos distritos, alguns movimentos em busca da emancipação da cidade de Casca. No dia “15 de agosto de 1965 foi realizado um plebiscito pró-emancipação de São Domingos do Sul, quando a maioria se manifestou contrária a ideia” (Gelatti, 1985, p. 196). Durante a década de 1970, intensificam-se as manifestações dentro dos distritos em busca da emancipação. Mas, foi somente nos anos finais da década de 1980 que começaram as emancipações dos distritos. No dia 12 de agosto de 1987 o distrito de São Domingos do Sul alcançou a emancipação. Nesse mesmo ano, no dia 08 de dezembro, o distrito de Vanini^{IV} também alcança a independência. Para concluir as emancipações dos distritos de Casca, em 20 de março de 1992, Santo Antônio do Palma^V alcança a independência.

Salienta-se, que o atual município de Casca, passou da simples agricultura de subsistência dos migrantes e sem recursos tecnológicos modernos, para um setor primário forte, responsável pela movimentação da economia local. Mas, não foi somente o setor agrícola que os filhos de migrantes fizeram expandir, as pequenas instalações comerciais, com produtos trazidos com cargueiros e carroças, as pequenas ferrarias, as humildes

casas de moagens, as pequenas criações de porcos com chiqueiros construídos de costaneiras foram evoluindo e tiveram, ao longo do tempo, o seu esplendor aspergido. No setor industrial, Casca, ostenta hoje 1.459 empresas ativas, constituindo-se um setor forte e em desenvolvimento.

A vida social, as manifestações culturais e o turismo

A organização social, girava em torno da capela, que representava também o aspecto religioso, tornando-se o eixo onde girava a vida social, política e econômica. Os encontros com os vizinhos e a formação de núcleos, constituindo comunidades, marcavam o convívio social das famílias e estimulava a adoção de práticas culturais, algumas ainda presentes e outras em declínio.

Os encontros familiares ocorriam também à noite. Após um dia de labuta exaustiva, era comum o terço em família, onde, ajoelhados em sinal de respeito e devoção, o entoavam coletivamente. Aos domingos, assistir à missa consistia numa obrigação. Muitos encilhavam o cavalo com sela ou selin e se deslocavam do interior para o centro do povoado para acompanhar as celebrações. Aos domingos, na paróquia, havia a missa dos ca-

^{IV} O distrito de Vanini foi criado no dia 14 de março de 1967.

^V O distrito de Santo Antônio do Palma foi criado em 12 de março de 1962.

çadores, rezada às 6 horas da manhã para depois os homens partirem para a caça afim de garantir o almoço à família. Embora houvesse poucos padres na época da colonização para atender aos fiéis, a bênção nas casas era feita periodicamente e o padre visto com bons olhos, sendo inclusive procurado como conselheiro nos obstáculos que a vida apresentava.

Os filós significavam convívio e integração. À noite, depois do trabalho, reuniam-se nas casas vizinhas. Os homens jogavam cartas e cantavam canções italianas. As mulheres aproveitavam o encontro para colocarem em prática os seus dons. Através do tricô, crochê os dos belos bordados, as meninas moças manufaturavam seus enxovais e pelo transado ágil nos dedos femininos, confeccionavam-se os chapéus e as sportas^{VI} para o trabalho diário. As crianças também faziam parte dessas horas de lazer e socialização. A amarelinha, pega-pega, esconde-esconde, pular corda eram as mais comuns. Os anfitriões encarregavam-se de preparar os comes e bebes: o vinho, a batata, o pinhão e alguns doces eram servidos para, além de alimentar, transmitir carinho e acolhida calorosa.

Essas manifestações culturais, entre outras, são marcas deixadas pelos migrantes na comunidade local. Não são mais práticas costumeiras, mas que estão presentes em pequenos encontros familiares e, especialmente, para demonstração

aos turistas que visitam o local. Neste contexto, destaca-se a Vila Histórica de Evangelista, que preserva muitos dos aspectos acima citados e tornou-se um dos pontos turísticos mais importantes do município de Casca. Neste caso, a memória constitui um elemento imprescindível da construção das sociedades, o que permanece muito presente principalmente entre comunidades pequenas, como é o caso Evangelista.

A Vila possui, em sua história, o apogeu. Isso ocorreu, enquanto distrito de Guaporé/RS, quando entre 1910 e 1938 alcançou um nível de desenvolvimento considerável, contando com indústrias, casas de comércio, hotelaria e serviços. A estrada que ligava Guaporé à Passo Fundo, cortava a vila, sendo ligação entre dois importantes polos econômicos, era ponto de parada dos viajantes e centro de comércio e indústria.

Em 21 de janeiro de 1936, era então criado oficialmente o distrito de Mauá pelo decreto municipal n.º 9, sendo o 10º distrito de Guaporé e em 27 de junho de 1936, por intermédio do ato municipal de n.º 25 foi nomeado o cidadão Ernesto Palma para o cargo de subprefeito de Mauá. Já pelo decreto estadual de n.º 7.199, de 31 de março de 1938, a sede do povoado é elevada à categoria de Vila, bem como todos as demais sedes de povoados que pertenciam à Guaporé (Thomé, 1966, p. 117). Já em 1944, pelo decreto-lei estadual de

^{VI} Bolsa feita de palha de trigo.

n.º 720, de 29 de dezembro, teve a denominação alterada, para “Evangalista” com um claro objetivo de trocar a nobreza do Visconde Mauá pelo seu nome de família “Evangalista”.

No período de auge do distrito, o povoado contava com caminhões, automóveis, motociclo, carroças de carga e carroças coloniais. A localidade contava com grupo escolar e, em 1940, começaria a ser servida por iluminação da pequena usina hidroelétrica pertencente a Antônio Palma.

Além disso, possuía centro telefônico, cartório distrital, duas cassas de comércio, dois hotéis, igreja, farmácia, sapataria, salão de bailes, serra-rias e o moinho de trigo e milho. Nesse momento de auge contou-se com cerca de 2.135 habitantes, juntando os moradores das onze linhas que pertenciam ao distrito, as quais hoje integram Casca (Gelatti, 1985, p. 157).

Nesse quadro, podemos questionar como a partir de 1939, se iniciaria uma regressão que cul-

FIGURA 3. Evangalista (entre 1940 e 1950). Arquivo da Prefeitura Municipal de Casca.



minou na derrocada da importância comercial estratégica da localidade, tendo em vista as tragédias das enchentes, a falência do principal Frigorífico e o incêndio na oficina. A construção do asfalto, que passou longe da sede comercial de Evangelista, tudo isso pensando nas imediações de Casca, o qual substituiria aos poucos a importância do distrito e por conseguinte várias casas de comércio bem como indústrias se deslocariam para lá.

Essa crise econômica acabou proporcionando a preservação do local. O distrito de Evangelista “parou” no tempo e manteve algumas edificações construídas pelos migrantes italianos, além do dialeto e gastronomia. Os visitantes podem observar muitas práticas culturais e sociais deixadas pelos migrantes. O turismo, desenvolvido na localidade pela preservação de muitos “traços” deixados pelos migrantes, acabou se tornando a “salvação” da localidade.

Considerações finais

Município colonizados por pessoas que deixaram suas nações e partiram rumo ao desconhecido, essa é a realidade de muitos no Rio Grande do Sul que “nasceram” pelas mãos dos imigrantes e migrantes italianos. Casca está inserida nessa realidade. A sua história é marcada por fatos e acontecimentos que a transformaram e proporcionaram o crescimento em todos os setores da

sociedade. Preservar, difundir e repassar as novas gerações as tradições deixadas pelos migrantes italianos tornaram-se, na atualidade, um desafio. A criação de leis de proteção, a conscientização da população e o turismo são caminhos que podem ser percorridos para a manutenção e a preservação da cultura deixada pelas comunidades de migrantes italianos.

A imigração italiana deixou muitas marcas para a sociedade atual. Isso fica evidente pela rica gastronomia, arquitetura, costumes, religiosidade e práticas sociais que perduram até os dias atuais. A cidade de Casca “carrega” muitas dessas marcas. O município desenvolveu-se e prosperou pelas mãos de muitos migrantes, que através de seu trabalho proporcionaram a sociedade que conhecemos na atualidade.

Referências

BARRILLI, Lúcia. *Brasileiros-poloneses: uma identidade construída nas comunidades de Casca e Santo Antônio do Palma –RS (1990-2010)*. 2011. Dissertação. 198 p. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CAVALLERI, Debora. *O processo de emancipação de Casca e as disputas políticas (1951-1960)*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. 67 p. (Licenciatura Ple-

na em História) – Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018.

CONGREGAÇÃO Scalabriniana – Província São Pedro – 100 anos de história. Porto Alegre: Editora Evangraf, 1996.

BASTIANI, Fábio De. *A atuação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas na educação na cidade de Casca (1947-1982)*. Trabalho de Conclusão de Curso. 106 p. (Licenciatura Plena em História) – Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

GELATTI, Roque. *Casca ontem e hoje*. Casca: Instituto Social P. Berthier, 1985.

PERIN FILHO, Artério; SILVEIRA, Jair Pedroso da. *Casca 60 anos: a história da emancipação*. Casca: Hoje Edições, 2015.

THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A Colônia Guaporé presente e passado*. Guaporé: Paulinas, 1967.



David Canabarro na rota do fluxo migratório ítalo-brasileiro do século XX

EDERSON FRATTA
GENUIR LUIZ MARCHEZI

A imigração italiana no Rio Grande do Sul, diferentemente do que ocorreu nos estados de São Paulo e Espírito Santo, por exemplo, que foram mais expressivas numericamente, produziu uma expressão cultural própria, praticamente não observada naqueles estados e em outros locais do território brasileiro e mesmo em outros países da América do Sul, como é o caso da Argentina e o Uruguai. Foi também protagonista de um fluxo migratório capaz de modificar a configuração geopolítica do norte e parte do oeste do Estado do Rio Grande do Sul, prosseguindo pelo oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná, e na sequência, para outros estados da federação, especialmente no centro-oeste brasileiro.

Ao longo dos 150 anos que se sucederam ao início da imigração no Rio Grande do Sul, os ítalo-brasileiros sul-rio-grandenses ajudaram a moldar, de forma notável e indiscutível, junto com as

demais etnias, a cultura riograndense e brasileira, através de aspectos particulares da cultura italiana, com acento característico do norte italiano, especialmente da região do Vêneto. Isso porque a maioria das famílias assentadas nas primeiras colônias eram provenientes daquela região.

O município de David Canabarro – como tantos outros municípios do norte sul-rio-grandense – se consolidou ao longo dos anos, inicialmente como um conjunto de comunidades agregadas pela religiosidade e mútua colaboração, animadas e orientadas pela presença missionária de duas congregações religiosas – os padres missionários da Sagrada Família e a Congregação das Irmãs do Divino Salvador –, além da presença do governo municipal, a partir da criação do distrito de Trinta e Cinco, então integrante do município de Passo Fundo. Sobretudo a cultura local expressada pela italianidade dos moradores foi a força

que animou e impulsionou o crescimento e desenvolvimento, especialmente observados a partir da emancipação do município em 1965.

1. O contexto da imigração italiana ao Rio Grande do Sul

1.1. A Itália no início da emigração

A Europa e particularmente a Itália, contava com um grande contingente populacional no século XIX. E com a adoção de uma nova ordem econômica, pela expansão do capitalismo, não havia trabalho para todas as pessoas e uma legião de pobres e miseráveis viram-se compelidos a emigrar para outros lugares da própria Europa e para a América.

A Itália concluiu seu processo de unificação em torno de 1870 e, desde 1861 colocou um rei para o governo – Vítor Emanuel II -, último rei da Sardenha e primeiro rei da Itália, nessa nova configuração geopolítica. Assim, com o poder centralizado e com regras gerais e tomadas de decisões unificadas, antes menos abrangentes, instalou-se uma grande crise interna, na qual a fome batia a porta de uma multidão de desassistidos e desanimados, formada principalmente por agricultores e artesãos, pela falta de recursos necessários à sobrevivência. A desnutrição passa a atingir a grande parte da população que empobrecia a cada dia. A

pequena indústria, geralmente ligada à agricultura, o aumento dos impostos, a redução dos preços dos produtos e a paralela concorrência das importações levaram a uma rápida deterioração da situação dessas classes de trabalhadores.

Diante dessa degradante perspectiva, o convite à emigração, em busca de melhores condições de vida, ainda que em longínquas terras acabava sendo a única alternativa, o que encontrou eco junto a essa gente desesperada. Inicialmente, as regiões do Piemonte e da Lombardia e depois do Vêneto, foram os locais de onde partiram mais imigrantes e, na sequência, outras regiões italianas viram seus cidadãos partirem. Deixar os familiares, amigos e os pequenos lugarejos causou muita dor e sofrimento, que só aumentaram quando se iniciava a viagem e quando da chegada ao destino. Ao mesmo tempo, não se podia esperar a solidariedade e a compaixão das classes mais ricas e do próprio governo italiano. Assim, entre os anos de 1875 e 1930 milhares de italianos deixaram seu país em busca do sonho da terra e fugindo da miséria. O transporte era feito em navios precários, com más condições de higiene, em viagens que poderiam durar em torno de um mês.

Enquanto alguns países proibiram a emigração para o Brasil com intuito de proteger sua população, a Itália teve apenas duas breves suspensões entre os anos de 1889 e 1891, por um surto de febre amarela e de 1893 a 1894, pela Guerra Civil que acontecia no Rio Grande do Sul. A emi-

gração dos italianos para o Brasil sofreu também uma redução a partir de 1902, quando os Estados Unidos começaram a absorver a mão de obra italiana. Isso é relatado por De Boni e Costa,

Ao contrário do que se poderia supor, a emigração não significou, para as autoridades italianas e para as classes ricas, uma catástrofe. A curto prazo foi mesmo um alto negócio, pois carrou divisas, pelas mais diversas formas, e livrou o país de milhões de deserdados. Pode-se mesmo falar em uma indústria da emigração (De Boni; Costa, 1979, p.54).

Assim, milhares de famílias deixaram sua pátria. Muitos pensavam em retornar, mas a maioria sabia que nunca mais voltaria, e que precisava encarar a realidade e embalar seus sonhos com muito trabalho, fé e esperança em terras distantes, sem qualquer infraestrutura básica. Recomeçar foi preciso.

1.2. O Rio Grande do Sul

Oficialmente o ano de 1875 marca o início da imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul, muito embora se saiba que houve imigração espontânea alguns anos antes.

Não há dúvida, porém, quanto à presença de colonos italianos já antes de

1875, disseminados pelas outras colônias da Província. Muitos deles devem ter vindo como “austriacos”, por residirem em territórios então pertencentes à Áustria, mas etnicamente eram italianos (De Boni; Costa, 1979, p. 65).

Ao chegarem ao Rio Grande do Sul, as terras situadas nas regiões mais baixas e planas já estavam ocupadas pelos colonos alemães, em projetos e experiências anteriormente realizados pelo governo imperial. Somente as terras das regiões montanhosas da serra sul-rio-grandense podiam ser dispostas a novos assentamentos de imigrantes, com evidentes dificuldades relacionadas ao relevo íngreme e seus possíveis perigos de uma selva ainda intocada.

A província necessitava de mais imigrantes principalmente para desenvolver a agricultura. E as leis, tanto imperiais como provinciais, regulamentaram em diferentes épocas os assentamentos, antes doando áreas de terras substancialmente maiores, diminuindo as concessões em anos seguintes, até chegar à venda dos lotes aos italianos, já com área bem reduzida. Segundo Manfroio:

As primeiras sesmarias concedidas, a partir de 1733, tinham 13.063 hectares. A finalidade dessa concessão gratuita, tão vasta, era a ocupação do território por elementos lusos que deveriam garantir a posse do mesmo contra as pretensões dos espanhóis. A criação de gado, por outro lado, pare-

cia justificar a extensão da propriedade [...]. Em 1824, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, o governo se propunha desenvolver a agricultura e concedia, gratuitamente, aos colonos, 77 hectares de terra de mata virgem, longe dos centros de pecuária.

Em 1848, a dimensão da propriedade concedida aos colonos que desejassem se dedicar à agricultura foi reduzida a 48 hectares. A concessão gratuita das terras foi sempre condicionada à exploração imediata pelo proprietário. Depois de 1854, as terras não foram mais concedidas, mas vendidas aos colonos.

Durante todo o período da colonização italiana, a dimensão do lote rural era de 22 a 25 hectares. Enquanto os primeiros colonos dificilmente desmatavam toda a extensão de sua propriedade, os imigrantes esgotavam rapidamente as terras de seu pequeno lote. E esse foi um dos fatores essenciais que determinaram a rápida expansão dos ítalo. (Manfroi, 2001, p. 70-71)

2. O município de David Canabarro

2.1. A evolução Geopolítica

O território atual do município de David Canabarro resulta de diversas intervenções na configuração geográfica estadual devido aos processos emancipacionistas que se sucederam ao longo da história. Como ponto de partida podemos tomar

o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha em 7 de junho de 1484. Esse tratado definiu entre essas nações as áreas dos seus domínios além do continente europeu. Assim, no caso da América do Sul, uma linha imaginária, de norte a sul, de polo a polo, dava a Portugal as terras situadas a leste e a Espanha as terras do lado oeste. Dessa forma o território sul-rio-grandense pertenceu inicialmente ao domínio espanhol. Depois deste Tratado, foram firmados outros acordos que redefiniram as faixas de domínio, quase sempre não observadas pelo movimento dos países nas regiões limítrofes, especialmente as ações do aldeamento indígena das Missões Jesuítas que partiram do lado ocidental e dos bandeirantes paulistas do lado oriental.

O século XVIII é marcado por esse processo de indefinição prática dos territórios que hoje compreendem o Rio Grande do Sul. O século XIX, por sua vez, revela uma estabilidade menor. A vinda da família Real ao Brasil no ano de 1808 foi decisiva para que o território se fortalecesse. No Rio Grande do Sul, a presença dos estancieiros com suas extensas áreas chegando à fronteira garantem de certa forma a soberania na região. No ano de 1809 são criados os quatro primeiros municípios gaúchos: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Este, com parte de seu limite Leste formado pelo Rio Carreiro, no território de David Canabarro.



Figura 1. Rio Grande do Sul – 1809. Fonte: Marchezi, 2006

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro protagonizou algumas iniciativas que visavam povoar o país através da colonização e depois a imigração, inclusive no Rio Grande do Sul. Conforme De Boni e Costa,

tendo em vista principalmente o Rio Grande do Sul, dividem a política de colonização em 3 períodos:

1. a promoção da colonização (1808-1830);
2. a supressão da colonização devido à estabilização do sistema escravocrata (1830-1848);
3. incentivo à imigração - não à colonização - como forma de

substituir a mão-de-obra africana (1848-1889) (De Boni; Costa, 2001 p. 25).

O município de David Canabarro pertenceu ao território de Rio Pardo de 1809 até 1821, quando foi fundado o município de Cruz Alta. De 1821 até 1857 fez parte de Cruz Alta e de 1857 até 29 de maio de 1966, ao município de Passo Fundo, quando foi instalado o município de David Canabarro.

2.2. A denominação do lugar

A atual denominação do município de David Canabarro foi dada por ocasião da criação do município no ano de 1965. Antes, porém, a região que compreende a área municipal teve as seguintes designações:

Serra do Carreiro

Ao ser criado o distrito de Campo do Meio em 1857 por ocasião da instalação do município de Passo Fundo, o território de David Canabarro era conhecido como Serra do Carreiro, em alusão ao Rio Carreiro, limite leste do município de Passo Fundo. A menção do nome Serra do Carreiro, ou às vezes Costa do Carreiro, encontra-se em outros registros, especialmente nos livros paro-

quiais da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Passo Fundo, bem como da Mitra Diocesana de Santa Maria, em cuja jurisdição estava incluído o território.

Sede Trinta e Cinco

Essa denominação passa a ser utilizada quando o processo migratório se intensifica, na década de 1930. No ano de 1935 um grupo de colonos resolveu fazer uma festa, nas imediações da atual Praça 35, futuro centro da cidade. Na oportunidade, para que não houvesse alguma intercorrência no local, foi convidado um policial militar da sede do distrito de Campo do Meio, para fazer a guarda na referida festa. Conforme os relatos, o conhecido Tenente Bica que durante a festa discursou aos presentes e, diante da inexistência de um nome do lugar, sugeriu que fosse chamado Trinta e Cinco considerando que naquele ano estava completando o centenário do início da revolução farroupilha em 1835. Assim o povo e as autoridades municipais, aos poucos, passaram a adotar a denominação.

Vila Augusto Cesar

Essa denominação aparece nos registros da Igreja Católica em seus Livros Tombo, inclusive no ato da criação da paróquia local, em 3 de ja-

neiro de 1944. A população, no entanto, não assimilou a nova denominação, preferindo a de Sede Trinta e Cinco, que se consolidou com a criação do Distrito de Trinta e Cinco em 27 de janeiro de 1950.

David Canabarro

No ano de 1964 inicia-se o movimento pela emancipação do Distrito de Trinta e Cinco, que ganhou força e trâmite em 1965. Entre avanços e revezes – passando por plebiscito com resultado negativo –, é criado em 28 de dezembro o Município de David Canabarro através da lei 5196 de 28/12/1965. É nesse processo que o então Deputado Estadual Aldo Fagundes sugeriu o nome em homenagem ao general farroupilha, que até então não havia sido homenageado, a exemplo de Garibaldi e Bento Gonçalves.



| FIGURA 2. Vista de David Canabarro (1963).
| Fonte: Rizzatto, [s.d.], apud Marchezi, 2006.

2.3. O processo de povoamento

2.3.1. Os povos tradicionais

Assim como em praticamente todo o território Rio Grandense e Brasileiro encontrou vestígios da presença humana indígena, o território que compreende o município de David Canabarro também testemunha esse fato. Peças de pedra lascada e de pedra polida nos remontam aos períodos pré-históricos do paleolítico e neolítico foram encontrados na localidade. Igualmente, alguns fragmentos de cerâmica encontrados e sinais no solo de antigas habitações evidenciam essa presença de populações tradicionais na região.

2.3.2. Os luso-brasileiros

O povoamento do território que compreende o município de David Canabarro e regiões adjacentes, no período que antecede ao grande fluxo migratório das primeiras colônias italianas, contou com a etnia luso-brasileira que ocupou principalmente as terras que margeiam os rios Carreiro e São Domingos, bem como a áreas mais altas onde hoje estão as localidades de São Pellegrino e São Sebastião. Esses moradores eram descendentes de portugueses e de indígenas e africanos escravizados. A maioria era de mestiços, com traços fisionômicos resultantes da miscigenação das três etnias. Eram provenientes de Lagoa Ver-

melha, Campo do Meio e outras microrregiões de Passo Fundo, Vacaria, São Sebastião Do Caí e Montenegro. Este último inclusive, é o local de onde vieram alguns descendentes de afro-brasileiros escravizados.

Embora não se verificou vestígios propriamente relacionados às territorialidades negras, com suas manifestações culturais próprias, observaram-se a presença de um número importante de famílias que habitavam em diversos pontos do município e migraram para outros locais principalmente a centro maiores ou deixaram seus descendentes que ainda residem em David Canabarro. Esses moradores luso-brasileiros ou miscigenados adentraram as matas e se tornaram posseiros das terras que eram conhecidas como “terras devolutas”, isto é, pertencentes legalmente ao governo brasileiro, mas ainda sem destinação.

Neste contexto, a partir da metade do século XIX, com a assinatura da Lei de Terras número 601, de 18/09/1850 pelo Imperador Dom Pedro II, alguns posseiros requereram a legitimação de suas posses e a propriedade de extensas áreas. Eram posseiros de origem luso-brasileira e de descendentes de alemães oriundos das primeiras levas da etnia germânica chegadas por incentivo do governo do império brasileiro. Com a legalização destas terras, agora na mão de poucos proprietários, muitas famílias saíram de suas moradias e buscaram outros locais para se instalarem.

2.3.3. Os italianos e ítalo-brasileiros

É a contar desses processos de legitimação das terras que alguns posseiros vislumbraram uma oportunidade de negócios futuros, com a fragmentação dessas áreas para a vinda dos colonos provenientes dos berços da colonização italiana e, em menor escala, da polonesa. Eram geralmente filhos de imigrantes que já atingiram a idade de se casarem e que precisavam de terras para construir suas trajetórias de vida, formar suas famílias e garantir sua subsistência. Os anos finais do século XIX e a primeira metade do século XX foram o tempo em que ocorreu o fluxo migratório de algumas famílias de italianos e de um grande número de filhos de imigrantes que adquiriram as áreas de terras, geralmente a denominação “colônia” ou “meia colônia” e que passaram a povoar densamente o território do atual município de David Canabarro.

3. A expressão da Italianidade

As colônias italianas que foram o berço do assentamento dos imigrantes abrigaram em praticamente sua totalidade famílias provenientes do norte da Itália, principalmente da região do Vêneto. Esses imigrantes saíram da sua pátria poucos anos após o término da unificação da nação italiana, concluído em 1870. Eles praticamente

desconheciam a língua oficial do país unificado. Falavam diversos dialetos, parecidos entre si, com predominância do dialeto Vêneto, e conservaram por muito tempo sua originalidade, com predominância vêneta, para o maior número de pessoas que foram assentadas em lotes comprados do governo brasileiro.

As primeiras colônias mantiveram-se em um certo isolamento em relação as demais regiões, de forma particular da capital, num tempo em que as comunicações e o transporte eram precários ou inexistentes. E isso, com certeza, contribuiu para que a língua se mantivesse falada pelos filhos e netos dos italianos.

Os italianos que vieram crianças ou adolescentes cresceram e formaram novas famílias; foram até incentivados a terem muitos filhos que, por sua vez, crescidos e em tempo de se casarem, precisaram buscar novos espaços em novas terras. Assim, iniciou o grande fluxo migratório rumo ao leste e ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, no leste de Santa Catarina, seguindo o mesmo rumo aos Estados do Paraná e Mato Grosso.

De forma particular no norte do Rio Grande do Sul e leste de Santa Catarina o número de ítalo-brasileiros provenientes das primeiras colônias foi grande. Normalmente eles formavam comunidades, construíram uma capela e se agrupavam preservando sua língua dialeto. A ausência do Estado em proporcionar a frequência escolar, através da qual a língua portuguesa seria um fator de



FIGURA 3. Travessia do Rio São Domingos
(década de 1930) – Família de Francisco Deon.
Fonte: Marchezí, 2006.

integração cultural brasileira, acabou favorecendo a preservação da italianidade, mesmo longe das colônias de origem. A prova disso é que, até hoje, transcorridos 150 anos do início da emigração, encontram-se muitas famílias que falam o dialeto Vêneto, especialmente no seu círculo parental.

A construção da capela, sem suscitar qualquer dúvida, foi o fator preponderante da con-

gregação das famílias, que aos domingos e dias santificados se reuniam para reza do terço ou até mesmo alguma celebração religiosa por ocasião da visita de algum padre. Esses momentos de oração, serviam também para atualizarem entre si os acontecimentos da semana, como o nascimento de crianças, os trabalhos na lavoura, alguém que adoeceu, alguma notícia recebida... Expressavam

FIGURA 4. Capela Santo Antônio – Primeira comunidade do processo migratório.

Fonte: Spiller, [s.d.],
apud Marchezi, 2006.



sua fé rezando e cantando o que sabiam e valorizavam muito a participação, pois a religião representava uma referência moral, um motivo para solidariedade e trazia ao presente as recordações das antigas aldeias que abandonaram ao saírem de sua terra natal.

Quando uma comunidade adquiria o sino da capela, a alegria era grande. O badalar do sino sinalizava o passar do tempo, anunciava as horas de oração e algum falecimento. Ouvir o sino recordava ainda mais a terra natal. Outro aspecto a considerar dos casamentos entre as famílias italianas e ítalo-brasileiros. O número de filhos, a distância entre as famílias e as comunidades - e porque não uma certa dificuldade de integração com outras etnias -, oportunizaram essa prática. E com isso, a cultura foi se propagando pelas gerações sucessivas.

Nos últimos anos, iniciativas comunitárias e de entidades culturais têm trabalhado pela recuperação e preservação da língua vêneta, dos costumes e da cultura ítalo-brasileira, de origem vêneta, em David Canabarro. Essa italianidade se expressa em alguns programas de rádio, da rádio Amizade FM 107.3, além de outras rádios da região. As festas comunitárias das capelas, a religiosidade, a culinária e o artesanato ainda testemunham essa expressão cultural, mesmo depois de tanto tempo que um povo aportou em terras estrangeiras para reconstruir seus destinos e suas vidas.

Referências

- DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1984.
- DOS SANTOS, Adriana Conceição. *Territorialidades Negras no Rio Grande do Sul*. Secretaria de Estado da Educação Rio Grande do Sul. Ed. Evangraf, 2018.
- GOLIN, Tau; Nelson Boeira; Ana Luiza Setti Reckziegel. *História Geral do Rio Grande do Sul*. República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Ed. Méritos, 2007.
- MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MANFROI, Olívio. *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre, Ed. Est, 2001.
- MARCHEZI, Luiz Genuir. *David Canabarro: sua terra, sua gente, sua história*. Porto Alegre: Ed. Est, 2006.



Associativismo e sociabilidades da comunidade ítalo-brasileira no Alto Uruguai Sul-rio-grandense

SÔNIA MARI CIMA
HENRIQUE ANTÔNIO TRIZOTO

A Região Norte do Rio Grande do Sul é caracterizada pela forte presença de uma (i) migração multiétnica, sobretudo, a partir da década de 1870. Alemães, italianos e poloneses, por exemplo, aportam em solo brasileiro e depois sul-rio-grandense, em busca de oportunidades de trabalho e prosperidade. Este processo começou a ser gestado ainda em 1850 com a Promulgação da Lei de Terras, que “proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa” (Costa, 2007, p.173), de maneira que, “(...) no Brasil, toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras públicas” (Costa, 2007, p.173).

No Rio Grande do Sul, a primeira iniciativa que visava regulamentar a colonização é datada de 4 de dezembro de 1851 (Lei nº 229). Nela, “a

Província cedia gratuitamente ao colono um lote de 48 hectares, ferramentas agrícolas e sementes, indenização de viagem e ajuda em dinheiro durante o período de instalação” (Pinheiro Machado, 1999, p. 25). Cabe destacar, que esta resolução não ia de encontro a Lei de Terras de 1850, “onde o único título de propriedade válido, a partir de então, seria o obtido através da compra e não mais da cedência de terras” (Pinheiro Machado, 1999, p.25). Em 1854 a Lei Provincial 304 altera novamente a política de negociação das terras, que “passaram a ser vendidas para os colonos dentro de um prazo de cinco anos, podendo ser pagas em três parcelas, sem juros, nos finais do terceiro, quarto e quinto anos (Pinheiro Machado, 1999, p.25). É relevante ainda a sistematização de como ocorreria todo o processo, principalmente pela gratuidade (por meio da Lei 304) do “transporte, hospedagem e manutenção dos colonos do porto de Rio Grande até o lote colonial. Além disso, os

imigrantes poderiam receber, como adiantamento reembolsável, 50 mil-réis por pessoa como auxílio nos tempos iniciais antes da primeira safra”. Os lotes custavam a partir de 300 mil-réis. Cabe o destaque para os artigos 7º e 8º da lei, o 7º previa, “o estabelecimento de “famílias brasileiras agrícolas e laboriosas”, sujeitas às mesmas condições dos colonos estrangeiros. O artigo 8º proibia a presença de escravizados nas colônias (Pinheiro Machado, 1999, p.25).

Neste cenário, os migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul tinham um profícuo campo para a conquista de sua “*fare la cucagna*” (Cassol, 1993, p.89). Tudo isso, é claro, em concordância com os objetivos básicos da política imigratória que visava fomentar a criação de “mão-de-obra livre nas áreas de produção para exportação e um mercado interno consumidor, além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo” (Klieman, 1986, p.118). Pesa ainda neste processo, o “projeto de construção de um ramal férreo que, partindo de Cruz Alta, atravessaria a floresta a 50 quilômetros das margens do Rio Uruguai” (Bernardes, 1997, p. 77). Ou seja, “o povoamento do Alto Uruguai aconteceu em ritmo acelerado. Foi traçado um esquema muito simples para a expansão do povoamento nas matas uruguaias, o qual abrangia as terras que ficavam às margens do Rio Uruguai” (Bernardes, 1997. p. 77).

Neste estudo, o enfoque se dá na presença italiana na região do Alto Uruguai a partir da análise do acervo fotográfico, bibliográfico e de entrevistas disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (AHMJMIF) de Erechim /RS, principalmente no que tange aos processos de associativismo e sociabilidades, sopesando a busca por uma produção que não romantize o processo de (i)migração, ocupação da terra e as relações interétnicas. O cabedal teórico prioriza a compreensão destes fatores e seus impactos na construção dos processos de associação (bases e organização) e formação de sociabilidades na primeira metade do século XX.

O Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font

O primeiro elemento que se faz a contextualização é o Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim, local onde encontramos as fontes para a construção deste capítulo. O Arquivo foi fundado em 18 de novembro de 1980 e, atualmente, segundo Trizoto (2024, p. 01) seu acervo contempla fundos mistos doados pela comunidade, fundos públicos oriundos da Prefeitura Municipal de Erechim, hemeroteca, fotografias antigas, entrevistas e bibliografias. Podendo ser “tratado como um espaço referência para pesquisas acadêmicas interdisciplinares e multidisciplinares”.

Apresentamos uma breve descrição dos elementos do Acervo que serão analisados nesta pesquisa: as fotografias que, de acordo com Trizoto (2024, p. 05), são cerca de sete mil e estão divididas em categorias amplas e depois em subcategorias. Com relação a etnia italiana, temos três categorias que abrigam 331 fotografias, sendo 22 na pasta Festa das Nações, 55 na pasta Festa *di Bacco* e 254 na pasta intitulada Etnia Italiana. Utilizamos as imagens embasados na prerrogativa de que “a multiplicidade de cumplidades que faz o olhar único ser compartilhado como olhares simultâneos e próximos necessários à prática de uma sociabilidade” (Koury, 1999, p. 64). O que de fato permite revelar, “a sensibilidade do olhar que captura recortes e ângulos da multifacetada face do cotidiano fazer dos homens” (Koury, 1999, p. 64).

As entrevistas, que foram coletadas ao longo da existência do Arquivo Histórico em três períodos, o primeiro nos seus primórdios, sob a batuta do seu primeiro coordenador, Enori José Chiaparrini que buscou entrevistar colonizadores e moradores mais antigos da cidade; o segundo momento, no início dos anos 2000, em parceria com os grupos polônicos do município, por meio do projeto Memória Viva; e por fim, as recebidas na última década por meio de doações, e as realizadas

no espaço do Arquivo, principalmente durante o projeto em parceria com o *Jornal Bom Dia* no ano de 2022. Atualmente existem 325 entrevistas em áudio e transcritas.

Também fizemos uso de materiais bibliográficos disponíveis no acervo que são os fios condutores, pois a partir deles conseguimos traçar a presença da imigração italiana na região, bem como perceber possíveis lacunas na narrativa oficial. A escolha destes elementos nos permite acessar fragmentos da história local, neste caso, os processos de associativismo e sociabilidades dos grupos que cultivam o sentimento de italianidade.

De Paiol Grande a Erechim (1908-1950)

Erechim¹, município situado ao norte do estado do Rio Grande do Sul tem sua formação como colônia em 1908, criado pela Diretoria de Terras e Colonização, tendo como sede Capoeirê, região atualmente entre Getúlio Vargas e Erechim. A partir de 1910, sua sede foi transferida para onde hoje está o município de Getúlio Vargas e passou a ser o 8º distrito de Passo Fundo. Neste período, a região recebeu os (i)migrantes italianos, vindo das Colônias Velhas do estado, que abrangiam os municípios de Antônio Prado,

¹ O município de Erechim com a configuração geográfica que conhecemos hoje, era chamado de Paiol Grande, até 30 de abril de 1918, data da criação do município, a partir desta data passa a se chamar Boa Vista, em 1922, Boa Vista do Erechim, de 1938 até 1944 José Bonifácio, e só então Erechim.

Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Estrela, Montenegro, Taquari, Alfredo Chaves e Santa Teresa. “A história mostra que uma grande massa colonizadora italiana se dirigiu para o Noroeste (gaúcho, catarinense e paranaense) quando as terras das Colônias Velhas estavam todas ocupadas ou já sem vitalidade.” (Garcez, 2009, p. 38).

O Norte do Rio Grande do Sul estava inserido na política de colonização pelo estado, através da atuação da Comissão de Terras que, em 1916, teve a sede transferida de Getúlio Vargas para Erechim, na época, de Erechim para Paiol Grande. Além da Comissão de Terras, empresas particulares também fizeram parte da colonização, como a ICA (*Jewish Colonization Association*) e a Luce, Rosa & Cia Ltda. Porém, foi a Comissão de Terras que ficou com a colonização de Erechim. Conforme Carini (2005), a Colônia Erechim foi planejada pelos princípios positivistas, para ser um modelo de colonização, possibilitada pela chegada dos imigrantes europeus. Trata-se de um modelo de colonização “já sobre o controle do capital (produzir para a subsistência e para o mercado urbano nacional emergente)” (Piran, 2001, p. 63).

O projeto de povoamento oficial não integrou a população que já existia na região, os indígenas, caboclos e afro-brasileiros. E por outro lado “o imigrante e seus descendentes jamais tornariam a ser italianos, sem jamais serem totalmente gaúchos, ao menos na acepção do termo, na época” (Maestri, 2000, p. 88). O objetivo era

organizar o espaço, por ser a área considerada devoluta para o estado, pois ainda não estava inserida no processo de produção capital. Era uma região, segundo Caron e Tedesco (2012, p. 224), “atrasada, arcaica e ainda selvagem e incivilizada”.

Os colonizadores chegaram em Erechim pela ferrovia e buscavam terras para negociar e suplementos junto aos funcionários da Comissão de Terras, no prédio chamado de Castelinho. Os grupos de imigrantes construíram pequenas comunidades com uma igreja, uma escola, um pequeno comércio e um lugar de reuniões, onde era comum haver apresentações musicais, danças, jogos e culinária típica. A reunião dessas comunidades é transformada em região de povoamento oficial, localizada no espaço geográfico conhecido como o Grande Erechim, que veio a dar origem ao que hoje refere-se a uma parcela significativa dos municípios que compreendem a Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU). Atualmente o município de Erechim é considerado referência cultural de identidade e continuidade histórica idealizada nos processos de associativismo e sociabilidades, tendo por objetivo, encontrar formas de lutar contra o isolamento do processo de imigração e a procura de espaços de solidariedade, onde se espera vir a encontrar situações de proximidade que ofereçam condições para quem queira conviver (Rocha-Trindade, 2010, p. 43).

Na chegada dos imigrantes italianos uma das preocupações da sociedade era a criação de gru-

pos, que organizavam a escolarização, a religião, o esporte, orientações para o desenvolvimento da sociedade com suas normas de organização. Como explica Rocha-Trindade (2010, p. 47) estas instituições objetivam promover e manter “ligações afectivas às regiões de origem, cujas características procuravam evocar e manter, pela constituição de acervos de objectos e de marcas simbólicas de pertença regional identitária, bem como pela realização de iniciativas diversificadas de idêntico cariz”. Com a construção desses espaços acontece a “especificidade cultural italiana fora da Itália” (Tedesco, 2001, p. 31), e sem um vínculo, nos primeiros tempos, com a sociedade nacional. Os imigrantes vão compor-se como uma diversidade social e cultural ante os brasileiros, em relação às adaptações de alimentação, vestuário, moradia e tecnologias.

Associativismo como sociabilidade

O associativismo, é a preservação da identidade cultural do país de origem que permanece na memória das gerações. Segundo Nora (1993, p.9), “é vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Fazer e refazer as ações coletivas para a integração e a vida social dos imigrantes, perpassa contextos, tempo tradicional e moderno, e que, atualmen-

te pertencem a uma comunidade maior, fazendo parte do calendário de eventos dos municípios. É a consolidação da ideia de que “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (Simmel, 2006, p.17), e, que a sociabilidade é a “forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, onde forma e conteúdo são na experiência concreta processos indissociáveis” (Simmel, 2006, p. 65). Estas relações criadas por se “estar com o outro, para um outro, contra um outro que através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais” (Simmel, 1983, p. 168). O resultado destas relações “ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade” (Simmel, 1983, p. 168).

Associar-se ao outro, estabelecer relações de compadrio, de poder por meio de instituições que representariam determinada comunidade. As associações surgem no final do século XIX, com o intuito de divulgar “valores supostamente nacionais (ou de origem) dos imigrantes/colonos” (Seyferth, 1986, p.60). Aliar-se a estas instituições possibilitaria que sua língua e a cultura, “elementos importantes da sua identificação como “italianos”. “alemães” e “poloneses”, seriam “perpe-

tuadas” através da escola, da igreja, do lar, com isso preservando uma identidade étnica e tem na vinculação com o país de origem (Seyferth, 1986, p.60). Era o caminho para a manutenção da italianidade, mesmo longe da Itália.

Colognese (2004, p. 30) traz um elemento interessante para o debate: a concepção de que as associações seriam seletivas e excludentes, pois, seriam “ambientes sociais heterogêneos etnicamente, mas que buscam agregar pessoas que compartilham a mesma origem étnica”. De maneira que o critério de seleção e exclusão dos membros é “indissociável de uma suposta origem comum, com todos os ingredientes ligados à língua e à cultura dos antepassados, que passam a funcionar como elos internos entre os associados e os fatores de distinção social em relação à sociedade envolvente” (Colognese, 2004, p. 30).

Poutignat e Streiff-Fenart (1997, p. 163), apontam que o principal elemento que une estes grupos é a crença de fazer parte, “todas as dimensões classicamente levadas em conta para definir grupo étnico (língua, território, religião etc.) tornam-se aqui pertinentes [...] como recursos que podem ser mobilizados para manter ou criar o mito da origem comum”. Ou seja, a autoatribuição (Barth, 1998, p. 193-194) “atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente”, também deve ser

levada em consideração para compreender a constituição destes grupos.

Assim, fica constatado que os processos associativos entre grupos (i)migrantes, em prol da manutenção de uma identidade cultural fornecem ainda um alento perante as adversidades encontradas no processo de mudança de continente como ocorreu com os imigrantes ou de região como ocorreu com os seus descendentes após a saturação do espaço produtivo nas colônias velhas. Preservar ritos religiosos, festejos, língua e alimentação (dentro das possibilidades ofertadas no novo espaço) mantém o grupo unido e capaz de se estabelecer e prosperar em um cenário inóspito como foi a ocupação da Colônia Erechim principalmente pela falta de estruturas básicas de subsistência.

Italianidade e o sentimento de pertencimento

As associações recreativas e culturais definem essa perspectiva de organizar espaços de convivência ou lugares de sociabilidade para expressar a identidade que representou a continuidade cultural desses grupos. Havia associações em todas as comunidades como característica de sobrevivência da cultura de pertencimento. Eles são “um poderoso instrumento de manutenção e de reforço da identidade das comunidades de estrangeiros que

se encontram fixadas fora do seu país e constituem veículo apropriado para ultrapassar o isolamento” (Rocha-Trindade, 2010, p. 48). Neste sentido, a compreensão da ideia de pertencimento articulada à legitimidade considera as relações políticas e sociais refletidas nas comemorações cívicas ou religiosas, por exemplo, nas memórias dos colonizadores e na decorrência das construções das capelas identificadas com nome de um santo, ou de salões de festas identificadas com o nome das comunidades e mais tarde dos municípios, como por exemplo Nova Itália (atual Severiano de Almeida).

A imigração decorre de uma perspectiva de encontrar um lugar de referência, de sair de um lugar e se inserir em outro com características aproximadas do grupo étnico de origem, como as associações, por exemplo. Assim, “as associações são aqueles espaços nos quais os membros que as compõem as procuram apenas pelo gosto de passar um tempo juntos, pela companhia que encontram aí, pela ajuda e pela vivência de experiências comuns como é o caso da imigração” (Rossi, 2012, p. 38). Portanto, a criação dos espaços sociais afirma as tradições das gerações, dos costumes, a convivência social, momentos de socialização “necessidade de ajudar o migrante a ultrapassar o isolamento social” (Rossi, 2012, p. 37), tanto espaços religiosos, festivos, ou privados, como por exemplo os encontros entre vizinhos chamados de “filó”. Como descreve Meneghello, (2004, p. 8) em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal:

De noite iam fazer filó, de dia trabalhavam [...], então de noite faziam filó. [...] Filó é... serão, que dizem agora, então vamos no filó, é o serão né, então iam, o pai ia ou eles vinham, lá no mato (expressão de preocupação), tomavam mate depois daí uns ano, com as parreiras daí tomavam vinho, cozinham pinhão, cozinham amendoim, torravam amendoim, tomavam vinho, ficavam até meia-noite conversando.

Este tipo de construção memorial, segundo Halbwachs (1990) é caracterizada por traçar a reconstrução do passado, pelas ações no presente, sendo necessário para fazer sentido o compartilhamento coletivo, e tendo por sustentação a posição ocupada pelo indivíduo na inferência dessas construções. É relevante observar que as noções de pertencimento dialogam entre os grupos sociais e contextos que permitiram aos imigrantes a construção de um cenário de vivências físicas e culturais. Nessa perspectiva, as associações constituem um instrumento de construção de conexões de organização, destaque, solidariedade e preocupação em transmitir aspectos culturais tanto ligados à Itália e com o passar do tempo ao Brasil.

Como afirma Jovchelovitch (2000, p. 70) “o simples fato de lembrarmos o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens que tínhamos então e as imagens que temos agora, e propõe à experiência das comunidades humanas e dos su-

jeitos sociais, a dimensão do tempo e da história”. Ou seja, “recordar é um processo construído pela matéria que está à disposição agora, no estoque de representações que circulam e povoam a vida atual de uma comunidade” (Jovchelovitch, 2000, p. 70). Por fim, é relevante compreender que, “por mais clara que uma memória do passado possa ser, nunca pode ser exatamente a mesma imagem que realmente experimentamos na, digamos, infância, porque não somos os mesmos, porque mudamos, e nossas ideias, valores e as avaliações da realidade mudaram” (Jovchelovitch, 2000, p. 70). Ou seja, as memórias individuais e coletivas são confluência das “interdependências que emprestam sentido às relações sociais que configuram as formas reguladas de compromisso e partilha de horizontes sociais em conflito” (Lohn, 2019, p.22), neste caso, a consolidação de um sentimento de italianidade de um grupo que se encontra distante da “pátria mãe”, de acordo com os interesses daqueles que controlam a narrativa oficial da coletividade, que intermediam “a produção e recepção dos códigos e práticas políticas por conta das experiências em diversos âmbitos de sociabilidades e de associações constituídas, afirmando o pessoal como fenômeno político enquanto construtor de expectativas sociais” (Lohn, 2019, p.22).

O sentimento de pertencimento e a busca por manter a italianidade são pontos fundamen-

tais para compreender a constituição da cidade de Erechim e sua narrativa oficial que versa sobre o papel de destaque do “pioneiro^{II}” no “desbravamento” da terra, e de sua cultura baseada no trabalho e na fé, como vemos na descrição do brasão do município. O brasão não se refere especificamente a figura do italiano, todavia, traz de maneira cristalina as concepções que regem a constituição da sociedade local e o apreço pela cultura europeia, favorecendo o estabelecimento de elementos que consolidam a ideia de italianidade, de pertencimento, e por que não, apresentando um extrato das relações interétnicas que são construídas ao longo das primeiras décadas do século XX. Compreender como estas relações são estabelecidas, *a priori*, por meio da convivência e do compartilhamento de experiências e saberes de distintas nacionalidades /culturas, “que após um processo de migração, passam a residir num mesmo espaço geográfico, é o catalisador de uma dialética dentro da própria colônia, onde uma série de valores responsáveis pela identidade destas populações, muitas vezes isoladas geograficamente em si” (Freitas; Caregnato; Tomazoni, 2013, p. 534).

Ao mesmo tempo em que se cria uma bolha por meio dos clubes, associações e igrejas para estar “entre os seus”, é preciso dialogar com outros grupos étnicos que se encontram em condição si-

^{II} Termo cunhado ao longo da história de Erechim e reforçado pela narrativa oficial para caracterizar o colonizador imigrante oriundo da Europa e os migrantes descendentes de europeus oriundos de diversas regiões do Rio Grande do Sul.

milar, para construir relações sociais e econômicas para atenuar as intempéries e consequentemente prosperar. Ou seja, toda a carga cultural acerca deste outro precisa ser revista.

Lugares de memória que fomentam a italianidade

Lugares de memórias são os que abrigam os eventos em uma perspectiva de garantir a continuidade cultural. De acordo com Nora (1993, p. 07) são os espaços “onde a memória se cristaliza e se refugia”. São locais de integração com o objetivo de passar para as gerações a cultura, carregada de simbologias e voltadas para impedir o esquecimento. Ainda a dimensão histórica e os lugares de memória que a sociedade cria e se apropria de determinadas maneiras e sentidos. No caso dos grupos culturais, como o do Grupo do Gillé, dedicado à tradição italiana, a sede em si representa a formalização da cultura, a referência dos acontecimentos passados e presentes; a construção dos eventos representa a continuidade dos costumes dos imigrantes, adaptados à nova realidade local. E a exposição dos eventos sugere uma herança histórica considerada única.

Nestes espaços acontecem as comemorações que são representações de um grupo, no caso dos italianos, buscando organizar a coletividade em torno de propostas comuns e consolidadas pelo

viés da dimensão econômica como um produto destinado ao consumo, adaptando-se às tradições inventadas. Cada grupo, além de organizar seu espaço na região através do conhecimento e cultura anteriormente adquirida, carregaram lembranças, experiências e as relações de sociabilidade na perspectiva de organizar novas narrativas na reelaboração das representações coletivas determinadas pelo desejo da conservação do passado. Nessa situação, as comemorações presentes no grupo cultural, como a Festa *di Baccho*, a representação da rainha do município, são instrumentos de permanência cultural e que, no caso de Erechim, acabam sendo reconhecidas por uma grande maioria.

Como exemplos de grupos que cultivam a italianidade, temos o Grupo do Gillé, que tem a finalidade dessa integração. O grupo foi criado oficialmente em 30 de abril de 1969, mas ainda em 1928 um grupo de amigos, descendentes de italianos, se reuniram “para recordar suas raízes das velhas vilas e cidades italianas, cantando músicas típicas sob os parreirais, jogando a mora e bochas, por vezes tomando um brodo e, todas as vezes, o “filó” terminava em cantatas que herdaram de seus antepassados” (Wojciekowski, 2024, p. 67).

Importante salientar que a política do Estado Novo teve reflexos no processo colonizador através da campanha de nacionalização, que tinha como meta integrar os imigrantes à cultura brasileira. Nas escolas, nas associações, nas igrejas ou nas ruas, foi proibida a expressão em lín-

guas estrangeiras. Diante disso, o próprio nome do grupo muda. Conforme Wojciekowski (2024, p. 68), originalmente o Grupo del Cavicio (grupo do Graveto) surgiu em “1931, quando, na casa de um dos integrantes, foi aberta uma pipa de vinho, e, por falta de torneira, teve que ser tampada com um graveto de árvore, um “cavicio”. O Grupo del Cavicio realizou uma única apresentação oficial com esse nome”, e depois virou Grupo do Gillé.

Partindo da ideia de ser um lugar de memória como uma ligação com o passado na proposta de entender valores e costumes de relembrar fatos, de compartilhar memórias e partilhar his-

tórias, de preservar a cultura, os seus estatutos destacam como objetivos “despertar e desenvolver o amor ao canto e ao folclore italiano, às canções brasileiras e às representações artísticas; divulgar a cultura italiana por meio de eventos de todos os tipos, na cidade, região e no estado” (Wojciekowski, 2024, p. 69). Preza ainda por uma gastronomia que relembre suas origens, ao promover a “Festa da Polenta, a Festa da Porchetta e jantares com cardápio da culinária italiana” (Wojciekowski, 2024, p. 69). A seguir, vemos uma foto do grupo em 1959, disponível na pasta da etnia italiana no AHMJMIF:

FIGURA 1. Grupo Gillé em 1959.
Acervo AHMJMIF.



O Grupo do Gillé, possui funções de, por um lado, celebrar o processo migratório e a permanência dos imigrantes na região e de ser um lugar das memórias na construção simbólica das comemorações. Durante a preparação dos eventos há um movimento expressivo com relação a organização e envolvimento, os quais reforçam a ideia de comunidade. A divulgação na imprensa local também interfere no objetivo de manter o evento como único e de fortalecimento das raízes culturais. Ao mesmo tempo que há uma ligação com a terra de origem, há uma criação de cultura, por imposição de valores. Seus membros “procuram aqui recriar festas que lhes proporcionam os tão desejados momentos de convívio e a assunção pública de uma pertença que assim é manifestada” (Rocha; Trindade, 2010, p. 53). O Grupo do Gillé representa para Erechim “uma história regada a música, amizade e cultura italiana”, título do Jornal Bom dia, na comemoração dos 90 anos do grupo” (Martins, 2018). Nas manifestações culturais, a imigração construiu um patrimônio, como festas, danças, canções, jogos, artesanato e elementos materiais como na arquitetura, objetos domésticos, considerados atualmente instrumentos de ligação entre a memória e as gerações.

Outro exemplo de cultivo da italianidade é o do Clube Esportivo e Recreativo Atlântico que foi

fundado em 20 de setembro de 1915, com o nome de Sociedade de Mútuo Socorro XX de Setembro. Em seu início tinha por objetivo auxiliar os imigrantes italianos com recursos e serviços (Calliari, 2001, p. 14): “*Lo scopo della società é la beneficenza, il soccorso mútuo fra gli associati e la messa in opera di tutti e mezzi atti a promuovere l’ unione, la pace e l’ armonia dela colonia italiana*”^{III}. O artigo 14, afirma a participação de italianos e seus descendentes: “*Sono ammessi a fare parte del la società tutti gli italiani e loro discendenti che abbiano una età non minore di 15 anni ne maggiore di 60*”^{IV}. Nos artigos do Estatuto estão expostos a ideia de sociabilidade, identidade e de pertencimento ao país originário é comum.

A vida comunitária dos imigrantes foi construída com valores simbólicos de cores, objetos, bandeiras, cantigas, danças como forma de preservação da cultura e das memórias, com a sólida manutenção da reprodução disso como influência nas gerações posteriores. Em 1927, a entidade passou a se chamar Benito Mussolini, mas no mesmo ano, uma circular do então ministro Benito Mussolini proibiu seu nome em sociedades. No mesmo ano passou a denominar-se de Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Carlo Del Prete e em decorrência da proibição de nomes estrangeiros, durante o denominado Estado Novo, passou a se

^{III} “O objetivo da sociedade é a caridade, a ajuda mútua entre os membros e a implementação de todos os meios que visem promover a união, a paz e a harmonia da colônia italiana”

^{IV} “Todos os italianos e seus descendentes com menos de 15 anos ou mais de 60 anos são elegíveis para ingressar na associação”

chamar Clube Esportivo e Recreativo Atlântico. A sociedade, com o tempo, deixa de ser de auxílio e passa a ser de atividades recreativas, criando em 1937 o Atlântico *Foot Ball Club*, composto em sua maioria por membros de ascendência italiana. A partir da apropriação dos espaços pelos imigrantes e a cultura trazida pelos mesmos surgiram as identidades construídas e legitimadas pelo grupo, nos espaços criados para o exercício da sociabilidade, como vemos na imagem a seguir:

O Grupo do Gillé e o Clube Esportivo e Recreativo Atlântico são dois exemplos quase centenários da ideia de pertencimento dos “*oriundi*” e de seus descendentes. Podemos acrescentar ainda que existem outros grupos de canto, dança e língua que compõem o cabedal dos representantes da italianidade em Erechim (Grupo *Avanti*, Grupo *Stela Alpina*, Arquivo documental da escola *La Piave Fainors*). O elemento que atualmente congrega os grupos culturais é a Festa *di Bacco* que

FIGURA 2. C.E.R. Ítalo Brasileiro
(7 de Setembro de 1924).
AcervoAHMJMIF.



ocorre desde 2001 e tem como intuito resgatar a tradição da vitivinicultura no Município, que teve seu ápice na década de 1930 com a Cooperativa Vitivinícola Boavistense.

Considerações Finais

Abordar a presença italiana na região a partir da análise do acervo fotográfico, bibliográfico e de entrevistas disponíveis no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim/RS, para compreender os processos de associativismo e sociabilidades construídas é uma atividade complexa. Principalmente no enfoque de buscar uma produção que não romantize o processo de (i)migração, ocupação da terra e as relações interétnicas. Por isso optamos por um cabedal teórico que priorizou a compreensão destes fatores e seus impactos na construção dos processos de associação (bases e organização) e formação de sociabilidades na primeira metade do século XX no município de Erechim.

A primeira metade do século XX, como vimos, foi complexa devido as duas grandes guerras, ascensão dos regimes totalitários e a consequente expatriação de grupos humanos oriundos da Europa e direcionados para a América do Sul. Os imigrantes italianos, mesmo com a ajuda estatal, enfrentaram dificuldades para a manutenção nas terras, que eram inóspitas. Em um cenário como

este, fica latente a necessidade de encontrar caminhos para diminuir a saudade da pátria e criar um consolo perante as dificuldades. Neste sentido os processos de associativismo para imigrantes e descendentes cumpriram este papel. Afinal, os clubes, as igrejas e as associações eram os locais em que se podia manter vivas as tradições da terra natal. Mesmo com a proibição da liberdade de fala no governo Vargas, estes (i)migrantes encontraram formas de bricolar as proibições. É inegável que estas formas de associativismo influenciaram na construção dos processos de sociabilidade e de subjetivação em torno da ideia de italianidade.

Referências

- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e Suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philipp; STREIFF-FERNART, Joceline. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, SP: UNESP, 1998. p. 187-227.
- BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora da UNI-JUÍ, 1997.
- CALLIARI, Fernando Hervé. *Atlântico uma história de conquista*. 1. ed. Erechim: Edelbra Gráfica e Editora, 2001.
- CARINI, Joel João. 2005. *Estados, índios e colonos: o conflito na Reserva Indígena de Serrinha – Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 220-231, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.162.05>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CASSOL, Ernesto. As várias fases e os vários modelos de ocupação humana na região do ex-grande Erechim. *Perspectiva*, Erechim, ano 17, n. 60, dez. 1993

COLOGNESE, Silvio Antonio. *Associações étnicas de italianos*: Identidade e Globalização. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.

FREITAS, Aline Marques de.; CAREGNATO, Lucas Caregnato.; TOMAZONI Mario Alberto. Colônias Mistas: Denominação e conceituação através da análise das relações interétnicas na região colonial italiana do RS. *Portal de Periódicos científicos* - FURG, 2013.

GARCEZ, Neusa Cidade. *Vozes - Sentimentos - Construções*: colonização italiana no Alto Uruguai Gaúcho. Erechim, RS: Habilis, 2009.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e espaço público*: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil [Social representations and public life: the symbolic construction of public spaces in Brazil]. Vozes, 2000.

KLIEMANN, Luiza H. S. RS: Terra e Poder - História da questão agrária. Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto. 1986. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 12, n. 2, p. 116-118, 1986.

KOURY, M.G. P. Imagem e narrativa ou, existe um discurso da imagem? *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS. Ano 5, n.12, p. 59-68, dez.1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Reflexões sobre a história do Tempo Presente*: uma história do vivido. Editora da UFRR Diretor da EDUFRR, 2019.

MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra*: A colonização italiana no Rio Grande do Sul. 1875 - 1914. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARTINS, Najaska. Gillé: uma história regada a música, amizade e cultura italiana. *Jornal Bom Dia*, 03 de agosto de 2018. Disponível em: <https://jornal-bomdia.com.br/noticia/24731/gille-uma-historia-regada-a-musica-amizade-e-cultura-italiana>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

MENEGHELLO, Irene Dalazem. Entrevista realizada em 13 de novembro de 2004. *Projeto Imigração Italiana em Monte Belo Aratiba*. Uri Campus de Erechim. Entrevistadora: Míriam E. Meneghello. Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font. Erechim. RS.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Les Lieux de Mémoire*. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/>. Acesso em: 22 de ago. 2024.

PINHEIRO MACHADO, Paulo. *A política de coloni-*

zação do Império. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: Fapes, 2001.

POUTIGNAT, Philippe & STREIT-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2010), “Associativismo em contexto migratório”, in HORTA, Ana Paula Beja (org.), *Revista Migrações* - Número Temático Associativismo Imigrante, Abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, pp. 39-58.

ROSSI, Maria. Associativismo migrante: participação e representação. *Revista Agora*, Vitória, n.16, 2012, p. 37-51.

SEYFERTH, Giralda. A inversão da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, v. 18, n. 1, p. 175-203. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7410192>. Acesso: 24. out. 2024.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Org. Evaristo de Moraes Filho; tradução Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática. 1983.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRIZOTO, Henrique Antônio. Possibilidades de pesquisas acadêmicas no acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. *EPISTIMONIKI: Revista de Educação, Práticas Interdisciplinares e*

Inovação Científica, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 01–13, 2024. Disponível em: <https://revistas.luminascholar.org/epistimoniki/article/view/2>. Acesso em: 29 out. 2024.

Fontes do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font

CALLIARI, Fernando H. *Atlântico uma história de conquista*. 1. ed. Erechim: Edelbra Gráfica e Editora, 2001.

CASSOL, Ernesto. As várias fases e os vários modelos de ocupação humana na região do ex-grande Erechim. *Perspectiva*, Erechim, ano 17, n. 60, dez. 1993

GARCEZ, Neusa Cidade. *Vozes - Sentimentos - Construções: colonização italiana no Alto Uruguai Gaúcho*. Erechim, RS: Habilis, 2009.

MARTINS, Najaska. Gillé: uma história regada a música, amizade e cultura italiana. *Jornal Bom Dia*, 03 de agosto de 2018.

MENEGHELLO, Irene Dalazem. Entrevista realizada em 13 de novembro de 2004. *Projeto Imigração Italiana em Monte Belo Aratiba*. Uri Campus de Erechim. Entrevistadora: Míriam E. Meneghello. Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font. Erechim. RS.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: Fapes, 2001.

WOJCIEKOWSKI, Gleison Juliano. *A história de Erechim contada através da música*. Erechim, RS: AEL, 2024.

O município de Gentil e a ocupação territorial a partir de fluxos migratórios internos de ítalo-brasileiros



Os novos empreendimentos colonizatórios em expansão para o extremo norte do Rio Grande do Sul, baseados na imigração interna de descendentes de europeus, na colonização baseada em pequenas propriedades e na economia agrícola sustentada pela policultura, vão redefinir a trajetória econômica de algumas regiões do estado do Rio Grande do Sul que possuíam a economia pecuarista pastoril, como é o caso de Campo do Meio, as regiões no entorno dos chamados Mato Português, Mato Castelhana, Campo do Meio, e, conseqüentemente, do território que hoje forma a municipalidade de Gentil. Assim, novos sujeitos, estruturas produtivas e dinâmicas sociais se territorializavam e dinamizavam a região. A colonização ítalo-brasileira alcançava o norte do Rio Grande do Sul.

De acordo com a já célebre obra de Frosi e Mioranza, *A imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*, já com status de

clássico estudo sobre a imigração e colonização italiana de 1975, entre os anos de 1875 e 1888, a imigração da Península Itálica, particularmente da região nordeste, ocupou as terras delimitadas nos núcleos colônias de Conde D’Eu, Dona Isabel, Caxias e Nova Milano. Entre os anos de 1884 e 1892, o fluxo migratório tanto externo, advindo diretamente do Velho Continente, quando um novo fluxo interno de ítalo-brasileiros advindos dos núcleos coloniais iniciais ganha intensidade, gerando um novo fluxo de deslocamento populacional que finda pelo estabelecimento de novas coloniais, particularmente de Antônio Prado, Alfredo Chaves e Guaporé.

Neste sentido, grande parte dos estudos sobre a região de colonização italiana definem a territorialização como “antigas colônias” ou “colônias antigas” as colônias que receberam imigrantes diretamente da Itália, estabelecidas entre 1875 e 1885, compreendendo as colônias de Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel, atualmente

abrangendo os municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves. Além disso, destaca-se São Marcos, núcleo fundado em 1883, que inicialmente foi habitado por imigrantes poloneses, mas que posteriormente recebeu uma significativa população italiana. Também ingressam nas ditas “antigas colônias” ou “colônias antigas”, as terras coloniais formadas entre 1884 e 1896, incluindo as colônias Alfredo Chaves e Antônio Prado, que atualmente correspondem aos municípios de Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano e Antônio Prado. Desta forma, a Colônia de Guaporé, desenvolvida e fundada em 1892, que corresponde à área dos atuais municípios de Casca, Guaporé, Muçum, Serafina Corrêa e parte de Marau, é vista como área conceituada como “nova colônia”. Sendo, por fim, é mencionada como “novíssimas colônias” os espaços ocupados por ítalo-brasileiros e constituídos a partir de 1900, como resultado da expansão contínua dessas comunidades¹.

Para Vannini (2003) no fim do século XIX

e logo nos primeiros anos do século XX, o processo da colonização demandou novas frentes de assentamento. Com a criação dos outros núcleos, a ocupação ultrapassou a região do rio das Antas atingindo as proximidades do Planalto brasileiro. Logo, em meados do século XX efetivava-se a ocupação destas terras por meio do processo de migração interna.

Na *Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul*, organizada pelo Major de Artilharia João Candido Jacques e desenhada pelo Segundo Tenente Alfredo Vital, é possível vislumbrar o estado da imigração e colonização europeia, em especial dos núcleos majoritariamente formados por alemães e italianos no Estado sul-rio-grandense em 1891. No excerto, o recorte da carta geográfica compreende a capital do Estado, Porto Alegre, os núcleos majoritariamente ocupados por teuto-brasileiros na região do Vale dos Sinos e, por fim, os núcleos de Conde D’Eu, Dona Isabel, Caxias, Antônio Prado e Alfredo Chaves. A região entre os rios Carreiro, Guaporé e Taquari que futura-

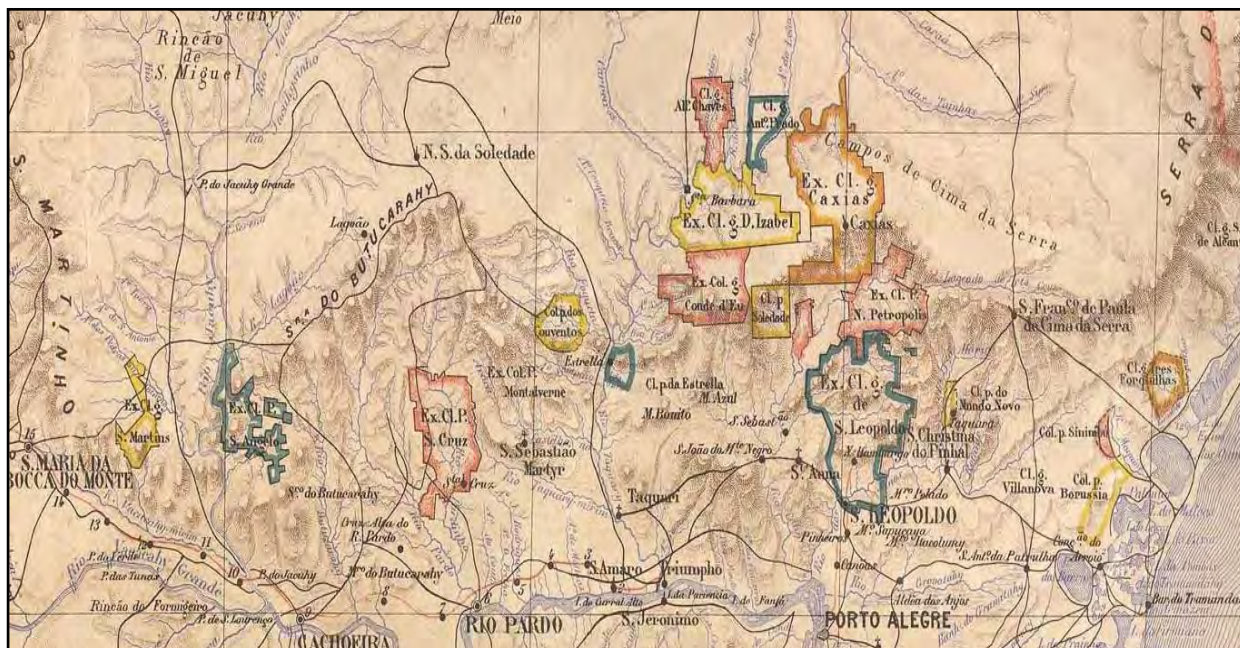
¹ Contudo, como o critério distintivo entre áreas de colonização antiga e nova não deriva, todavia, daquele das épocas políticas acima mencionadas, com as quais pode coincidir, mas, em linhas amplas no fato de que se consideram “colônias antigas” os assentamentos iniciais dos quais partiram, depois, fluxos migratórios internos que povoaram novas áreas. Na verdade, esse critério não corresponde exatamente à divisão, porque também na colônia Guaporé, fundada em 1892, afluíram imigrantes provenientes diretamente da Itália, além de indivíduos dos primeiros núcleos estabelecidos no Rio Grande do Sul. Deste modo, tanto fator temporal de sua fundação, como pelo fator de seu povoamento também ocorrer por elementos advindos diretamente da Península Itálica, assim como por sua fundação oficial pela mão estatal, consideramos ela como integrante da área da Colônia Velha ou Antiga Colônia. Do mesmo modo, definição de Região de Colonização Italiana é uma definição de origem histórica, que entrou na linguagem comum e oficial, que propriamente pertence somente aos territórios das ex-colônias de natureza pública fundadas entre 1875 e 1892 e, por extensão, às áreas dos municípios delas derivados. Portanto, exclui-se da definição a área de Encantado, mesmo que tenha sido ocupada por italianos na década de 1880, ainda antes de Guaporé: trata-se não de uma colônia pública, mas de uma colonização fundamentalmente privada. A característica da região histórica é, com efeito, aquela de ser uma área de colonização essencialmente pública, também se aí podem ser compreendidas algumas zonas internas ou periféricas de terras privadas que foram sucessivamente anexadas à circunscrição dos municípios derivados das ex-colônias.



mente delinear o núcleo colonial de Guaporé, estabelecida oficialmente em 1892, ainda sustenta a definição de terras devolutas. No entanto, já se torna possível observar o movimento de ocupação por meio de colonização das terras no sentido do planalto médio sul-rio-grandense. Ocupação que intensificar-se-á nas primeiras décadas do século XXI, alcançando o espaço lindeiro a Gentil.

Figura 1. À direita, a Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul (1891). Acervo Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Figura 2. Recorte do mapa anterior, localizando a região de colonização italiana na serra do Estado e seu avanço rumo ao norte, alcançando posteriormente a colônia Guaporé, entre os rios Guaporé, Carreiro e Taquari e, por fim, chegando ao espaço de Campo do Meio.



A partir destes núcleos vemos o desenvolvimento, em uma perspectiva cronológica, de uma expansão territorial espontânea de ítalo-brasileiros em duas direções, a primeira delas avançando sobre áreas em direção a Putinga, Anta Gorda, Ilópolis, Arvorezinha, e, por outro lado, rumo à Paraí, Marau, Erechim, Nova Araçá, Ciriaco, David Canabarro, conhecidas como “novíssimas colônias”. A imigração interna, paulatinamente, expande-se das “colônias antigas” para as “colônias novas” e então para as “novíssimas colônias” do planalto. Conforme João Carlos Tedesco, em obra denominada *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*, publicada em 1999, a expansão da ocupação do território definido pela colonização deu-se muito rapidamente, começando pela periferia das antigas colônias, seguindo por toda a margem meridional do planalto, alcançando logo os Aparados da Serra, o vale do rio Uruguai e, então, estendendo-se pelo oeste catarinense e paranaense.

Sendo assim, vemos que a região que realmente delimitou as trajetórias de imigrações internas foi a direção norte-noroeste. O aumento do fluxo migratório da Península Itálica nas duas últimas décadas do século XX, aliado ao fato dos lotes coloniais destinados a imigração ítalo-brasileira apresentarem dimensões reduzidas, variando no entorno de 25 hectares, a alta taxa de natalidade entre estas famílias acarretava uma pressão demográfica sobre o espaço. Deste modo, tanto

imigrantes recém-chegados, como os filhos dos colonos já estabelecidos em terras sul-rio-grandenses optavam por adquirir novos lotes.

Além deste fator, a dinâmica de exploração econômica do lote colonial também contribuiu para este movimento de deslocamento populacional interno. Com a chegada no lote, o maior desafio do colono encontrava-se na derrubada da mata virgem visando a construção de sua casa, de suas benfeitorias e áreas de cultivo. Superado este primeiro desafio, o sistema de utilização da terra que previa a derrubada da mata para realização das atividades agrícolas ficou conhecido como rotação de terras. Esta racionalidade produtiva previa a derrubada da mata, o fogo sobre o material orgânico depositado sobre o solo, seguido do cultivo sobre a clareira aberta aproveitando a fertilidade natural do solo. À medida em que os rendimentos produtivos decaíam, o processo era repetido sobre uma nova área, deixando a anterior recuperar-se novamente com a vegetação, recompondo sua fertilidade natural. No entanto, em propriedades que orbitavam 25 hectares, este sistema tornava-se inviável devido ao espaço excessivamente pequeno para aplicar a rotação. Logo, as famílias maiores necessitavam de novas áreas, visto que a agricultura era a principal fonte de recursos para a unidade familiar, levando à procura de novos locais para instalação.

Vemos, logo, a fundação em 1875 das colônias de Nova Milano, Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias, dando origem a Farroupilha, Garibaldi e

Carlos Barbosa, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente. Na sequência, foram estabelecidos os núcleos de Alfredo Chaves, futura Veranópolis, em 1884 e Antônio Prado em 1886. Por fim, a colônia Guaporé foi estabelecida no ano de 1892. A partir destes núcleos ocorre a expansão em direção às colônias estabelecidas no meridional do planalto

Estes indivíduos acabaram por fazê-lo nos novos núcleos que surgiam em direção ao norte-noroeste. Vemos, a título de exemplo deste movimento, a criação do núcleo colonial denominado Araçá, em 08 de março de 1901, situado no 3º Distrito de Lagoa Vermelha, Turvo, com uma área de 25.000 hectares, pela Comissão de Terras e Colonização. Temos, em 1912, a criação da colônia de Marau, no entanto, que contava com a intrusão de imigrantes desde 1904, a exemplo da região do Tope. Vemos o estabelecimento da Colônia Erechim em 1908, planejada pelo diretor de Terras e Colonização Carlos Torres Gonçalves, atendendo aos princípios positivistas para tornar-se modelo de colonização. Assim como a ocupação da colônia Bom Retiro, posteriormente Ciríaco, na década de 1920, por João Corso e Augusto Piccolli.

A partir desta perspectiva, temos fluxos de imigrantes internos vindos das chamadas “velhas colônias” ou “colônias antigas” rumo às “novas colônias” ou mesmo “novíssimas colônias”. Ou seja, ítalo-brasileiros deslocando-se dos núcleos coloniais de Antônio Prado, Alfredo Chaves e Guaporé perpetrando uma penetração na área de

Marau, Campo do Meio e Gentil, trazendo agora ítalo-brasileiros e, mesmo, teuto-brasileiros para esta região, integrando o último elemento social a região. Estes indivíduos acabaram ocupando tanto lotes coloniais estabelecidos em núcleos oficiais fundados pelo Estado, quando em terras demarcadas por empresas colonizadoras particulares, inclusive nos arredores das grandes propriedades destinadas a atividades pecuaristas pastorais onde já haviam populações de origem luso-brasileiras.

No mapa *Das Rio Grande do Sul der Kolonisten 1924*, proporciona um vislumbre detalhado do estado da ocupação, imigração e colonização do Rio Grande do Sul na segunda década do século XXI. Elaborado por em uma escala de 1:1.500.000, o mapa detalha a divisa dos municípios (*Grenzen der Municipien* - linhas amarelas), as estradas de ferro em funcionamento (*Eisenbahnen* - linhas traçadas em preto), as ferrovias em construção (*Eisenbahnen im bau* - linhas pontilhadas em preto), principais estradas de transporte e comunicação (*Struats strassen* - linhas em vermelho) e mais relevantes cursos e quedas de água (*Wasserfülle* - linhas em azul). Além disto, o mapa também localiza a capital do estado (*Hauptstadt*), as sedes das cidades (*Städte*), povoados (*Villas*), cidades com sedes de freguesias (*Ortschaften mit Pfarrsitz*) e povoações sem sede de freguesias (*Ortschaften obmne Pfarrsitz*). Contudo, o destaque da carta geográfica reside da delimitação dos territórios de acordo com seus processos de ocupação, imigração e colonização específicos,



delineando a colonização alemã (*Deutsche Ansiedlung* - laranja), colonização italiana (*Italianische Ansiedlung* - verde escuro); colonização mista de alemães, italianos e outras etnias, (*Gemischte* - cinza), terras cobertas por mata (*Waldland* - verde claro) e áreas de campo (*Campoland* - branco).

Figura 3. Carta geográfica Das Rio Grande do Sul der Kolonisten (1924), delineando de forma detalhada o estado da ocupação, imigração e colonização do Rio Grande do Sul na segunda década do século XXI. Acervo do Arquivo Nacional.

Figura 4. Excerto do mapa anterior, destacando a área de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul, assim como seu processo de expansão rumo ao norte-noroeste até alcançar o espaço pertencente a Gentil e ao Campo do Meio.



Ou seja, neste contexto, essas “novíssimas colônias” estabelecidas no planalto médio situavam-se em áreas de floresta, adjacentes às regiões de campo já ocupadas pelos grandes latifúndios dedicados à pecuária pastoril, bem como em áreas desocupadas anteriormente pelos posseiros, que mantinham pequenas plantações e praticavam o extrativismo de erva-mate, pinhão e madeira. Além disso, essas colônias ocuparam terras próximas aos acampamentos indígenas e reservas de TI.

A partir desses núcleos, observamos o desenvolvimento, em uma perspectiva cronológica, de uma expansão territorial espontânea dos ítalo-brasileiros em duas direções. A primeira delas avança sobre áreas em direção a Putinga, Anta Gorda, Ilópolis e Arvorezinha. Por outro lado, há um movimento em direção a Paraí, Marau, Erechim, Nova Araçá, Ciriaco e David Canabarro, conhecidas como “novas colônias” ou “novíssimas colônias”. Neste contexto, com este segundo processo de ocupação fundiária e povoamento, desenvolveu-se o povoado que será a gênese do futuro município de Gentil. Contudo, a vila recebeu a designação inicial de “Lagoa Comprida”, e posteriormente, a alcunha de “Tapera”.

Federizzi, Bortolotti e Decesaro, na obra *Marau: recortes históricos de seus 65 anos*, publicada em 2020, relatam a rota dos descendentes de italianos ao chegarem em Marau, no fim do século XIX, região que anteriormente já havia sido habitada por tribos indígenas e caboclos luso-brasilei-

ros ligados a atividades tropeiras e agropastoris. Neste sentido, as autoras colocam:

Os primeiros imigrantes, principalmente vindos da Itália e da França, chegaram em 1904 e instalaram-se na região do Tope. Aquele era lugar de pouso de tropeiros e mercadores, os quais transportavam seus produtos em carretas. Assim, em 1908, o vilarejo foi o primeiro núcleo populacional de Marau (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 11).

Embora seja impossível dissociar a história atual do município de Marau da imigração e colonização ítalo-brasileira no sul do país, antes torna-se necessário ressaltar a presença de elementos indígenas e luso-brasileiros na região. Desta forma, temos que:

Por volta de 1840, habitavam a região os índios coroados. Na mesma época, estabeleceu-se na região um caboclo chamado Joaquim Domingues de Oliveira. O mesmo aprendeu a língua Guarani, casou-se com uma índia e travou relações amistosas com os coroados, que passaram a respeitá-lo, chamando-o mesmo de pai e acautando-o como chefe (Bernardi, 1992, p.12).

Temos que o nome do rio, que depois viria a designar a colônia e o município, encontra sua

gênese no cacique coroados. O índio Marau teria chefiado um aldeamento de coroados em 1845, logo após a morte de Joaquim Domingues de Oliveira, quando os silvícolas passaram a atuar de forma hostil, atacando, saqueando e ferindo propriedades e proprietários já instalados na região. Tanto o cacique quanto seus comandados teriam sido liquidados por uma milícia de moradores de Passo Fundo das Missões, aliada ao contingente da Guarda Nacional comandada pelo Capitão José das Neves. O fato de que o cacique teria sido alvejado e morto as margens do rio teria motivado os moradores locais a nomearem-no de Marau. Logo, a povoação que cresceria ao seu entorno herdaria o mesmo nome (Disarz, 1972, p. 17).

No entanto, conforme mencionado, o núcleo urbano de Marau não foi o primeiro núcleo populacional do território. O Tope, situado as margens da então estrada-geral que ligava as povoações de Passo Fundo a Soledade, em meados do século XIX, registra propriedades desde 1847, quando Jorge Sturn Viera de São Leopoldo e adquirira terras na região. Aquele território, situado a aproximadamente 22 km a oeste de onde hoje está o núcleo urbano do município de Marau, fora, portanto, o primeiro povoado no território. Logo, até o limiar do século XX, o território marauense e seu entorno, era habitado por indígenas e luso-brasileiros. Porém, o ano de 1904 marca o início do fluxo de imigrantes ítalo-brasileiros. Esta ocupação via imigração e colonização se

efetivará com maior intensidade em 1912, com a criação da colônia Marau e a abertura do mercado de terras para pequenos proprietários.

De acordo com Candice Campos, em *Resgate da História de Marau*, publicação de 2021, a criação da Colônia Marau deu-se oficialmente em 1912, sendo que em 10 de janeiro de 1916, já contabilizando aproximadamente 2.500 habitantes, quando passou à condição de 5º Distrito de Passo Fundo. Assim, vindos das colônias velhas ou colônias antigas de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves e, em maior número, de Alfredo Chaves e Guaporé, os imigrantes ítalo-brasileiros iniciam a colonização da colônia Marau e a formação dos primeiros povoados, dentro os quais o que ficará conhecido pela designação de Lagoa Comprida, futura Tapera, e, posteriormente, Vila Gentil e município de Gentil.

Lagoa Comprida foi o primeiro nome do antigo e pequeno povoado localizado ao sul de Campo do Meio, pelo qual é referenciado entre as décadas de 1910 e 1920, e possivelmente sendo usado também a partir do momento em que a localidade recebeu a designação oficial de Tapeira. Lagoa Comprida compreende, possivelmente, o período entre o que a atual cidade era então, uma povoação quilombola e cabocla, habitada por homens e mulheres remanescentes das antigas fazendas da região que empregavam o trabalho de escravizados, até a intensificação do fluxo de chegada dos ítalo-brasileiros e a concretização da co-

lonização por estes elementos. Sua denominação, deriva, provavelmente, da existência de um acúmulo de corpo de água na área central da cidade. No entanto, oficialmente, a comunidade que figura como gênese do futuro município de Gentil era então designada oficialmente como Tapera.

Há uma imprecisão quanto à localização temporal deste nome na história do município, porque nossas fontes orais divergem neste ponto. Todavia, Lagoa Comprida batizava a área central do povoado que recebera os imigrantes ítalo-brasileiros das colônias antigas, enquanto Tapera designava e batizava oficialmente este povoado pertencente ao território de Marau. Por fim, a Lei nº89, de 18 de dezembro de 1957, referida a seguir, sancionada pelo então Prefeito Municipal de Marau, Lauro Ricieri Bortolon, em seu Artigo 1º determinava que “A localidade, conhecida por “Tapera”, passa a denominar-se Povoado Frei Gentil.”, nos dando a indicação de que nessa época, ou seja, no final da década de 1950, o atual Município de Gentil, ainda se chamava Tapera, e que, portanto, a denominação de Lagoa Comprida, é anterior a esta. De qualquer forma, ambas as denominações nunca foram reconhecidas como nomes oficiais do município, e podem, desta forma, terem coexistido por um determinado período.

Na planta elaborada pela Comissão Emancipacionista delineando o futuro município de Marau, datada de 25 de agosto de 1948, torna-se possível uma visão ampla da região. Em escala de

1:200.000, a carta geográfica apresenta uma área de aproximadamente 2.051 km², na qual é possível localizar os territórios de Marau, Vila Maria, Camargo, Ametista, Ernestina, Montaury, Cascara e Maurício Cardozo, cujos territórios pertenciam aos municípios de Passo Fundo, Guaporé e Soledade. Junto ao traçado da estrada geral Tiradentes, em espaço a integrar o postulante município de Marau, é possível localizar a comunidade de Campo do Meio, na época com a designação de Ametista, e Gentil, então nomeada no mapa no como Tapera.

Desta forma, temos que em termos da imigração ítalo-brasileira que estabeleceu-se em Gentil, esta não necessariamente tem vínculos ou fluxos de passagem originados da área do atual município de Marau. Em termos de colonização, as origens dos migrantes remontam a áreas de colonização mais antiga, como Alfredo Chaves, Antônio Prado e Guaporé. Essa informação serve como um ponto de partida para compreendermos melhor o processo de ocupação e formação territorial da região, tendo em vista que o povoamento, tanto de Gentil, quanto de Marau, ocorreu no mesmo período e com fluxos migratórios provenientes das colônias anteriormente já estabelecidas no Rio Grande do Sul.



Figura 5. Carta geográfica (1948). Carta geográfica elaborada e anexada ao memorial descritivo produzido para a emancipação do município de Marau. No mapa, é possível localizar a comunidade de Campo do Meio, na época designada como Ametista, e Gentil, então nomeado como Tãpera. Fonte: Projeto de Lei relativo ao memorial para emancipação de Marau, vila Maria, Camargo, Ametista, Ernestina, Montauray, Cascara e Maurício Cardozo, dos municípios de Passo Fundo, Guaporé e Soledade, disponível no APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, acervo estabelecido pela Diretoria dos Serviços Legislativos, Serviço de Comunicação e Arquivo.

É fundamental destacar que o processo de emancipação do município de Gentil envolveu a constituição de seu território a partir de áreas pertencentes a três municípios originários: Marau, Ciríaco e Passo Fundo. No que se refere à migração italiana, oriunda das Colônias Novas, especialmente Alfredo Chaves, Antônio Prado e especialmente Guaporé, esta dirigiu-se ao território que, à época, integrava o distrito de Marau, especificamente até a região conhecida como “Capitel do Bueiro”. Por outro lado, as áreas incorporadas de Passo Fundo e Ciríaco ao território de Gentil apresentam características marcantes de uma cultura cabocla ou luso-brasileira, com elementos portugueses, indígenas e africanos, distinta da influência italiana predominante na porção de Marau.

A diversidade cultural entre os migrantes ítalo-brasileiros e os caboclos constitui um aspecto relevante na análise das dinâmicas socioculturais da região de Gentil. Observa-se uma distinção

marcante entre os grupos, com a imigração italiana sendo predominantemente caracterizada por um campesinato voltado à produção de policultura, para a produção de alimentos e comercialização de excedentes, composto por famílias numerosas que são utilizadas como mão de obra. Esse grupo de migrantes se estabeleceu principalmente na parte territorial oriunda de Marau. Em contraste, as áreas provenientes de Ciríaco e Passo Fundo, embora também associadas ao campesinato, apresentavam uma mescla com atividades pecuárias, tendo este campesinato orbitando e desenvolvendo-se no entorno de fazendas de latifúndios que traziam consigo uma cultura distinta. Tal diferença abrange não apenas os modos de produção agrícola e pecuária, mas também os padrões culturais de convivência e organização social.

Referências

- DISARZ, Alberto. *Marau ontem e hoje*. Caxias do Sul, 1972.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora da UCS; Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.
- VANNINI, Ismael A. *O sexo, o vinho e o diabo: Demografia e sexualidade na colonização italiana do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Passo Fundo: Edupf; EST, 2003.



Origens da colônia Guaporé:

uma jornada de imigração e desenvolvimento

MARINILSE CANDIDA MARINA

O século XIX foi marcado por grave crise econômica na Europa e disputas territoriais, enquanto o Brasil buscava colonizar a parte meridional de seu território, graças à política imigracionista do período imperial e republicano, que pretendia colonizar as terras devolutas também no Nordeste do Rio Grande do Sul, e assim garantir, além da defesa da fronteira, o “branqueamento” da população.

O importante movimento político e histórico da unificação italiana¹ não trouxe melhoria econômica significativa do ponto de vista desta análise. Os impostos abusivos pagos aos “invasores” não foram extintos, passaram a ser pagos à monar-

quia e aos grandes senhores de terras. Mudaram somente os impositores, pois para a maior parte dos camponeses as obrigações de pagamentos, o alto valor das terras e a fraca dieta alimentar tiveram continuidade. Isso tudo se associou ao controle intenso das autoridades italianas na cobrança de impostos também sobre as migrações internas pela Europa.

É pertinente salientar duas questões acerca dos estudos referentes ao movimento migratório de maior contingente para o Sul do Brasil: 1) a maioria era camponesa, mas agregava outras profissões a renda familiar como a artesanaria^{II}; 2) um grupo significativo de italianos era provindo da

¹ A França pós-revolucionária invadiu a cidade de Veneza em 1797, dividindo o território do Norte da Península Itálica com o Império Austríaco, fazendo com que a população fosse dominada em determinados períodos por franceses e, em outros, por austríacos. Esses conflitos franco-austríacos no território em questão, que iniciaram no ano de 1797, seguiram até o ano de 1815 (Congresso de Viena), quando o Império Habsburgo dominou a administração da região, até a unificação da Itália, representada por Vitorino Emanuele II, chamado de “o pai da pátria”, oriundo da casa de Savóia, que instaurou a monarquia na então Península Unificada (Beneduzi, 2011).

^{II} Para maiores informações acerca do tema, consultar: MARINA, Marinilse Candida. *Marito e buoi dei paesi tuoi: estratégias familiares de friulanos na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1880-1964)*. Itapiranga: Editora Schreiber, 2022a. MARINA, Marinilse Candida. *Das montanhas “italianas” para o Rio Grande do Sul: famílias pioneiras do ramo joalheiro em Guaporé*. Itapiranga: Schreiber, 2022b.

parte montanhosa do território europeu, portanto adeptos as migrações sazonais^{III} pelo resto do continente, em especial para a Europa Central.

Conforme Franzina (2006), diferentemente da planície, nas regiões montanhosas prevalecia a pequena propriedade. No contexto emigratório, esses pequenos proprietários seriam os primeiros prejudicados pela crise que a Europa enfrentava e, por isso, motivados a emigrar: embora não fossem os mais pobres, eram “os pequenos arrendatários, os pequenos proprietários, ou seja, os pequenos produtores capazes de inserir-se no mercado por si mesmos, mas ao mesmo tempo incapazes por causa da sua objetiva fragilidade, de resistir à violência das crises conjunturais” (Franzina, 2006, p. 39, tradução livre).

As atividades agrícolas desenvolvidas nessas propriedades localizadas ao pé das montanhas não supriam todas as necessidades familiares. Dessa forma, anterior à emigração para o Brasil, eram grupos que praticavam as ditas migrações sazonais como forma de obter uma renda extra, que era agregada à economia agrícola. Podemos afirmar que este pecúlio favoreceu a emigração para o Rio Grande do Sul, pois havia um saldo, o qual poderia ser aplicado no pagamento das passagens e no início de uma nova vida na América do Sul. Resumidamente, a busca por melhores condições

de vida (tanto para aqueles provindos da planície quanto os chamados *pedemontanos*^{IV}) não foi conquistada nem mesmo com a unificação, iniciando-se a grande emigração para América Latina e, neste trabalho com ênfase, para o estado brasileiro do Rio Grande do Sul. As principais características que pressionaram a emigração foram métodos de cultivo atrasados, necessidade de reformas fundiárias, baixa produção, deterioração das condições de vida no campo e perda de mercado dos produtos característicos da economia agrária, devido à concorrência internacional de preços (Herédia, 2005).

Ainda, é pertinente salientar que a Itália, durante o segundo momento da grande emigração (1876-1886), tinha como base econômica a agricultura e, mesmo posteriormente, apresentava problemas a serem resolvidos tanto no âmbito da transformação da produção agrícola, que ainda era arcaica, quanto na modernização das indústrias: “O processo de unificação não havia resolvido problemas nascidos da decadência do feudalismo e da instalação do capitalismo” (Herédia, 2005, p. 235). Entre tais problemas, destacam-se o empobrecimento de grande parte da população, a dificuldade para conseguir adquirir terra e trabalho no restante da Europa, uma vez que a crise agrária estava agravada em todo o continente, e

^{III} Migração sazonal é um tipo de migração temporária, que abrange motivações de trabalho e pode envolver diversos meses. Após determinado intervalo de tempo, o migrante retorna de onde partiu.

^{IV} Originários dos pés das montanhas.

o aumento de impostos cobrados pelo governo italiano aos trabalhadores que exerciam ofícios no exterior. Outro fator importante que direcionou o fluxo de italianos para o Brasil foram as barreiras imigratórias impostas pelos Estados Unidos, o que dificultou a entrada de imigrantes europeus naquele país. A crise vivida na Itália e a ideia de que o Novo Mundo poderia proporcionar uma vida melhor motivaram muitos a aventurarem-se nas Américas (De Boni, 1990).

Em termos de Rio Grande do Sul, o processo de imigração e colonização italiana era basicamente com o intuito de ocupar terras não utilizadas pelos grandes latifundiários e não habitadas pelos imigrantes alemães (Maestri, 2000). No contexto majoritariamente distinto de outros estados brasileiros, como por exemplo, São Paulo, verifica-se que os italianos que partiram da península com destino para este local tiveram, inicialmente, as passagens pagas pelo governo brasileiro. Os objetivos no contexto paulista, em um primeiro momento, foi a substituição gradual da mão de obra escrava – principalmente nos cafezais^V, devido ao fim do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, de 1850) e à abolição da escravidão (Lei Áurea, de 1888) – e o “branqueamento” da população, conforme política subliminar governamental.

É pertinente destacar que o Brasil, desde a metade do século XVI, apresentava uma estru-

tura produtiva e econômica voltada ao latifúndio. Ainda, vale salientar que uma lei de 1850, sancionada logo após a Lei Eusébio de Queirós, estabelecia que a terra só poderia ser comprada, assim se “procurou impedir seu acesso à grande maioria da população nativa e incentivar a colonização possibilitando aos imigrantes adquirirem lotes de terras devolutas com suas poupanças após alguns anos de trabalho nas lavouras dos grandes proprietários” (Gonçalves, 2012, p. 143). Ainda, o fim do sistema escravocrata de produção – principalmente nas lavouras de café – possibilitava o pagamento de salários aos ex-escravizados, para que permanecessem trabalhando nas lavouras, o que resolveria o problema da mão de obra, mas não o problema de inseri-los na dinâmica capitalista.

Sem entrar na discussão de aspectos capitalistas e culturais da população brasileira do período, observa-se que existiu uma política subliminar por trás de aspectos generalizantes, como a ocupação de espaços e a defesa fronteiriça, uma vez que, em teoria, a oportunidade de colonização e aquisição de terras poderia ter sido dada a outro grupo que não fosse necessariamente o europeu. As relações entre Itália e Brasil eram percebidas como amistosas.

O governo brasileiro estava à frente de iniciativas propagandistas em torno da emigração para o país, a fim de, assim, manter em plena pro-

^V Na década de 1840 a 1850, a economia brasileira passava por importante modificação: o café substituiria definitivamente o açúcar como principal produto de exportação, e o centro econômico do país deslocava-se do Nordeste para São Paulo.

dução principalmente as lavouras de café. A situação modificou-se a partir das últimas décadas do século XIX, após o estabelecimento de significativo número de italianos na parte Sul do Brasil, quando “os homens de Estado italianos passaram, então, a se interessar mais pela situação do gigante sul-americano, mas tendo em vista basicamente duas linhas de ação: a proteção dos conacionais e a promoção do comércio e das relações econômicas” (Bertonha, 1997, p. 107). Assim, as questões comerciais brasileiras ligadas à Itália representavam lucros também para o país além-mar.

Em termos gerais de Brasil^{VI}, os principais estados receptores de italianos foram da Região Sudeste – São Paulo (maior receptor), Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro –, seguidos da Região Sul – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, respectivamente. Em menor escala, outros estados brasileiros também receberam contingentes de imigrantes, como a Bahia^I, por exemplo. É importante recordar que “a região do Prata (Argentina) era o principal destino daqueles que se dirigiam à América (68% do total), seguida pelos Estados Unidos (16,5%) e Brasil (8,9%)” (Gonçalves, 2012, p. 39).

No estado sulista, os interesses eram basicamente colonizatórios, como dito, além de questões relacionadas ao controle fronteiriço e a miscigenações étnicas. Sobre o tamanho dos lotes, Herédia (2001, p. 03) esclarece que “Em 1875, os lotes foram alternados para 25 hectares, medindo de 200m a 250m de frente e de 1.000m a 1.250m de profundidade [...]”. Ainda quanto a Lei de Terras de 1850, esta estabelecia os critérios para a estruturação das colônias agrícolas, assim como a legitimação das sesmarias existentes. As terras foram fatiadas em léguas quadradas, linhas e travessões, sendo ocupadas por esse novo contingente de europeus, que passaram a produzir nesses lotes familiares, remodelando o regime de trabalho e impulsionando a economia rio-grandense. Os primeiros contingentes significativos de imigrantes de língua italiana^{VII} foram encaminhados, inicialmente, para as colônias de Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias^{VIII}, sendo que a maior leva de imigrantes ítalos era oriunda da região do Vêneto.

^{VI} Conforme registros de 1910, os italianos estavam distribuídos nos seguintes números em cada estado: Bahia – 4.000; Minas Gerais – 90.000; Espírito Santo – 50.000; Paraná – 20.000; Rio de Janeiro – 50.000; Rio Grande do Sul – 250.000; São Paulo – 800.000 (Azevedo, 1975, p. 98).

^{VII} Utilizamos, nesta explicação, o termo “imigrantes de língua italiana”, pois os registros mostram entre os primeiros grupos de imigrantes aqueles nacionalmente italianos oriundos do Reino da Itália, e aqueles de língua italiana, porém oriundos do Império Austro-Húngaro, uma vez que a questão territorial é complexa em termos de Europa.

^{VIII} Referimo-nos diretamente ao nome da colônia como Caxias, em termos de simplificação para o entendimento do leitor, devido as variantes de nomenclaturas anteriores ao tratar deste espaço.

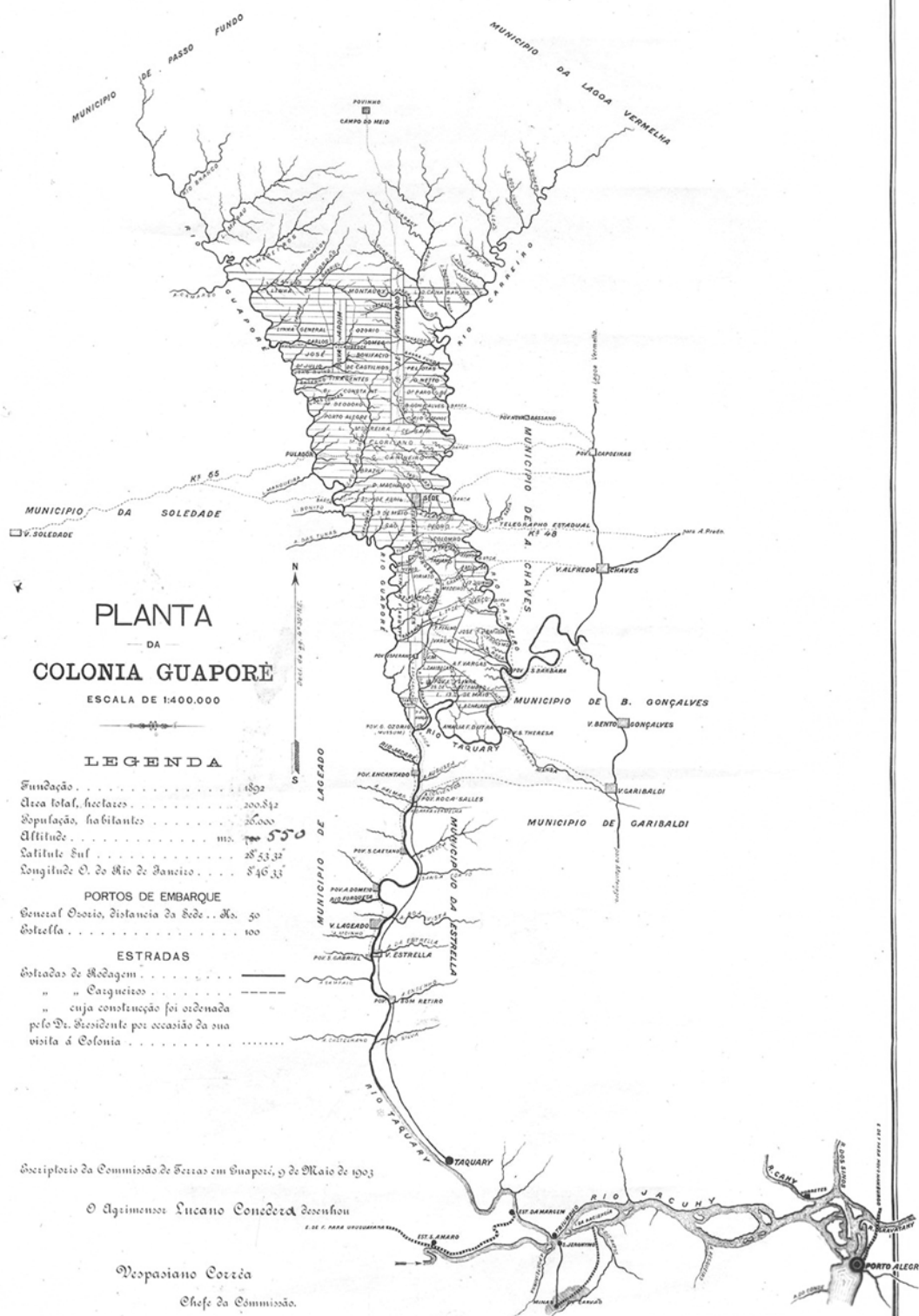


FIGURA 2. Planta da colônia Guaporé. Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

O monopólio das heranças (bloqueio fundiário) e a consequente necessidade de busca de novos pontos de fixação são evidentes. Nesse sentido, Levi (2015, p. 15) advoga “muito pouco foi feito até agora para estudar a relação cruzada entre dote (que atinge a nova família no momento da formação) e herança (que chega na maioria dos casos à nova família em fase sucessiva)”. Além desses principais fatores que nortearam o processo de imigração e colonização:

o Governo provincial percebia a necessidade de ampliar as áreas destinadas à colonização, com o imperativo de aproveitar a grande área devoluta ao sul de Passo Fundo e Soledade, o que encurtaria as distâncias entre esses municípios de Porto Alegre, aprimorando as vias de comunicação tanto terrestre quanto fluvial, em vista da navegabilidade do rio Taquari com a capital da província. Assim, o governo estabeleceu uma comissão técnica para realizar um levantamento e mapear a extensa área entre os rios Carreiro e Guaporé (Tedesco, 2022, p. 242-243).

Para melhor compreensão do espaço territorial designado a colônia Guaporé, segue planta na página seguinte. A planta apresenta as demarcações da colônia, a divisão das principais linhas, informações relativas à sua fundação, altitude do território, população, área total, municípios vizi-

nhos, estradas e portos de embarque. Esse mapa torna-se essencial para que se possa compreender o núcleo colonial Guaporé em toda a sua extensão, com terras distribuídas entre os rios Guaporé e Carreiro, até encontrar o Taquari (Tedesco, 2022, p. 244-245).

Assim, Guaporé, palavra de origem Guarani que significa “Vale Deserto” ou “Vale do Sertão”, foi constituída no ano de 1892, com territórios pertencentes aos municípios de Lajeado e Passo Fundo. Teve como diretor o engenheiro Montaury de Aguiar Leitão, o qual contava com o auxílio, para demarcação e loteamento dos terrenos, do também engenheiro Vespasiano Corrêa, empossado em 1 de janeiro de 1904 como intendente do município, tendo entre seus sucessores: Luciano Conedera, Cel. Agilberto Atílio Maia, Manoel Francisco Guerreiro, Paulo Dutra, José Ponzi, Basílio Santos Loureiro, etc.

Em 21 de julho de 1933, Guaporé foi elevada à categoria de Comarca e em 31 de março de 1938, através do decreto nº 7199, à categoria de cidade. A colonização da localidade foi iniciada pela divisão de seu território em 5.000 lotes, com extensão de 250.000 a 300.000 m². “A divisão oficial da Colônia de Guaporé beneficiou-se de um sistema cartográfico em que se encontravam demarcados os rios e os córregos de maior relevância” (Tedesco; Balbinot, 2015, p. 33).

A proximidade dos atuais municípios que representam as ex-colônias Dona Isabel e Guaporé

pode ser verificada pelo fato de pertencerem a mesma mesorregião: Nordeste rio-grandense. Além disso, o relatório consular de 1904 apresenta que “Este novo município faz fronteira com os municípios de Passo Fundo, Soledade, Lajeado, Estrella, Garibaldi, Alfredo Chaves e Bento Gonçalves” (Herédia; Romanato, 2016, v. II, p. 375 – tradução nossa). Era uma colônia que apresentava importância em extensão territorial e hidrográfica. Na sequência, segue mapa (Figura 3) da configuração de Guaporé para o ano de 1938.



Figura 3. Distritos de Guaporé em 1938 e localização de Marau. Fonte: Projeto Heuser³.

Através da Figura 3, podemos observar os distritos de Guaporé (e a sede), a partir do mapa de 1938, no qual Marau é citado apenas como demarcação territorial da colônia com Passo Fundo, visto que era o 5ª distrito desta última localidade.

Guaporé servia como uma espécie de artéria que interligava os distritos a sua sede. Todas as linhas ficavam na dependência desse centro administrativo, o qual era responsável, principalmente, pelas decisões políticas e econômicas da colônia. Assim como o restante da Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (RCI), Guaporé caracterizava-se pela agricultura e mão de obra familiar, pelo extrativismo da madeira e erva-mate, assim como pela produção de produtos agrícolas para subsistência. Posteriormente, com o desenvolvimento das técnicas agrícolas e pecuárias surgiram frigoríficos e curtume, impulsionando a economia da região (Tedesco; Balbinot, 2015).

Neste contexto, a colônia de Guaporé era um extenso território, agrupando diversos distritos, onde os comerciantes necessitavam revender os produtos agrícolas adquiridos dos colonos e, em contrapartida, suprimir as demandas da colônia através da compra de demais artigos. Esse ciclo de escoamento, compra e venda de produtos tinha como base o porto de Muçum.

Porto de Muçum e a dinâmica colonial

Existia uma simbiose econômica que girava em torno do porto de Muçum e da colônia Guaporé. Os colonos trocavam seus produtos pelas mercadorias que não produziam e, por sua vez, os comerciantes⁴ obtinham esses artigos por

meio do porto de Muçum, que permaneceu como distrito de Guaporé até o ano de 1959 e, assim, permutavam ou vendiam tais mercadorias, para o restante da zona rural. Portanto, uma das formas de superar diversas adversidades para o desenvolvimento colonial foi a abertura de estradas e a montagem da infraestrutura fluvial pelo rio Taquari, conhecido como porto de Muçum. O domínio de conhecimento de ofícios que migraram com os imigrantes, principalmente ferreiros e carpinteiros, oportunizava a fabricação de ferramentas, carretas e construções de habitações, pontes etc., necessárias à colônia (Tedesco, 2022, p. 239).

Os carreteiros tiveram um papel essencial para o funcionamento dessa dinâmica mercantil de Guaporé. Poderiam ser autônomos ou empregados das casas de comércio, sendo que ocupavam importante função nessas redes de desenvolvimento econômico, pois eram eles que transportavam os produtos das casas comerciais com destino ao porto de Muçum. Por conseguinte, eram o vínculo entre o comerciante e o colono, uma vez que eram fundamentais na construção de toda uma engrenagem, com estradas de chão batido, dependendo da tração animal e carregando toneladas de mercadorias que provinham das colheitas agrícolas. Tais carreteiros eram responsáveis pelo transporte desses produtos para o porto, que tinham como destino as demais localidades e o abastecimento das vendas. “Essas mercadorias percorriam o mesmo trajeto dos produtos coloniais, ou seja, eram

enviadas de Porto Alegre ou de Rio Grande por meio das companhias de navegação; chegando ao porto de Muçum” (Tedesco; Balbinot, 2015, p. 58).

Apesar da importância dos homens que tocavam as carretas, o grande protagonista era o comerciante, que soube, através de diversas estratégias, como expandir seus negócios. Um “pequeno grande mundo”⁵ se instalou em todo o caminho para o porto de Muçum. Vale salientar que a abertura das estradas foi imprescindível para o funcionamento desse mecanismo de compra e venda de produtos, já que “sem estradas o comércio não se realiza [...]”. As colônias servidas por picadas tinham condições de vender sua produção e, portanto, se desenvolver” (Giron; Bergamaschi, 2001, p. 50). Sabe-se que, em muitos casos, se passaram décadas até que as colônias tivessem estradas relativamente boas para o tráfego de carroças, cavalos e carreteiros. Porém, mesmo assim, facilmente, se transformavam em lama, tornando o transporte de produtos muito difícil e demorado.

Na *Revista de família*: Astolfi & Dall’Acqua, é possível ler o relato de Itália Dall’Acqua Astolfi (1990), que trabalhou por décadas ao lado do esposo em uma das primeiras casas comerciais da sede da colônia Guaporé. Sobre a importância dos carreteiros nas colônias, ela comenta:

Antes do advento dos caminhões, os serviços de transporte eram feitos por carreteiros em suas carroças. Mas antes ainda, os gêneros eram transpor-

tados em cargueiros por tropas de mulas. As carretas só começaram a ser usadas quando foi aberta a estrada geral. A estrada geral era de terra batida, e quando chovia se formavam muitos atoleiros [...]. As mercadorias eram compradas dos viajantes, que eram normalmente de Porto Alegre e que visitavam os fregueses em suas casas de comércio, no interior (Astolfi, 1990, p. 8).

Nesse trecho do relato, Itália destaca a precariedade das estradas, que eram imprescindíveis. Além disso, ressalta a maneira como eram ofertados os produtos nas colônias: através dos viajantes que se deslocavam de Porto Alegre para a RCI. “Uma viagem normal de Guaporé até Muçum, sem atoleiros, levava dois dias. Os carreteiros podiam ser autônomos e trabalhar para um comerciante ou para mais de um, como podiam ser simplesmente empregados” (Astolfi, 1990, p. 8).

A Figura 4 retrata um carreteiro que trabalhava para a família Busato na década de 1930,

FIGURA 4. Carreteiro com destino ao Porto de Muçum (década de 1930). Arquivo pessoal de Iracema Busato Mocelin.



partindo de Casca, distrito de Guaporé naquela época, para o Porto de Muçum. Este foi a grande via de acesso de pessoas e produtos da colônia à capital sulina por mais de meio século (1890-1950). As colônias precisavam de um meio que fizesse a economia local se desenvolver, assim “a carreta delineou-se como ligação que vinculava família, terra, produção, comércio e sobrevivência” (Tedesco; Balbinot, 2015, p. 52). Com a desativação do Porto de Muçum, no final da década de 1940, principalmente os comerciantes passaram a fazer uso de caminhões.

Na colônia Guaporé, famílias ligadas ao comércio e às indústrias viram uma oportunidade de comercialização com a modernização do transporte^x. Mas, anteriormente, era imprescindível o meio de transporte colonial, inclusive para o recebimento da matéria-prima necessária à produção artesanal que se industrializou e, atualmente, define significativamente a economia local, cuja base se iniciou com os artesãos.

Considerações finais

Para compreendermos as dinâmicas coloniais no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, é imprescindível dialogar sobre os grupos – neste caso de italianos-, em período anterior a emigração para América Latina. Os sujeitos imigrantes eram majoritariamente oriundos do Norte da Itália^{xi}, portanto apresentavam culturas de mobilidade migratória ao interno da Europa – migrações sazonais -, sendo que muitos agregavam à cultura de artesãos a renda familiar, tanto do ofício de origem dos vilarejos, quanto daqueles aperfeiçoados com os múltiplos ofícios, sobretudo na Europa Central. É importante destacar que outros italianos de regiões variadas compunham o quadro nas colônias sulistas citadas, incluindo aqueles provenientes de áreas planas. Generalizadamente, a grande massa de imigrantes que ocupou os espaços – devido a ampliação das famílias e questões da herança - na colônia Guaporé, eram camponeses por tradição, porém desenvolviam outras técnicas laborativas desde os pontos de partida.

Tais conhecimentos, agregados à economia familiar, dependiam do equilíbrio de trabalho en-

^x Por exemplo, a empresa Dotti & Cia. (Álbum..., 1950, p. 395), loja da concessionária Ford em Guaporé, localizava-se em prédio próprio, à Rua Vespasiano Corrêa, em frente à praça principal da cidade. Iniciou as atividades em outubro de 1941, sendo integrada pelos seguintes sócios: João Germano Dotti, chefe da oficina; Ottávio Bernardi, chefe da seção de vendas; Balduino Orlando Morassutti, gerente-geral; e Gino Luiz Morassutti, chefe da contabilidade. A empresa manteve as atividades até o ano de 1987.

^{xi} Isso não significa que não houvesse italianos de outras partes da península. Os primeiros moradores imigrantes italianos, migrantes de outras colônias e de vários grupos étnicos e moradores autóctones, foram se inserindo e adquirindo terra, assim como migrantes de São Paulo, Argentina e Chile (Tedesco, 2022, p. 239-253). Essas mobilidades de chegadas e partidas se apresentam, também, nos boletins consulares.

tre o campo e as demais tarefas. Neste quadro, alguns se tornaram artesãos, outros industrialistas, os quais, juntamente com os comerciantes, comandavam a dinâmica econômica regional. No entanto, tais engrenagens somente foram possíveis de expansão devido ao porto de Muçum, o qual era imprescindível para o sustento colonial, uma vez que, ao mesmo tempo, por este espaço era possível enviar mercadorias coloniais, receber de centros maiores outros produtos que as colônias não produziam. Ainda, é pertinente dizer que muitas promessas aos colonos não foram cumpridas pelas esferas governativas.

Estes contextos são importantes para compreender a intenção inicial do povoamento de Guaporé e o desenvolvimento econômico, sobretudo com destaque para a agricultura, e as diferenças que sucederam até a atualidade. Como dito, em Guaporé, existiu um significativo grupo provindo da área montanhosa da Itália, portanto artesãos de berço, o que desenhou a economia principal em tempos atuais da localidade e, anteriormente, possibilitou o desenvolvimento colonial, pois sem ferramentas agrícolas etc., as colônias não tinham como se expandir e se desenvolver.

Devido aos empreendimentos iniciados por famílias de imigrantes italianos (Pasquali, Sebben, Spiller, Magnan) e, posteriormente por outros descendentes deste contingente étnico, o município de Guaporé, que é considerado de pequeno porte, com uma população próxima a 26 mil

habitantes, é reconhecido como polo estadual nos setores joalheiro e têxtil. Ocupa o segundo lugar em âmbito nacional, ficando atrás apenas de Limeira, estado paulista, no setor joalheiro e Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, na indústria têxtil. Portanto, Guaporé, que teve destaque com a sua produção agrícola em tempos da imigração italiana, atualmente apresenta um grande êxodo rural. Os descendentes de imigrantes venderam suas propriedades para os industrialistas que dominam a economia local. Desde 1990, com o investimento massivo em empresas de pequeno e médio portes, a população agrícola migrou para a área urbana. Os dados oficiais da Prefeitura Municipal de Guaporé mostram que cerca de 90% da população reside e trabalha na área urbana do município; entretanto, a população local defende que resta menos de 5% de habitantes nas colônias. Isso não significa, porém, que a maior parte da população guaporense detenha altos recursos financeiros, visto que apenas uma pequena parcela concentra maior acúmulo de bem capital.

A colonização europeia ter acontecido majoritariamente por meio da etnia italiana não significa em absoluto que não existissem outros grupos para além dos europeus, como aponta a própria origem indígena do nome municipal. Esta análise, em particular, se deu em torno de grupos específicos de “italianos” e descendentes, mesmo que esses sujeitos se identificassem mais com os regionalismos do que com a pátria de partida. Embora

não coubesse, pelo espaço delimitado expandir os estudos para outras etnias, sem sombra de dúvidas, não se ignora que estavam presentes em tal território.

Referências

ÁLBUM comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Revista do Globo S.A., 1950.

ASTOLFI, Itália. Carreteiros de Guaporé. *Revista de família*: Astolfi & Dall'Acqua, Gramado, v. 6, p. 8-11, 1990.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BENEDINI, Giuseppe F.; ARQUILLA, Matteo. *Na toca do jaguar*: História da imigração italiana nas colônias agrícolas da Bahia. Edizioni Sette Città, 2015.

BENEDUZI, Luís Fernando. *Os fios da nostalgia*: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 40, n. 2, p. 106-130, 1997.

BUSATO, Marinilse Marina. *Casar bem*: estratégias matrimoniais e econômicas na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970). Passo Fundo: UPF Editora, 2019.

COLONIAS DE IMIGRANTES ALEMAES. *Projeto Heuser*. 2024. Disponível em: <https://colonias.heuser.pro.br/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. 2. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

DE BONI, Luís Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

DE BONI, Luís Alberto. *La Mérica*. Escritos dos primeiros imigrantes italianos. Porto Alegre: EST, 1977.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, He-loisa Eberle. *Casas de negócio*: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços*: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Palameda, 2012.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. *Métis*: história & cultura, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1225/848>. Acesso em: 02 jan. 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 10, n. 94, p. 1-10, ago. 2001. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn-94-10-htm. Acesso em: 19 fev. 2017.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, Máira Ines et al. (org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-31.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

MARINA, Marinilse Candida. *Marito e buoi dei paesi tuoi: estratégias familiares de friulanos na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1880-1964)* editora Schreiber, 2022a.

MARINA, Marinilse Candida. *Das montanhas “italianas” para o Rio Grande do Sul: famílias pioneiras do ramo joalheiro em Guaporé*. Itapiranga: Schreiber, 2022b.

ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no RS*. Caxias do Sul: Educus, 2018.

SULIANI, Antônio. *Etnias e carismas: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

TEDESCO, João Carlos. A dinâmica de ocupação da Colônia Guaporé através dos agentes consulares italianos – sul do Brasil – 1892-1910. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* – RBHCS, vol. 14, n. 29, p. 237-266, jul.dez./2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/14470/10016>. Acesso em 31 de out. 2024.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani.

A colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892-1940). Porto Alegre: EST Edições, 2020.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. *Comércio, carretas e trapiches: a Colônia de Guaporé e o Porto de Muçum 1892-1940*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015.

Notas finais

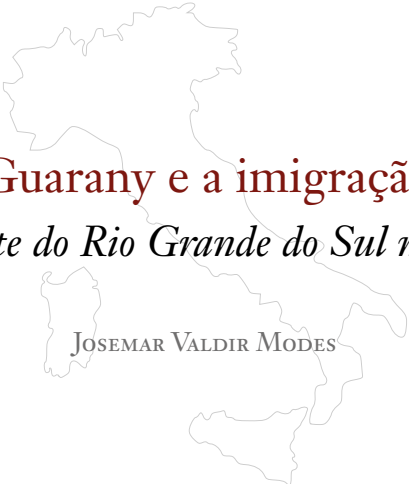
¹ Sobre o assunto, consultar Benedini e Arquilla (2015).

² Nesse sentido, consultar De Boni (1977; 1987) e Suliani (2001).

³ COLONIAS DE IMIGRANTES ALEMÃES. Projeto Heuser. 2024. Disponível em: <https://colonias.heuser.pro.br/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

⁴ Sobre as redes de comerciantes na colônia Guaporé ver: Busato, 2019.

⁵ Título do livro de João Carlos Tedesco: Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural (2001).



Colônia Guarany e a imigração italiana: *a ocupação do Noroeste do Rio Grande do Sul no final do século XIX*

JOSEMAR VALDIR MODES

A Colônia Guarani, localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, constitui-se de um espaço regional peculiar, que foi concebido para ser plural. As múltiplas faces que compõem essa região se enquadram dentro dos conceitos atuais que definem o espaço regional. A delimitação regional vai além do aspecto físico, conforme aponta Edmundo A. Heredia. Para ele

La región, em cambio, es um espaço más bien impreciso, que se mueve en función de la vida espontánea de las comunidades y que, en lugar de marcar límites, establece conexiones y vinculaciones [...]. Las regiones pueden ser concebidas también como espacios culturales, y quizá sea ésta una de las más profundas interpretaciones del espacio regional (Heredia, 2007, p. 201).

Pode-se ver a região como “uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma rela-

tiva homogeneidade interna com relação a certos critérios” (Barros, 2005, p. 98), ou seja, a Colônia Guarani, a partir de determinadas características de análise, apresenta traços comuns que permitem defini-la como uma região. Esses elementos internos que servem para o estudo em questão não são estáticos e, dependendo dos conceitos de análise em voga, as conclusões sobre o espaço regional podem ser diferentes (Barros, 2005, p. 98).

Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela pode ser percebido um certo padrão de inter-relações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto (Barros, 2005, p. 98).

Essa visão acerca da região é ampla, pois verifica a partir de determinados critérios, lógicas internas ou padrões que diferenciam um local ou grupo de outros, inseridos num contexto maior, estabelecendo-os como um grupo específico. Pode-se levar em conta nesta linha de abordagem “critérios econômicos – relativos à produção, circulação ou consumo [...] critérios culturais – considerar uma região linguística, [...] certos modos de vida e padrões de comportamento nas pessoas que o habitam [...] ou critérios geológicos – [...] tipos de minerais e solos (Barros, 2005, p. 99).

É ainda interessante considerar a realidade regional como uma espécie de superposições de diferentes regiões. Nessa perspectiva, a pessoa ou o ambiente podem pertencer a diferentes regiões ao mesmo tempo, dependendo dos pressupostos que se tem em mente ao constituir a mesma. É necessário reconhecer as “especialidades diferenciais, de dimensões e significados variados, cujos limites se recortam e se superpõem, de tal maneira que, estando num ponto qualquer, não estaremos dentro de um, e sim de diversos conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras” (Cardoso, 1979, p. 47).

Nesses conceitos, fica evidente que o espaço regional vai além da delimitação no mapa através de suas fronteiras e internamente podem existir diferentes microrregiões ocupando o mesmo espaço. A Colônia Guarani, pela sua ampla extensão territorial, e pela ocupação multiétnica, se enqua-

dra nessa perspectiva regional que será aprofundada na sequência, destacando um padrão interno para a ocupação do espaço e, ao mesmo tempo, a multiplicidade de manifestações na região constituída. São diferentes grupos dentro de um espaço regional que caracterizam microgrupos regionais a partir de sua manifestação cultural.

A imigração italiana no Brasil é um fenômeno amplamente documentado e que contribuiu de forma expressiva para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. No caso específico da Colônia Guarany, localizada na região denominada das Missões no Rio Grande do Sul, o processo de colonização envolveu tanto a ocupação territorial quanto a introdução de práticas agrícolas e culturais trazidas pelos imigrantes italianos. Guarani das Missões, como centro desta colonização, se destacou pela presença marcante de italianos, que formaram uma comunidade sólida e contribuíram para o fortalecimento de laços culturais e econômicos na região (A. B. 2018, p. 42)

A ocupação da região foi uma estratégia do governo brasileiro para consolidar o território fronteiriço e impulsionar o desenvolvimento econômico. Essa política de colonização, contudo, desconsiderou a presença indígena, promovendo um processo de expropriação e reorganização territorial que favoreceu os imigrantes europeus. A introdução de técnicas agrícolas e a formação de pequenas propriedades foram fundamentais para a economia da colônia. Além disso, a cultura dos

imigrantes, preservada por meio da religiosidade, gastronomia e celebrações, contribuiu para a formação de um espaço regional único, caracterizado pela coexistência de diferentes tradições.

Mesmo diante das adversidades enfrentadas ao longo de sua história, a Colônia Guarani consolidou-se como um espaço emblemático no Rio Grande do Sul. A preservação de suas tradições culturais e religiosas, aliada à manutenção de uma economia baseada na agricultura familiar, reforça a identidade regional e o legado deixado pelos imigrantes.

1.1. A ocupação da região da Colônia Guarani

Muitos (i)migrantes europeus se deslocaram para a região Noroeste do Rio Grande do Sul, conhecida como *Guarany* (Modes, 2016). O território da Colônia Guarani era muito mais amplo do que o território que compõe o atual município de Guarani das Missões, se estendendo até a cidade Santa Rosa. “Fundada em 1891, a colônia Guarani das Missões abrangia a área ao redor de dois mil lotes rurais. Pertencia à chamada região missioneira” (*Apud* Marmilicz, 1996, p. 69).

O grupo mais expressivo a povoar a região foi o dos poloneses, que trouxeram consigo a sua religião e estabeleceram a Igreja Católica na cidade de Guarani das Missões. O estranhamento

entre católicos e protestantes era comum ao ponto dos protestantes não se sentirem parte da vida comunitária, principalmente nas festas com conotação religiosa católica (Slodkowski, 2011, p. 63-87). Segue o autor,

Ressalta-se que a imigração polonesa, não foi um fenômeno planejado, conforme ocorreu com as etnias alemãs e italianas. Desesperançados com a situação em que vivia seu país, os poloneses viram, em terras estrangeiras, uma possibilidade de encontrar melhores condições de vida. Sob domínio das potências Rússia, Prússia e Áustria, a grande maioria somente conseguiu acesso aos navios das companhias portando passaportes russos, prussianos ou austríacos (Slodkowski, 2011, p. 07).

Algumas pesquisas indicavam que entre os anos de 1891 e 1895 havia apenas 1200 pessoas morando na região da Colônia Guarany, a maioria de descendência polonesa. Em 1913, dezoito anos depois, o número já passava de 5000 habitantes, muitos deles provenientes da Polônia também. No ano de 1925 havia poloneses em todos os distritos e vilas da Colônia (Slodkowski, 2013, p. 25).

Na região da Vila Guarani encontravam-se também outros (i)migrantes, vindos de diferentes lugares. Estima-se que cerca de 80% da população que veio para a região Noroeste do Rio Grande do Sul era classificada como de origem

alemã, enquanto os 20% restantes eram atribuídos a outras etnias, como polonesa, portuguesa, italiana e pomerana. O processo de colonização iniciado em 1891, na Colônia Guarani caracterizou-se pela presença de poloneses, suecos, italianos, alemães, russos, portugueses, tchecoslovacos, austríacos, espanhóis e ucranianos (Slodkowski, 2º Sem. 2011, p. 08).



Figura 1. Colônia Guarany, área de povoamento misto, no noroeste do RS (meados de 1900). Fonte: Thomas, 1976.

A Colônia Guarani preservou uma característica que pode ter ligação com os imigrantes que a colonizaram expressivamente: era o local da diferença. A região também era habitada pelos “nacionais” antes do processo de colonização

iniciar. Essa multiplicidade étnica teve seu reflexo na esfera religiosa e boa parte das confissões conhecidas no momento da colonização tiveram espaço para se manifestarem na Colônia (Gertz. *In*: Dreher, 2010, p. 65-66).

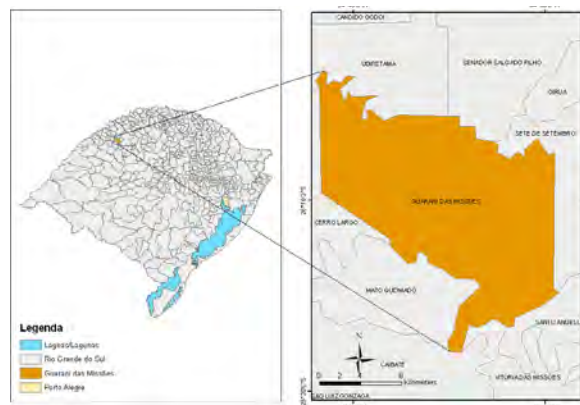


Figura 2. Mapa de localização do município de Guarani das Missões/RS. Fonte: Gamalho; Slodkowski, 2012.

A região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul era uma região fronteiriça, trazendo diversos desafios para o governo brasileiro, principalmente na questão da segurança. Por isso, o governo fazia questão de ocupar a região (Weibel, 1955, p. 36). Havia também uma enorme preocupação de que o extremo sul se emancipasse, tornando-se um país autônomo. Colonizar a região evitaria a apropriação indevida e minimizaria os conflitos com o governo (Flores, 1981, p. 59).

1.1. O interesse do Governo na ocupação desta região

Ocupar a região também tinha um aspecto estratégico, que visava reorganizar o espaço regional do Rio Grande do Sul. Neste processo de ocupação não se levou em conta os indígenas e caboclos que já habitavam o local, e agiu-se com motivações políticas para “atender os interesses políticos da oligarquia hegemônica do Estado, conduzida pelo Partido Republicano Rio-Grandense, que ampliava seu colégio eleitoral” e, ainda, teve-se em mente a necessidade do aumento da arrecadação de impostos (Christensen. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 20).

Dreher também destaca outro plano do governo, chamado por ele de *diabólico*: o branqueamento da raça. O (i)migrante seria o instrumento do governo para a expulsão e eliminação dos grupos indígenas pela ocupação das suas terras com sua família numerosa. O uso dos (i)migrantes também se deu na dimensão da valorização fundiária, uma vez que eles receberiam terras de menor valor de mercado, que com o trabalho, limpeza e cultivo, se tornariam rentáveis e valorizadas no mercado interno. Havia ainda o interesse pela abertura de estradas, por isso os (i)migrantes eram enviados aos locais mais distantes. O autor finaliza a sua análise afirmando que o interesse principal do governo foi a criação de uma classe média brasileira (Dreher, 1998, p. 250).

Witt concorda com as afirmações de Dreher e destaca como motivos governamentais para a colonização o fornecimento de produtos originários da agricultura familiar, visando abastecer as cidades e o exército; criar uma camada populacional intermediária entre o latifundiário e o escravo; ocupar as terras de matas densas, uma vez que o sistema de criação de gado no Rio Grande do Sul não valorizava áreas de vegetação fechada; e a expulsão dos indígenas (Witt, 1996, p. 17-20).

A ocupação da região pode ser entendida pelos conceitos *frente de expansão* e *frente pioneira* abordados pelo historiador Tau Golin. Na frente de expansão ocorre o

deslocamento da população para o território indígena, repondo o modo de produzir e viver (no caso, as estâncias etc.), e o de frente pioneira, que igualmente transfere a situação espacial e social, porém tensiona uma “nova sociabilidade”, fundada em novas formas de produzir, em alterações no mercado e nas relações sociais (Golin, 2002, p. 31).

Percebe-se claramente na ocupação do território que houve pessoas deslocadas às regiões inicialmente visando o ajuntamento dos nativos para criação do espaço para a colonização mais efetiva - frente de fronteira - para uma posterior ocupação maciça e transformação da realidade social do ambiente - ocupação pioneira (Golin, 2002, p. 31).

Cabe aqui mostrar que essa região já era ocupada. A sua formação tem consigo um histórico muito antigo e que sempre despertou o interesse e a preocupação do governo. Os jesuítas foram os “primeiros agentes da ocupação do território do Rio Grande do Sul, [imbuídos] de uma dupla missão, a um só tempo ‘divina’ “(catequese) e ‘humana’ (expansão política espanhola)” (Cunha, 1988, p. 37), estabelecendo, dessa forma, uma espécie de “fronteira viva (Lazzarotto, 1986, p. 48) para o Império Espanhol, inibindo o avanço do Império Português sobre a Colônia de Sacramento, fixando o povoamento assegurado pelos princípios do ‘Uti Possidetis’” (Crhistensen. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 11).

Sob o comando dos jesuítas, essa região passou a contar com um exército organizado, chamado de exército missioneiro, que protegia a região contra os portugueses. Essa população desenvolveu construções, cultura e economia própria. “Possuíam uma sólida organização agropastoril”, na qual as “trocas comerciais ocorriam através do sistema de permutas”. A erva-mate (*caá-ivirá*) era o principal produto comercializado. Toda a “estrutura jurídica era baseada na propriedade coletiva, em princípios de solidariedade e igualdade econômica, numa estrutura política que lembra as Câmaras Municipais atuais, chamadas na estrutura espanhola de Cabildo” (Crhistensen. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 11-12).

Pela sua importância econômica, os Sete Po-

vos foram assunto de destaque no Tratado de Madrid, firmado entre Portugal e Espanha em 1750, que previa a remoção de “todos os bens móveis, semoventes e população para a Colônia Sacramento.” Os indígenas não aceitaram a decisão e se rebelaram contra os portugueses, dando origem à Guerra Guaranítica (1754-1756). Esses povos tradicionais foram dizimados e boa parte dos territórios ficaram despovoados (Giorigis, acesso em: 07 jul. 2009).

Em 1801 os territórios missioneiros dos 7 povos foram oficialmente incorporados ao Império Português, e quando o governo passou a ver a possibilidade de trazer imigrantes europeus ao País, deslocando-os para as terras indígenas, reduzindo seu espaço a pequenas regiões marginais. A colonização demorou para ser efetivada. O ano de 1827 marca o seu avanço efetivo. Explica-se essa demora pela localização da região, pela densidade de suas matas, pela ocupação indígena e pelas poucas informações que se tinha sobre o lugar. As poucas citações, em 1840, descrevem a região noroeste “como bosques montanhosos do Rio Uruguai” (Crhistensen. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 13). Mais informações são divulgadas a partir da expedição de exploração do tenente-coronel José Maria Pereira de Campos, em meados de 1860.

O território de Guaraní, pelo seu afastamento dos grandes centros, passou a abrigar muitos contrabandistas que levavam produtos para a Argentina, e outros contraventores (Crhistensen.

In: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 11-18). Um adágio popular comum nas Colônias Antigas se reportava ao tipo de pessoa que habitava o lugar: “Santa Rosa-Buricá, quem não presta vai prá lá” (Crhistensen. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 19). Os índices de criminalidade na região eram muito altos no seu início de organização. Não era um bom lugar para morar. Além disso, o território era composto basicamente por terras devolutas^I sem o reconhecimento da ocupação indígena nas mesmas.

Foi a partir da independência do Brasil que se acelerou o processo de colonização^{II} e estabeleceu-se um ideal colonizador - influenciado pela Imperatriz Dona Leopoldina, descendente de alemães (Busse, 2009, p. 19), que conhecia a história do assentamento de emigrantes na Rússia (Woortmann, nov. 2000) – que estabelecia que os colonos: “não [poderiam] criar gado de corte, não [deveriam] concorrer com os grandes latifundiários, não [tinham o direito de] possuir escravos, e deveriam empregar mão-de-obra familiar” para a realização de suas atividades. O benefício dado aos colonos era a sua propriedade.

Como o propósito era de que fossem pequenos agricultores, “inicialmente em 1824, as propriedades eram de 77 ha (hectares), em 1848 diminuiu para 48 ha e mais tarde para 24 a 25” hectares (Busse, 2009, p. 19-20), determinando o futuro de muitos destes que as receberam do governo. A Lei das Terras, de 1850, oficializou esta distribuição de pequenas propriedades (Crhistensen. *In*: Guimarães; Krebs, 2015, p. 22).

Consegue-se perceber o claro interesse do Império em subsidiar os imigrantes não lusos para a colonização do sul do Brasil “como meio de diversificar a economia alimentar com a pequena propriedade com mão-de-obra familiar para produção de policulturas e criação de animais de pequeno porte” (Avello, 2014, p. 1875). Houve mudanças nas políticas (i)migratórias e o deslocamento de representantes do governo brasileiro aos portos de Hamburgo e Bremen para convencer imigrantes a virem ao país com a intenção de servirem no exército brasileiro, com vistas à defesa da soberania da independência do Brasil (1822), envolvimento militar que não foi bem recebido pelos europeus, gerando descrédito

^I Sobre as terras devolutas, a “Lei nº 601/1850 (Lei de Terras) estabeleceu nos termos do art. 3º o que são terras devolutas: § 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. § 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em com isso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em com isso, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.” *In*: Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850.

^{II} A Colonização Alemã do Rio Grande do Sul em números: “de 1824 a 1830, 5350 imigrantes; de 1844 a 1854, 4306 imigrantes; de 1855 a 1865, 7714 imigrantes; de 1865 a 1875, 5816 imigrantes; de 1882 a 1888, 2744 imigrantes; de 1889 a 1914, 17751 imigrantes. No total fora 43681 imigrantes num período de 90 anos.” *In*: Witt, 1996, p. 26.

para a imigração à América Latina (Avello, 2014, p. 1875).

O governo também enviou recrutadores aos países europeus com a responsabilidade de fazer propaganda^{III} das colônias^{IV} no Rio Grande do Sul e demais Estados, buscando convencer (i)migrantes a colonizarem essas regiões. A propaganda enfatizava a abundância de terras cultiváveis, que cada família receberia seu pedaço de chão, falava de auxílios do governo facilitando a entrada no país, enfatizava a quantidade de madeira para construção, e dava noção acerca das condições climáticas. “Uma grande leva de imigrantes foi assentada depois da Revolução Farroupilha, em 1845, mas diminuiu muito depois da lei de Von der Heydt^V, de 1859, com a qual o governo da Confederação Alemã (Alemanha) proibiu a vinda

de alemães para o Brasil” (Scotti, 2011, p. 243-256). Durante o período da proibição do governo alemão, os recrutadores se deslocaram aos demais países europeus (Busse, 2009, p. 20).

É importante ressaltar que o governo brasileiro tinha em mente um grupo específico de trabalhadores. Por mais que soasse que todos eram bem-vindos, os recrutadores buscavam famílias de pequenos agricultores ou, então, operários solteiros, preferencialmente com idade entre os 18 e 50 anos, e que tivessem “ficha limpa” com as autoridades. Almejava-se pessoas que tivessem facilidade em se inserir no contexto de colonização pretendido para os Estados sulinos e que não causassem contravenções (Kappaun, 2007, p. 72).

^{III} A propaganda acerca do Brasil indicava a existência de terras baratas e cultiváveis. August Jerke, um imigrante que veio com a família da Volínia, relatou o seguinte: “*Es gab damals auch Propaganda in Wölhynien, das man in Brasilien zu eignem Landbesitz kommen kann und der Boden sehr fruchtbar für die Landwirtschaft ist.*” Tradução do autor: “Existia naquela época uma propaganda na Volínia de que no Brasil era possível adquirir propriedade e que o solo era muito fértil para a agricultura”. In: Wutzke, 1998, p. 3. Esta publicação foi difundida pelo governo brasileiro nos jornais e panfletos na Suécia, declarando: “O Brasil é um país livre, totalmente livre. O emigrante europeu, oprimido pela canga militar e religiosa, encontra, quando desembarca, as ideias de liberdade modernas já plenamente realizadas, ao mesmo tempo em que é calorosamente recebido na nova pátria. No Brasil ele pode viver de acordo com a própria vontade sob as proteções de leis tolerantes e costumes agradáveis, independentemente se ele quer manter a nacionalidade original ou preferir se naturalizar brasileiro. Ninguém se surpreenda quando um filho de emigrantes pobres ascenderem aos cargos mais altos na nova pátria”. In: Ekström, 2005. p. 47.

^{IV} A singularidade da expressão colônia: Algo que merece ser destacado na caracterização dessa sociedade camponesa é o termo “colônia”. Seyferth explica que o termo “designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. A área rural de um município é chamada de colônia e seus habitantes são colonos, categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. Por outro lado, o termo “colônia” também é utilizado para designar a propriedade agrícola do colono. A autora ressalta que o fato de existir a mesma denominação para a propriedade rural e para a área rural como um todo é carregado de significado. A “colônia” – pequena propriedade é concebida como um microcosmo autossuficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Algo que precisa evidentemente ser relativizado se consideradas as leis de mercado. Quanto à demarcação dos espaços dentro do lote colonial, Seyferth destaca que estes espaços refletem a atividade múltipla da família camponesa.” In: Vanderlinde, p. 196.

^V A Lei de Von Der Heydt auxiliou na concentração de imigrantes alemães nos três Estados do Sul do Brasil, uma vez que permitia a imigração para estes Estados apenas. A lei foi revogada em 1896. In: Scotti, 2011, p. 243-256.

1.2. O deslocamento do contingente populacional para Guarani

O que eles conheciam como mundo, antes de vir ao Brasil, também revelou seus desafios, mas nada se comparava à realidade na qual se encontravam no momento^{VI}. Antes de virem ao Brasil muitos sofreram pela “falta de emprego ou exploração no trabalho, mas ao menos existiam as coisas básicas, como escolas, igrejas, hospitais, estradas com pontes, um mundo civilizado” (Busse, 2009, p. 31). Era um processo de reconstrução cultural, que na maioria das comunidades iniciava com três iniciativas básicas: “escolarização para os filhos, atendimento religioso, e busca de vida associativa” (Flores, 1983, p. 256).

Os (i)migrantes que vinham para o Rio Grande do Sul, após liberados pelo centro de imigração, seguiam até a cidade de Porto Alegre em navio cargueiro que, durante a viagem, costumava atracar em vários portos na costa (Wutzke. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 55-63). De Porto Alegre eles se deslocavam à cidade de Ijuí ou Cruz Alta, geralmente de trem (Vetorato. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 92), seguin-

do para as colônias novas^{VII} em carroças contratadas pelo governo, dentre as quais havia as que levavam até a Colônia de Guarani das Missões (o nome da Colônia é descrito em muitos documentos como *Guarany*). Esse percurso todo podia demorar meses. Da Vila Guarani em diante não havia caminhos abertos. Os próprios imigrantes abriam picadas no meio da floresta para poderem passar com os seus pertences, chegando à propriedade por eles adquirida (Wutzke. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 55-63).

Em muitos lugares havia hospedarias construídas pelo governo para abrigar provisoriamente os colonos que chegavam. Os rústicos barracões abrigavam os imigrantes até que o engenheiro da Comissão de Terras e Colonização fizesse a medição e demarcação da propriedade de cada um deles. A espera podia durar meses e, para adiantar o trabalho, os próprios colonos abriam picadas e derrubavam as árvores em mutirões (Crhistensen. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 36). As mulheres e crianças geralmente ficavam na hospedaria e os homens adentravam na mata para derrubar as árvores, construir um abrigo para morar e estabelecer sua nova resi-

^{VI} A agricultura era um mistério a ser desvendado, pois muitos dos que vieram à região noroeste tinham como profissão a agricultura, mas muitas coisas eram diferentes: não conheciam várias sementes, era um solo diferente com clima diversificado. Demorou um tempo até que pegassem a prática do plantio. Havia também aqueles que não estavam acostumadas com a vida rural, uma vez que haviam crescido num contexto urbano. Esses imigrantes geralmente desejavam as Colônias Antigas, por já terem alguma estrutura comercial e política, mas ao serem impedidos de lá permanecerem, viram-se no desafio de aprender uma nova profissão. *In*: Bublitz, 2011, p. 239 – 267.

^{VII} colônias novas “é uma designação utilizada para as regiões que ficavam mais para o interior do Rio Grande do Sul e que passam a receber imigrantes a partir de 1880. A fundação de Ijuí em 19 de outubro de 1890 é o marco para o início de ocupação destas áreas.” Lazzarotto, 2002, p. 61.

dência no Brasil (Wutzke. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 55-63).

Esses lotes eram distribuídos sem um estudo aprofundado que avaliasse a presença de habitantes no lugar, gerando conflitos e a expulsão dos nativos pelos (i)migrantes, muitas vezes sob o uso da força. Além de ignorar quem habitava nesses lugares, o processo de loteamento não observava algumas necessidades básicas para o estabelecimento de pequenas propriedades rurais, como a existência de água para o consumo da família e dos animais no local. Em alguns lotes a água só era encontrada nos fundos da colônia, o que gerava o isolamento da família. Em situação pior estavam aqueles que nem mesmo tinham água em seus lotes (Vetorato. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 92). Estes eram organizados em faixas de terra com 2.000 metros de largura por vários quilômetros de extensão. “Cada faixa de terra constituía uma ‘Linha’ e possuía designação própria” (Vetorato. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 90).

Depois que chegavam ao lugar, os (i)migrantes passavam a se ambientar com o novo clima e ambiente. Eram um local desconhecido, com matas fechadas (Scotti, 2011, p. 243-256). Geralmente o primeiro empreendimento era a construção de um abrigo, precário e improvisado, para se proteger durante a noite (Clauss, 1982, p. 35-46). Depois passavam a derrubar a floresta com o propósito de abrir clareiras, para, então, poderem plantar a terra e fazer a primeira colheita. Dentre

os primeiros produtos plantados estavam o milho, feijão, arroz, mandioca, batata-doce, amendoim e abóbora (Lehmann. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 46).

Houve ajudas pontuais do governo aos imigrantes. Eles recebiam a quantia de 35 mil réis pela abertura das estradas, que eram mantidas por um grupo de pessoas escolhidas em cada comunidade. O custo da terra também era subsidiado. Cada colônia (uma área de 1 quilômetro de comprimento por 250 metros de largura) era vendida por um valor que variava entre 250 e 500 mil réis, dependendo do quão acidentado era o terreno. Mas, apesar da inclinação, a terra era agricultável e fértil (Lehmann. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 46). Havia ainda o auxílio do governo através do pagamento de um vale trimestral, através do qual recebiam auxílio financeiro para se estabelecer no começo. Também havia a doação de 120 mil réis para a construção da casa e mais 35 réis para comprar sementes e ferramentas. Uma vez construída a casa, o valor da mesma era acrescido a colônia de terra, ou seja, ela recebia esta valorização monetária. O pagamento desses empréstimos ao governo se dava num período de 10 anos, tempo suficiente para os colonos produzirem e venderem seus produtos (Berg, 18 fev. 1960. Áudio).

Já na questão educacional não havia incentivo do governo. As escolas criadas vieram à existência pela iniciativa e incentivo dos próprios imigran-

tes.^{VIII} As primeiras escolas surgiram alfabetizando os alunos na língua alemã, língua dos próprios colonos. Inicialmente, as atividades escolares eram modestas, curtas e muitas vezes interrompidas em razão dos trabalhos agrícolas” (Wutzke. *In*: Guimarães; Krebs (org.), 2015, p. 55-63).

A perspectiva comparativa entre o que os (i) migrantes tinham e conheciam na Europa com a realidade brasileira é natural àqueles que se aventuraram pelo mar e chegaram a uma terra desconhecida, mas é parcial e não leva em conta a situação em que estavam os caboclos e índios expropriados das suas terras e que não tinham o apoio do governo. Os nativos estavam em pior situação, uma vez que o governo não queria acor-do com eles, desejando expulsá-los de suas terras, permitindo aos colonos o uso da força nesta tarefa, com o auxílio dos bugreiros^{IX} cometiam enormes atrocidades contra os índios, como se relata Dall’Alba sobre um desses extermínios em que os bugreiros “executaram a mais cruel matança, não

poupando sequer as crianças inocentes jogando-as para cima e aparando-as na ponta da espada” (Dall’Alba, 1973, p. 293).

2. Os italianos na Colônia Guarany

Os motivos para a imigração italiana ao Brasil, podem ser resumidos nos seguintes fatores: a região era atrasada em termos de industrialização e estava propensa a muitas guerras, gerando instabilidade política; os latifundiários detinham boa parte da terra enquanto a maioria da população tinha acesso a uma pequena fração de terra, cerca de 3 hectares, gerando muita miséria; aliado a tudo isso estava a insatisfação política, que pouco se preocupava com a população e não atendia aos seus interesses. O *Rissorgimento* que unificou a Itália, buscou dar voz aos marginalizados, mas não foi suficiente em sua ação.

^{VIII} O Missionário Jansson e o sonho de estabelecer uma escola: apenas uma semana depois da sua chegada, o missionário sueco Erik Jansson, ao ver a situação educacional precária dos (i)migrantes, começou uma escola em sua própria casa. No final do ano letivo, em 1913, convidou o Secretário de Educação do município de Guarani, que ficou muito impressionado e prometeu uma verba mensal para a escola. Já que Erik não tinha sustento suficiente, resolveu tornar-se professor reconhecido pelas autoridades brasileiras. Assim podia conseguir o sustento por aqui mesmo. Por isso começou a estudar português. Mas seu ânimo logo terminou, pois, o Secretário de Educação nunca cumpriu aquela sua promessa. Duas semanas depois da chegada, ganhou três terrenos. Um seria para a construção do templo, outro para a escola e outro para sua moradia. A condição era que deveria construir dentro de um ano. Por isso, Erik começou a enviar artigos para o “Jornal Batista”, para a “Tribuna Sueca” e outros jornais evangélicos na Suécia, pedindo verbas para essas construções. Passou-se quase um ano e não chegou nada. Mesmo assim, começou as construções, contraindo dívidas. Na caixa da igreja Filadélfia em Örebro entrou muito dinheiro para esse fim, mas Ongman nunca repassou essas verbas. Não sabemos o porquê. Depois de um tempo, a situação de Erik ficou bem difícil, pois tinha muitas dívidas em Guarany. *In*: Jonsson, 2018, p. 19.

^{IX} Bugreiros “eram também conhecidos como caçadores de índios e atuaram de 1836 até o início do século XX. Compunham tropas de oito a 15 homens e costumavam atacar por tocia à noite matando os adultos, poupando apenas algumas mulheres e crianças, que eram levadas às cidades, onde eram batizadas e adotadas por famílias burguesas ou por religiosos. *In*: Santos, 1973, p. 78.

A motivação da emigração é, em última análise, a miséria, a fome. Delisio Villa em seu livro “Storia dimendicata, História esquecida”, diz: ““No se viveva piu. Se moriva...”. Sarà quel che sarà. Peggio del presente non sarà certo... E poiché abbiamo presto o tardi da morire, tanto vale di lasciare la mostra pelle in America come in Europa”. Não é necessário conhecer a língua italiana para entender o sinistro desespero destas palavras. É célebre a resposta de um camponês italiano, que assim se dirigiu a quem procurava fazê-lo desistir de emigrar. “...Que entendeis por uma nação, Senhor Ministro? É a massa dos infelizes? Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos o pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos o vinho. Criamos animais, mas não comemos a carne. Apesar disso, vós nos aconselhais a não abandonarmos a nossa pátria? Mas, é uma pátria a terra onde não se consegue viver do próprio trabalho?” (Villa, 2002, p. 119).

Em 100 anos de imigração, de 1870-1970, estima-se que mais de 24 milhões de italianos tenham emigrado. Destes, aproximadamente 1.500.000 vieram ao Brasil (Allegranzi, 2019, p. 10), sendo que apenas 100.000 desses italianos se instalou no Rio Grande do Sul. “Estes se distribuem da seguinte maneira se considerarmos a região de proveniência: 54% são Vênetos, 33% Lombardos, Trentinos 7% e Friulanos 4,5% e os

restantes 1,5% das demais regiões italianas” (Allegranzi; Callai, 2019, p. 11). Os italianos que migraram para Guarani das Missões eram majoritariamente de regiões como Veneto e Lombardia, conhecidas por uma tradição agrícola que se adaptou bem ao solo e ao clima da região. Nos primeiros anos, enfrentaram desafios significativos, como a falta de infraestrutura e o isolamento geográfico. Entretanto, a comunidade italiana demonstrou grande capacidade de adaptação, desenvolvendo práticas agrícolas que se integraram ao ecossistema local (Silva, 2020, p. 78-85). Em síntese pode-se afirmar que os italianos que se estabeleceram na Colônia Guarani vieram de antigas colônias italianas. Não eram muito numerosos, somando um total de 533 pessoas. Muitos deles foram recrutados pela Comissão de Terras e Colonização para ajudar na demarcação de lotes, abertura de estradas e construção de barracões (Polanczyk, 2010).

Foi em 1898 que chegaram os primeiros imigrantes italianos à Colônia Guarani. Segundo registros da época, a primeira família italiana a se estabelecer foi a de Giuseppe Tonin, em 30 de março de 1898. Depois, vieram outras famílias: Feversani (27 de maio), Colpo e Rigodanzo (18 de agosto). Em 1899, chegaram as famílias Zordan, Giordani, Sandri, Zorzo, Dani, Salet e Lubini. Em 1908, chegou a família Gottardo e, em 1915, a família Dugatto. Todas essas famílias se estabeleceram na região hoje conhecida como Linha Botocudos, na

região da Capela São Marcos. Ao redor da capela e da escola, formaram a primeira comunidade italiana católica de Guarani das Missões (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2004).

A escolha dos imigrantes italianos para ocupar a região não foi aleatória; havia uma expectativa de que eles, por possuírem habilidades agrícolas e comerciais, ajudassem a desenvolver a produção local e a estruturar comunidades organizadas (Martinez, 2016, p. 112). O estabelecimento de famílias na Linha Botocudos, na Capela São Marcos, foi impulsionado pela busca de melhores condições de vida e oportunidades de desenvolvimento agrícola, que se mostraram favoráveis na região sul do Brasil (Pereira, 2015, p. 87). A comunidade de São Marcos preservou as tradições italianas, especialmente por meio de seus tradicionais jantares e cafés italianos, onde os membros da comunidade preparavam pratos típicos, uma herança deixada por seus antepassados. Nas proximidades, há um cemitério predominado por descendentes italianos, guardando a memória de seus antepassados. Além dessa comunidade, destaca-se a Linha Porto Alegre, que também preserva a cultura imigrante italiana, organizando almoços e jantares típicos italianos (Martins, 2020, p. 17-19).

Ao adentrar na região interiorana de Guarani das Missões, Comunidade São Marcos, logo percebe-se uma placa nas cores da bandeira italiana, verde, vermelho e branco, marcando

que, desde 1898, esse local é povoado, na maior parte, pela etnia italiana, ressoando sua cultura através da arquitetura da igreja e das casas, das festividades que ocorrem na sede da comunidade, da gastronomia italiana. Ainda, pode-se perceber nas moradias de algumas famílias (Rigodanzo, Sallet, Dugatto, Tonin, entre outras) o uso de algumas palavras, gírias, sotaque do idioma italiano (Martins, 2020, p. 39).

A organização das colônias, principalmente as de financiamento particular, estava vinculada a vida religiosa de forma muito intensa. A religião era o mecanismo de orientação da vida particular e pública, por isso tão requisitada pelos colonos e as próprias divergências religiosas eram formas de exercer poder e de subjugar os demais. Esses núcleos de povoamento com referência à vida religiosa eram chamados de *Stadplatze*. “O qualificativo *Stadplatze* é expressivo na medida em que se caracteriza uma distribuição do espaço nas colônias em geral e traduz a importância destes locais como pontos de concentração das atividades sociais, religiosas e econômicas” (Seyferth, 1990, p. 24).

Poder expressar a sua religião, com os contornos aos quais estavam acostumados, era também uma forma de fugir da realidade desafiadora que cercava os colonos. “A religião inclui o constituído num mundo mais abrangente – sagrado – que legitima, justifica e explica as mazelas do

FIGURA 3. Construção da Capela
da Comunidade São Marcos.
Fonte: Martins, 2020, p. 30.



cosmos constituído” (Berger, 1985, p. 7). A cultura italiana preservou-se ao longo das décadas, especialmente na comunidade de São Marcos, onde festividades, celebrações e a própria arquitetura são exemplos de uma memória coletiva transmitida por gerações. A construção da capela em estilo italiano e a realização de jantares com pratos típicos são práticas que reforçam a identidade italiana na comunidade. Eventos como a “Noite Italiana” tornaram-se tradicionais em Guarani das Missões e visavam resgatar e celebrar a herança cultural dos descendentes de italianos na região (Martins, 2020).

Para os imigrantes a manutenção de seus vínculos comunitários passava por essas associações, onde reuniam-se em comunidade, em família para compartilhar seus anseios, distantes da sua pátria. A religiosidade foi o principal fio condutor desse processo (Slodkowski, 2011, p. 08).

A Igreja Católica não foi a única expressão religiosa da cidade de Guarani das Missões e arredores. Outras denominações protestantes se tornaram tão expressivas quanto o catolicismo, uma marca presente na Colônia Guarani, da qual a cidade foi expressão. Além da contribuição econômica, a presença italiana em Guarani das Missões teve um impacto cultural profundo. Os italianos trouxeram consigo tradições, costumes e práticas religiosas que enriqueceram a cultura local.

A religiosidade católica foi um elemento fundamental da vida dos colonos italianos, que rapidamente organizaram comunidades em torno de igrejas e festividades religiosas. A construção de capelas e a promoção de festas religiosas eram práticas comuns entre os colonos, fortalecendo os laços comunitários e preservando aspectos importantes de sua identidade cultural (Franco, 2019, p. 131). Os italianos também contribuíram com a introdução de festividades e celebrações que se tornaram parte da identidade cultural da cidade, como festas com influências da cozinha italiana e eventos religiosos com base em santos padroeiros, refletindo as tradições das regiões de origem dos imigrantes (Fontes, 2021, p. 45-46).

A habilidade dos italianos em práticas de agricultura e manejo de pequenas propriedades rurais contribuiu para o desenvolvimento de uma economia rural estável e produtiva. Os imigrantes introduziram novas técnicas de cultivo, além de práticas de gestão comunitária que incluíam a cooperação entre famílias para a maximização da produção agrícola. Esse modelo de economia rural tornou-se uma característica distintiva da região (Pereira, 2018, p. 110-112).

Os monumentos são materializações importantes para a compreensão da presença italiana em Guarani das Missões. A construção da Casa Italiana junto ao Parque Municipal de Eventos e as festividades tradicionais organizadas pela entidade Comunità Guaraniense Fratelli D’Italia são



FIGURA 4. Construção em estilo italiano na Comunidade São Marcos. Fonte: Martins, 2020, p. 33.

representações concretas que fortalecem a cultura italiana. Como aponta Martins (2020), esses espaços e eventos funcionam como memoriais, perpetuando a história e a identidade da etnia italiana no município e contribuindo para a preservação de um imaginário urbano multicultural (Polanczyk, 2004).

Além disso, os imigrantes italianos contribuíram para a diversificação econômica da Colônia Guarany, estabelecendo pequenas indústrias de alimentos e comércio. Com o passar das décadas, essa infraestrutura inicial foi se desenvolvendo, permitindo a expansão econômica da região e facilitando a integração de Guarani das Missões em



FIGURA 5. Construção em estilo italiano na cidade de Guarani das Missões. Fonte: Schmidt, 2022.

uma rede econômica mais ampla no estado do Rio Grande do Sul (Souza, 2017, p. 95).

Apesar das contribuições positivas, a integração dos imigrantes italianos em Guarani das Missões não ocorreu sem conflitos. Havia uma resistência inicial por parte das populações locais, especialmente em relação aos costumes e ao idio-

ma italiano, que os imigrantes mantinham como forma de preservar a identidade cultural. A adaptação dos italianos ao contexto brasileiro foi gradual e envolveu esforços de ambas as partes para acomodar diferenças culturais (Martinez, 2019, p. 53).

A Colônia Guarani preservou uma característica que tem ligação com os imigrantes que a

colonizaram: era o local da diferença. Alguns de seus (i)migrantes carregavam duas nacionalidades designatórias, como os teuto-russos, por exemplo. Além destes, outros imigrantes de diferentes países europeus se deslocaram para a região que também era habitada pelos “nacionais”. Essa multiplicidade étnica teve seu reflexo na esfera religiosa e boa parte das confissões conhecidas no momento da colonização tiveram espaço para se manifestarem na colônia (Gertz. *In*: Dreher, 2010, p. 65-66). É possível que a não hegemonia de uma determinada religião tivesse influência sobre o fato de uma das principais cidades dessa Colônia, Santa Rosa, ser a única cidade desse porte do Estado do Rio Grande do Sul sem nenhuma igreja na praça central e no seu entorno. Havia um clima de tolerância na Colônia, apesar da não concordância (Gertz. *In*: Careli, 2011, p. 243-264).

Considerações Finais

O espaço regional que compreende o atual município de Guarani das Missões está dentro de uma demarcação regional maior. Este espaço regional concebido como Colônia Guarani foi constituído pela mentalidade de ocupação realizada pelo governo e pela religiosidade manifestada por aqueles que se deslocaram para a região, visando povoá-la e colonizá-la.

As identidades étnicas que se estabeleceram

carregavam uma perspectiva nacional que misturava a religião com a denominação de lugar, por isso designar-se polônês correspondia a ser católico; o ser alemão era permeado pelo ser batista ou luterano. A religião foi fundamental nesse momento de construção da identidade e no estabelecimento dessas comunidades. A importância da religião pode ter sido evocada pelos grupos diante das dificuldades em se estabelecer num lugar tão remoto e perigoso, sem o auxílio prometido antes da decisão de embarcar para o Brasil. Os colonos precisavam de uma segurança e resposta maior, que só a religião poderia lhes dar!

A região da Colônia Guarani foi marcada pela multirreligiosidade, manifestada em alguns lugares de forma mais singular e com menos expressões. Mas até a atualidade os resquícios dessa forma de colonizar se estabelecem de forma muito presente: é um espaço para a agricultura familiar, com pequenas propriedades e onde a maioria tem orgulho de dizer que pertence a determinado grupo religioso, ao qual toda a família segue também por gerações.

A Colônia Guarani simboliza um espaço regional peculiar, onde a diversidade cultural e a integração das comunidades imigrantes moldaram uma identidade única. A coexistência de diferentes etnias, associada à pluralidade religiosa, constitui uma característica marcante dessa região. A religiosidade foi um fator essencial na consolidação das comunidades da Colônia Guarani, oferecendo

suporte emocional e organizacional para os colonos. Igrejas e festividades religiosas não apenas fortaleceram os laços comunitários, mas também ajudaram a preservar as tradições culturais dos imigrantes.

Os imigrantes europeus trouxeram práticas agrícolas e técnicas de manejo que transformaram a região. A economia baseada na agricultura familiar continua sendo um pilar da identidade local, representando a resiliência e a adaptação dos colonos às condições do território.

O processo de colonização não foi isento de conflitos. A exclusão e expropriação das populações indígenas evidenciam a face problemática da ocupação, que privilegiou os imigrantes em detrimento dos povos nativos, cujas contribuições e histórias merecem reconhecimento.

A pluralidade religiosa da Colônia Guarani, expressa na coexistência de diferentes credos, reflete a diversidade étnica da região. Essa característica tornou-se um elemento de integração, mesmo com as divergências iniciais entre os grupos. A Colônia Guarani mantém vivas as tradições de seus fundadores, especialmente por meio de celebrações, gastronomia e monumentos que homenageiam suas origens. Essas práticas fortalecem o vínculo das novas gerações com sua herança cultural.

Referências

- A. B. *Imigração Italiana no Brasil: História e Contribuições*. Porto Alegre: Editora Universitária, 2018.
- ALLEGRAZZI, Elis Regina Manhabosco; CALLAI, Jaeme Luiz. *Histórias de famílias italianas do Centro Cultural Regional Italiano*. Ijuí: Centro Cultural Regional Italiano, 2019.
- AVELLO, Adriano Sequeira. *A Colônia do Pinhal (1850-57) - os imigrantes*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial, 2014.
- BARROS, Jorge D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, v.10, n.1, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.
- BERG, Olavo. *Entrevista com Henrique Koch e participação especial de Lisa e Alfredo Winderlich*. Pelotas, 18 de fev. de 1960. 9ª Assembleia das Igrejas Batistas Independentes do Brasil. Áudio.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BUBLITZ, Juliana. História ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul: o avanço na mata, o significado da floresta e as mudanças no ecossistema. *Tempos Históricos*, v,15, 2º Semestre de 2011.
- BUSSE, Valdino. *A práxis pastoral entre os imigrantes alemães e seus descendentes na região noroeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: EST, Dissertação de Mestrado, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARELI, Sandra da Silva; Knierim, Luiz Claudio

(orgs.). *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2011.

CLAUSS, Romualdo J. *Evolução Histórico-Geográfico de Tucunduva*. Tucunduva: s.e., 1982.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura*: Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul, 1849-1881. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 1988.

DALL'ALBA, J. L. *O Vale do Braço do Norte*. Coleção Museu do Imigrante, 1973.

DREHER, Martin N. (org.). *Migrações: mobilidade social e espacial*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

EKSTRÖM, Leif Arthur. *Bön, Sinnrock & Kaffekvarn* (A oração, a roca e o moedor de café): os vikings descobrem a América do Sul. 2005. Monografia (Centro de Linguagem e Comunicação) Faculdade de Jornalismo – PUCCAMP, Campinas.

FLORES, Hilda. *A canção dos imigrantes*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

FLORES, Moacyr. *Cultura Sul-Riograndense*. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1981.

FONTES, A. B., e Oliveira, S. *Festas e Tradições na Colônia Guarany*. São Paulo: Editora Regional, 2021.

FRANCO, T. *Catolicismo e Cultura Italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora Católica, 2019.

GIORIGIS, Luiz Eniani Caminha. *O Tratado de Madri*, de 1750. Disponível em: <http://www.terragaucho.com.br/tratdo_de_madrihtm> Acesso em: 07 jul. 2009.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUIMARÃES, Anete Rosane Krebs; KREBS, Hol-di (org.). *Caminhos percorridos pelos alemães da Rússia: na Colônia Guarani/Santa Rosa*. Santa Rosa: Fundo Municipal de Cultura, 2015.

HEREDIA, Edmundo. Cono Sur: el fin de las regiones de frontera. *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, ano 6, edição especial, 2007.

IAROCHINSKI, Ulisses. *A saga dos Polacos: A Polônia e seus Imigrantes no Brasil*. Curitiba, 2000.

JONSSON, Lars-Erik; LIMA, José Tomaz R.; ORESTE, Mário A.; SCHIERZ, Ulrich; BLOCH, Cleo Harison. *Apostila do Módulo 12: História dos Batistas Independentes*. EAD – Ensino Teológico à Distância. Esteio: STBISUL, 2018.

KAPPAUN, Marciano. *A práxis social da Igreja: análise das práticas sociais da Igreja Batista Independente no contexto brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2007.

LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 2002.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Revista e atualizada. Porto Alegre: Sulina, 1986.

MARMILICZ, Paulo Tomaz. *A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais*. Ijuí: Policromia, 1996.

MARTINEZ, R. L. *Pioneiros da Colônia Guarany*. Rio de Janeiro: Editora Missões, 2016.

MARTINEZ, R. L. *Identidade e Conflitos Culturais*

entre Imigrantes Italianos e População Local. *Estudos Culturais do Sul*, v.7, n.4, 2019.

MARTINS, Leticia Tatiana. *Materialidades identitárias na Colônia Guarani*: história, língua e ideologia. TCC de Licenciatura em Letras. Cerro Largo: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2020.

MODES, Josemar Valdir. *Da Volínia para Guarany*: a saga dos imigrantes alemães vindos da Rússia para o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. III Semana do Conhecimento promovida pela UPF, 2016.

PAWLOWSKI, Wagner Frederico. A difícil trajetória do imigrante polonês no Rio Grande do Sul. *Revista de estudos polono-brasileiras Projeções*, Ano IV-2/2002.

PEREIRA, C. *Colonização e Desenvolvimento no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Brasileira, 2015.

PEREIRA, C. Economia Agrícola e Imigração Italiana. *Revista Brasileira de História Econômica*, vol. 10, no. 1, 2018.

PERSSE, Alfredo M. Papai me disse que naquele tempo era assim. *Luz nas Trevas*. Santa Maria, Ano XXXV, n. 12, dezembro de 1961. Edição Comemorativa.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil*: a dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Edeme, 1973.

SCHMIDT, Karin. *Casas polonesas, portuguesas e italianas da década de 1918 – Guarani das Missões/RS*. 2022. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/6295/casas-polone->

[sas,-portuguesas-e-italianas-da-decada.html](https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/6295/casas-polone-sas,-portuguesas-e-italianas-da-decada.html). Acesso em: 17 nov. 2024.

SCOTTI, Zelinda Rosa. Imigrantes alemães: por uma contextualização para internamentos no Hospício São Pedro. *Historiae*, Rio Grande, 2011.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, J. M. Impactos da Colonização Italiana em Guarani das Missões. *Revista de Estudos Regionais*, vol. 9, no. 3, 2020.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Mudanças na religiosidade e costumes religiosos dos descendentes de poloneses em Áurea. *Polonicus: revista de reflexão Brasil-Polônia*. Missão Católica Polonesa no Brasil, ano 3, n.6, jul./dez. 2012.

SLODKOWSKI, Aline Carlise. A cultura polonesa em Guarani das Missões/rs: uma proposta para a práxis educacional interativa em sala de aula. *Revista Percurso*. Maringá, v.3, n.1, 2011.

SLODKOWSKI, Aline Carlise. *Memórias vivas e a polonidade no município de Guarani das Missões/RS*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013.

SLODKOWSKI, Aline Carlise; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidade Polonesa em Guarani das Missões/RS. *GEOMAE*, Campo Mourão, v.2, n.1, 2ºSem. 2011.

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.

SVENSKA TRIBUNEN, 29 mar. 1911.

SOUZA, M. C. *Industrialização Rural no Sul Brasileiro*. Porto Alegre: Editora Terra, 2017.

THOMAS, Carmem. *Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul*. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n.19, 1976. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3323/3395>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. Redes sociais e mediadores nos estudos imigratórios: Ceslau Biezanko e Jan Wróbel na introdução da soja em Guarani das Missões no início da década de 1930. *XV Encontro Estadual de História ANPUH/RS: História, verdade e ética*. 11 a 14 ago. 2014. São Leopoldo: UNISSINOS. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405373726_ARQUIVO_ANPUH-RSREDESSOCIAISNOSESTUDOSIMIGRATORIOS.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

VANDERLINDE, Tarcísio. Imigração alemã e campesinato no sul do Brasil: uma discussão preambular. *Varia Scientia*, v. 05, n. 09.

VILLA, Deliso. *Storia dimendicata, história esquecida*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil: raízes medievais da mentalidade emergente*. Tese à Docência Livre, Curitiba, 1974.

WEIBEL, Leo. *Die Europäische Kolonization Südbra-siliens*. Bonn: Ferd. Dümlers Verlag, 1955.

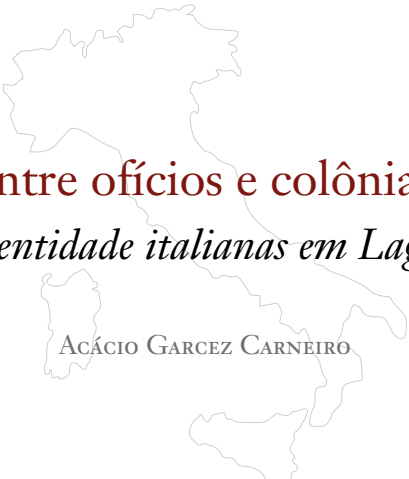
WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. *Montanhas que furam as nuvens: Imigração Polonesa em Áurea-RS-(1910-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

WITT, Osmar Luiz. *Igreja na migração e colonização*. São Leopoldo: Sinodal, 1996, Série Teses e Dissertações.

WOORTMANN Ellen Fensterseifer, Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois la-

dos do Atlântico. *Horizontes antropológicos*, v.6, n.14, Porto Alegre, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400009>. Acesso em: 27 mar. 2018.

WUTZKE, Vilson. EIN WOLHYNIENDEUTSCHER ERZÄHLT SEINE LEBENSGESCHICHTE. *User Mitteilungsblatt – Boletim Informativo*, n.18, ano 10, janeiro a junho de 1998,



Entre ofícios e colônias:

a memória e a identidade italianas em Lagoa Vermelha/RS

ACÁCIO GARCEZ CARNEIRO

Na região nordeste do Rio Grande do Sul, numa encruzilhada de espaços geográficos, encontra-se o município de Lagoa Vermelha. Considerado por força da lei como a *Capital Nacional do Churrasco*¹, o município teve seus anos de ouro quando ficou nacionalmente conhecido pela exploração do pinheiro araucária, nas décadas de 1940 a 1980 (Carneiro, 2024). É claro que uma cidade em ascensão iria atrair a atenção de pessoas que porventura estivessem buscando melhores condições de vida. Este trabalho se propõe a analisar as representações e a existência de uma memória italiana no município, a partir de entrevistas de História Oral e relacionando com algumas obras de memorialistas locais.

Convém antes situar rapidamente Lagoa Vermelha e seus arredores. Como dito anteriormente, a cidade se encontra em uma encruzilhada, dado que sua área leste possui afinidades com os espaços dos Campos de Cima da Serra, a área oeste se assemelha ao que chamamos de Planalto

Médio, enquanto no sul se encontra traços geográficos e culturais afins com a serra sul-rio-grandense. As figuras abaixo nos mostram melhor a condição geográfica da cidade. A figura 1 mostra o espaço original do município, que chegava até a divisa com Santa Catarina ao norte, enquanto no sul fazia um limite com os municípios de colonização italiana da serra. O território em 1949, era de 6.042km², o 13º maior do Rio Grande do Sul². Comparativamente, a figura 2 nos mostra o território atual de Lagoa Vermelha, com uma área de 1.260,22km² (IBGE, 2022).

Esse misto de espaços propiciou que o município lagoense se separasse em diversos municípios menores, começando em 1898 com a emancipação de Veranópolis. Atualmente existem 27 municípios que surgiram de Lagoa Vermelha, como seus “filhos”, “netos” e “bisnetos” (Almeida, 2008, p.58). Dada essa variedade de contextos e conjunturas, focaremos apenas na região urbana de Lagoa Vermelha, a sede do município. Iremos

observar a construção da memória da chegada italiana na sede da cidade, a partir de diferentes núcleos e contextos coloniais.



Figura 1. Mapa do município de Lagoa Vermelha na década de 1940, em contraste com as regiões geográficas do norte-nordeste do Rio Grande do Sul. Fonte: (CARNEIRO, 2024, p. 17).



Figura 2. Território do atual município de Lagoa Vermelha no Rio Grande do Sul. Fonte: Wikipédia³. Acesso em 25 de outubro de 2024.

Memória e Identidade

Memória e história são duas coisas que estão constantemente em tensão. Enquanto algumas perspectivas entendem que elas são opostas, outras entendem que elas se complementam. Não convém nos limites deste texto discorrer sobre tais questões teóricas, mas consideramos relevantes destacar alguns pontos. Conforme Michael Pollak (1992, p.204), a memória envolve as percepções da realidade. Apesar de estar tratando de assuntos do passado, a memória sempre está no presente. Ela representa aquilo que aconteceu, aquilo que se deseja lembrar, de modo a satisfazer demandas e apelos do tempo presente. Justamente por isso é que ela se encontra em constante transformação. A forma pela qual enxergamos o passado que está na memória, vai se alterar a partir de como nos encontramos no agora (Traverso, 2007, p.22-23). Como um exemplo simples, basta pensar no arrependimento e na conformação. Algumas vezes fazemos alguma coisa e logo em seguida ficamos arrependidos de ter feito aquilo, mas com o passar do tempo e a vivência voltamos a lembrar do fato e percebemos como aquilo foi o correto a se fazer. Essa é uma mudança de memória a nível individual.

Mas a memória não é apenas individual. Por mais que cada pessoa possua suas próprias lembranças, a memória é construída coletivamente a partir do convívio do indivíduo com a sociedade

em que está inserido (Halbwachs, 2006, p.30). Essa é a memória coletiva, aquilo que uma coletividade considera importante lembrar, guardar na memória. É a forma pela qual um grupo representa seu passado. E essa representação somente é aceita quando acordada pelo coletivo.

As memórias coletivas possuem papel chave na formação das identidades dos indivíduos. É por meio dessas representações do passado que a pessoa é capaz de compreender e justificar aquilo que faz no seu presente. Não é à toa que muitas pessoas que não viveram tal fato histórico, possuem a memória desse fato histórico. É aquilo que Pollak (1992, p.201) chamou de “memória herdada”. A pessoa, por meio da sua coletividade, herda essa memória e passa a se identificar com ela. Ocorre efetivamente uma projeção de si nessa memória coletiva: o que meus antepassados fizeram deram forma a quem eu sou.

É claro, como a finalidade é construir e organizar a identidade do grupo, existem filtros, ou enquadramentos (Pollak, 1992, p.206) que se aplicam ao que deve ser lembrado, como deve ser lembrado, e o que deve ser esquecido. Quando existem grupos diferentes com poderes políticos consideráveis na sociedade, podem ocorrer disputas de memória decorrentes de memórias divididas (Portelli, 2006, p.105). As diferenças de representações e significados do passado resultam em conflitos ideológicos para tentar afirmar qual a

“verdade”, qual a memória que deve ser lembrada. Qual das memórias é parte da “história”.

Enzo Traverso entende que nas sociedades existem memórias fortes e memórias débeis (Traverso, 2007, p.48), sendo que a força decorre da relação que possui com os aparatos e instituições políticas oficiais. Não é à toa que muitas das violências causadas pela memória se dão quando um órgão oficial, com sua “memória forte”, se coloca acima das pessoas marginalizadas e invisibilizadas, como que querendo impor sua memória sobre a delas. Tenta-se fazer um esquecimento forçado, determinar o que é certo e errado (Ricoeur, 2007, p.455). É claro que tal ato de violência tende a ser respondido com resistência. Como observado por Antônio Montenegro (2007, p.123), as populações violentadas pela memória oficial passam a ressignificar a memória, colocar seus sentidos e representações sobre aquilo que estão querendo lhe impor.

Nesse contexto de usos da memória para a construção de identidades e construção de um passado ideal é que se encontra a memória dos italianos em Lagoa Vermelha. Como explorado por mim em outro momento (Carneiro, 2024), houve uma disputa de memória em Lagoa Vermelha durante as décadas de 1960 até 1990. Uma disputa sobre qual grupo social era efetivamente o herdeiro cultural dos “pioneiros¹” do município: os italianos ou os gaúchos.

¹ Apesar da carga semântica negativa dessa expressão, utilizo-a por ser termo corrente na história local.

Situação semelhante foi identificada por Ana Carine Cerva (2014) em Vila Seca, distrito de Caxias do Sul. Território tradicionalmente ocupado por atividades pecuárias, subitamente passa a ser povoado por imigrantes e seus descendentes, realizando atividades de lavoura e com costumes bastante diferentes daqueles dos antigos moradores (Cerva, 2014, p.63-67). Os conflitos pela memória do local eclodem, com ambos os grupos lutando por espaços para a divulgação da sua cultura e a representação de um passado onde seu grupo é entendido como o responsável pelo desenvolvimento da localidade (Cerva, 2014, p.143).

Em Lagoa Vermelha, viu-se a figura de Demétrio Dias de Moraes, importante nome político que escreveu diversas obras de cunho memorialista, exaltando o povoamento de Lagoa Vermelha por luso-brasileiros praticantes da pecuária, enquanto ignorava e silenciava sobre o contingente italiano no município (Carneiro, 2024, p.158). Alguns anos depois, porém, Fidélis Barbosa (1981, p.60), talvez o mais importante nome da história local do nordeste sul-rio-grandense, afirmou que “Lagoa Vermelha foi o município gaúcho que recebeu maior contingente de imigrantes italianos e seus descendentes”. É curioso que mesmo tendo supostamente recebido o “maior contingente”, a presença foi ignorada por Demétrio Dias de Moraes. Avançando mais uma década, temos a comunicação de Olívio Manfroi em 1993, no evento Raízes de Lagoa Vermelha, que mostra a

sua indignação com a memória que estava sendo construída na cidade:

Até agora o Encontro Raízes deteve-se no exame da contribuição dos Lusos, dos Índios e, principalmente, dos tropeiros na formação e povoamento do território da Grande Lagoa Vermelha. Aliás, a programação do Encontro privilegiou os temas ligados ao tropeirismo, ao período missioneiro e aos primeiros tempos do povoamento. Para quem não conhece essa região, o Encontro Raízes de Lagoa Vermelha poderia sugerir que se trata de uma terra tipicamente lusa, povoada pelos descendentes de tropeiros e de criadores de muares e de gado. Entretanto, isso não corresponde à realidade (Manfroi, 1993, p.104).

O sociólogo percebeu os mecanismos pelo qual a memória lagoense estava sendo construída em prol de uma identidade voltada ao tropeirismo e à tradição gaúcha, a qual estaria invisibilizando os italianos e seus descendentes. Vemos assim como a memória é um campo de disputas de poder. O fato de a cidade, como visto no início deste texto, ter sido nomeada capital do churrasco em 2021, aponta que a memória luso/gaúcha venceu como memória oficial. Então como os italianos da cidade representam o seu passado? Como a identidade deles é significada face à memória oficial tropeira?

História oral e a subjetividade

Para o estudo, realizamos três entrevistas^{II} com moradores de Lagoa Vermelha que possuem vínculos ou são descendentes de italianos. As entrevistas seguiram o formato que José Meihy e Fabíola Holanda (2020, p.36-38) chamaram de “história de vida”. Com um roteiro de perguntas introdutórias, foram realizadas as entrevistas buscando saber sobre a história de vida da pessoa e da sua família, com passagens por diversos temas e momentos, mas sempre pensando na trajetória e como essas vivências estavam construindo e dando sentido à memória da presença italiana.

Convém recordar as palavras de Alessandro Portelli (1997, p.31) sobre o uso de fontes orais: elas “contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos [...] mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos”. A história oral nos permite criar^{III} e obter fontes que nos mostram a subjetividade da pessoa, os significados que ela atribui ao que vivencia. Tal subjetividade não tira o caráter cientí-

fico da fonte, já que como é muito bem colocado por Benito Schmidt (2011), essas subjetividades são construídas a partir da experiência pessoal. Pelas relações com as pessoas, pela educação, pelos símbolos, pela ideologia, pela violência. Todo esse processo dá forma à maneira pela qual a pessoa enxerga e representa o passado, e é exatamente isso que buscamos em História Oral. Não queremos saber o que realmente aconteceu, qual foi a “verdadeira” história da imigração italiana em Lagoa Vermelha. O que queremos, é observar como os descendentes representam coletivamente esse passado e quais são os elementos que constroem essa subjetividade.

Entre ofícios e colônias: as famílias italianas em Lagoa Vermelha

Irei agora apresentar nossos guias: Laura Castellano^{IV}, Ricardo Nicolodi e Valcir Franciscon. Cada um irá nos guiar pelos seus palácios da memória (Ricoeur, 2007, p.109) e nos contar sobre a chegada de suas famílias em Lagoa Vermelha.

^{II} As entrevistas encontram-se disponíveis no acervo do Repositório de História Oral (REPHO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (<https://www.ufrgs.br/repho/>).

^{III} A entrevista é literalmente uma criação de fonte, dado que da narrativa surge um texto transcrito. Desse modo, a pessoa que entrevista também participa da construção da fonte, seja pelas perguntas que fez, seja pelo processo de transcrição (Portelli, 1997, p.35)

^{IV} Laura não é descendente de italianos, mas foi casada por quase 70 anos com Flávio Castellano, este sim, descendente. Como Flávio faleceu há alguns anos, Laura se dispôs a contar um pouco sobre sua vida junto do marido e da sua família italiana.

Laura^V: Quando chegou o seu Castellano - eu não sei te dizer que ano ele veio, mas foi 1800 e alguma coisa - ele veio junto com o - dizem, é uma lenda que não foi comprovada - que ele e o [José] Muliterno vieram da Calábria. Eram calabreses. E lá, eles tinham a vendeta [vingança, rivalidades]. E eles vieram para ir para a América do Norte [EUA]. A intenção, o objetivo - isso contam, não sei se é verdade - era de matar o Castellano. Mas na viagem, eles ficaram amigos. O Muliterno e o Castellano. E vieram parar aqui! Imagina, 1800 e pouco, Lagoa Vermelha nem existia! (Entrevista com Laura Castellano, realizada em 11 de junho de 2024).

As datas se perdem no tempo, mas a mitologia permanece viva. Laura nos conta como o avô de seu falecido marido teria chegado em Lagoa Vermelha: fugindo de uma vendeta. É interessante observarmos no seu relato, o destaque para a origem calabresa do primeiro Castellano. Isso porque, como analisado por Antonio de Ruggiero (2015, p.167), a maior parte dos imigrantes calabreses se dirigiam às cidades, dado que não conheciam o trabalho rural, não eram camponeses. A narrativa da senhora Laura continua nessa direção, apresentando-nos com diferentes categorias de imigrantes:

Laura: [...] tinham três categorias de imigrantes. A maioria era de trabalhadores braçais. A Itália estava passando por uma época de muita fome e eles trabalhavam nos campos [...] dos senhores. E eles não tinham direito de pegar nem lenha! Estavam passando horrores lá na Itália! Então tinha essa categoria dos imigrantes, que eram os trabalhadores braçais, enxada e tudo. Tinham os artesãos, tipo o avô do Flávio, que era alfaiate. Então não era colono, ele era alfaiate. E depois tinha aqueles com títulos acadêmicos. Daquela época, não sei, mas um que veio mais tarde - bem mais tarde, na época da guerra - era o Capri, que era engenheiro (Entrevista com Laura Castellano, realizada em 11 de junho de 2024).

Fugindo da ideia convencional de que os imigrantes no Sul eram apenas colonos (Herédia, 2021, p.112), a fala de Laura nos mostra que havia aqueles que possuíam ofícios, como o caso do primeiro Castellano, Giuseppe. Como um alfaiate, precisava estar em uma área urbana para ter clientela, porém, se supostamente havia uma vendeta contra si, teria que evitar os centros coloniais.

A família Nicolodi, por sua vez, veio de outra região da Itália, como nos conta Ricardo:

^V Todas as entrevistas sofreram algumas pequenas correções gramaticais e ortográficas de modo a facilitar a leitura. O sentido da fala não foi alterado.

Ricardo: O meu bisavô chegou aqui [no Brasil] em 1883 [leitura sobre as causas da imigração trentina]. Meu avô veio em 1883 depois de uma enchente lá. Aí vieram “fincado”^{VI}.

Entrevistador: Bah, foram refugiados de enchente será?

R: Mais ou menos isso. É que aí surgiu a oportunidade de vir para o Brasil. E outra: industrialização e capitalismo. Era uma coisa para eles, meio feroz. Eram camponeses, afinal de contas (Entrevista com Ricardo Nicolodi, realizada em 20 de junho de 2024).

Os Nicolodi vieram de Trento, no norte da Itália. Diferente do Castellano alfaiate, Ricardo nos conta que seus antepassados eram camponeses, os quais sofriam com o crescimento do capitalismo europeu. Tal narrativa se aproxima com a que Laura nos trouxe, já que a entrevistada coloca que os camponeses italianos “estavam passando horrores”. Podemos identificar que há na memória italiana, uma memória de penúrias e de dificuldades. No Brasil, o primeiro Nicolodi vai ter um destino diferente do Castellano:

Ricardo: Tem uma história muito interessante. Meu bisavô estava subindo a serra com uma mula e uma mala de garupa. [...] Em direção... não se tem essa informação. Provavelmente estava indo para Bento, porque estava en-

tre Veranópolis e Bento. “Na estrada de Bento Gonçalves”, diz a certidão de óbito. E disparou uma garrucha que ele tinha na mala de garupa e pegou na perna dele. Aí acabou falecendo, com 30 e poucos anos. Por isso se perdeu muita informação dele, porque a esposa ficou viúva. [...] eram em 4, meu bisavô teve 4 filhos. A mais velha ficou na Itália, o segundo veio para o Brasil e aqui teve mais um menino e uma menina. Meu avô se chamava José, nascido no Brasil, ali em Alfredo Chaves. E a bisavó também era italiana. Todos eles nasceram na Áustria. Meu bisavô nasceu no “domínio de Áustria”, mas falavam italiano. Eram italianos (Entrevista com Ricardo Nicolodi, realizada em 20 de junho de 2024).

Ao contrário do Castellano, Nicolodi foi direto morar em uma zona colonial. Pelo que podemos entender da narração, foi residir em Alfredo Chaves, na época distrito de Lagoa Vermelha, mas que era uma das mais importantes colônias italianas, mais próxima de Caxias do Sul do que da própria sede do município (Herédia, 2021, p.114). Visto que eram camponeses, podemos identificar a fragilidade de suas vidas, uma vez que a família nasceu em território italiano dominado pela Áustria. É interessante perceber que mesmo assim, Ricardo reforça que “eram italianos”. Começa-

^{VI} Expressão para dizer que vieram com pressa.

mos a perceber uma forte identidade familiar. Os Nicolodi vão chegar em Lagoa Vermelha a partir do avô de Ricardo, o senhor José Nicolodi:

Ele era carpinteiro e marceneiro. Fez um curso em Santa Catarina para ser mestre carpinteiro. Foi onde ele conheceu minha avó. Era na região de Blumenau. Mas ele voltou para Veranópolis^{VII} e passou a fazer obras para a Igreja. Então, foi convocado para ir para Lagoa Vermelha, construir a nova Igreja Matriz. Isso em 1904 (Entrevista com Ricardo Nicolodi, realizada em 20 de junho de 2024).

A primeira geração nascida no Brasil já estava em uma condição melhor. José Nicolodi desenvolveu um ofício de carpinteiro, o que lhe permitiu circular pelo Sul do Brasil e eventualmente se fixar em Lagoa Vermelha, cidade já consolidada pelo mundo tropeiro. Em pouco tempo, o carpinteiro Nicolodi vai aproveitar a vida urbana e construir o “Hotel Gaúcho” na década de 1920^{VIII} (Nicolodi, 2024), no centro da cidade. A vida comercial vai se manter na família, com o pai de Ricardo, Arduíno Nicolodi, construindo um bar em Lagoa Vermelha na década de 1950:

Ricardo: [O bar] Era muito famoso. E tinha as almôndegas, as famosas almôndegas que a mãe fazia. Era um prato típico e famoso. O pessoal vinha receber a aposentadoria do INPS, que naquele tempo era em dinheiro em espécie, aqui em cima [rua Bento Gonçalves]. Vinham de manhã, recebiam e depois desciam aqui para fazer as refeições. Então a gente fazia 70, 90 refeições por dia na época de recebimento do INPS. Uma vez por mês lotava isso aqui (Entrevista com Ricardo Nicolodi, realizada em 20 de junho de 2024).

Podemos perceber que os Nicolodi inicialmente vieram como camponeses, mas em pouco tempo desenvolveram ofícios que lhes permitiu sair da zona colonial e entrar na vida urbana, no caso, Lagoa Vermelha. O senhor Valcir Franciscon teve um fato semelhante na sua vida:

Valcir: Como a gente diz... da família que veio, foram desembarcados no município de Nova Prata. O interior ali se chamava Protásio Alves. E depois iam destinando as famílias para onde tinha as terras, mais para o interior aqui. E daí foi que veio para Ibiraiaras, interior de Ibiraiaras. Comunidade de São Sebastião (Entrevista com Valcir Franciscon, realizada em 20 de agosto de 2024).

^{VII} Veranópolis é o atual nome da antiga colônia Alfredo Chaves.

^{VIII} Como a memória é fluída e com oscilações, é quase impossível encontrar uma data exata para os eventos, razão pela qual utilizamos aproximações. A grande maioria das balizas temporais deste trabalho são aproximadas, considerando as falas das pessoas entrevistadas e a discussão bibliográfica.

A família Franciscon também era camponeza. É interessante observar que o narrador diz que “iam destinando as famílias”. Em estudo sobre a imigração no oeste catarinense, Eunice Nodari (2002, p.35) observou a atuação de companhias colonizadoras como as responsáveis pela compra, venda e distribuição de lotes para imigrantes e descendentes de imigrantes. Essa prática ocorreu até a década de 1930. Pode ser que essas pessoas que destinavam os imigrantes, fossem as tais companhias. De qualquer modo, é interessante observar como a memória de Valcir atribui a um terceiro o destino da sua família, as terras em que iriam viver.

Ibiraiaras é hoje um município, mas até 1966 era distrito de Lagoa Vermelha (Almeida, 2008, p.76). Os Franciscon, provavelmente oriundos do norte da Itália, viveram na colônia com o trabalho rural. Por volta de 1960, houve um motivo que os fez sair da colônia e ir para a cidade:

Valcir: O motivo foi assim, um tio que hoje já faleceu, ele era empregado de uma família daqui, os Muraro. Também família italiana. E eles tinham uns parreirais aqui e um depósito de bebida. Esse meu tio ficou trabalhando de empregado para o Muraro, por muito tempo. Numa certa ocasião, o seu Muraro ofereceu para esse meu tio, se ele não queria ser sócio do depósito. Aí ele disse: “mas vou te pagar com o quê? Eu sou teu empregado, vou te pagar de que jeito pra ser teu sócio?” Aí o Mu-

raro propôs assim: “você me paga com serviço. Porque o único que trabalha aqui é você! Entende? Quem trabalha aqui é você, os meus filhos não me ajudam”. [...] Aí o meu tio comprou. Não sei se ele trabalhou mais um ou dois anos de sócio, e daí chegou num ponto em que ele se sentiu no direito de abrir mão de ser sócio. Ou ele vendia a parte dele, ou comprava a do seu Muraro. E aí o seu Muraro achou por bem: “então tá Franciscon, eu te vendo a minha parte”. Aí ficou *Franciscon & Cia. Ltda.* [...] Comprou só com serviço. Daí que nós viemos embora. Quando o seu Antônio - que era o meu tio - comprou a parte do seu Muraro, nós viemos para Lagoa Vermelha para começar a fazer... Os irmãos mais velhos já tinham vindo antes, eu vim depois com a mãe e o pai e mais os irmãos mais novos. Aí viemos embora nós também e começamos a trabalhar no depósito de bebida (Entrevista com Valcir Franciscon, realizada em 20 de agosto de 2024).

Assim como foi com José Nicolodi, a família Franciscon veio para a cidade de Lagoa Vermelha com a finalidade de trabalhar com um ofício, no caso, o de comerciantes. Antônio, tio de Valcir, é apontado como um funcionário de tanto destaque que recebeu uma espécie de promoção para ser sócio do patrão. Não sabemos se efetivamente era isso o que Muraro pensava, mas vemos como a memória dos Franciscon exalta o trabalho e a determinação da família: Antônio era o único que

trabalhava, virou sócio graças ao trabalho e provavelmente trabalhou tanto que virou o proprietário da distribuidora de bebidas.

Ao se tornar proprietário, Antônio chamou o restante da família (incluindo o entrevistado Valcir) para ir trabalhar com ele. A mesma relação familiar se deu com Ricardo, que trabalhava com seu pai no bar em Lagoa Vermelha. Com os Castellano, não foi tão diferente:

Laura: Eu conheci o Flávio quando ele era, chamavam de speaker, na Rádio Cacique. Ele trabalhava na Rádio Caxias e veio morar aqui em Lagoa porque a irmã dele casou com o Archimedes Almeida. E aí ela veio morar aqui, mas não se acostumava longe da família. Aí o Flávio veio morar aqui para ficar junto com a irmã. E aqui eles fundaram a Rádio Cacique [...] E o Flávio era o locutor

Entrevistador: Quantos anos ele tinha nessa época?

L: Eu tinha 15 e ele tinha... [pausa para contar] 23 anos.

E: E ele já era “o cara” da rádio com 23?

L: Sim! (Entrevista com Laura Castellano, realizada em 11 de junho de 2024).

Se o primeiro Castellano chegou em Lagoa Vermelha, algo aconteceu que a família se des-

locou para Flores da Cunha, ainda no início do século XX. Lá nasceu, nos fins de 1930, Flávio, o falecido marido de Laura. Como vemos pelo relato, Flávio tinha um ofício como comunicador de rádio, mostrando ser uma família afastada do mundo rural da colônia. O motivo que o fez ir para Lagoa Vermelha, é a família. Sua irmã, casada com um lagoense, não queria estar afastada dos Castellano, o que fez Flávio se deslocar e trazer junto seu ofício de comunicador, sendo o fundador da Rádio Cacique na década de 1950, importante rádio AM da região norte/nordeste do Rio Grande do Sul.

A família italiana é um dos grandes elos de manutenção da identidade. Vemos nas três entrevistas a recordação de familiares e de como essas relações orientaram as ações dos antepassados. A própria Laura destaca isso, ao falar da tradição italiana de seu marido que mais lhe chamava a atenção:

Laura: Um das coisas que eu achava muito bonita, eram as festas deles. Confraternização da família inteira. Se reuniam...

João Pedro^{IX}: É, isso perdurou até o vô falecer. A gente fazia sempre, reuniões de família (Entrevista com Laura Castellano, realizada em 11 de junho de 2024).

^{IX} Neto da entrevistada.

Os Nicolodi também não fogem muito dessa norma:

Ricardo: Encontro de família. É bem coisa de italiano. Nós fizemos durante 20 anos o encontro da Família Nicolodi, onde a gente revivia as brincadeiras de infância. [...] Nós fazíamos o encontro geralmente na AABB ou nas piscinas do Clube Lagoense. Nós fazíamos fogueira, sapecávamos pinhão, fazíamos torneio de bodoque - atirar na lata. Cada modalidade tinha um troféu. Tinha jogo de bolita, futebol... Passávamos dois dias reunidos. Vinham 70, 100 pessoas, de todo o Brasil. Toda a família originada dos Nicolodi. Vinham de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Santa Catarina... Vinham e ficavam dois dias aqui. Fazíamos o tradicional churrasco, confraternizava, de noite se fazia um baile, e tinha os torneios.

Entrevistador: E não fazem mais?

R: Não. Desde 2011 a gente parou, mas fizemos por 20 anos consecutivos. Começou a ficar mais difícil de organizar, porque quem fazia isso éramos nós de Lagoa. Começou a ficar pesado (Entrevista com Ricardo Nicolodi, realizada em 20 de junho de 2024)

A família italiana é o pilar da memória. São as reuniões, confraternizações, trocas de experiências, que fazem a transmissão das lembranças e a formação da memória coletiva (Halbwachs, 2006, p.69). É interessante que Valcir, em sua entrevista,

não tenha falado sobre celebrações familiares, ainda que destaque diversas vezes o trabalho familiar e o tamanho da família. Sua fala, porém, traz um elemento pertinente para pensarmos a construção da identidade italiana face à memória oficial de Lagoa Vermelha:

Entrevistador: Churrasco era coisa comum de vocês fazerem?

Valcir: Não existia. Era muito difícil ver churrasco. Muito difícil. Mais mesmo era carne de porco e de galinha.

E: Isso é algo que eu percebi, porque nas outras entrevistas também falam que o churrasco...

V: Não existia.

E: ... era mais coisa dos gaúchos daqui. Agora churrasco é todo domingo né.

V: Agora se não tiver churrasco no domingo, não é domingo né? (Entrevista com Valcir Franciscón, realizada em 20 de agosto de 2024).

Para os italianos da Capital do Churrasco, não existia o consumo de churrasco. A tradição era a comida de origem italiana, sendo consumidas as carnes de porco e galinha. É interessante que na fala de Ricardo, ele narre que nos encontros de família faziam “o tradicional churrasco”. Tradicional para quem?

Entrevistador: Aproveitando e lembrei agora, o gaúcho tem a coisa do churrasco. Os italianos faziam tam-

bém churrasco? Como era a questão da carne?

Laura: Eu acho que era mais, que eu me lembre, era mais passarinhada. Dizem que os gringos matavam todos os passarinhos para comer! Isso era uma das coisas que eu ficava apavorada! Essa dos passarinhos. Não sei quais as espécies, mas tinha em Flores da Cunha um primo do Flávio. Ele e os outros iam matando passarinho, matando passarinho - porque, o que tem de carne um passarinho? Então quando tinham não sei quantos passarinhos, faziam a tal da passarinhada. E chamavam o Flávio e ele ia lá para Flores da Cunha comer a tal da passarinhada. Era passarinhada com polenta (Entrevista com Laura Castellano, realizada em 11 de junho de 2024).

Mais um caso da memória que nos mostra a não existência do churrasco. A carne bovina assada em espeto, além de cara e custosa, também era uma prática dos nacionais, dos gaúchos e brasileiros. Quando um grupo se depara com outro, surgem as fronteiras étnicas (Barth, 2000, p.34), elementos que servem para diferenciar o Nós do Outro. Estabelecem-se critérios que possam indicar pertencimento ou exclusão, mas que não necessariamente provocam conflitos. Esses critérios são usados para dar forma à identidade e ficam consolidados para que, mesmo em convívio com o outro grupo, a identidade original não seja perdida.

É o caso do churrasco. Os italianos e seus

descendentes enxergam a comida como parte da tradição familiar. E como a família era o pilar da identidade italiana, não era possível que essas tradições fossem vilipendiadas pelos costumes dos brasileiros. Criou-se a fronteira que distinguia os costumes italianos dos costumes gaúchos. Com a força da memória oficial lagoense pautada nos tropeiros (e consequentemente no churrasco como seu símbolo étnico), foi necessário que os italianos abrissem suas fronteiras para se integrar à sociedade, mas promovendo uma ressignificação da memória ao colocar o churrasco como parte da identidade, como algo “tradicional”, citando Ricardo Nicolodi.

Analisando a Festa da Uva de Caxias do Sul, Miriam Santos e Maria Zanini (2010, p.30) identificaram mecanismos de enquadramento da memória, ou seja, formas pela qual a memória coletiva é transformada, elencando aquilo que deve ser lembrado. É o caso do churrasco em Lagoa Vermelha, que agora faz parte de qualquer festa italiana, compartilhando o mesmo espaço com as massas e galetos. Há até casos de festas de interior, em comunidades italianas, onde a única comida é o tal do churrasco. Essa “invasão”, porém, não é o suficiente para acabar com a identidade italiana, que está firmemente ancorada nos ideais de família e, principalmente, trabalho.

João Pedro: Mas olha, esse negócio do “italiano”, eu sou um que se me perguntam, eu falo com orgulho que sou

descendente de uma família italiana. Porque os italianos me passam assim, uma coisa meio que de aguerrido.

Laura: Trabalhadores. Não tem medo de trabalhar.

João Pedro: É, sem medo. Desbravadores. Nesse sentido. Naquela época devia ser mais ainda. O vô...

Laura: Sim, ele conviveu com os italianos mesmo! (Entrevista com Laura Castellano, realizada em 11 de junho de 2024).

Ricardo: Olha, a imigração italiana não só em Lagoa, como na região, foi um ícone de desenvolvimento. O berço de desenvolvimento da cidade foi com a colonização italiana, que se caracteriza pelo trabalho, pela humildade e que é aonde vai surgir o desenvolvimento de Lagoa Vermelha e região (Entrevista com Ricardo Nicolodi, realizada em 20 de junho de 2024).

Valcir: Olha, aqui tinha uma referência, que o pessoal dizia: “ó, chegaram os italianos aí! Esses são trabalhadores!” Na verdade, puxavam muito isso de dizer que o italiano sempre foi mais do serviço. Não tinha tempo ruim para isso. Desbravava lavoura, né... Em qualquer setor. Aonde tivesse italiano no serviço... Tanto é que tu pode pensar um pouco em Caxias. Olha o que é Caxias, olha o que é aquela italianada.

Entrevistador: Trabalho. Isso que é a grande marca né.

V: Isso aí. Não tem tempo ruim. (Entrevista com Valcir Franciscon, realizada em 20 de agosto de 2024).

As três entrevistas finalizam com a mesma exaltação ao trabalho e a uma certa “fama” que os italianos teriam por serem trabalhadores. Com diferentes origens, contextos e desenvolvimentos familiares, existem “italianidades diversas” (Santos; Zanini, 2010, p.28), mas é possível sem medo afirmar que a memória italiana em Lagoa Vermelha, é baseada no trabalho e na família. São os dois elementos que sustentam a identidade e que dão sentido ao presente dos descendentes. Identidade que segue firme, mesmo incorporando elementos da memória oficial tropeira, principalmente o churrasco.

Arrivederci, tchê

Por mais que Lagoa Vermelha possua uma memória oficial que a insere como cidade tropeira e herdeira das tradições gaúchas pecuaristas, existe no município uma forte identidade e memória italiana, memória que foi ressignificada e adaptada para se enquadrar com os ditames da memória oficial. Muito disso foi possibilitado porque as grandes famílias italianas que vieram para a sede de Lagoa Vermelha, vieram com ofícios. Seriam a segunda categoria de italianos, como elencado pela senhora Laura Castellano. Como leitura

complementar, destaco meu outro trabalho sobre a indústria da madeira no município (Carneiro, 2024), onde foi identificada uma grande presença italiana como proprietários de madeiras e serrarias. Em pouco tempo cresceram e ocuparam espaços de poder e de importância econômica, vindo a possuir memórias fortes e capazes de disputar os enquadramentos da memória oficial.

Dessa forma, a imigração italiana para Lagoa Vermelha se deu em um contexto urbano, até porque a cidade já estava formada e era uma importante referência regional no século XX (Silva, 2011, p.122). Não é à toa que os núcleos coloniais do interior da grande Lagoa Vermelha buscaram sua emancipação e formaram diferentes cidades, como é o caso de Sananduva ou Ibiraiaras (Almeida, 200, p.67). Além disso, em obra publicada em 1925 como comemoração ao cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, não existe nenhuma menção à presença italiana em Lagoa Vermelha, salvo alguns indivíduos que venceram algumas exposições (1925, p.440), o que aponta a inexpressividade da comunidade no município tropeiro até pelo menos a década de 1930, quando toma forma as narrativas das nossas entrevistas. Da mesma forma, Fidélis Barbosa (1981, p.66-100) elencou os documentos dos eleitores de Lagoa Vermelha na primeira década de 1900. Dos 876 eleitores, 23 possuem sobrenome italiano^X,

mais uma vez evidenciando a pouca presença desse grupo antes de 1930.

Enfim, a identidade e a memória são frutos de tensões, disputas e negociações. Os italianos, como um grupo com uma memória forte (Traverso, 2007, p.48), foram capazes de negociar com a memória oficial dos gaúchos e se inserir como parte da narrativa municipal. Se os “pioneiros” foram os tropeiros, foram os italianos que trouxeram o desenvolvimento. As disputas de memória durante as últimas décadas dos 1900 foram harmoniosamente resolvidas, com elementos italianos sendo enquadrados na memória tropeira e vice-versa. Podemos pensar como outras memórias, como as das pessoas negras, indígenas, até mesmo operários e trabalhadores sem identidade colonial, foram silenciadas e invisibilizadas. Mas isso é assunto para outro trabalho.

Referências

- ALMEIDA, Ney Garcez de. *Evolução Territorial de Lagoa Vermelha*. Passo Fundo: Méritos, 2008.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1981.
- CARNEIRO, Acácio Garcez. *Madeira, trabalho e história: a indústria madeireira em Lagoa Vermelha/RS*. Passo Fundo: Acervus, 2024.
- CERVA, Ana Carine. *Construção, reconstrução e disputa*

X José Muliterno e José Castellano, citados por dona Laura, encontram-se na lista, respectivamente, p.80 e p.89.

ta pela memória coletiva e identidade étnica nos campos de cima da serra do Rio Grande do Sul: distrito caxiense de Vila Seca. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, 158p.

DE RUGGIERO, Antonio. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.162-181.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HERÉDIA, Vania B.M. A colonização italiana no Sul do Brasil no século XIX. *Visioni Latino Americana*, Trieste, v.24, p.107-118, 2021.

MANFROI, Olívio. Presença italiana no território da Grande Lagoa Vermelha. In: BARROSO, Vera (org.) *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1993, p.104-108.

MEIHY, José Carlos S.B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2020.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2006.

NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Esboços, histórias em contextos globais*, v. 10, n. 10, p. 29-51, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, pp.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral

diferente. *Proj. História*, São Paulo, n.14, fev. 1997, p.25-39.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 103-130.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

SANTOS, Miriam de O; ZANINI, Maria Catarina C. As memórias da imigração no Rio Grande do Sul. *Mneme - Revista de Humanidades*, v.11, n.27, pp.25-35, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson; et al. (Orgs). *História oral, desigualdades e diferenças*. Florianópolis: Editora da USFC, 2011, p.83-96.

SILVA, Itací de Sousa. *Tropeirismo e criatório de mulas em Lagoa Vermelha, nordeste do RS (1914-1955)*. Dissertação (Mestre em História). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2011, 146p.

TRAVERSO, Enzo. *El Pasado: instrucciones de uso*. Historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

Fontes

CASTELLANO, Maria Laura de Mello. *Entrevista com Maria Laura de Mello Castellano, realizada por Acácio Garcez Carneiro*. 11 de junho de 2024. 55:15. Entrevista disponível no acervo do REPHO – UFRGS.

Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre, 1925. Obra disponível na Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1949*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1951. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem1949rs>. Acesso em 27 de outubro de 2024.

FRANCISCON, Valcir. *Entrevista com Valcir Franciscon, realizada por Acácio Garcez Carneiro*. 20 de agosto de 2024. 23:29. Entrevista disponível no acervo do REPHO – UFRGS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Lagoa Vermelha*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/lagoa-vermelha.html>. Acesso em 27 de outubro de 2024.

NICOLODI, Ricardo Sérgio. *Entrevista com Ricardo Sérgio Nicolodi, realizada por Acácio Garcez Carneiro*. 20 de junho 2024. 59:40. Entrevista disponível no acervo do REPHO – UFRGS.

Notas finais

¹ BRASIL. Lei 14.256/2021, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14256.htm. Acesso em 27 de outubro de 2024.

² DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1949. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1951. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem1949rs>. Acesso em 27 de outubro de 2024.

³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_Vermelha#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_LagoaVermelha.svg.



História de Marau:

a história é progresso e o progresso é italiano

PEDRO ALCIDES TRINDADE DE MELLO

O município de Marau está localizado na Região Norte do Rio Grande do Sul. Foi o 5º Distrito de Passo Fundo, desde 1916, emancipando-se em 1955. O aspecto econômico sempre foi considerado um importante fator para o desenvolvimento histórico do município. Seu processo de crescimento esteve relacionado à expansão da economia da agroindústria familiar, que caracterizou as colônias italianas estabelecidas pelo projeto de ocupação do território nordeste do Rio Grande do Sul, promovido no período do Império, as atuais Caxias do Sul e Garibaldi (Constantino, 2007, p. 402; Herrlein Jr., 2015, p. 77). A vinculação da identidade da cidade de Marau a elementos relativos à colonização italiana no Rio Grande do Sul, está presente no site institucional da cidade,

com a promoção da Rota das Salamarias e do Festival Nacional do Salame (Prefeitura Municipal de Marau, sd.), como destaques do turismo local.

As narrativas que propõem explicar como ocorreu a ocupação do território e o desenvolvimento do município não foram produzidas por historiadores profissionais, seguindo parâmetros de reflexão metodológica característicos da História como ciência. Devido a isso, grande parte do conhecimento sobre o passado da cidade foi produzido por pessoas que mobilizaram as suas pesquisas a partir de efemérides, ou seja, de eventos considerados relevantes e em perspectiva comemorativa. A principal referência sobre a história da cidade é o pesquisador memorialista¹ Francisco Bernardi. Todas as produções sobre a cidade que

¹ Goulart (2007) desenvolve uma discussão sobre o trabalho desenvolvido por pessoas que buscam desenvolver trabalhos de cunho histórico, mas que não são historiadores profissionais, eles desenvolvem os seus trabalhos operando na relação entre a memória e a história. Ele afirma como, em muitos casos, existe a transformação da memória social de um determinado grupo em história de uma comunidade inteira, por isso ele utiliza a expressão “memorialista” quando fala sobre autores locais (Goulart, 2007, p. 18). Outra característica dos memorialistas, que os diferencia dos historiadores, é

buscam fazer algum tipo de contextualização histórica sobre o desenvolvimento do povoado que deu origem ao município utilizam seu trabalho como referência (Rodeghero, 2024, p. 17-22).

Propõe-se aqui analisar brevemente duas publicações que tematizaram a história de Marau de forma comemorativa. São trabalhos que apresentam expressões com a potencialidade de indicar as características da estrutura da cultura histórica que predomina sobre o conhecimento histórico referente a cidade. Entende-se que a cultura histórica é a expressão da estrutura de sentido que é dada para o saber histórico de um determinado grupo, e é o conteúdo dos referenciais sobre como o pensamento histórico é desenvolvido (Rüsen, 2015, p. 229). Os dois trabalhos escolhidos foram: *Marau: cem fatos que marcaram seu centenário político*, escrito por Francisco Bernardi, publicado em 2015, e *Marau: recortes históricos de seus 65 anos*, escrito por Roberta Bassani Federizzi, Regiane Bortolotti e Maikyeli Orsato Decesaro, publicado em 2020.

A leitura dos dois livros indicou, a partir da categoria da cultura histórica de Jörn Rüsen (2015), como as narrativas apresentam uma equivalência entre a História e o progresso. Desse

modo, a unidade de análise que se destaca é progresso e como os autores analisados constroem o sentido de sua narrativa histórica a partir da categoria de progresso. Ao mesmo tempo em que a ideia de progresso é a categoria principal das narrativas produzidas, como um elemento imanente da identidade social da cidade. Os textos também fazem uma associação com os que seriam os operadores desse progresso, identificados como os “italianos”.²

A valorização, pelos autores, de uma categoria econômica como o progresso demanda um trabalho de contextualização do processo econômico que caracterizou o Rio Grande do Sul e a região na qual o município de Marau se desenvolveu, quando o sistema agroindustrial colonial dos imigrantes italianos teve um papel relevante na primeira metade do século XX (Herrlein Jr, 2015; Naumann, 2017; Tedesco, 2000), tema que será sucintamente abordado.

A dinâmica social que mobilizou o processo de ocupação do território que compõe o atual município de Marau, no qual desenvolveu-se o povoado que originou a cidade, relaciona-se com a estrutura da configuração econômica do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século

a utilização de uma diversidade de ferramentas e fontes em suas pesquisas, porém sem a utilização das normas metodológicas acadêmicas para a escrita da história (Domingues, 2011, p. 2).

² As obras têm a preocupação em explicar que a maioria das pessoas que descrevem são brasileiros descendentes de imigrantes italianos que vieram das áreas de colonização mais antiga, porém, constantemente estes descendentes de italianos são identificados enquanto italianos, mesmo sendo brasileiros de 2ª, 3ª e até 4ª geração.

XX. Durante a Primeira República, o Rio Grande do Sul teve um grande crescimento econômico, processo que pode ser relacionado à ampliação do mercado interno e ao crescimento das exportações (Herrlein Jr, 2015, p. 77). Esses dois processos estiveram relacionados à ampliação ferroviária e a melhorias no transporte fluvial (Herrlein Jr, 2015, p. 78).

Durante a primeira metade do século XX, o porto de Muçum, a 117 km de Marau, foi o espaço de centralização da dinâmica mercantil e comercial da região do Alto Taquari (Tedesco, 2000, p. 30). Ao mesmo tempo, em 1897, foi feita a inauguração do percurso da ferrovia de Cruz Alta até Carazinho e em janeiro de 1898, até Passo Fundo, como indicado por Neumann: “a chegada do trem trouxe a reboque os colonos e, em cada estação de trem, surgiu uma colônia, que evoluiu para um pequeno centro urbano” (2017, p. 114). Em 1907 houve a integração ferroviária dos 5 ramais e a ligação ferroviária com São Paulo ocorreu em 1910 (Herrlein Jr, 2015, p. 79). Por outra parte, o núcleo colonial de Guaporé centralizou um processo acelerado de crescimento que irradiou e influenciou o desenvolvimento dos municípios da região:

Uma demonstração disso está em que, em 1903, Guaporé já produzia 250 mil quilos de banha, 23 mil quilos de

carne suína, 15 mil sacas de feijão, 2 mil sacas de milho, 2.500 arrobas de erva-mate, 2 mil dúzias de tábuas. Havia casas comerciais, moinhos, serrarias em toda a sua região. Isso tudo repercutiu profundamente e irradiava relações mercantis por toda a Encosta Superior do Nordeste (Tedesco, 2000, p. 33).

Segundo Neumann (2017), entre os anos de 1912 e 1913 a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo estava chegando nas medições das terras devolutas entre os rios Marau e Taquari. O trabalho seria de regularizar ou legitimar os posseiros e os latifundiários, possibilitando que registrassem suas terras mediante ao pagamento da área que ocupassem, somando 50% ao valor de mercado (Neumann, 2017, p. 128). Na área que atualmente compreende o espaço urbano de Marau, um grupo de colonos italianos estavam ali alocados na categoria de intrusos³ em 1913. Os próprios colonos buscavam a regularização de suas terras, pois tinham sido adquiridas de proprietários não regulares e, em 1916, a região passou a compor o 5º Distrito de Passo Fundo (Bernardi 2015, p. 9).

O processo que leva ao desenvolvimento do povoado que deu origem ao distrito em 1916, que se tornou município de Marau em 1955, indica a

³ Os intrusos seriam pessoas que teriam passado a ocupar áreas de mato de terras devolutas do Rio Grande do Sul. Existia o entendimento de que não existia intenção criminoso e explicava-se a situação pelo abandono das terras, o crescimento populacional, o “movimento revolucionário”(1893) e a última corrente migratória. Por esse motivo existia a possibilidade de legitimação da posse da terra (Neumann, 2017, p. 127).

relação com a conjuntura histórica do Rio Grande do Sul e do Brasil. Ainda não existem, contudo, trabalhos que elaborem relações consistentes entre questões que acontecem na cidade, com processos e dinâmicas espaciais e conjunturais mais amplas. É característico das obras analisadas a tomada do espaço de Marau em seus limites político-administrativos, fazendo com que os acontecimentos sempre estejam restritos ao município, ou quando estão relacionados a alguma agência do município ou de indivíduos de Marau em processos de nível estadual ou nacional.

O procedimento da análise se dará pela observação das apresentações das publicações, momento em que os autores expressam como legítima a narrativa que constroem também são os trechos em que fazem breves contextualizações do trabalho que desenvolveram e mostram indícios dos pressupostos que orientam a sua equivalência de progresso como categoria de determinação do “histórico”. Após, será desenvolvido um mapeamento da forma que é expressa a presença italiana e como esta presença leva ao entendimento deste grupo como “motores da história” nas narrativas construídas.

Discutindo as apresentações: a história é o progresso

O autor da primeira obra é Francisco Bernardi, professor, atualmente aposentado, de litera-

tura e língua portuguesa; é a principal referência da cidade quando se pensa na história do município. Bernardi escreveu o livro mais referenciado sobre a história da cidade: *Marau: uma comunidade laboriosa* (1992); o livro que será analisado aqui: *Marau: cem fatos que marcaram seu centenário político* (2015); uma ampliação da obra de 1992, chamada: *Marau: um século de história* (2018); seu mais recente trabalho sobre a história da cidade é *Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra* (2022).

A apresentação do livro de 2015 de Bernardi, *Marau: cem fatos que marcaram seu centenário político*, é composta por uma página explicando o que motivou o desenvolvimento da pesquisa. Comenta-se o interesse pedagógico de um professor de História do município, explicando a compreensão de que conhecimento sobre a história local seria uma forma de “tornar suas aulas de História mais atraentes” (Bernardi, 2015, p. 7). O trabalho deste professor estava restrito aos 60 anos de emancipação do município de Marau, 1955, entretanto, Bernardi afirma que “valendo-nos dessa pesquisa, houvemos por bem ampliá-la, partindo do ano de 1916” (Bernardi, 2015, p. 7).

Na apresentação da obra ora analisada, Bernardi esclarece elementos de seu proceder de pesquisa e critérios de seleção de dados para o trabalho: “através de consulta de textos, publicações e documentos relacionados com Marau, destacamos com acontecimentos dignos de menção” (Bernar-

di, 2015, p. 7). Evidencia-se como não existe uma discussão ou determinação de diretrizes sobre quais seriam os parâmetros que classificariam os acontecimentos considerados dignos de menção.

Jörn Rüsen define como a cultura histórica é a estrutura pela qual o pensamento histórico desenvolve-se em um determinado grupo. O autor sistematiza como a cultura histórica possui um conjunto de dimensões que estruturam a forma que os saberes históricos são construídos e os critérios de sentido que são resultantes das experiências do passado de um determinado grupo (Rüsen, 2015, p. 235). Segundo Rüsen, o dimensionamento da cultura histórica é construído a partir de um caráter *ideal-típico* (Rüsen, 2015, p. 229), sendo cada dimensão orientada por um critério de sentido mais relevante. A primeira seria a dimensão *cognitiva*, que é caracterizada pelo conhecimento sobre o passado humano e seu critério de sentido é a *verdade* (Rüsen, 2015, p. 231). A segunda dimensão é a *estética*, que tem como critério de sentido a ideia de *beleza*, como ela é apreciada pelos destinatários, e como constitui a sua coerência narrativa (Rüsen, 2015, p. 231). A terceira dimensão é a *política*, relacionada ao papel do pensamento histórico nas disputas políticas e seu critério de sentido principal está relacionado ao processo com o qual *legitimidade* é estabelecida (Rüsen, 2015, p. 232). A quarta dimensão é a *moral*, em que o critério de sentido aparece pelo estabelecimento de uma distinção entre o *bem* e

o *mal*, ou “trata da valorização do acontecimento passado de acordo com normas estéticas e morais válidas na cultura atual” (Rüsen, 2015, p. 233). A quinta dimensão é a *religiosa*, em que o principal critério é o da *salvação*, estaria relacionado a uma demanda intrínseca de lidar com a finitude humana e *dar significação transcendente para a comunidade*, interferindo na estrutura que as histórias são contadas, não estando necessariamente relacionadas a uma religiosidade, mas sim às formas que as ideias de finitude e sentido da comunidade são construídas (Rüsen, 2015, p. 234).

No trabalho de Bernardi, a inexistência de uma discussão sobre os parâmetros de determinação do que seriam “acontecimentos dignos de menção” demonstra como a dimensão moral se sobressai na estrutura de seu pensamento histórico. A falta de parâmetros indica que os acontecimentos dignos de menção seriam auto evidentes, demonstrando como existe uma compreensão, por parte do autor, de que a sua estrutura de organização e sistematização da história da cidade carregaria uma perspectiva de universalidade da validade da interpretação. A dimensão moral também demonstra se sobrepor à dimensão estética, pois, os fatos por si, enquanto curiosidade, seriam suficientes para tornar as “aulas de História mais atraentes” (Bernardi, 2015, p. 7). A dimensão moral também se sobrepõe à cognitiva, na medida em que as delimitações temporal e espacial do trabalho não são discutidas, sendo os documen-

tos oficiais tidos como suficientes para estruturar o trabalho.

Enquanto a apresentação do livro de Bernardi indica a predominância da dimensão moral, o livro de Federizzi, Bortolotti e Decesaro demonstra a dominância da dimensão moral, embora as dimensões política e religiosa também apareçam de forma expressiva. O livro *Marau: recortes históricos de seus 65 anos*, contém dedicatória, apresentação e introdução. Segundo o texto da contracapa do livro, as autoras se definem da seguinte forma: “um grupo de professoras municipais que admiramos Marau. Esse sentimento nos uniu, e com o apoio da FABE⁴ e da Prefeitura Municipal de Marau, produzimos esta obra comemorativa” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 121). Roberta Bassani Federizzi é doutora em Letras, graduada em Educação Artística, é professora de Arte na Rede municipal e estadual de ensino de Marau; Regiane Bortolotti é licenciada em Pedagogia e História, é professora de História da Rede municipal e estadual de Ensino de Marau; Maikyeli Orsato Decesaro é graduada em Letras, professora da rede municipal de ensino de Marau (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 121).

Na dedicatória que inicia o livro, existem evidências de como a dimensão política e a dimensão religiosa do saber histórico construído são estruturadas:

Uma comunidade se faz por seu povo, mulheres e homens, os coadjuvantes de seu progresso, pois dedicam seu conhecimento, utilizam seus braços, embrenham-se à construção da história individual e coletiva... É a você marauense nativo, adotivo, radicado, imigrante... o destino desta obra, pois pode ver-se e desvelar-se no contexto dos seus 65 anos. Parabéns a todos nós! Um viva para Marau! (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 5).

Na dedicatória aparecem evidências da concepção estrutural do saber histórico construído. As pessoas em suas ações individuais e coletivas são colocadas como coadjuvantes do progresso da cidade. Declara-se como todos os que vivem em Marau poderiam entender a narrativa como parte de sua própria história e exibe de que forma a dimensão política se expressa na obra, pois o aspecto inclusivo serve como fator de legitimação da validade e pertinência da narrativa, que deveria ser apropriada por todos os que moram na cidade. A dimensão religiosa também aparece enquanto dominante na medida em que o conceito de progresso é definido como qualidade característica dos habitantes da cidade. As pessoas que moram em Marau contribuiriam para o progresso na medida em que vivessem na cidade, por esta ser uma característica imanente dos habitantes da cidade.

⁴ FABE é a sigla para Faculdade da Associação Brasileira de Educação, fundada em 1999. Foi a primeira instituição de Ensino Superior a se estabelecer na cidade (Bernardi, 2015, p. 60).

O progresso, colocado enquanto história da cidade, é entendido como elemento definidor do que é a história.

Mesmo a dimensão política e religiosa sendo marcantes na cultura histórica do município, a dimensão moral é a que tem o maior caráter dominante. Uma evidência dessa dominância aparece no trabalho de Federizzi, Bortolotti e Decesaro quando é feito um comentário sobre como a produção de narrativas históricas sempre envolvem recortes, porém a omissão de acontecimentos sobre a cidade não deveria ser entendida como “menor” ou não valorizado. Entretanto, quando o enfoque do trabalho é estabelecido como: “Maraú: recortes Históricos de seus 65 anos” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 7), não são acrescidos os referenciais dos parâmetros que determinaram quais os recortes seriam inseridos e omitidos da narrativa. Essa situação indica como existe um entendimento universalizante sobre o que seria e não seria considerado histórico, característica da forma que a dimensão moral é entendida pelas autoras.

A dimensão moral continua apresentando sua dominância na argumentação referente à justificativa do trabalho de produção do saber histórico:

Quando não se transforma o que está na memória das pessoas em textos e imagens, corre-se um grande risco de deixar passar para a imaginação e

a mera especulação a história de um povo, de uma cidade... E a obra que ora apresentamos procura resgatar e deixá-la expressa, servindo-se de testemunhos e registros diversificados” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 7).

A argumentação dá ênfase para a necessidade de se elaborar e escrever a história da cidade, dando o entendimento de que a história, ou o passado poderia ser resgatado e deixado expresso, registrado de alguma forma e de maneira finalizada, definitiva, circunscrita no livro. Este é um ponto que evoca uma característica da demanda por conhecimento histórico, que caracteriza a cultura histórica. A cultura histórica abrange práticas culturais de orientação, do sofrer e do agir humanos no tempo. Expressa como a interpretação do passado existe, estabelecendo um entendimento das circunstâncias da vida atual, para possibilitar uma elaboração de perspectivas de futuro. O contexto social é um determinante importante do fazer histórico (Rüsen, 2015, p. 217). Esse trecho do trabalho das autoras também carrega a dinâmica dos dois tempos existentes na experiência humana: o tempo perturbador, da natureza, e o tempo humano, corretor da perturbação (Rüsen, 2015, p. 40). O tempo da natureza ameaça a estrutura de sentido da temporalidade humana, tem um caráter irritante, e a constituição de sentido no tempo faz com que a contingência ganhe significado

(Rüsen, 2015, p. 41). A ideia de “resgatar” e deixar “expressa” a história da cidade seria uma forma de lidar com a contingência do caráter deteriorante do tempo. Essa forma de lidar é influenciada pela cultura histórica do grupo no qual o saber histórico é produzido e o caráter comemorativo e institucional da obra das autoras precisa ser entendido como fator de influência na estrutura que a obra teve.

Outro trecho que expressa a dominância da dimensão moral sobre a narrativa construída é a afirmação de que a cidade de Marau é, em seu presente, “a confluência de muitas e diversificadas experiências de vida, amalgamadas durante décadas de encontros e desencontros, acordos e dissonâncias” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 7). O que evidencia o aspecto moral, enquanto ponto que não precisaria ser discutido e é universalizante, é a não preocupação em estabelecer como ocorreu o “amalgama” que constituiu a cidade, indicando a impossibilidade de definir como teria ocorrido essa mistura na atualidade do município. O povo “forjado” pela história de Marau seria:

Plural, competitivo e inovador. Graças a esse ímpeto, empreendimentos e muitos setores surgem e se destacam. O espírito jovem inovador não cessa de dar mostras de como aliar produtividade com bem-estar. Marau respira vitalidade (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 8).

Uma definição metodológica dada no trabalho de Federizzi, Bortolotti e Decesaro, aparece na declaração de como “as autoras desta obra destacam o grande poder inovador de Marau, tanto quanto possível, transcorrendo desde sua gênese aos dias atuais” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 8). Aquilo que traria progresso, que representaria “visão de futuro e empreendedorismo” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 8) é o que se propõe como destacado na obra, estabelecendo como as ações individuais são classificadas como marcas identitárias do marauense e fator de constância histórica imanente do município. A afirmação da apresentação demonstra que o trabalho seria um reflexo e uma demonstração dessa *continuidade* empreendedora. O histórico é usado como argumento *legitimador* de uma identidade, de uma estrutura de sentido da cidade, que orientaria as perspectivas de ação da própria cidade. O histórico é usado para criar uma ideia de *essência*, que é mobilizada para fazer uma leitura de continuidade e como o progresso é visto no decorrer do livro. A legitimidade conferida pela história de Marau organiza como a cidade seria no presente e como ela deveria ser vista. A dimensão moral, a dimensão política e a dimensão religiosa demonstram uma dominância no saber histórico que opera a celebração da história da cidade.

Nas duas obras a ideia de progresso é entendida enquanto característica definidora do processo histórico, contudo, existe um desafio

de sentido no entendimento de que a história é o progresso. Isso porque, o progresso refere-se principalmente a uma perspectiva de futuro, que levaria a uma tendência à desvalorização dos processos do passado, enquanto fator de relevância para o presente. A preponderância da dimensão moral e religiosa, enquanto estruturação de sentido do saber histórico, é uma solução para essa tendência de desvalorização do passado. A capa do livro: *Marau: recortes históricos de seus 65 anos*, também carrega uma afirmação sobre como o sentido do passado é compreendido.

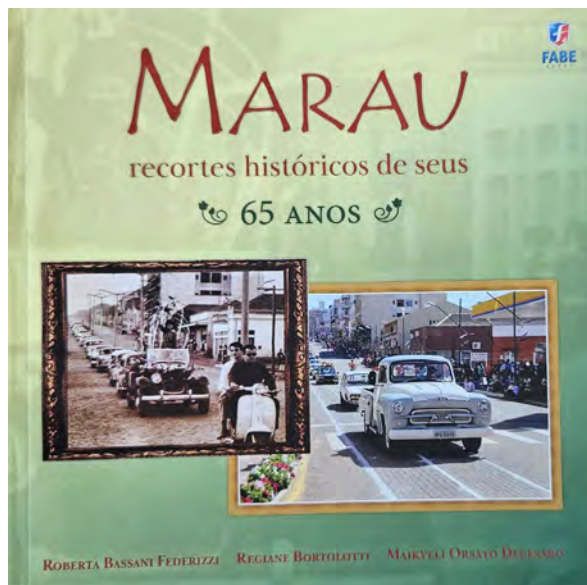


Figura 1. Capa da obra *Marau: recortes históricos de seus 65 anos* (2020). Fonte: do autor.

A arte da capa do livro, produzida por Maura Helena De Carli, apresenta como a ideia de progresso também carregaria uma estrutura que legitimaria uma valorização do passado. A fotografia da esquerda foi produzida em um: “desfile na Avenida Júlio Borella na década de 1960, autoria de Antônio Bassi” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 4); já a fotografia da direita refere-se ao “desfile na Av. Júlio Borella, 2008, autoria da Coordenação de Comunicação da Prefeitura de Marau” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 4). A preocupação em reproduzir o mesmo enquadramento da foto da década de 1960 na foto de 2018, indica o interesse de demonstrar a mudança do espaço e um desenvolvimento da infraestrutura e a modernização da cidade. Mas, essa modernização também tem um caráter de conservação e continuidade, pois a prática do desfile seria algo mantido desde os primeiros anos do município, reforçando uma identidade da “cidade” relacionada a uma “tradição” de progresso, que não poderia ser esquecida, para que o progresso seja mantido.

Os acontecimentos históricos: o progresso é italiano

As apresentações do trabalho demonstram como o progresso é entendido como fator definidor da história organizada pelos autores dos dois livros. A definição das características desse

progresso é encontrada na leitura dos trabalhos e existe a recorrência de observar os “italianos” como agentes do progresso que caracterizaria o município de Marau. No livro de Bernardi, o fato 54 apresenta a Lei Municipal nº 472 de 1969, que criou o brasão que simboliza a cidade. O autor apresenta a lei e faz uma descrição do significado existente em seus elementos. Chama-se a atenção para como o brasão e sua interpretação constituem o saber histórico socializado sobre a cidade:

Composto pelos símbolos, que têm as seguintes interpretações:

- a) o pinheiro estilizado na cor verde, representa a primitiva riqueza vegetal da região;
- b) o arado, em cor prata, lembra o trabalho agrícola em Marau;
- c) o suíno e o arado, representam a atividade agropecuária, fonte de riqueza dos primitivos tempos;
- d) a coroa, que representa a cidade, nascida de modesta vila, hoje progressista e altaneira comuna do Rio Grande do Sul;
- e) o índio, o qual lembra as lutas travadas entre os brancos e o índio Marau na conquista da terra, seu povoamento e sua cultura;
- f) o colono, lembrando os artífices da riqueza do Município;
- g) o listel de blau contendo a data e o nome do Município - simboliza o céu, a virtude e o espírito de cooperação” (Bernardi, 2015, p. 69).

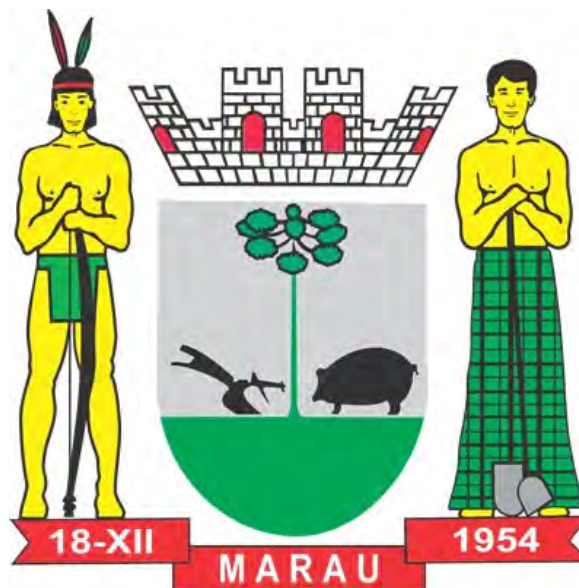


Figura 2. Brasão do município de Marau. Fonte: Prefeitura Municipal de Marau.

O autor não faz um debate sobre os significados contidos no brasão, ele parece entender que seu trabalho é indicar os significados contidos na imagem. A apresentação do brasão do município, agregada à explicação, demonstra a valorização existente para o aspecto econômico como fundamental para o saber histórico sobre a cidade, indicado pela presença do arado e do suíno, atividades econômicas que seriam características dos imigrantes italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul (Herrlein Jr., 2015; Tedesco, 2000). Além da referência ao aspecto econômico, a coroa é colocada como uma representação do

constante crescimento, que seria uma característica identificadora da cidade. Por fim, as duas figuras humanas demonstram quem seriam os atores do processo histórico que formaria a cidade. O indígena, aparece como desafio que precisaria ser enfrentado no processo de “conquista da terra, seu povoamento e sua cultura” (Bernardi, 2015, p. 69). Pode-se inferir que, nessa narrativa, o indígena não “dominaria a terra”, não povoaria a terra e não teria cultura, pois, seria um obstáculo a essas realizações. A figura do colono é definida como realizadora da riqueza e, a partir dos uso de ferramentas e do manejo dos recursos naturais disponibilizados pela natureza, teria sido a responsável pela construção do município. A dimensão moral aparece na medida em que os significados são descritos de forma estática e destituídos de intencionalidade, ao mesmo tempo em que a dimensão religiosa aparece, na medida em que o elemento unificador entre as diferentes temporalidades é a ideia de continuidade de um processo de construção e desenvolvimento econômico do município.

A narrativa expressa pelo brasão do município também aparece no texto de introdução do livro *Marau: recortes históricos de seus 65 anos*. Afirma-se que o município estaria localizado em uma região de “nova colônia” (Federizzi; Bortolotti;

Decesaro, 2020, p. 10) e existe uma apresentação nominal dos povos indígenas que então habitavam o Rio Grande do Sul. Em uma citação direta ao trabalho de Francisco Antonino Xavier de Oliveira⁵ (1990) é descrito que os indígenas que ocupavam a região que formou a cidade de Passo Fundo, da qual Marau foi distrito, eram os coroados. Ele ainda define que esses grupos foram obstáculos ao ingresso da civilização na “Região florestal do Rio Grande do Sul” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 10). A narrativa construída por Oliveira (1990), descrevendo os indígenas como obstáculos ao desenvolvimento da civilização, não é analisada nem contextualizada pelas autoras, indicando como corroboram a afirmação. A narrativa sobre os povos indígenas aparece como função de explicar a origem indígena do nome da cidade, do cacique Marau, que teria sido morto próximo ao rio que passou a ser conhecido como Marau e onde o povoado que deu origem a cidade se estabeleceu.

A história de Marau começaria efetivamente com as primeiras famílias que formariam o povoado chegando em 1904, sendo, segundo a descrição das autoras, quase todos filhos de imigrantes italianos. Utiliza-se o trabalho de Bernardi (1992) para legitimar a afirmação. Sobre a criação da colônia de Marau em 1912:

⁵ Antonino Xavier de Oliveira, advogado, jornalista e funcionário público municipal, teria sido a primeira pessoa a desenvolver um trabalho de escrita da história de Passo Fundo e sua região nas primeiras décadas do século XX. Seus trabalhos foram compilados e publicados em 1990 com notas explicativas organizadas pelos professores do curso de História da Universidade de Passo Fundo em uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Passo Fundo (Oliveira, 1990).

A criação da Colônia de Marau ocorreu em 1912, continuando sua história da colonização pelos imigrantes italianos, alguns já através de seus descendentes. Eles transformaram as matas densas em lavouras férteis e dedicaram-se à agricultura de subsistência (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 11).

A associação dos imigrantes como responsáveis pelo progresso e desenvolvimento de Marau demonstra como esta é a principal explicação sobre as origens iniciais do povoado. O aspecto econômico é valorizado tanto na publicação de Bernardi (2015), quanto na de Federizzi, Bortolotti e Decesaro (2020). A criação do Frigorífico Borella aparece nos dois trabalhos:

A atividade comercial e o consequente desenvolvimento foram impulsionados pela instalação, em 1923, do Frigorífico Borella, criado pelo imigrante italiano Júlio Borella. Este trouxe para Marau a sua forma de produzir salames e agregou os temperos da região. De uma dupla de parceiros que produziam o embutido, o famoso Salame Borella, tornou a vila conhecida não só na região, como também nacionalmente, marco da indústria marauense, que logo se tornaria fornecedor regional e nacional de salame, presunto, mortadela e banha (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 12).

Francisco Bernardi afirma mais alguns detalhes sobre Júlio Borella. Seria italiano, nascido em Bert'Paglia (Pádua) e chegado ao Brasil em 1895. Primeiramente teria se estabelecido em Antônio Prado e em 1917, migrado para Marau. Em 1923 iniciaria a produzir salame, banha e sabão nos porões de sua residência. O frigorífico teria sido construído na década de 1930. Uma característica das duas obras é não apresentar as referências para as afirmações feitas neste caso da construção do frigorífico.

Descrevendo o desenvolvimento econômico do distrito o livro de Federizzi, Bortolotti e Decesaro reforça como o crescimento ocorreu devido a colonização italiana:

Como tradicional cidade de colonização italiana, atribuiu o rápido desenvolvimento pelo fato de seus colonizadores serem já da segunda e, por vezes, até da terceira geração, assim já conheciam o modo de trabalho e de cultivo adequados ao tipo de terreno (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 18).

O trabalho das autoras também apresenta os distritos que compõem o município. Seriam eles os distritos de Laranjeira, São Miguel e Veados Pardo. Descreve-se a partir de relatos não identificados que, no território do distrito Laranjeira, “em meados do século XIX” o escravizado de nome Felipe Tomé de Sousa teria se refugiado e

cultivado uma plantação de laranjeiras, justificando o nome da localidade (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 22). Porém a história, para além do nome, começaria efetivamente a partir de 1905, quando famílias do interior de Bento Gonçalves começaram a chegar no local que foi nomeado como São Marcos da Laranjeira “pelo fato de o santo protetor ser o Apóstolo São Marcos, cuja imagem foi trazida por Pedro De Cesaro” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 22-23). Sobre a origem do distrito São Miguel é citada a presença de famílias de descendência portuguesa e “caboclos”, porém, “Com a chegada dos ítalo-brasileiros, por volta de 1932, deu-se início a comunidade organizada, tendo como pioneiros: Agostinho Mistura, Davi De Carli, Luis e Amabile Piano, Manuel Tosati, Romano Mistura, Titório e Constantina Beldin” (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 23).

Sobre o distrito de Veado Pardo existe a menção de posseiros de origem luso-brasileira que teriam sido, sem motivo explicado, expulsos das terras adquiridas por pessoas com sobrenome de origem italiana:

Em meados de 1940, teriam sido expulsos e as glebas foram adquiridas por Arlindo Piram, Pio Bianchini, Orestes Cortez, entre outros. Outrora, a comunidade contava com uma casa comercial de Luís Rodegheri, ferraria de Angelo Manfroi, moinho, serraria e marcenaria de José

Santin, sapatarias de Ermínio Longo e Vilmo De Bona (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 24).

O estabelecimento da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em Marau representa a presença italiana na região quando se compreende como a vinda da Ordem para o Rio Grande do Sul esteve relacionada ao pedido de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que havia assumido a Diocese de Porto Alegre em 1890, pela vinda da Ordem para conseguir lidar com o problema da falta de clérigos na região de imigração italiana no Rio Grande do Sul (Zugno, 2017, p. 68-69).

O livro de Bernardi valoriza a importância que os capuchinhos tiveram para o desenvolvimento do povoado de Marau. Segundo o registro dos acontecimentos de número 11, 13, 14, 15 e 16, os freis capuchinhos teriam chegado em 1934; teriam construído um convento na cidade no mesmo ano; seriam os responsáveis pelo estabelecimento do primeiro médico da cidade em 1935, Elpídio Fialho; pela mobilização para a construção do primeiro hospital em 1937, o Hospital Providência; e, igualmente, sido os responsáveis pelo estabelecimento em Marau das Irmãs Missionárias Franciscanas Nossa Senhora Auxiliadora para abrir um colégio, chamado de Colégio Cristo Rei, em 1938 (Bernardi, 2015, p. 21-26).

Alguns fatos demonstram como o desenvolvimento da cidade é relacionado a presença de descendentes de imigrantes italianos também

aparece no acontecimento 32, que relata sobre a construção da Torre da Igreja Matriz em 1955. Chama a atenção o relato sobre o projeto e a análise arquitetônica feita por Bernardi:

Foram projetistas os engenheiros Darci R. Pinto e Marcelino Bianchini. A obra foi orçada em CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). Os profissionais nada cobraram pelo projeto e acompanhamento da construção. Os traços arquitetônicos nada têm a ver com os da Igreja Matriz. Enquanto esta apresenta fachada predominantemente colonial, a torre tem traços romanos (Bernardi, 2015, p. 45).

A produção da torre em um “estilo romano” e diferente do estilo da igreja construída em 1941 (Bernardi, 2015, p. 45), indica um movimento de valorização dos referenciais italianos que identificam o município. Outro acontecimento que referencia a mesma valorização, é referente ao falecimento de frei Benjamin, que trabalhara em Marau:

No ano de 1973, acompanhou um grupo de prefeitos e mais alguns marauenses numa turnê pela Itália. Intitulada: De Volta ao Vêneto, tinha a intenção de preparar as comemorações do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Durante a visita ao Vêneto, província italiana de onde se originaram muitos migrantes, frei

Benjamin veio a falecer, no dia 14 de novembro. Consta que foi de tamanha emoção ao pisar a terra de seus ancestrais (Bernardi, 2015, p. 76).

O trabalho de Federizzi, Bortolotti e Decesaro declara a chegada da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos para:

Assistir espiritualmente os habitantes. Eles integraram a zona urbana e rural em forte comunidade e lideraram o seu desenvolvimento. Os capuchinhos, também, construíram em nosso município a Igreja Matriz e seu Campanário, o Convento São Boaventura, o Hospital Providência, instalaram a Escola Cristo Rei, o Salão Paroquial e a Rádio Alvorada, por intermédio do apoio da comunidade, sendo que tais edificações solidificaram seu trabalho de assistência nas mais variadas áreas (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 12).

Além da estreita relação entre a presença dos capuchinhos e dos imigrantes italianos na região, ambas publicações destacam o acordo de *Gemellaggio* estabelecido com a cidade de Isola Vicentina, da região do Vêneto, Itália, em 2012, evidenciando a valorização da identidade italiana nas narrativas dos autores. O *Gemellaggio* constituiria uma aliança de intercâmbio entre as cidades com a promoção de comitivas de visita em ambas as cidades, representando um movimento de apro-

ximação com a Itália a nível municipal (Federizzi; Bortolotti; Decesaro, 2020, p. 32). No trabalho de Bernardi, o *Gemellaggio* é citado no acontecimento 75, que faz referência ao estabelecimento da “Semana Italiana”, um conjunto de ações que passou a ser promovido pelo poder público municipal em 1990 e segundo o autor:

A instituição oficial da Semana veio fortalecer a cultura italiana num município forjado por descendentes italianos que, ainda hoje, somam aproximadamente 50% da população de Marau. A culminância da lembrança dos antepassados aconteceu recentemente com o acordo de *gemellaggio* entre Marau e a pequena comunidade de Isola Vicentina, que permite intercâmbio cultural entre as duas cidades” (Bernardi, 2015, p. 91-92).

As duas publicações associam o progresso que caracterizaria o município aos imigrantes e descendentes de imigrantes italianos e a seu trabalho. A afirmação inicial do trabalho de Federizzi, Bortolotti e Decesaro, de que a cidade seria feita por um conjunto de pessoas, transformou-se no corpo do texto em uma narrativa que mostra a cidade como produto do trabalho de pessoas de uma origem específica, a italiana.

Considerações finais

Os dois trabalhos indicam como a cultura histórica de Marau, evidenciada por publicações que produziram saber histórico sobre o município, é caracterizada por uma dominância da dimensão moral, da dimensão religiosa e da dimensão política, demonstrando como o passado é significado no pensamento histórico sobre a cidade. Evidencia-se como a dimensão moral e a dimensão religiosa suprimem a dimensão estética, quando as transformações não são explicadas em suas conjunturas conflituosas, deixando lacunas e esvaziando o sentido da narrativa e a dimensão cognitiva que, devido à dimensão moral, exige a necessidade de clareza conceitual ou dos parâmetros de validade das referências utilizadas, ou de forma são cotejados os acontecimentos selecionados e/ou retirados das narrativas construídas.

A partir dos trabalhos também é possível perceber como o caráter econômico, da produção de alimentos e sua comercialização regional e nacional aparecem como uma continuidade nas narrativas históricas da cidade de Marau. Algo que chama a atenção nas produções é a escassa referência a desafios, crises e adversidades que tiveram de ser superados no município. O único ponto que se sobressai neste sentido foi na relação com os povos indígenas, porém isto aparece como um elemento recuado e anterior ao processo de povoamento. Seria necessário o aprofundamento

dos estudos para ampliar a elaboração sobre esta característica da narrativa histórica de Marau.

A análise da cultura histórica, ao estruturar como o pensamento histórico é operado, demonstra a necessidade da crítica. Não é possível afirmar que a supressão de outros grupos ou o não aprofundamento de questões ocorre por má fé ou uma intencionalidade pragmática da história narrada em valorizar a presença italiana na história do município de Marau. A estrutura do pensamento histórico influencia o que é considerado histórico e o saber histórico que é produzido. Balanços possibilitam a tematização de ampliações dos estudos como também fomentar abordagens que consigam aprofundar as lacunas deixadas nos trabalhos existentes sobre a história da cidade.

Rüsen propõe a articulação das dimensões da cultura histórica a fim de desenvolver uma estrutura “equilibrada” cuja avaliação seria objeto da ciência da história:

As diversas dimensões da cultura histórica deveriam estar interconectadas, de modo que a humanidade do ser humano se realize plenamente. Como se dá isso? Os respectivos critérios de sentido têm de ser estabelecidos (1) com relativa autonomia e (2) com reconhecimento e efetivação dos resultados interpretativos da consciência histórica. Esses critérios têm de exercer (3) sua função de orientação na realidade social. (4) Dentro de tal contexto produtivo, os critérios de

sentido limitam seu próprio alcance e (5) criticam as incursões instrumentalizadoras nos campos uns dos outros. Com essas cinco perspectivas, as cinco dimensões podem ser articuladas em uma unidade complexa e coerente (Rüsen, 2015, p. 239).

As características expressas pelas obras e os contextos que mobilizaram a sua produção indicam relevante demanda por conhecimento histórico sobre as localidades da Região de Colonização Italiana. Mesmo sendo um trabalho realizado sem os preceitos metodológicos característicos dos historiadores locais, eles fazem um levantamento de uma considerável quantidade de indícios sobre processos históricos importantes para o entendimento da história local e regional, que podem ser estudados a partir destas perspectivas. A ampliação dos estudos possibilitará o desenvolvimento de novas narrativas históricas, que possam valorizar a identidade italiana em uma perspectiva inclusiva, conferindo condições para a proposição de identidades locais vinculadas a experiências locais e calcadas na pluralidade e diversidade das experiências locais.

Referências

BERNARDI, Francisco. *Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra*. Passo fundo: Berthier, 2022.

BERNARDI, Francisco. *Marau*: Cem fatos que marcaram seu centenário político. Passo Fundo: Berthier, 2015.

BERNARDI, Francisco. *História de Marau*: uma comunidade laboriosa. Marau: Prefeitura Municipal, 1992.

BERNARDI, Francisco. *Marau*: um século de história. Passo Fundo: Berthier, 2018.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos, partir, transitar, chegar (1889-1930). In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Hunter. *História Geral do Rio Grande do Sul*: República Velha 1889 a 1930. Passo Fundo: Méritos, 2007, volume 3, tomo 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), p. 395-418.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: Simpósio Nacional de História - ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos*. São Paulo, julho, 2011, p. 1 - 15. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/14/1300879525_ARQUIVO_textoanpuh.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

FEDERIZZI, Roberta Bassani; BORTOLOTTI, Regiane; DECESARO, Maikyeli Orsato. *Marau*: recortes históricos de seus 65 anos. Marau: Fabe, 2020.

GOULART, Tiago Martins da Silva. *Histórias marginais*: os memorialistas e a produção de conhecimentos histórico no interior do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2007

HERRLEIN Jr., Ronaldo. O cenário econômico da Revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança

estrutural, crescimento e crise da pecuária. *Revista de História Regional* 20(1): 76-97, 2015 p. 76 a 97 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>> Acesso em: 12/01/2024.

NEUMANN, Rosane. Terras e colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (Org.). *História do mundo rural*: o sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 112-138.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do município do Passo Fundo*: Aspecto Geográfico. Passo Fundo: Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU. *Rota das Salamarias*. Marau; Sd.; <https://www.pmmarau.com.br/rota-das-salamarias>. Acesso em: 13/01/2025.

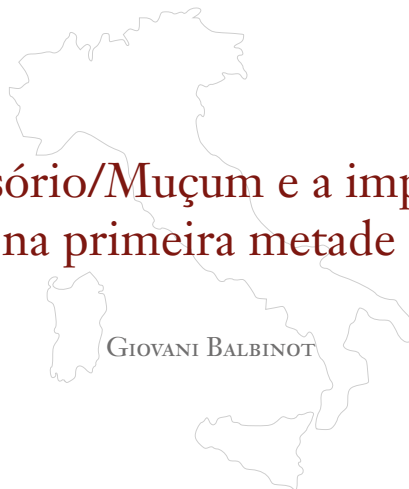
RODEGHERO, Regina. *Um habitat em alvenaria*: As marcas da branquitude na escrita da história de Marau (RS) (1992-2022). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História*: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes*: a região do Alto Taquari no início do século XX. Porto Alegre: EST, 2000.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul*: Presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra. Porto Alegre: ESTEF, 2017.

General Osório/Muçum e a importância do porto fluvial na primeira metade do século XX



O porto de General Osório, posteriormente conhecido por Porto de Muçum, foi fundamental tanto como ponto de penetração de imigrantes ítalo-brasileiros quanto no dinamismo econômico e na interligação regional da Colônia Guaporé. Outras colônias de imigração italiana, desde o final do século XIX, desfrutavam de uma estrutura ferroviária que fomentou diretamente os processos econômicos. A Colônia Guaporé, assim como o posterior município, não foi agraciada com a ferrovia na primeira metade do século XX, porém o referenciado porto supriu por quase meio século – tempo de sua existência – essa lacuna, fundamental para o escoamento da produção até os centros consumidores maiores, bem como para a mobilidade das pessoas. O presente texto objetiva dissertar sobre a presença ítalo-brasileira, o desenvolvimento da comunidade e o funcionamento do porto fluvial de Muçum, a dinâmica na atividade produtiva, o comércio, comerciantes e carreteiros que ali se desenvolviam.

No boletim da Academia de Ciência de Torino, Itália, intitulado *Itálica Gens*, se destaca:

Mussum ou General Osório é situado às margens do rio Taquari e é ligado a Esperança e Guaporé pela estrada Borges de Medeiros. É este um centro que promete maior desenvolvimento no município em função de sua posição comercial. O seu porto recebe todo o comércio de trânsito do município de Guaporé: os produtos são conduzidos até Muçum em carroças ou no dorso de mulas e dali transportados até Porto Alegre por água. Não sendo o rio navegável em toda as estações até Muçum para os vapores que fazem regularmente a viagem sobre o rio para Porto Alegre, faz-se um serviço complementar por meio de barcas, em algum ano introduziu-se o uso de “gasolinas”, embarcações com propulsão a hélice e motor de óleo pesado, que baniram em grande parte as barcas a remo e à vela.

A viagem por Lageado, com o favor da corrente, se completa em 4 horas, mas se houver que vencer a corrente leva 10 horas. Os motores não se bastam para vencer a força d'água e para vencer as cachoeiras é necessário que os homens a bordo ajudem a embarcação fincando longos bastões contra o leito do rio ou agarrando-se a unha nos galhos das árvores que pendiam das margens. Os preços dos transportes são muito elevados (Itálica Gens, Academia de Ciências de Torino, Itália, p. 208, apud Karam, 1992, p. 127).

O periódico *A Federação*, de 21 de janeiro de 1911, descrevia o contexto geral do escoamento da produção da Colônia Guaporé durante o governo do intendente Lucano Conedera:

Guaporé esteve quase isolada durante os meses da seca. O porto que serve no Taquary, General Osório, não dava acesso as embarcações. Pelo lado de Alfredo Chaves a saída não é fácil. O morro da margem direita do rio Carreiro por onde vae a estrada, é um obstáculo a passagem de pesados vehiculos. Tem-se, ali, a sensação de se estar subindo por uma perpendicular, tão íngreme é. O Operoso intendente de Guaporé, o coronel Lucano Conedera, cogita fazer um desvio a esse morro, de modo a melhorar as comunicações.

O vinho desse município bem como outros productos não podem entrar

em concorrência com os de outros, dotados de melhores condições de viação. Entretanto, avulta seu commercio com os municípios da Soledade, Lagoa Vermelha, etc. que para ter maior desenvolvimento necessita que se prolongue a estrada Borges de Medeiros, por mais alguns quilômetros em direcção a Soledade.¹

A Colônia Guaporé, constituída oficialmente em 1892, estava situada entre os rios Guaporé, Carreiro e Taquari, os quais serviram também de sua delimitação. O relevo bastante acidentado era devido a sua localização na Serra Geral, por esse fator as vias terrestres eram curvilíneas, descidas acentuadas e superfícies irregulares. O mesmo ocorria com as vias fluviais: leitos acidentados, quedas de água, fortes correntezas, tudo isso dificultava o escoamento da produção regional tanto por uma quanto por outra via.

O contexto viário alterava-se consideravelmente ao se chegar às margens do rio Taquari. Devido às suas condições geográficas, desenvolveu-se grande atividade portuária, em especial o porto de General Osório/Muçum, que se tornou a grande via de acesso de pessoas e produtos da colônia e do município à capital do Rio Grande do Sul por quase meio século. Durante todo esse período, o 3º distrito de General Osório, futuramente Muçum, com seus trapiches, maxambombas e gasolinas, figurou como área centralizadora e de escoamento da produção do território que

pertencia à Colônia Guaporé nas primeiras décadas do século XX.

A bacia hidrográfica Taquari-Antas está localizada na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul entre as coordenadas geográficas de 28°10' a 29°57' de latitude sul e 49°56' a 52°38' de longitude oeste. Abrange as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional e Depressão Central; possui uma área aproximada de 26.491,82 km², compreendendo os municípios de Antônio Prado, Veranópolis, Guaporé, Serafina Corrêa, Dois Lajeados, Muçum, Bento Gonçalves, Cambará do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Estrela e Triunfo. Os principais cursos de água são Rio das Antas, Tainhas, Lajeado Grande, Humatã, Carreiro, Guaporé, Forqueta, Forquetinha e Taquari.²

O Rio das Antas nasce entre os municípios de São José dos Ausentes, Cambará do Sul e Bom Jesus, no extremo leste do planalto dos Campos Gerais. O rio Carreiro nasce ao norte da bacia do Taquari-Antas, na divisa entre os municípios de Ibiraiaras e Lagoa Vermelha e entre os municípios de Cotiporã e São Valentim do Sul, junto à localidade de Santa Bárbara, corre ao encontro do Rio das Antas e do rio Carreiro, passando a se chamar rio Taquari.

Nas proximidades de Muçum, o rio Taquari recebe, à margem direita, as águas do rio Guaporé, desembocando no rio Jacuí num percurso de aproximadamente 540 Km, dos quais

por 390 Km denominado Rio das Antas e por 140 Km, rio Taquari. O rio Jacuí, por sua vez, encontra sua nascente a 500 metros da nascente do rio Passo Fundo, entre os municípios de Passo Fundo e Mato Castelhano. No município de Triunfo, recebe o rio Taquari, encorpando ainda mais o volume de suas águas, encontra sua foz no estuário do Guaíba, banhando a capital do estado, Porto Alegre, e as cidades de Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão.

A ligação entre os rios com o lago receptor tornou-se de fundamental importância para o escoamento da produção da região da Colônia Guaporé. No período de águas baixas, de janeiro a maio, a navegação fluvial alcançava os portos de Estrela e Lajeado. Já no período de águas altas, de julho a dezembro, a navegação alcançava porto de General Osório, Barra do Guaporé e Santa Bárbara.

A produção agrícola e industrial de toda a área da Colônia Guaporé era transportada pelas grandes carretas para o Porto de Muçum e armazenada nos trapiches. No período de águas altas, as embarcações já se encontravam ancoradas no porto e por meio das maxambombas eram carregadas. A partir daí, pelos rios Taquari-Antas, Jacuí e o lago do Guaíba, chegavam à capital, Porto Alegre. Do mesmo modo, o porto fluvial serviu como importante ponto de intrusão de elementos ítalo-brasileiros que buscavam novas terras na Colônia Guaporé.

A importância do porto General Osório pode ser observada nas páginas escritas em 1911 no relatório do intendente coronel e engenheiro Lucano Conedera, em reunião ocorrida em 17 de agosto com os intendentess dos municípios de Taquari, Venâncio Aires, Lajeado, Estrela e Guaporé. A pauta da reunião das autoridades políticas consistia na elaboração de uma resolução a ser apresentada ao presidente do estado solicitando a abertura de franca navegação até o porto de General Osório em todas as épocas do ano. Assim, contribuiria diretamente com o aumento da comercialização agrícola e industrial não apenas dos municípios envolvidos, mas também das comunas adjacentes de Soledade, Garibaldi, Bento Gonçalves e Alfredo Chaves, que poderiam encontrar como alternativa a estrada de ferro.

Em 17 de agosto p. p. reuniram-se na volta do Lageado os srs. Intendentes dos municípios de Taquary, Venancio Ayres, Lageado, Estrella e Guaporé, este último representado pelo Sr. J. B. De Mello. Motivou esta reunião a resolução de apresentar-se ao exm. Sr. Dr. Presidente do Estado um memorial sobre a necessidade da abertura, para navegação franca todo o anno, do rio Taquary, pelo menos até o porto do Lageado. A zona do Alto Taquary é considerada uma das mais productoras em gêneros agrícolas, e abrindo-se o rio não só até o porto do Lageado, mas até o porto de General

Osorio, pode-se garantir, sem medo de errar, que em pouco tempo dita produção decuplicará, mesmo porque, com os meios de transporte muito deficientes de hoje, está em continuo augmento. Com a abertura do rio, até o porto de General Osório, além dos cinco municípios mencionados, muito lucrariam também os municípios de Soledade, Garibaldi, Bento Gonçalves e Alfredo Chaves, estabelecendo-se immediatamente a concorrência a E. de F. Caxias a Porto Alegre.³

Argumentavam os intendentess que tal obra proporcionaria um impulso no transporte de cargas e passageiros em toda a região do Taquari-Antas gerando um desenvolvimento agrícola e industrial, visto que o comércio fluvial na região, mesmo com as dificuldades ou impossibilidades de navegação em certas épocas do ano, atingiria cifras superiores a 80.000 toneladas, em 1911, não incluindo as balsas de madeira que transportavam mais de 20.000 toneladas.

No memorial remetido ao Governo do estado, as obras do Taquari-Antas eram comparadas ao rio Loire, França, em termos de melhorias, argumentava que nesse rio europeu, com menor tráfego econômico que a via riograndense, tais obras foram realizadas com benefícios diretos à economia francesa (Reinheimer, 2007, p. 81).

Em resposta à resolução dos intendentess, em 1912 foi iniciado um estudo detalhado sobre a

navegabilidade dos rios da bacia do Taquari-Antas pelos engenheiros franceses instalados no Brasil: André Delpit, chefe do Corpo de Pontes e Calçadas e representante da Compagnie du Port de Rio Grande do Sul, e Cláudio Petitalot, representante no Brasil da Société de Constuction du Port de Rio Grande do Sul.

O relatório “Barragens do rio Taquari” entregue ao governador Carlos Barbosa Gonçalves pelo engenheiro José de Godoy, secretário dos Negócios das Obras Públicas, em 13 de setembro de 1912, descrevia as características do rio, a viabilidade das obras, a parte técnica das barragens e as vantagens que trariam no transporte de cargas e passageiros da região do porto de General Osório até o rio Jacuí (Reinheimer, 2007, p. 81-82).

No entanto, as obras das vias fluviais esbarravam no financiamento, na origem do crédito e nas formas de pagamento dos custos. Durante as próximas décadas, mesmo com as constantes solicitações das lideranças políticas locais, a navegação do Taquari-Antas permanecia ativa entre o porto de General Osório até o Jacuí, mantendo-se franca em todas as épocas do ano da confluência do Taquari-Antas com o Jacuí até a cidade de Taquari, e deste porto até General Osório, dependendo das cheias dos rios e da necessidade de barqueações. Posteriormente as obras das drenagens, reparos de assoreamentos e construção de barragens e eclusas foram efetuadas, no entanto sem alcançar a área do porto de General Osório.

Na primeira metade do século XX, havia mais de cinquenta portos no rio Taquari desde a barra do Guaporé até Porto Alegre. Notamos que alguns portos eram mais movimentados e que deram origem a municípios homônimos, como General Osório (Muçum), Taquari, Estrela e Lajeado. Outros menores se identificavam com a localidade, um acidente geográfico ou a relação com os proprietários do lugar onde se instalou o porto, como Barra do Jacaré, Barra da Forqueta, Porto Gerhardt, Mariante.

Em Muçum operavam diferentes companhias, como a Companhia de Navegação Liberdade e a Companhia de Navegação Schmitt & Cia., além de algumas pequenas embarcações independentes, entretanto, a navegação neste ponto era dominada pela Companhia de Navegação Arnt, de Jacob Arnt.

A Companhia de Navegação Arnt, com sede em Taquari, figurava então como a principal operadora de cargas e passageiros no porto de General Osório, mantendo uma linha de navegação com embarcações diurnas e noturnas na condução de passageiros, malas postais e de valores entre Porto Alegre, Granja Correia, Pesqueiro, Monte Alegre, Granja Carola, Charqueada, Triunfo, São Gerônimo, Margem, Barreto, Taquari, Porto Gomes, Venâncio Aires, Porto Mariante, Santarém, Bom Retiro, São Gabriel, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Roca Sales, Encantado e General Osório. Ressalta-se que havia mais de 104 embarcações

operando nessa rota, destacando-se os vapores Brasil, Taquary, Rio Grande do Sul, Oswaldo Aranha, Itália, Boa Vista, Estrella, Teutônia, Taquara, Lajeado, Igualdade, Sereia, Bom Retiro, Monte Vêneto, Desterro, Rio Claro, Juanita, Theotonia e Navegantes, além de 84 embarcações variadas de menor calado para o serviço de transbordo de passageiros e cargas.

As pequenas embarcações realizavam transporte de passageiros de General Osório até o porto de Lajeado. A partir desse ponto, a Companhia de Navegação Arnt oferecia passagens de primeira e segunda classes, sendo que os vapores de

maior calado contavam com tripulação, ofereciam acomodações, bebidas geladas e refeições servidas durante o transporte dos passageiros na primeira classe, especialmente ensopados de peixes do próprio rio Taquari.

A Companhia de Navegação Arnt foi de grande expressão durante quase meio século de funcionamento. No entanto, havia companhias de navegação que operavam nos principais rios do Rio Grande do Sul, sendo que a quase totalidade estava nas mãos de comerciantes, muitos deles oriundos de empresas de transporte terrestre. Quanto aos preços, por exemplo, navegava-se

-TABELA DE PASSAGENS DOS VAPORES "NOTURNOS" DA NAVEGAÇÃO ARNT, LTDA.-

TABELA Nº 15

R T O S	G.Mte. ALEGRE		GR. CAROLA		GAL. XARQUEADA		S. JERONIMO		CAMARA BARRETO		TAQUARI		REVESSA		MARIANTE		BOM RETIRO		CRUZEIRO DO SUL		ESTRELA		LAJEADO	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
A S S E	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28
TO A LEGRE	7.	5.	8.	6.	10.	7.	11.	7.	12.	8.	12.	8.	13.	9.	14.	10.	15.	11.	17.	13.	17.	13.	17.	13.
M.ALEGRE																								
LA PATOS			5.	4.	7.	6.	8.	6.	9.	7.	9.	7.	10.	8.	11.	9.	12.	10.	15.	11.	15.	11.	15.	11.
G. CAROLA																								
XARQUEADA					3.	2.	4.	3.	5.	4.	6.	5.	7.	6.	8.	7.	9.	8.	10.	9.	10.	9.	10.	9.
TRIUNFO																								
S. JERONIMO																								
GAL. CAMARA																								
BARRETO																								
TAQUARI																								
REVESSA																								
MARIANTE																								
B. RETIRO																								
C. DO SUL																								
ESTRELA																								
LAJEADO																								

P. Alegre à Posto da Pintada Cr\$.2,00
 Carola à Minas Cr\$.2,00
 G. Miravella à Taquari Cr\$.3,00
 Preço mínimo de uma parada Cr\$.5,00

N.B.- Nas águas baixas as passagens serão cobradas até os portos de Revessa, Mariante ou Bom Retiro.

Taquari, 30 de Junho de 1943

NAVEGAÇÃO ARNT, LTDA DA

Espeido J. Arnt
 Espeido J. Arnt GERENTE

LJA/CJP.

FIGURA 1. Tabela de passagens dos vapores noturnos da Companhia de Navegação Arnt (1943). Indicação dos valores e dos portos de destino, em 30 de julho de 1943. Documento assinado pelo gerente da companhia Leopoldo J. Arnt. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum - Pe. Lucchino Vieiro Muçum.

de Muçum a Porto Alegre por Cr.\$ 17,00 na primeira classe, ou por Cr.\$ 13,00 na segunda classe; de Muçum a Triunfo, por Cr.\$ 10,00 na primeira classe, ou por Cr.\$ 8,00 na segunda classe; de Muçum a Taquari, por Cr.\$ 9,00 na primeira classe, ou por Cr.\$ 7,00 na segunda classe.

Em relação ao transporte de cargas na década de 1930, tendo valores de fretes mínimos, a Companhia de Navegação Arnt os dividia de General Osório a Porto Alegre em dez classes particulares: classe 1 - alfafa prensada, cereais até 60 kg, farinha de mandioca, arroz com casca, latas de banha de até 50 kg; classe 2 - caixas de banha de 75 kg, ovos

e tintas de manteiga até 50 kg; classe 3 - salame, carne e manteiga em caixas de até 75 kg; classe 4 - erva-mate 30 kg; classe 5 - erva-mate 60 kg; classe 6 - erva barbaquá, crina vegetal e alfafa solta de até 60 kg; classe 7 - couros secos, latas de banha de até 20 kg; classe 8 - fardos de fumo em folha de até 75 kg; classe 9 - caixas com 40 a 50 aves, com dimensões entre 180x100x40 cm; classe 10 - couros prensados e outros artigos fora da pauta em toneladas. Os preços do transporte de mercadorias e de pessoas variavam de acordo com a quantidade e a distância, incluíam as despesas portuárias, de estiva, de trânsito, capatazias e armazenagens

Navegação Arnt, Ltda. - Sede Taquary												
Tabela de Frete de Mussum a Porto Alegre (Nº 4)												
PORTOS		FRETE	Alfafa prensada	Banha	Salame, carne e	ERVA MATE		Erva Barbaquá, Crina vegetal e Alfafa solta	Couros secos	Fardos de fumo	Caixas com 40 a 50 aves	Caixas com outros artigos
		Cr\$	até 60 kg, farinha de mandioca, arroz com casca, latas de banha de até 50 kg.	Caixas 75 kg, ovos, tintas de manteiga até 50 kg.	Caixas até 75 kg.	60 kg.	30 kg.	até 60 kg.	lata até 20 kg.	em folha até 75 kg.	Dimensões 180x100x40	fora da pauta em toneladas
			Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Haverá alteração de frete conforme o preço das barqações.	Mussum	8,00	5,00	5,50	5,70	5,50	3,80	6,30	2,70	7,00	13,00	130,00
	B. do Jacaré e Encantado	7,50	4,80	5,30	5,50	5,30	3,60	6,30	2,50	6,50	12,50	120,00
	Roca Sales e Palmas	7,50	4,70	5,20	5,40	5,20	3,50	6,00	2,40	6,70	12,00	130,00
	Arroio do Meio e da Ferqueta	7,00	3,80	4,30	4,50	4,30	3,00	5,00	2,10	6,00	11,00	160,00
	Lageado	6,50	3,20	3,50	3,70	3,50	2,80	4,50	1,80	5,00	10,00	90,00
	Estrela	6,50	3,00	3,40	3,60	3,40	2,60	4,00	1,80	4,80	10,00	90,00
	Cruzeiro do Sul	6,00	2,90	3,30	3,50	3,30	2,50	3,80	1,70	4,70	10,00	90,00
Tabela fixa para todo o ano.	Porto Gerhardt, Mallmann e Rocha	6,00	2,90	3,30	3,50	3,30	2,50	3,80	1,70	4,70	10,00	90,00
	Bom Retiro	5,00	2,40	2,80	3,00	2,80	2,30	3,30	1,70	3,90	9,00	80,00
	Santarem	4,50	2,00	2,40	2,60	2,40	1,90	2,90	1,40	3,10	8,50	80,00
	Mariante	4,00	1,80	2,20	2,50	2,30	1,80	2,80	1,30	3,00	8,00	75,00
	Reversa	3,50	1,70	2,10	2,30	2,10	1,60	2,60	1,10	2,80	7,00	70,00
	Taquary	3,00	1,60	2,00	2,20	2,00	1,50	2,50	1,00	2,70	6,50	60,00
	Barreto - Gal. Camara Triunfo e S. Jerônimo	3,00	1,50	1,90	2,10	1,90	1,40	2,40	0,90	2,60	5,50	55,00
ATENÇÃO: Além do frete mais 2% da Taxa de Presidência Marítima. - Os fretes desta tabela, será para o transporte pelas nossas embarcações de 50 ou mais toneladas e livre de barqação. A PAGAR, será o frete total do porto onde entregarem as cargas e aumentada a barqação. - Os artigos não especificados nesta tabela a EMPRESA se reservará o direito de taxar o frete por "METRO CÚBICO", e não por quilograma. - O peso que exceder dos volumes desta tabela, será cobrado o excesso na base grito pela última coluna, ou por metro cúbico.												
AS CARGAS SÓ SERÃO ENTREGUES MEDIANTE O PAGAMENTO DO FRETE.												

FIGURA 2. Tabela de fretes da Companhia de Navegação Arnt (anos 1930). Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum - Pe. Lucchino Vieiro Muçum.

de até oito dias. A companhia de navegação, em relação aos produtos não previamente tabelados, mantinha o direito de calcular o valor do frete em toneladas (peso) ou m³ (volume), dependendo do produto (MARQUES, 2006, p. 37).

Os fretes eram cobrados nas embarcações de 30 ou mais toneladas e livre de barqueações. Caso houvesse necessidade delas, ou seja, transporte de cargas ou passageiros para embarcações de menor calado, possibilitando a passagem entre os pontos onde a profundidade do rio permitia apenas embarcações menores, o frete era calculado segundo o porto de destino e acrescidos os valores das barqueações. Os portos de Bom Retiro, Santarém, Mariante, Revessa, Taquari, Barreto, General Câmara, Triunfo, São Gerônimo, Charqueada, Granja Carola e Porto Alegre mantinham a tabela de preço fixo em todos os períodos do ano. Por outro lado, os portos de General Osório, Barra do Guaporé, Barra do Jacaré, Encantado, Roca Sales, Palmas, Arroio do Meio, Barra do Forqueta, Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Porto Gerhardt, Porto Mallmann e Porto Rocha havia acréscimo no valor do frete conforme a necessidade de barqueações nos portos. No entanto, esse processo de barqueações refletia diretamente no preço dos produtos de exportação do território da referida colônia, consequentemente na competitividade desses nos mercados consumidores.

No relatório da Intendência de 1915, o coronel Agilberto Atílio Maia discorre acerca das ne-

cessidades e dos resultados de barqueações sobre os produtos exportados:

Para que Guaporé atinja ao ponto a que se destina na communhão Rio-Grandense, necessário seria que, outros fossem os meios de transporte, pois que, ainda luctamos com as mesmas difficuldades dos annos anteriores, e, se com relativa facilidade levamos os nossos productos ao porto General Osório, já o mesmo não acontece d'ahi para a Capital do Estado, principal mercado de nossos productos, para onde são transportados, com grandes difficuldades, em pequenas canoas até Estrella e Lageado, sujeitando-se os exportadores a longas demoras e fretes em dobro.⁴

Entre os principais produtos transportados da região metropolitana para a região colonial italiana no entorno ao Taquari-Antas destacavam-se: classe 1 - secos e molhados, adubos, açúcar, bacalhau, banha, bolachas, bebidas, café, cal, cereais, gaiolas com aves, ovos, cimento, farinha, erva-mate, miudezas de armazém, sabão, sal, salitre, velas (em toneladas); classe 2 - ferragens, arame farpado, liso, asfalto, anilina, breu, camas de ferro, carros em geral, chapas de ferro, chumbo, enxofre, ferro-gusa, ferros em geral, folhas de flandres, graxa patente, miudezas de ferragens, pregos, rebolos, soda cáustica, tela, arames, tintas, trilhos, vidros, artigos sanitários (em toneladas); classe 3 - drogas,

fazendas, couros e acessórios para automóveis, drogas em geral, artigos farmacêuticos, fazendas, couros e artefatos, borrachas, acessórios para automóveis (em toneladas); classe 4 - máquinas, arados, automóveis, chassis, balanças, baterias, bombas para poço de irrigação, caldeiras, máquinas em geral, motores, rodados, trilhadeiras, tratores (em toneladas); classe 5 - móveis, bagagens, esquadrias móveis novos e usados, banheiras, geladeiras, portais, janelas (em toneladas); classe 6 - inflamáveis e lubrificantes, aguarrás, gasolina, querosene, óleo combustível e lubrificante, álcool, ácidos, tubos de oxigênio (em toneladas); classe 7 - animais caprinos, suínos, caninos, muares, cavaleiros (em unidades); classe 8 - armas, munições, explosivos (em toneladas); classe 9 - sementes, mudas, plantas vivas, fardos ou caixas (em toneladas); classe 10 - madeiras em geral (em toneladas); classe 11 - tijolos, telhas de barro e pedras (em toneladas); classe 12 - vasilhames, tonéis de ferro, aço e tubos de oxigênio vazios (unidades); classe 13 - carrinhos de mão, de madeira ou ferro (em unidade); classe 14 - fardamentos, colchões, travesseiros em pacotes, fardos, caixas ou engradados (em toneladas) (Marques, 2006, p. 37-38).

Podemos compreender que entre os primeiros portos no estuário do Guaíba e os últimos portos da Barra do Guaporé, General Osório ou até mesmo Santa Bárbara, as embarcações realizavam paradas em dezenas de portos onde se localizavam os trapiches de vilas e povoados. Os portos onde

se localizavam esses entrepostos comerciais mantinham uma importante rede de comércio com as vendas estabelecidas nas sedes das vilas, povoados e mesmo no interior das linhas.

No porto de Muçum estavam localizados os trapiches, depósitos e armazéns, que normalmente pertenciam às companhias de navegação ou em sociedade com os proprietários das embarcações. O agricultor comercializava seus produtos na venda local, que os transportava por meio de carretas até o porto, onde permaneciam armazenados até ser carregados nas embarcações para os centros consumidores ou revender na capital. De lá, no caminho de volta, o comerciante trazia as mercadorias para comercializar aos colonos. As indústrias de maior envergadura mantinham seus postos comerciais na capital, realizavam as transações comerciais diretamente na capital, porém o despacho das mercadorias era feito na mesma dinâmica das carretas, trapiches e embarcações fluviais (Reinheimer, 2007, p. 47).

Ao analisar os produtos transportados do porto de Muçum à capital do estado, e de lá para Guaporé, tem-se indicadores de alguns aspectos da vida econômica, compreendendo-se as relações produtivas, agrícolas, industriais e comerciais entre a região colonial guaporense e a região Metropolitana. Além disso, a variedade de produtos transportados somente pelo Taquari-Antas pode-se afirmar a extrema importância do porto. Os fluxos de subida e descida dos produtos e dos

passageiros permitem inferências de produção, de circulação, de consumo e de estilo de vida (Marques, 2006, p. 37-38).

A obra *Un viaggio a Rio Grande del Sud*, de Vittorio Bucelli, publicada em Milão em 1906, fruto de sua viagem pelo Rio Grande do Sul em âmbito de exposição internacional, teve como principal propósito a descrição da conjuntura recente do estado, avaliando a produção agrícola e manufatureira, pontos urbanística, o estado da saúde e da higiene, a conjuntura política, as circunstâncias culturais e instrução relativas à imigração, com o objetivo final de promover o fluxo de imigrantes para a colonização.

Na passagem da região de Guaporé, Bucelli destacou:

Tivemos oportunidade de ver os trabalhos de manutenção das estradas e paramos no Km 43, na hospedaria de A. Teston, cômodo alojamento para quem desejasse comida sã, frugal e abundante. O porto de General Osório é situado em declive profundo, onde a altura da água nunca chega mais alta daquele nível. Por isso foram construídos dos planos inclinados que do nível mais baixo d'água sobem até a margem em cima, para que, em qualquer época, a comunicação com a terra fosse constante, assim para os passageiros como para as mercadorias. A normalidade do nível regula a navegação local, e, não raro, as embarcações que chegam de Porto Alegre ficam no

porto de Muçum e vão aos mercados em canoas ligeiras que seguem o curso do rio, algumas vezes com perigo de navegação e não fazem caso.

A obra apresenta descrições, fotografias, mapas e estatísticas relativas à agricultura, ao comércio e à indústria do Rio Grande do Sul, com especial destaque a contribuição do emigrante italiano nessas áreas. No relato sobre Guaporé, Bucelli descreveu a dinâmica de funcionamento do porto de General Osório:

Embarcamos no vapor Estrela, o ponto mais impressionante foi a passagem de um rápido, no qual admiramos a habilidade dos navegadores do rio, que podem permitir-se imponente a saltar sobre uma cascata sem desviar da força da corrente. Todas as embarcações que navegam no rio o fazem continuamente a força de remos, quando a cheia é grande, ou puxadas por homens ou animais, que estão nas margens, por meio de cordas ligadas a proa em tempos de águas baixas.

O vaporzinho atracou em 8 horas de marcha em mais de 20 pequenos portos, se é possível dar-lhes este nome. Em cada ponto havia mercadorias para embarcar e se abastecia de combustíveis, a lenha, que custa pouquíssimo e que se encontra abundante em cada parada. (Bucelli, *Un viaggio a Rio Grande del Sud*, Milão, 1906, p. 210, apud KARAM, 1992, p. 129).

O rio Taquari apresentava uma grande variação de profundidades ao longo de seu curso. Por exemplo, de Porto Alegre à cidade de Taquari, distância de 87 km, navegavam sem impedimento barcos com dois metros e meio de calado; da cidade de Taquari em direção à montante, aproximadamente 117 km, o calado diminuía para um metro e meio; em Lajeado acusava 1,20 m; em Muçum, barcos de um metro de calado trafegavam até 204 km de distância da capital em épocas das cheias (Marques, 2006, p. 34). Tais variações de profundidades obrigavam os usuários do rio a desenvolverem de maneira prática uma grande quantidade de diferentes embarcações. Assim, as companhias de navegação que atuavam no rio Taquari encontravam soluções para lidar com as altas e baixas do rio com a adoção de variadas embarcações e características distintas, permitindo que o fluxo de produtos na região não fosse interrompido em nenhum momento, independentemente das condições climáticas.

Os vapores caracterizavam-se como embarcações de fundo chato, dotados de grande capacidade de carga, utilizados também no transporte de passageiros, pois contavam com acomodações e tripulação a bordo. Inicialmente utilizavam lenha como combustível, posteriormente substituída por motores alimentados a gasolina ou óleo, que movimentavam rodas laterais com pás, atuando como remos, dando propulsão à embarcação para navegar (Marques, 2006). Já os vapores

de grande porte, em épocas de pouca água, chegavam somente até o Porto de Taquari devido ao calado de dois metros e meio a três metros. Nesse porto era realizada a baldeação para vapores de menor calado, de dois metros a um metro e meio, que chegavam aos portos de Bom Retiro do Sul, Estrela e Lajeado.

Para chegar ao porto de General Osório, o calado devia ser novamente reduzido, operando com vapores de apenas um metro de calado. Nas épocas de estiagem, com a baixa do rio, acima do Porto de Taquari, os vapores, mesmo de pequeno porte, em determinadas situações viam-se obrigados a desligar as máquinas e ser movidos lentamente pela força braçal da tripulação; varejões eram constituídos de grandes varas de madeiras com uma das pontas revestida com um forro de couro encostado no peito do tripulante, a outra ponta era revestida com ferro que se apoiava no fundo do rio. Assim, os marinheiros, manejando os varejões, empurravam a embarcação do convés, fazendo o vapor mover-se vagorosamente (Ferri, 1988).

O embarque e desembarque de passageiros nos atracadouros era realizado sobre grossas pranchas de madeira, protegidas por cordas e armações nas laterais colocadas entre o vapor e o cais do porto, sempre acompanhado de perto pelo comandante. Se o porto não possuísse um ancoradouro seguro, um pequeno caíque era utilizado entre o porto e a embarcação (Ferri; Togni, 2012, p. 230).

As chamadas “gasolinas” caracterizavam-se por ser pequenas embarcações dotadas de propulsão, alimentadas por gasolina ou óleo combustível. Por seu tamanho e menor calado, operavam nas temporadas de pouca água e baixa profundidade do rio. Inicialmente, importadas da Alemanha, possuíam o casco de ferro, posteriormente começaram a ser construídas em estaleiros das maiores companhias de navegação do Rio Grande do Sul, empregados cascos de madeira. Utilizadas para o transporte de passageiros sem acomodações, principalmente cargas, eram utilizadas também no re-

boque das chamadas “chatas”, embarcações largas e pouco profundas, sem propulsão própria, utilizadas para aumentar a carga transportada por viagem. As gasolinas representavam a maior parte das embarcações empregadas no transporte de carga.

As lanchas e lanchões recebiam denominação diferente devido ao seu tamanho, caracterizavam-se por embarcações de fundo chato, movidas a pequenos motores, vela ou remos e até mesmo rebocadas por outras embarcações. Sobre o largo convés eram acomodadas as mercadorias que desciam e subiam o rio, abastecendo as casas de

FIGURA 3. Registro de “gasolinas” no Porto de Muçum (s.d.). Pequenas “gasolinas” utilizadas na barqueação para o transporte de carga no Porto de Muçum na época de águas baixas. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum - Pe. Lucchino Vieiro Muçum.



comércio dos municípios situados na bacia hidrográfica do Taquari.

As menores embarcações eram os caíques e caicões, compridos e estreitos, tinham a popa e a proa mais alta. Normalmente movidos a remos, velas ou pequenos motores, eram operados de um a três tripulantes, movendo pequenas quantidades de produtos entre os portos do Taquari e curtos transportes de passageiros.

Os trapiches se caracterizam como armazéns, eram de propriedade das companhias de navegação, arrendados por essas, ou eram de posse das grandes casas de comércio regional. Nos armazéns eram estocados os produtos no aguardo do embarque nas embarcações que transportavam os gêneros coloniais até os portos de Estrela e Lajeado, de onde eram transferidos para embarcações de maior envergadura e calado até Porto Alegre; ou desembarque, isto é, as carretas transportavam os produtos até as casas de comércio localizadas na sede de Guaporé, nos distritos ou mesmo no interior das linhas mais povoadas.

Os trapiches normalmente dispunham de mecanismos de maxambombas para realizar a carga e a descarga das embarcações atracadas no porto. Os trapiches localizavam-se às margens do rio Taquari, no Porto de Muçum em particular, alcançavam maior importância devido à relação entre estradas, carretas e carreteiros na dinâmica do escoamento da produção, em ambos os sentidos, das primeiras décadas do século XX (Karam, 1992).

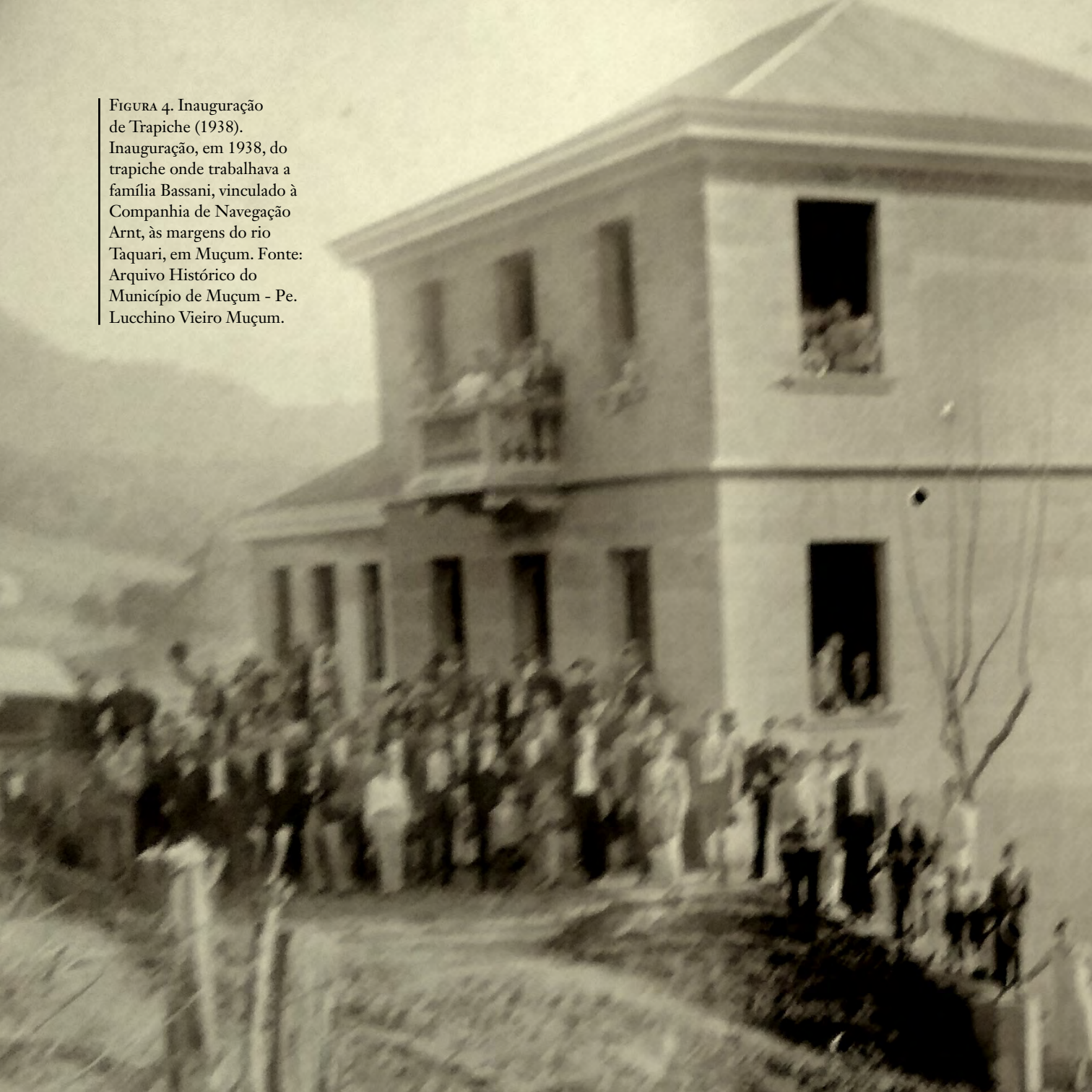
No verão, quando as estradas permitiam o tráfego de veículos de carga até o porto, era o rio Taquari que devido aos baixios, as pequenas quedas de água e as pedras que afloravam no leito somente permitia a vinda das “gasolinas” até o porto de Bom Retiro, distante 118 Km da sede de Guaporé.⁵ Nesse sentido, frequentemente os produtos ficavam esperando armazenados nos trapiches “na barranca do rio”, aguardando o inverno e as chuvas para que as águas alcançassem o volume suficiente para as embarcações chegarem até o porto, ou as carretas aguardavam o verão para secar os atoleiros e descerem a serra para chegar ao porto de General Osório para carregarem ou descarregar os produtos.

Esse quadro se repetia anualmente, gerando filas enormes de grandes carretas tracionadas por mulas enfileiradas em frente aos trapiches ou embarcações de variadas envergaduras e calados que se amontoavam em frente às maxambombas, sendo necessário, então, a construir vários trapiches às margens do rio Taquari no distrito de General Osório para a estocagem dos produtos que aguardavam o transporte fluvial ou terrestre. Sobre tais situações, o coronel Agilberto Atílio Maia, no relatório da Intendência de 1920, descreveu:

É essa estrada (General Osório) que se desdobra uma distancia de 49 Km, d’aqui áquelle povoado, e que nem sempre dá franco accesso a General Osório, que é o grande armazém des

FIGURA 4. Inauguração
de Trapiche (1938).

Inauguração, em 1938, do
trapiche onde trabalhava a
família Bassani, vinculado à
Companhia de Navegação
Arnt, às margens do rio
Taquari, em Muçum. Fonte:
Arquivo Histórico do
Município de Muçum - Pe.
Lucchino Vieiro Muçum.





te município. Nas épocas hyerneas ou nas quadras de chuvas, quando as águas do Taquary crescem deixando chegar e sahir livremente daquelle porto as embarcações conductoras dos gêneros exportados a exportar ou importar, as estradas e notadamente a estrada principal, se tornam quase intransitáveis. Quando as estradas se tornam perfeitamente transitáveis há falta de água no Taquary.⁶

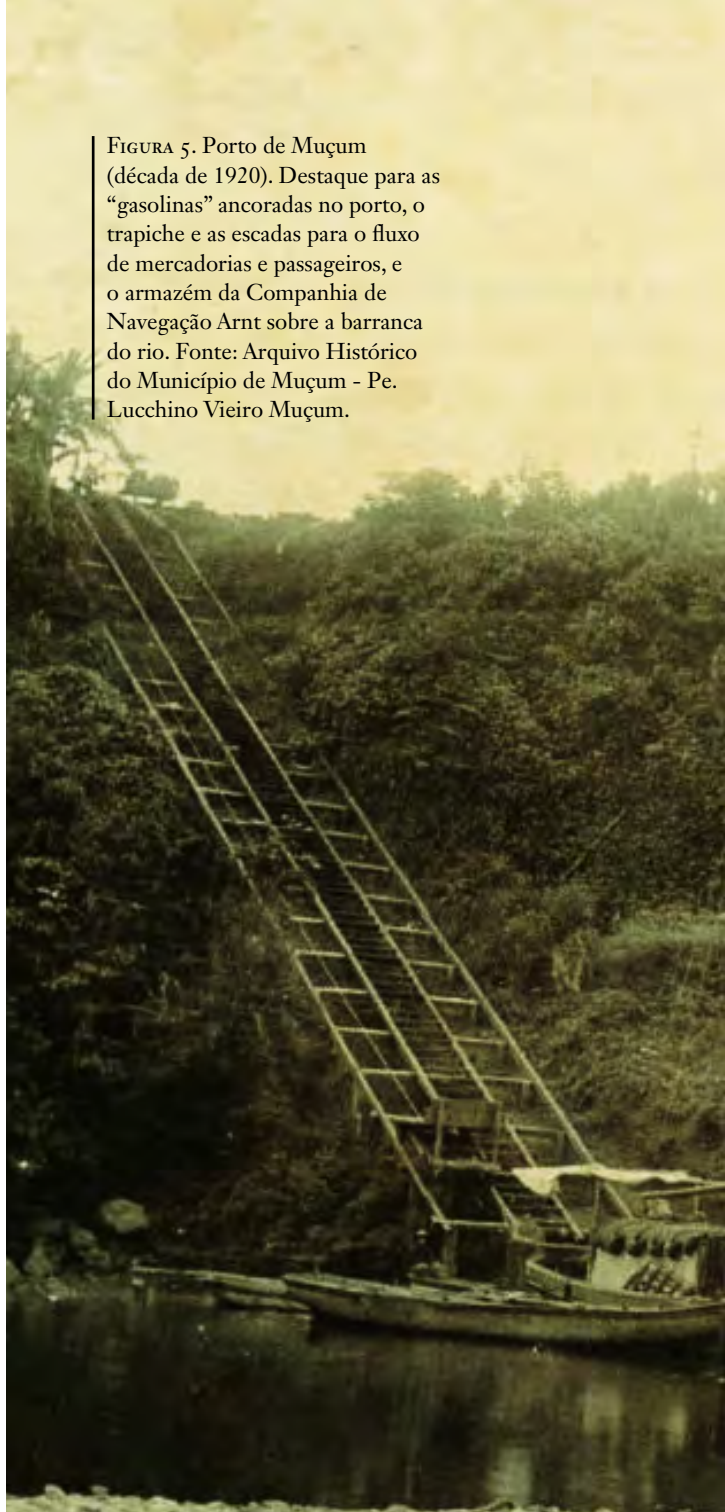
A maxambomba figurava como um mecanismo na parte interna do armazém, uma grande engrenagem em forma de pião de madeira, com um cambão, peça de madeira onde eram presas correias para movimentá-lo por tração animal, seja cavalar, muar ou mesmo bovina, que caminhava em uma cancha circular, fazendo com que a engrenagem do pião de madeira rodeasse. Nesse pião estavam enrolados cabos de aço em cujas pontas eram presos troles, pequenos carros de madeira descobertos ou veículos em forma de plataformas, que rodavam sobre dois pares de trilhos de aço, semelhantes a uma pequena estrada de ferro. Os trilhos estavam assentados sobre caibros, peça de madeira que forma a armação para o assentamento das tábuas de um assoalho, fixados sobre grossos troncos de madeira fincados nas barrancas ou sobre muros de pedras, de tijolos ou concreto. Os caibros estavam colocados transversalmente sob os trilhos desde o trapiche até dentro da água do rio, em nível mais baixo, onde estavam atracadas as embarcações a serem carregadas.

A partir dessa estrutura, o funcionamento era bastante simples: ao rotacionar a grande engrenagem do pião por animais de tração, os dois troles presos às extremidades dos cabos de aço rodavam sobre os trilhos, de maneira que enquanto um subia com as cargas das embarcações até os trapiches o outro descia do trapiche para as embarcações, realizando a carga e a descarga simultaneamente, em um contínuo vai e vem. É bom ressaltar que esse mecanismo poderia funcionar separadamente na carga e/ou na descarga, por meio de ambos os troles; e, conforme a necessidade, um trole subia outro descia vazio.

O deslocamento das mercadorias entre as carretas e o trapiche dentro do armazém também era facilitado por um sistema de carrinhos de mão, trilhos e vagões. As mercadorias de maior volume e peso eram retiradas do vagão do trapiche e colocadas no vagão que se encontrava montado sobre trilhos e atravessava toda a extensão do armazém, desde a entrada, onde eram paradas as carretas de mulas, até o ponto onde estavam os vagões do trapiche, realizando o deslocamento das mercadorias na área interna do armazém.

O carrinho de mão era utilizado pela companhia para o transporte interno das mercadorias. Quanto aos volumes menores, os que não necessitavam do sistema dos trilhos e vagões, eram transportados por um carrinho de mão de madeira e ferro, apoiado sobre duas rodas, no qual as mercadorias eram colocadas uma sobre a outra,

FIGURA 5. Porto de Muçum (década de 1920). Destaque para as “gasolinas” ancoradas no porto, o trapiche e as escadas para o fluxo de mercadorias e passageiros, e o armazém da Companhia de Navegação Arnt sobre a barranca do rio. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum - Pe. Lucchino Vieiro Muçum.





possibilitando o deslocamento do trapiche até as carretas da companhia de comércio paradas em frente ao armazém. Esse sistema permitia a carga e a descarga dos produtos transportados pelas companhias de comércio.

Devido à geografia do Porto de Muçum, havia uma distância que variava de 10 a 30 m do armazém até a embarcação atracada na margem do rio. Em muitos casos, ao lado do sistema das maxambombas encontrava-se um segundo sistema de caibros sobre os quais se assentavam pequenos degraus do trapiche até o nível mais baixo do rio. Por meio desse sistema também subiam e desciam passageiros nas embarcações que realizavam a linha entre o porto de General Osório e Porto Alegre (Ferri, 1988, p. 210).

Esta dinâmica econômica elevou o distrito de General Osório, posteriormente batizado de Muçum, a uma condição de extrema importância, tendo em vista que este espaço, por meio de seu porto fluvial, tornava possível a articulação entre as colônias e suas produções agropecuárias, as casas de comércio, carretas e carreteiros e os mercados consumidores dos produtos coloniais guaporenses. Conforme a pintura em tela, o espaço de Muçum logrou grande êxito econômico e social, alcançando invejável prosperidade na primeira metade do século XX. Tal pujança é visível nos demonstrativos expostos pelos relatórios da Intendência do Município de Guaporé, elaborados e assinados pelos intendentess Vespasiano Corrêa,

Lucano Conedera, Agilberto Atílio Maia e Vespasiano Corrêa.

No ano seguinte, 1910, as palavras de Lucano Conedera avultam a produção da banha e a extração da madeira como principais atividades econômicas do município:

A exportação da banha alcançará este ano, só no porto de General Osório, um milhão de Kg. A exportação de taboas com toda a certeza vinte mil dúzias. Como se vê são estas duas indústrias bastante adiantadas e ainda de maior futuro.⁷

Em 1914, a banha figurava como o principal produto de exportação municipal, alcançando as maiores cifras tanto em quantidade quanto em valor total de exportação. De acordo com o relatório da Intendência de 1914, assinado pelo coronel Agilberto Atílio Maia, Guaporé exportou pelo porto de General Osório 1.270.521 kg de banha, no valor de \$800 ao quilo, um valor total de 1.016:416\$800 réis. A exportação da gordura animal, já refinada ou ainda em estado bruto, também contribuiu diretamente para as finanças municipais, sendo a arrecadação do tesouro municipal 25:403\$220 do imposto sobre a exportação.⁸

Em 1920, no relatório da Intendência assinado por Agilberto Atílio Maia, os frutos da terra e do suor dos colonos são novamente enfatizados nas sublimes palavras proferidas pelo coronel.

A agricultura, que é uma das maiores fontes de riqueza deste município, vae, cada vez mais, no seu crescendo, impondo-se á nossa admiração. O seu desenvolvimento é accentua-se de um modo sensível. A contracção dos nossos agricultores ao trabalho afanoso da lavoura é a mais palpitante, a mais intensa possível. E não exageramos, porque a prova disso, irrefutável, cabal, temol-a nós, bem nítida, diante dos nossos olhos, nessas lavouras immensas que se estendem, numa maciez de esperança, culminando os montes.⁹

Em tom lírico, o intendente segue destacando o domínio técnico do colono nas lides com a mata e a madeira:

O braço forte do colono, manejando o machado ou a foice no desbravamento da matta ou dirigindo o arado no garroteamento da terra, parece não cansar, nunca! Esta luta é diária e não raras vezes titânica. E nella tomam parte como factores predominantes o cérebro e o coração: o cérebro, nas suas lucubrações constantes, concebendo todas as idéias capazes de impellir o homem, fortalecendo-o na luta pela intensificação desse poder occulto que nós muitas vezes não podemos dominar-o: a vontade. O coração, fonte do affecto, na sequência rythimada dos seus baques, impulsionando o homem para o trabalho em prol do bem estar da prole, numa homenagem sagrada

ao amor que elle consagra ao ar modesto onde não quer que falte o lume e o pão.¹⁰

Por fim, justificando suas palavras, atribuiu grande importância à laboriosidade do colono:

E assim, senhores do Conselho Municipal e Exmo. Presidente do Estado, os colonos deste município, em cujo solo accidentado e fértil, fecundam todas as sementes que lhe lança no seio, se desdobram numa atividade constante, que, sem a mínima solução de continuidade, até parece não ter fronteiras.¹¹

Para ilustrar com dados tal discurso, o intendente delineava que a produção de laticínios, em especial queijos, alcançou 150.000 kg em 1914, chegando a 250.000 kg em 1915, 248.000 kg em 1916, 252.000 kg em 1917, 280.000 kg em 1918 e 298.424 kg em 1919. O trigo, que prosperava em todos os lotes coloniais, era moído em dezenas de moinhos espalhados pelas diversas linhas dos distritos do município de Guaporé. Na sede, os moinhos de Pandolfo & Maia e Luis Grecchi foram responsáveis pela moagem de 6.225 e 4.000 sacos, respectivamente, a maior parte da farinha alva era exportada para a capital do estado.¹²

A produção agrícola e industrial deste município, na sua maior parte é exportada para Porto Alegre. Para isto os exportadores vão até General

Osório, donde, aproveitando as ocasiões em que as águas do Taquary, crescendo pelas chuvas, dão acesso às embarcações áquelle povoado, mandam os seus gêneros para o mercado consumidor.¹³

Entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 1925, foram exportados 672.929 kg de banha bruta a um valor total de 2.220:665\$000, ao passo que, no mesmo período, foram despachadas pelo porto de General Osório 12.681 caixas de 54 kg de banha refinada a um valor total de 2.943:440\$000.¹⁴

Os demais produtos em destaque na pauta de exportações de Guaporé delineavam o caráter predominantemente agrícola do município durante a década de 1930. Entre os gêneros tipicamente coloniais mantinha-se em destaque a produção de farinha de trigo, sendo exportados, em 1932, 12.365 sacos de 60 kg, a um valor total de 370:950\$000. No mesmo ano, também foram comercializados 7.930 sacos de 60 kg de trigo *in natura*, a um valor de 158:600\$000. Também foram comercializados via porto de General Osório 22.786 sacos de 60 kg de milho *in natura*, a um valor de 113:830\$000. A erva-mate em preparação como barbaquá alcançou 28.000 arrobas a um valor de 140:000\$000, ao passo que 350.760 kg de batata foram comercializados a um valor de 151:123\$000. O potencial da criação de suínos não se refletia unicamente na exportação de banha e de embutidos, sendo 3.862 suínos vivos comercializados a um valor de 154:480\$000; 52.300 kg

de queijo a um valor total de 130:000. Por fim, a comercialização de nozes, especialmente destinadas às fábricas de doces da capital, e mesmo da região de Pelotas, alcançou 104.800 kg a um valor de 104:800\$000. Sendo que, em sua maior parte, todos estes gêneros agrícolas, pecuários e agroindustriais eram comercializados e transportados através do porto fluvial de Muçum, passando por suas casas de comércio, armazéns e embarcações.

Em 1938, assim como nas tabelas relativas à exportação de Guaporé nos anos de 1914, 1925 e 1932, a banha refinada foi o principal gênero de exportação municipal, chegando à cifra recorde de 4.650.000 kg, a um valor de 16.275:000\$000, sendo a banha em estado bruto retirada da relação de gêneros produzidos e comercializados pelos frigoríficos municipais. Salames, copas, *bacons*, cortes de carne suína salgada alcançaram a cifra de 350.000 kg, a um valor de 1:125:000\$000. As atividades de curtição de couro realizadas pelos empreendimentos Carlos Termignoni, em Guaporé, e Silvio Corbetta, no distrito General Osório, já designado como de Muçum, exportaram um total de 415.900 couros curtidos, a um valor de 4.989:600\$000.

Nas primeiras décadas da imigração e colonização alemã e italiana, uma das principais atividades econômicas realizadas foi a extração e beneficiamento da madeira. Com a extrema dificuldade de transporte por vias terrestres, a solução encontrada pelos madeireiros foi o transporte fluvial. Surgiram as chatas ou balsas, formadas pela

junção de troncos e tábuas, amarrados, formando enormes jangadas. O tamanho variava de acordo com o volume de água do rio e/ou das facilidades, ou dificuldades, que as margens ofereciam no transporte da madeira até dentro do rio. Depois de prontas seguiam para Porto Alegre.

Em cima da balsa era construída uma casinha rústica de madeira ou mesmo uma tenda que servia de cozinha, depósito de mantimentos, utensílios, roupas de uso durante a viagem, espaço de descanso dos balseiros. Na balsa eram colocados grandes varejões e remos de madeira, de comprimento variável, presos por tarugos de madeira

para dirigir a balsa e evitar que “entestasse”, ou encalhasse nas ilhas, margens, baixios, remansos, curvas do rio.

Posteriormente as balsas eram acompanhadas por “gasolinas”, que serviam para impulsioná-las e mantê-las no rumo em algum possível problema que ocorresse. No destino, especialmente Porto Alegre, as toras eram desamarradas, retiradas da água e expostas ao sol para secar, depois comercializadas. A identificação da madeira normalmente era cunhada com carimbo ou entalhe na ponta com as iniciais do proprietário.

FIGURA 6. Embarcações de carga - Porto de Muçum (s.d). Fotografia ilustrando as variadas embarcações (“gasolinas”, lanchas e lanchões) utilizadas no transporte de carga no Porto de Muçum.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum - Pe. Lucchino Vieiro.



As barcas eram feitas com grande boca e baixíssimo calado, eram empregadas nos passos desde o início da colonização no transporte de passageiros, cargas e veículos. Com o avanço da colonização e o desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio, em todos os pontos do rio Taquari surgiam outras novas barcas de maior largura, empregadas no transporte de charretes, grandes carroças, posteriormente veículos motorizados.

As barcas inicialmente eram impulsionadas por meio de marombas, ou seja, cabos de aço estendidos transversalmente entre as duas margens do rio, presos em troncos de árvores ou pilstras de concreto. Por esses cabos corria roldanas presas a um outro cabo de aço conectado à barca. Assim, era movida por força braçal, facilitada pela corrente natural da água. Por meio de longos remos de madeira, formados por um cabo cuja extremidade terminava em uma parte espalmada, funcionava como uma alavanca, interfixada por um parafuso, impulsionava a barca, também servindo para mantê-la no rumo certo. Juntamente com os remos, era impelida por varejões de madeira, fincados no fundo do rio, com um esporão de ferro, sendo a outra parte apoiada junto ao ombro do remador. Posteriormente, as barcas passaram a ser movidas por gasolinas ou por motores a combustão instalado na própria embarcação (FERRI; TOGNI, 2012, p. 230-233).

O Porto de Muçum teve a função socioeconômica de extrema importância. A logística de transporte até o porto e a sequência pelo rio Ta-

quari-Jacuí até o mercado de Porto Alegre foram fundamentais para a dinâmica mercantil e de mobilidade populacional, bem como para interligar a Colônia Guaporé aos espaços mais longínquos.

Na década de 1940 deu-se o início da decadência e morte do porto. “A grande cheia de maio daquele ano (1941), acabou de vez com a navegação fluvial. O rio atulhado e jamais trabalhado, retirou qualquer possibilidade de seu aproveitamento, ainda, como meio de transporte” (Thomé, 1967, p, 194). A necessidade de efetivar investimentos no leito do rio Taquari para permitir navios de maior porte, o problema dos constantes assoreamentos provocados por altos volumes de chuva, e também o fato de os agricultores cultivarem até na barranca do rio, facilitando ainda mais a entrada de terra e de pedras no leito do rio, somados os investimentos que vinham sendo feitos a partir da década de 1940 em infraestrutura de rodagem, foram, dentre outros, os elementos que decretaram o fim das atividades portuárias e mobilidade de mercadorias. Lembrando também que comerciantes com maior capital já haviam incorporado o caminhão nas atividades, reduzindo a demanda do porto e buscando otimizar tempo, quantidade de peso e mobilidade espacial. O caminhão tornou-se o carro chefe da dinâmica econômica.

FIGURA 7. Estivadores e marinheiros sobre uma “gasolina” (década de 1920). Embarcação ancorada no Porto de Muçum durante o período de águas rasas. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.



Referências

FERRI, Gino. *Muçum: princesa das pontes*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Muçum, 1988.

FERRI, Gino; TOGNI, Ana Cecília. *A história da bacia hidrográfica Taquari-Antas*. Lajeado: Ed. da Univates, 2012.

KARAM, Eliane Maria Consoli. *Raízes da Colonização*; em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAGS, 1992.

MARQUES, Teresinha Maria Furlanetto. A companhia de navegação fluvial de Jacob Arnt no Vale do Taquari – RS. In: *Navigator 31*, Rio de Janeiro, 2006, V.2 – n.3, p. 31-41.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ação e implicações dessa relação*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

THOMÉ, L., N., F. *A colônia do Guaporé: passado e presente*. Guaporé, 1967.

Notas finais

¹ Jornal A Federação, Porto Alegre, 21 de janeiro de 1911. Ano 1911 – Edição 00019. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11 dezembro de 2019.

² Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

³ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1911.

⁴ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1915.

⁵ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1928.

⁶ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1920.

⁷ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1910.

⁸ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1914.

⁹ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1920.

¹⁰ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1920.

¹¹ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1920.

¹² Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1920.

¹³ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1920.

¹⁴ Relatórios da Intendência, em 1914, 1925 e 1932.



Há muitas décadas, diferentes versões da mesma história ocupam o imaginário popular da cidade de Paráí. Com mais ou menos detalhes, a história de uma viúva e suas filhas, as “Miguelinas”, divide o espaço com as narrativas oficiais de ocupação da terra na região e o surgimento da cidade. O relato é de violência, afinal, trata-se da expulsão de uma família de suas terras e do incêndio da sua casa. Em seu lugar, estariam aqueles que seriam pretensamente os verdadeiros donos da terra, ou seja, aqueles que possuíam a autoridade legal sobre essas propriedades. Olhando de outra forma, é revelado um aspecto bastante comum do processo de formação da região norte do Rio Grande do Sul, pois as “Miguelinas”, eram de origem negra e cabocla e os novos imigrantes, europeus. Verdadeira ou não, a história que é contada revela muito mais do que se gostaria de admitir da história da imigração italiana no interior do Rio Grande do Sul, seus silenciamentos, protagonistas e dinâmicas legais.

Neste sentido, este texto tem como objetivo discutir a imigração italiana na cidade de Paráí, inserida no contexto da Lei de Terras no Rio Grande do Sul. Para tanto, inicio discutindo aspectos da condição da desigualdade fundiária no Brasil e suas dinâmicas regionais e locais. Posteriormente, trato do contexto de Paráí, suas raízes acerca da história da ocupação da cidade e seus horizontes e dinâmicas identitárias e culturais relacionados à presença de descendentes de imigrantes italianos no município.

A consolidação da desigualdade fundiária: o impacto da Lei de Terras de 1850 no Brasil e seus reflexos

A Lei de Terras de 1850, sancionada pelo imperador Dom Pedro II, moldou a estrutura fundiária do Brasil ao institucionalizar a concentração

de terras em grandes propriedades, os latifúndios. Antes da lei, o campo brasileiro era marcado por uma ocupação informal de terras públicas, onde tanto pequenos agricultores quanto grandes fazendeiros atuavam como posseiros, sem títulos de propriedade. Essa ocupação era caótica, e as terras não tinham delimitações claras, resultando em frequentes disputas e violência. Márcia Maria Menendes Mota descreve a complexidade dos conflitos e disputas em torno da terra:

Os conflitos de terra são – é verdade – disputas sobre o sentido da história, opondo interpretações e justificativas divergentes sobre o direito à terra, [...]. Por esta perspectiva, é possível pensarmos que as interpretações também tem uma história e que elas podem se confundir no confronto entre sujeitos sociais diversos. Assim, não são apenas os pobres de hoje que aprenderam a lidar com o emaranhado das leis, mas os pequenos posseiros, agregados e arrendatários de outrora já haviam aprendido a defender legal ou juridicamente seus direitos à terra ocupada. Assim, os conflitos de terra no Brasil foram e são permeados por lutas diversas: pela história das ocupações, pela interpretação das normas legais, pelo direito à área ocupada e muito mais (Mota, 1998, p. 21).

A Lei de Terras surgiu como resposta à necessidade de regular a posse e o uso das terras após o fim das doações de sesmarias, antigas conces-

sões de terras feitas pela Coroa portuguesa. Em seu primeiro artigo a Lei demonstra a regra que será determinante para a distribuição fundiária brasileira nos anos que se seguem: “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”.

A nova lei proibiu a apropriação gratuita de terras públicas, estipulando que a única forma de adquirir terras seria por meio da compra. Essa mudança favoreceu os grandes proprietários, que tinham capital para adquirir terras, enquanto pequenos agricultores, posseiros e ex-escravos ficavam excluídos devido aos altos custos impostos pelo governo para regularizar a propriedade. Embora houvesse uma anistia para os posseiros que já ocupavam terras, ela beneficiou principalmente os grandes fazendeiros. A lei seguia padrões regionais, que, dependendo da localidade tinham variadas interpretações, desde aqueles que julgavam que a lei não seria efetiva, e que por isso não precisavam custear a sua regularização, bem como da validação de pessoas comuns, como o caso de párocos locais, que poderiam agir em benefícios de pessoas próximas ou de seu julgamento a partir de fatores que não necessariamente tinham embasamento legal. Desse modo, Paulo Afonso Zarth em *História agrária do planalto gaúcho* (1997, p.60) aponta,

o acesso à terra, do ponto de vista legal, ficou difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas

nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuravam avançar ou incorporar novas áreas onde viviam posseiros pobres sem poder para reagir.

Além dos aspectos relacionados ao poder e ao prestígio, a posse da terra passou a ser progressivamente fundamentada em critérios econômicos. Entre os anos de 1850 e 1880, no Rio Grande do Sul, os elevados lucros obtidos por meio da colonização imigrante e da exploração da ervamate incentivaram a intensificação do processo de apropriação territorial:

A Lei de Terras criou dispositivos legais que permitiam o questionamento do direito de propriedade dos fazendeiros. Ela, inclusive, permitia que o governo imperial, nas medições das terras públicas, incorporasse áreas que particulares reclamavam a posse, mas cujo direito de acesso deveria ser requerido e, efetivamente comprovado, junto à Repartição Especial de Terras Públicas ou então nos juizados municipais. [...] As fraudes presentes nos processos de legitimação, nos dados dos registros paroquiais e documentos de transmissões de tabelionato eram flagrantes. A própria expansão das colônias de imigrantes esteve assentada na grilagem. No entanto, esse mecanismo de apropriação irregular das terras públicas ou de terceiros deve ser entendido a partir da dinâmica de

negociação política entre os chefes locais e o poder central, pois, quando convinha à presidência da província, algumas apropriações tiveram o seu direito de acesso negado. Fato que ocorria principalmente quando um aliado potencial da presidência da província estava interessado nas mesmas áreas (Christillino, 2011, p. 7).

A Lei de Terras foi aprovada no contexto da iminente abolição do tráfico de escravos, com a Lei Eusébio de Queirós, também de 1850. Os latifundiários, prevendo o fim da escravidão, viram na Lei de Terras uma oportunidade de garantir o controle sobre a mão de obra. Ao impedir que ex-escravizados e imigrantes pobres tivessem acesso à terra, forçava-os a trabalhar nos latifúndios como assalariados, garantindo mão de obra barata para as grandes propriedades agrícolas.

A concentração fundiária no Brasil é um problema histórico e estrutural que remonta à época colonial, mas que foi consolidada e perpetuada pela Lei de Terras. Esse modelo gerou desigualdade no campo. Os latifundiários, com grandes extensões de terra, não investiram em melhorias, preferindo explorar novas áreas ao esgotar o solo, o que levou ao desmatamento e à expansão desordenada das fronteiras agrícolas. Além disso, a exclusão dos pequenos agricultores, indígenas e ex-escravizados reforçou a violência no campo. Portanto, a Lei de Terras de 1850 foi um marco legal que consolidou a concentração de terras no

Brasil, limitando o acesso de pequenos proprietários, afrodescendentes e imigrantes, e favorecendo os latifúndios, perpetuando a desigualdade fundiária e suas consequências sociais e econômicas até os dias atuais. Colabora com essa ideia, o texto de Helen Scorsatto Ortiz, ao analisar a aplicação da Lei de Terras na região de Passo Fundo declara que,

No Brasil de forma geral e também na região de Passo Fundo, o estudo da aplicação de sesmarias e da Lei de Terras de 1850 permite perceber que a apropriação privada da terra deu-se de forma totalmente desigual, contribuindo significativamente para formação de sociedade de classes onde conviviam lado a lado eleitos e excluídos (Ortiz, 2007, p. 94).

É possível comparar e compreender a inserção de Paraí dentro de uma ampla dinâmica que tem escalas e temporalidades distintas: o marco legal nacional, as particularidades do Rio Grande do Sul e as variáveis regionais e locais. Muito antes de sua emancipação política, o local onde hoje se localiza o município de Paraí pertencia ao município de Lagoa Vermelha, mais precisamente à proprietários dessa localidade. Nessas terras viviam pessoas de diversas etnias, desde caboclos, afrodescendentes e indígenas por exemplo. Esses que aí viviam, não possuíam nenhum documento que lhes garantisse legalmente a propriedade da

terra, assim poderiam vir a perdê-la caso alguém reivindicasse a posse com uma escritura. Paraí se enquadra nesse contexto de ocupação de terras, no qual o processo de colonização fruto da imigração foi tratado como um negócio pelos latifundiários:

A imigração intensificou a expansão do comércio de terras no Rio Grande do Sul. [...] O alargamento do complexo colonial ocorreu em função dos interesses da elite sul-rio-grandense no processo, especialmente fazendeiros, negociantes e demais interessados no comércio de terras, isto é, comerciantes e burocratas, atraídos pelos cargos dos órgãos criados para a administração colonial, sendo que muitos deles também atuaram na venda de lotes a imigrantes (Christillino, 2011, p. 9).

O imigrante buscava por terras, os que tinham recurso as possuíam e legitimavam essa posse para poder negociá-las. Restava à massa populacional que não tinha recursos ou instrução, a quem se destinou a exclusão, ficando escanteados do processo de ocupação territorial, à mercê da própria sorte. Esse processo frequentemente violento e, em geral, silenciado pela retórica de progresso e pioneirismo do imigrante, a exemplo do próprio caso da “Miguelinas”, que se não é verdadeiro na integralidade do relato, é paradigmático do movimento de ocupação (e expulsão) das terras na região.

Raízes

Nos registros de contagem populacional, as famílias eram divididas entre aquelas designadas de “brasileiros” e os “italianos”, assim que a imigração passa a ocorrer. Gradualmente, os moradores descritos como “brasileiros” desaparecem desse local, à medida que aumentam as famílias de imigrantes. A relação apresentada, embora não exaustiva, registra os nomes das famílias que desempenharam papel de destaque no processo de desenvolvimento da colônia, culminando na criação da paróquia, evento que representou um marco significativo na história local. Segundo Padre Félix Busatta, em seu livro *Paraí no Centenário da Imigração Italiana* (1975, p. 13):

O território que formava a paróquia, em 1925, e que fora propriedade de fazendeiros dos campos de Lagoa Vermelha, entre outros Afonso Dias, que antes de 1889 requereu e recebeu do Império uma área considerável de terra, começou a ser habitado, no início do século por agricultores, de origem italiana, na sua grande maioria.

A criação da paróquia, descrita como um marco histórico para o desenvolvimento local, pode ser analisada à luz das transformações territoriais impulsionadas pela Lei de Terras de 1850. Essa legislação consolidou o acesso à terra como privilégio restrito àqueles com recursos para

compra, excluindo grupos que ocupavam informalmente áreas nos campos de Lagoa Vermelha. A substituição gradual da população designada como “brasileiros” por famílias de imigrantes italianos, incentivada pela política de colonização, evidencia como o contexto histórico fundiário favoreceu a ocupação por imigrantes em detrimento das populações locais. Assim, a organização do território e a estrutura fundiária consolidaram desigualdades e moldaram a dinâmica sociocultural que culminou na formação da paróquia e, posteriormente, do município.

De acordo com o *Primeiro Lustro da Paróquia de São Bráz de Parahy* de 1925 a 1930, do Padre Félix Fortunato Busatta:

O primeiro colonizador foi Jacó Simon, teuto-brasileiro, de Harmonia, município de Montenegro. [...] em seguida Caetano Bellincanta, agrimensor, residente de Nova Trento. [...] e o terceiro e mais dinâmico é o sr. Henrique Lenzi. Ele comprou de Máximo Subtil de Oliveira e de Afonso Dias [...] cerca de duzentos lotes coloniais (de 25 hectares cada) (Busatta, s.d., p. 13).

Baseado nos registros de Simone Bordignon, em *Paraí e sua gente antigamente* (2007), acerca das famílias de imigrantes que foram aos poucos ocupando o território de Paraí, listam-se as seguintes informações:

Matheus Dal Pozzo é classificado como o pioneiro e estabeleceu-se no lugar, que hoje se chama popularmente de Canhada, em 1906. Pedro Menin veio em 1907; Aleixo Turcatto, Sílvio Bregalda e Luís Trevisan teriam vindo em 1908; em 1910 chegaram Olinto Matiello e Ângelo Menegat; em 1911, João Brandalise, Carlos e Demétrio Piam, Domingos Bordignon e Agostinho Bordignon, Luís Bordignon, Luís Fraccanabbia e Augusto Pegoraro, em 1914, Clemente Furrer e Josué Ferrari; em 1915 foi a vez de Pedro Paludo, Celeste Muraro, Luís, Atílio e João Ranzan, Benjamin Richetti e Eugênio Casteli; em 1916, José Pellegrini, Luís Pecatti, Francisco Galvan e João Basso (Bordignon, 2007, p. 17).

Essa narrativa, que enfatiza o papel das famílias no processo de colonização e desenvolvimento do município de Paraí, evidencia uma lacuna significativa: a ausência de registros sobre as mulheres. Embora os nomes dos homens sejam amplamente destacados como “pioneiros” e agentes de transformação, as mulheres, essenciais para a consolidação das estruturas sociais e culturais, permanecem invisíveis nos documentos históricos. Esse apagamento revela não apenas uma perspectiva limitada sobre os eventos da época, mas também a necessidade de uma análise mais inclusiva e crítica que incorpore o papel das mulheres na formação e no desenvolvimento das comunidades.

A ausência de registros sobre as mulheres na

constituição do município de Paraí reflete uma negligência histórica recorrente, que desconsidera o papel essencial desempenhado por elas nos processos de colonização e desenvolvimento das comunidades. Enquanto os documentos e narrativas destacam amplamente os homens como colonizadores, proprietários de terras e agentes de transformação, as mulheres permanecem invisíveis, mesmo tendo contribuído significativamente para a formação social, econômica e cultural do local. A omissão de seus nomes e histórias nos registros oficiais perpetua uma visão parcial e incompleta do passado, ignorando a importância de seu trabalho, tanto no âmbito doméstico quanto na manutenção e expansão das estruturas comunitárias. Reconhecer essas lacunas é fundamental para promover uma reavaliação crítica da historiografia regional, resgatando a memória feminina e conferindo-lhe o devido protagonismo na história de Paraí e de outros municípios.

Simone Bordignon abre espaço para tratar de algumas temáticas importantes que aliviam a ausência das mulheres nos registros oficiais, que são aqueles relativos ao capítulo 2 de sua obra, intitulado *Aspectos da Vida*, no qual se ocupa de, através de entrevistas, descrever hábitos relacionados à alimentação, ao matrimônio, aos bailes, ao nascimento de bebês, escolha de nomes de crianças e às vestimentas. É relevante observar que nas entrevistas, a identidade da mulher é frequentemente delineada em relação a figuras masculinas,

sendo retratada como esposa, mãe ou filha de um homem, o que evidencia uma perspectiva pautada pela centralidade masculina.

Matheus Dalpozzo, um dos primeiros e o mais atuante dos imigrantes a chegar nas terras de Paraí. Conhecido na atualidade por dar nome à Escola Municipal, quando chegou à localidade, de pronto tratou de reivindicar a condição de paróquia para a sede, vinculada ao padroeiro São Brás. Numa disputa entre a localidade de Capoeirinha e Nova Araçá; Paraí saiu na frente e conquistou a elevação à condição de paróquia com a vinda do célebre Padre Félix Busatta.

Padre Félix Busatta reforça a tradição católica do local e demonstra a atuação da Igreja na constituição posterior do município. O padre Félix Fortunato Busatta chegou ao município de Paraí em 25 de janeiro de 1925. Na véspera de sua chegada, hospedou-se na residência de José Cella, situada no então povoado de Capoeirinha. Na manhã de domingo, foi conduzido a cavalo desde Capoeirinha até a sede da paróquia, acompanhado por uma comitiva, marcando o início de sua atuação pastoral na região.

A contribuição de Padre Félix Busatta na paróquia que assumiu em 1925, não se limitou à atuação religiosa. Conforme descreve Cyrilo Mattiello (1990, p. 159), com base em correspondências do próprio vigário, “a missão do padre não se restringe apenas ao religioso, mas sempre que possível se estende também à ajuda em assuntos materiais aos

paroquianos”. Na mesma fonte é possível encontrar relatos do Padre Marcelino Rizzon, que menciona que “a obra do Pe. Félix deve ser considerada sob dois aspectos: o espiritual e o material. Foi isto que fez de Paraí uma das paróquias mais ricas da diocese”.

Desde que chegou ao município, o padre atuou junto com os moradores, em sua maioria imigrantes italianos, em prol do desenvolvimento da comunidade. Ensinava desde técnicas de manejo agrícola aos produtores, até opiniões e

orientações a líderes comunitários em assuntos de ordem política e social.

O município de Paraí, antes de constituir-se como distrito, integrava o território de Nova Araçá, que era o 10º distrito pertencente ao território que viria a ser o município onde hoje se localiza André da Rocha, situado na área de La-



Figura 1. Padre Félix Fortunato Busatta.
Fonte: Acervo pessoal de Inácio Todeschini.

goa Vermelha. O distrito de Paraí foi oficialmente estabelecido em 9 de novembro de 1927, por meio do Ato nº 277, assinado pelo intendente de Lagoa Vermelha, Alberto Berthier, sendo classificado como o 13º distrito. A área do recém-criado distrito era menor que a abrangida pela paróquia local, uma vez que se estendia por territórios adicionais de Nova Araçá, incluindo as capelas de São José da Barra Grande, São Valentim, Santo Antônio, Linha XV (ao sudeste), São José (Cascais) e Sagrado Coração de Jesus (Boa Vista) ao leste, e São Pedro, Linha Beira, no distrito de São

José do Carreiro, na bacia do Arroio Três Barras, ao norte.

Em 24 de outubro de 1932, por meio do Decreto nº 5127, assinado pelo Interventor do Estado, General Antônio Flores da Cunha, o distrito de Paraí, junto com Nova Araçá e Protásio Alves, foi desmembrado de Lagoa Vermelha e anexado ao município de Nova Prata, passando a ocupar a posição de 5º distrito. Essa mudança foi recebida com grande apreço pela comunidade de Nova Prata, que, como forma de homenagem ao interventor, alterou o nome de Paraí para Flores

FIGURA 2. Vila de Paraí (1929).
Acervo particular de Inácio Todeschini.



da Cunha (nome este que permaneceu por cinco anos e após retornou à nomenclatura atual, Paraí). Posteriormente, pela Lei nº 41, de 25 de novembro de 1948, promulgada pela Câmara Municipal de Nova Prata e assinada pelo prefeito Capitão Adolfo Schneider, foram criados os distritos de São Jorge e Guabiju (São Pedro), classificados como 7º e 8º distritos, respectivamente, ambos desmembrados de Paraí, excetuando-se uma pequena área de Nova Araçá localizada ao sul. A Lei Estadual nº 4977 sancionou a emancipação, e desde então, Paraí passou a ser um município independente, o que possibilitou o desenvolvimento de sua infraestrutura e economia, especialmente no setor agrícola e na agroindústria. O dia 9 de julho de 1965 está relacionado à criação oficial do município de Paraí, no Rio Grande do Sul.

Destacamos que a emancipação do município fez parte de um processo bastante discutido e árduo, no qual os munícipes se envolveram de maneira significativa. O movimento inicial em favor da emancipação de Paraí teve seu marco no distrito de Nova Bassano, no final de outubro de 1962. Nova Bassano, devido à sua antiguidade, desenvolvimento socioeconômico e localização geograficamente estratégica, despontava como mais consolidada para a busca pela autonomia administrativa. Essa posição privilegiada era reforçada pela importância de seu território para o escoamento da produção de Nova Araçá e Paraí. A princípio, os habitantes do distrito de Paraí foram

abordados por uma comissão de Nova Araçá, que buscava apoio para a emancipação, contudo, a população de Paraí, em função de seus próprios interesses, optou por aderir ao movimento de Nova Bassano, sem a intervenção de agentes externos. Posteriormente, representantes de Nova Araçá percorreram o distrito de Paraí, coletando assinaturas que possibilitaram o início de um segundo processo de emancipação, com a sede proposta em Nova Araçá.

Em 17 de outubro de 1963, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa aprovou o projeto de Nova Bassano, derrotando a proposta de emancipação de Nova Araçá. No entanto, no plenário, foi aprovada uma emenda que possibilitava a criação de dois novos municípios, conforme a nova legislação. Com isso, Paraí foi incorporada ao território de Nova Araçá, juntamente com áreas de outros distritos, como São Jorge e São Pedro.

Em 31 de dezembro de 1964, o governador do estado, Ildo Meneghetti, sancionou a lei que autorizava a realização de uma consulta plebiscitária em 25 de abril de 1965. O plebiscito confirmou a emancipação de Paraí, com 90% dos votos favoráveis. O escrutínio foi realizado no mesmo dia, em um ambiente de grande celebração, no salão paroquial. Com a sanção da Lei nº 4977, em 9 de junho de 1965, assinada igualmente por Ildo Meneghetti, o município de Paraí foi formalmente constituído.

No entanto, pouco antes das eleições para o primeiro governo municipal, previstas para 15 de novembro de 1965, o Ato Institucional nº 2, emitido pelo Marechal Castelo Branco, suspendeu os pleitos eleitorais em cerca de 30 municípios do estado. Em decorrência dessa medida, o presidente da República foi incumbido de nomear interventores municipais, incluindo o de Paraí. A nomeação enfrentou resistência, com ação popular contrária, mas, ao final, o interventor Antônio Octávio Dall'Agnol foi empossado em 14 de maio de 1966, e o município instalado em 16 maio de 1966:

Antônio Octávio Dall'Agnol foi um dos personagens centrais na campanha pela emancipação político-administrativa de Paraí. [...] Juntou-se aos demais membros da Comissão Emancipacionista, trabalhando sem medir esforços, durante dois anos para que o ideal fosse alcançado, inclusive com a participação ativa, afetiva e indispensável do Padre F. Busatta (Bordignon, p. 50, 2024).

Após superar os desafios impostos pelo contexto político, o município de Paraí consolidou sua estrutura administrativa, criando um conselho de cinco membros para a realização de funções legislativas temporárias. Entre as primeiras ações do novo município, destacaram-se a aquisição de maquinário essencial e a instalação da prefeitura. Com o tempo, o município iniciou o processo de

organização administrativa e de desenvolvimento, buscando consolidar sua autonomia e atender às necessidades de sua população.

Horizontes

De acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município de Paraí, localizado no estado do Rio Grande do Sul, possui uma população de 7.793 habitantes. A economia local se destaca regionalmente pela extração e comercialização de basalto, amplamente utilizado na construção civil, bem como pela presença significativa da indústria moveleira, concentrada em fábricas situadas nas áreas industriais, o que contribui para a geração de empregos e o dinamismo econômico do município.

A imigração italiana constitui um elemento central na conformação social e cultural de Paraí. Esse legado permanece fortemente presente nas narrativas orais, na culinária e na manutenção de um dialeto amplamente utilizado no cotidiano: “Os colonos de Paraí, na sua grande maioria, são descendentes de imigrantes vênnetos. Seu dialeto absorveu e prevaleceu sobre a minoria constituída de imigrantes de outras províncias italianas” (Busatta, 1975, p. 18).

Além da preservação do dialeto, a influência da imigração italiana se manifesta em festividades tradicionais. Conforme registrado no Calendário de Eventos do município, cada comunidade rural possui uma igreja dedicada a um ou mais santos protetores, sendo realizadas anualmente celebrações religiosas, como festas, romarias e rezas, que reafirmam a tradição católica herdada dos imigrantes. No âmbito das festividades municipais, destacam-se o Festival do Leitão e o Festival do Pudim, ambos realizados em datas próximas ao feriado de emancipação, comemorado em 9 de julho.

A produção agropecuária também se insere como atividade característica do município, com destaque para a criação de suínos e gado leiteiro. A suinocultura, além de fornecer matéria-prima para a produção de embutidos como salame, copa e torresmo, bem como queijo de porco, historicamente representou uma alternativa alimentar viável para os imigrantes, garantindo fontes de proteína de longa conservação. O Festival do Pudim, por sua vez, já foi realizado no Clube GERCAN, assumindo, em determinado período, o formato de evento festivo, no qual as mulheres podiam

FIGURA 3. Pórtico de entrada ao município de Parai¹.



trocar o doce pelo ingresso para a celebração. A festividade também promovia a eleição da rainha e das princesas do festival. Atualmente, o evento é organizado pelos Clubes de Mães da cidade, preservando a tradição.

Outro evento de relevância sociocultural no município são as Olimpíadas Municipais, realizadas periodicamente. Para a competição, a cidade é dividida em quatro cores, correspondentes aos presentes na bandeira municipal (branco, azul, verde e vermelho). Cada equipe designa um representante responsável pela seleção dos atletas que disputarão diferentes modalidades esportivas, abrangendo desde práticas convencionais, como vôlei e futebol, até jogos tradicionais, como bisca e escova, além de competições de bocha, ciclismo e atletismo. A participação da população é expressiva, evidenciando não apenas a valorização do esporte, mas também o fortalecimento dos laços comunitários e das rivalidades amistosas entre os competidores, tornando o evento um marco na dinâmica social local.

A trajetória histórica do município de Paraí evidencia a complexidade das dinâmicas fundiárias e socioculturais que marcaram sua formação. Desde a apropriação e redistribuição de terras, amplamente influenciadas pela Lei de Terras de 1850, até a consolidação da imigração italiana como elemento estruturante da identidade local, observa-se um processo de exclusão e substituição populacional que reflete padrões mais amplos da

história agrária brasileira. A ausência de registros sobre determinados grupos sociais, especialmente mulheres, afrodescendentes e indígenas, reforça a necessidade de uma abordagem historiográfica mais inclusiva, que contemple múltiplas perspectivas e contribuições. Assim, a constituição do município de Paraí não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como resultado de forças políticas, econômicas e culturais que moldaram seu território e sua população ao longo do tempo e que na longa duração conformaram a dinâmica de terras do Brasil e identitária da imigração italiana no sul do país.

Referências

BORDIGNON, Simone. *Paraí e sua gente antigamente*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

BORDIGNON, Simone. *Antônio Octávio Dall'Agno*: Cidadão Paraense. Paraí, RS, 2024.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de assuntos jurídicos. LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.

BUSATTA, Félix Fortunato. *Paraí no centenário da imigração italiana*. Porto Alegre, 1975.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da

Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo*, julho 2011.

MATTIELLO, Cyrilo. *Pe. Félix – Santo e Sábio Pastor*. Nº388 Parai/Araçá, Prefeituras Municipais, 1990. 350 pg. 16x23 cm, ilustr. Col. Imigração Italiana nº 128.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

ORTIZ, Helen Scorsatto. Passo Fundo ao tempo das sesmarias e da lei de terras de 1850. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: EDIUNIJUI, 1997.

Notas finais

¹ Disponível em: <https://www.cisga.com.br/municipios/parai>.



Italianos em Passo Fundo:

*identificações fragmentadas de um grupo (i)migrante
(final do século XIX e início do século XX)*

JOÃO CARLOS TEDESCO

O município de Passo Fundo teve sua emancipação política em 1857, desmembrando-se do território de Cruz Alta. Com esse feito, ele incorporou um amplo território no centro-norte da província meridional do país. Essa porção de terra era ocupada, há centenas de anos, pelos povos originários de troncos e etnias, dentre as quais a dos Guaraní e dos Kaingang. Estes utilizavam as nascentes, as cabeceiras e os leitos de vários rios que se interligavam, em particular, o Uruguai, Jacuí, Taquari, Carreiro, das Antas, Passo Fundo, da Várzea, dentre outros, para seu deslocamento e circularidade territorial. As matas cobertas de

araucárias para seu alimento (pinhão), as regiões de campo para a criação de gado vacum, introduzidas a partir das primeiras décadas do século XVII, em razão da existência da Redução de Santa Teresa¹, constituída, em grande parte, pelo tronco Guaraní, dentre outros aspectos ligados à fauna e à flora existente, facilitavam as suas presenças nesse amplo território.

Entre os séculos XVII e XIX, vários sujeitos sociais adentraram para o centro-norte da província sulina abrindo picadas, tropeando gado, colhendo erva-mate, estabelecendo moradas fixas e/ou temporárias, criando vínculos e relações

¹ No século XVII, os Jesuítas espanhóis fundaram várias reduções no sul do continente americano, no caso específico, numa região denominada Tape. Em Passo Fundo, a Redução de Santa Teresa dos Pinhais, ou Santa Tereza do Ygaí, foi fundada pelo padre espanhol Francisco Ximenes no ano de 1632 e fazia parte das reduções do Tape. Estudiosos do tema afirmam que ela chegou a contar com quatro mil indígenas, muitas plantações, criação do gado vacum, dentre campos, matas e pastagens. No ano de 1637, a Redução foi invadida e tomada por bandeirantes paulistas comandados por André Fernandes. Os indígenas, muitos deles, foram capturados, levados e vendidos como escravos até São Paulo ou em outras províncias. Alguns dos invasores permaneceram no local e construíram o Fortim de Santa Teresa, que serviu para dar guarita, por mais de três décadas, aos invasores dos outros povos missioneiros, bem como para a inserção de luso-brasileiros no interior do território da província sulina. Para mais detalhes, ver Vicroski; Golin. In: Tedesco; Batistella; Neumann, 2017, p. 11-32.

com indígenas. Dentre estes estavam os tropeiros, estancieiros, ervateiros, balseiros, pequenos agricultores, criadores de gado, muitos desses com escravos, os quais, em suas atividades específicas, reocupavam espaços, abriam picadas e/ou estradas já utilizadas pela dinâmica da territorialidade dos povos originários. Os tropeiros e os estancieiros, bem como os extrativistas da erva-mate e de pedras preciosas, posteriormente, da madeira, foram os que mais se fixaram e marcaram presença, sendo que, em determinadas situações e ações econômicas, poderia ser a mesma pessoa a incorporar todos esses ofícios.

Desse modo, para além dos povos indígenas, os lusos foram o grupo social e étnico que marcou presença primeira por todo o território, o qual passou a ser pertencente ao município de Passo Fundo, seguidos por hispânicos provenientes de países limítrofes em sua parte sul, bem como da região missioneira, porém em menor número. Germânicos marcaram presença no território norte da província em meados do século XIX, em geral, eram imigrantes e/ou migrantes provenientes das colônias alemãs do Vale do rio dos Sinos, Caí e Taquari; muitos deles exploravam a extração e o comércio da pedra Ágata, bem como o intercâmbio comercial de produtos agrícolas e de animais, em geral muares e o gado vacum, os

quais eram exportados por tropeiros até o centro do país.

O território pertencente a Passo Fundo abarcava boa parte do que, no final do século XIX, passou a ser a Colônia de Guaporé, espaço esse planejado para ser uma colônia étnica, de imigrantes italianos. É dessa colônia que, no final do século XIX e início do século XX, boa parte dos sujeitos de origem italiana adentram para o já constituído município de Passo Fundo, bem como de seu território rural ainda de grande abrangência na parte do norte do estado, em particular, onde hoje estão os municípios que passaram a pertencer para Erechim, pós sua emancipação em 1918. Carazinho, Sarandi, Getúlio Vargas, Marau, Tapejara, dentre muitos outros, também incorporaram grandes levadas de italianos para, no período, exercer funções produtivas no meio agrícola^{II}.

Nesse sentido, a Colônia Guaporé, e seu território também muito amplo, expressava uma grande correlação com os processos de migração e presença nesse espaço que correspondia a Passo Fundo. Porém, há registros de vários imigrantes italianos que adentraram no território em questão pela parte sul do estado, emigrados da Argentina e do Uruguai, assim como migrantes de colônias de imigração italiana constituídas a mais tempo como a de Caxias, Alfredo Chaves (Veranópolis),

^{II} O antigo território pertencente ao município de Passo Fundo foi intensamente fragmentado pela constituição de novos municípios, os quais, atualmente, somam mais de uma centena. Uma análise detalhada desta fragmentação territorial de Passo Fundo encontra-se em: Tedesco; Dalmoro; Kallil, 1998.

Encantado, Bento Gonçalves e Garibaldi. O centro-norte do já constituído estado do Rio Grande do Sul, com a República, passou a ser um espaço para novas configurações de reocupação e repovoamento, via colonização privada e pública ou de uma forma espontânea. O território todo ganhou um amplo dinamismo migratório e, dentre os sujeitos sociais que se mobilizaram nele, estiveram imigrantes italianos e descendentes.



Mapa 1. Mapa do estado do Rio Grande do Sul (1915) – destaque para o território de Passo Fundo. Fonte: Assembleia, 2002. Adaptado por Alex Antônio Vanin.

No final do século XIX e início do século XX, outros grupos sociais que formavam coletividades de pertencimento étnico e/ou territorial localizaram-se no espaço pertencente a Passo

Fundo, em particular, poloneses, ucranianos, russos, sírios, libaneses, palestinos, dentre outros. No seu território, em 1911, constitui-se uma colônia para judeus (em geral, provenientes da Rússia e da Polônia), onde hoje se localizam, principalmente, os municípios de Quatro Irmãos, Erebangó e Getúlio Vargas, os quais, no decorrer de algumas décadas (por volta de 1950), muitos de seus descendentes, passaram a residir no espaço urbano do município de Passo Fundo. Essa colônia de judeus foi palco de entrada de muitas levas de descendentes de imigrantes, em particular, de italianos, provenientes ainda das velhas colônias.

Portanto, o território de Passo Fundo, com exceção da porção que lhe pertencia e que passou a fazer parte da Colônia Guaporé, a partir de 1892, e da Colônia ICA (para os judeus, em 1911)¹, não houve uma colonização étnica, ou seja, para italianos ou qualquer outra nacionalidade. Constituiu-se como um município multiétnico e multicultural que, com o passar dos anos, alguns grupos étnicos sobrepuseram-se em suas dimensões econômicas, políticas e culturais, como foi o caso de italianos e alemães, tendo maior visibilidade social. Os negros foram bastante esquecidos, subsumidos em suas dimensões públicas e de expressão política e econômica. Por essas e outras razões é que não se pode falar que o município possui identificação com tal ou qual grupo étnico. Há uma mescla de coletividades, inclusive com diferenciações no interior dessas mesmas.

Além do que foi exposto, há também uma dificuldade em determinar espacialidades étnicas, ou, para o nosso caso em questão, em definir quais foram os espaços que expressaram uma espécie de enclave étnico². Há algumas identificações sim, porém, sem essencializá-las, como é o caso da Vila Victório Vêneto, constituída nas primeiras décadas do século XX, onde hoje estão maiormente os bairros São Cristóvão e Santa Terezinha, a Vila Ricci e parte da Lucas Araújo. No bairro Boqueirão, no entorno da estação de trem, das ruas Bento Gonçalves e da Praça Marechal Floriano, havia também presença de italianos que fixaram moradias, mas, sem dúvida, é na “faixa” (como era informalmente conhecida), que correspondia a ligação entre Passo Fundo e a Colônia Guaporé, que se evidencia uma maior presença de famílias italianas. A Vila Vítório Vêneto, assim denominada, era um “território italiano, cheio de casas de comércio [...]”; e, foi ali também que se estabeleceram as primeiras indústrias e pode ser considerado o bairro que concentrou a maior riqueza do município” (Fonseca, 2004, p. 201). Continua o autor afirmando, de uma forma um tanto ufanista, que

[...], é um equívoco do passo-fundense pensar que o passo que fica na Av. Brasil teve grande significado histórico e econômico. Não havia tráfego de importância por lá. Somente após a abertura da estrada Passo Fundo-Lagoa Vermelha é que o tráfego des-

viou-se para lá. [...]. A Via Vêneto era exclusivamente uma via comercial-industrial. Não havia uma só casa que fosse exclusiva de moradia (Fonseca, 2004, p. 202).

Na narrativa do autor citado, “a vila Victório Vêneto tornou-se o maior centro industrial e comercial de Passo Fundo. E ainda hoje é assim. Na vila Victório Vêneto nasceu o primeiro grande centro industrial e comercial de Passo Fundo” (Fonseca, 2004, p. 200). Segundo o autor, o que existe, atualmente, no bairro São Cristóvão seria uma herança da semente plantada por aquelas famílias que aí chegaram no final do século XIX e início do século XX, dispostos a fazer fortuna, “imbuídos de espírito empreendedor, que se organizaram ao redor de uma capela que, inicialmente, servia também como escola que ensinou o idioma nacional brasileiro para os italianos recém-chegados” (Fonseca, 2004, p. 2001). Nesse “território italiano, cheio de casas de comércio” (Fonseca, 2004, p. 193), desenvolveram-se, também, pequenas agroindústrias e múltiplos serviços, como podemos ver no levantamento que fizemos, o qual demonstramos a seguir.



FIGURA 1. Indústria, comércio e serviços de famílias de italianos na atual Av. Presidente Vargas – final do século XIX a meados do século XX. Elaborado por Alex Antônio Vanin, a partir da pesquisa de campo conjunta que realizamos em 2019.

Dito isso, inicialmente, pretendemos, com o presente texto, identificar alguns aspectos da etnia italiana no território do município de Passo Fundo-RS. Sabemos que é impossível reconstituir os múltiplos processos que envolvem os grupos sociais (inúmeras famílias e condições variadas entre

elas, sobrenomes, trajetórias migratórias, múltiplos espaços e atividades, inclusive dar conta das diferenciações no interior dos próprios grupos, dentre outros aspectos). Em razão disso, em nosso singelo texto, identificamos algumas famílias que conseguimos encontrar descendentes para

nos dizer algo da trajetória migratória e das ações econômicas desenvolvidas^{III}. Buscamos, também, revisar literatura sobre a formação histórica de Passo Fundo. Para tal, utilizamos imagens, recortes de jornais, dentre outros recursos a fim de dar alguma evidência ao nosso intento que é demonstrar, ainda que de uma forma mais do superficial, a presença de italianos (imigrantes e/ou descendentes em Passo Fundo).

É interessante enfatizar que há um amplo fluxo de direções que permitiu a entrada de (i)migrantes italianos para Passo Fundo. Em razão desses limites, fizemos um recorte espacial e temporal para a análise de algumas famílias, sobrenomes, que deixaram algum legado econômico e de identificação territorial. O período selecionado, de uma forma um pouco mais efetiva, constitui-se nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX. Sabemos que inúmeras famílias de italianos permaneceram no anonimato (e, infelizmente, nosso escrito colabora para isso também), muitas outras migraram, posteriormente, ao nosso recorte temporal no interior do território de Passo Fundo. Enfim, na impossibilidade de ampliar muito a escrita, oferecemos apenas alguns apontamentos preliminares que nos dão uma pequena ideia da presença desse grupo na confecção histórico-cultural, linguística e econômica mais presente no meio urbano da atual cidade de Passo Fundo.

Questões ligadas à terra e ao (re)povoamento em Passo Fundo: presença de italianos

Como já mencionamos, reconhecemos a dificuldade em analisar um grupo étnico em razão da multiplicidade dos processos que estão envolvidos, tanto no âmbito étnico-cultural, quanto em razão de suas condições econômicas, origens, dialetos, além das intencionalidades não comuns no interior do grupo. A identidade étnica italiana desse primeiro momento possuía muita identificação regional com o local de origem na Itália (Vêneto, Piemonte, Lombardia, Trento, dentre outras), em particular e, inclusive, no interior dessas macrorregiões havia muita diferenciação. Tal fato se reproduziu no interior dos espaços multidimensionais e nas várias formas de configuração das italianidades, bem como nos próprios vínculos entre a Itália e o Brasil, dando prioridade de emigração a um grupo e não a outro.

Enfatizamos, além disso, que realizamos um recorte geográfico e situamos algumas presenças de italianos, em sua maior parte, estabelecidos no meio urbano de Passo Fundo no período informado. Porém, sabemos de sua intensa presença no meio rural de toda a região centro-norte da província e do estado rio-grandense, tanto de imigrantes, quanto de migrantes descendentes. O meio rural constituiu-se de pequenas unidades

^{III} Utilizamos entrevistas realizadas para o estudo do livro sobre a formação étnica de Passo Fundo (Op., cit.), as quais estão no referido livro, bem como em outros materiais que fizemos sobre comerciantes em Passo Fundo.

familiares que adquiriram terras e se instalaram em meio ao grande proprietário fundiário de economia pastoril e/ou rentista de terra (que possuía grandes extensões como reserva fundiária, a serem vendidas quando os preços lhes eram favoráveis). Agricultores, comerciantes, profissionais autônomos de vários ofícios ligados à agricultura ou ao ramo da carpintaria, da metalurgia, alfaiataria, funilaria, ourivesaria, dentre muitos outros, migraram para Passo Fundo (Tedesco; Balbinot; Corteze, 2017).

Na Colônia Erechim, norte do estado, constituída a partir de 1908, em parte do território pertencente a Passo Fundo até a sua emancipação (em 1918), havia levas intensas de imigrantes italianos, mas fundamentalmente de descendentes, segundas gerações, de colônias de imigração italiana³. Portanto, essa questão revela ainda mais a dificuldade de efetivação de um estudo mais detalhado e aprofundado sobre a presença de italianos na ampla região em que Passo Fundo se situava. Como já mencionamos, não houve em Passo Fundo colonizações essencialmente étnicas. Houve processos migratórios internos e fixações de sujeitos, amparados ou não pelas legislações de ocupação da terra e apropriações de lotes urbanos desde a primeira metade do século XIX. As colonizações mais efetivas aconteceram nas primeiras décadas do século XX. As trajetórias e as estratégias foram múltiplas; não houve um fluxo apenas e com direção específica que permitiu

a inserção de italianos (imigrantes ou migrantes) pelo referido território.

Como vimos no mapa de 1915, o antigo território de Passo Fundo era consideravelmente extenso e, no final do século XIX, era ainda um espaço aberto para inserções e apossamentos, uma fronteira nova e passível de apropriação de terras e de frações do espaço urbano. Havia políticas de incentivos aos assentamentos de colonos, como também um amplo espaço já identificado como urbano em Passo Fundo para negócios em razão de abertura de estradas, estrutura ferroviária, interligações regionais e com a capital, e o centro do país.

Sabemos que nos processos de colonização pública ou privada no centro-norte do Rio Grande do Sul os colonos de origem europeia foram os preferidos. Os italianos que se estabeleceram no interior do município não possuíam uma única origem comum de proveniência da Itália. Eram grupos variados, com dialetos diferentes, ainda que, talvez, seja possível, afirmarmos, em razão da intensa presença dos que haviam se estabelecido na Colônia Guaporé, que tenha havido preponderância de Vênetos (Tedesco; Balbinot; Corteze, 2017). A dinâmica do trabalho familiar, da produção de excedentes, da apropriação privada da terra, da reprodução de unidades familiares por ocasião de casamentos e a consequente necessidade de mais terras, dentre outras questões, fizeram deles os eleitos no empreendimento colonizador e

de reocupação do espaço referido. A Comissão de Terras e Colonização (CTC), instalada em Passo Fundo na primeira década do século XX, como braço público do estado, em âmbito regional, da Diretoria de Terras e Colonização, buscou viabilizar o processo que normatizava a apropriação da terra, em geral, mediado por colonizadoras privadas, mas também públicas. Segundo Schmitz (2019, p. 153), havia propaganda tanto na Itália, quanto na região colonial do estado para efetivar a migração para a porção centro-norte do estado:

[...] no início do século XX, a atuação da presença de empresas particulares no processo de colonização do Planalto rio-grandense estava em plena ação. Independente da forma como adquiriam a terra – diretamente do governo ou de particulares –, realizavam propagandas tanto na antiga região colonial como também na Europa.

Segundo a autora, a CTC buscava otimizar esse processo de propaganda com a viabilização da infraestrutura de estradas. Muitas vezes, a construção de uma capela católica, a retirada de posseiros e/ou denominados de *intrusos* pelas companhias colonizadoras, viabilização de condições para o pagamento do lote, evitando, com isso, a desistência, a inadimplência e/ou a migração para outra região ou estado.

As direções geográficas para Erechim e Sa-

randi, em meio a outras, de italianos e descendentes, foram de grande expressão entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX. Colonizações foram acontecendo nesse período, bem como redefinições nos territórios indígenas (constituição de aldeamentos). Os bloqueios fundiários nas unidades-mãe dos colonos obrigavam membros da família a migrarem, assim como a atração pelas terras novas, pela propaganda do estado e das colonizadoras. Nessa parte norte do estado, como vimos, por ser uma das últimas da ação pública na normatização da terra, buscava-se evitar conflitos, tornar o empreendimento eficaz em termos econômico-financeiro para o estado e para as colonizadoras. Por isso, a ação da mediação pública tornava-se fundamental.

Não podemos deixar de mencionar ainda que no período da presença italiana com mais intensidade - início do século XX - boa parte das terras do norte do estado já estavam nas mãos de estancieiros e/ou pecuaristas, os quais se apropriaram delas valendo-se de legislações (regulamentações provinciais/estatais), decorrentes da Lei de Terras de 1850. Esse processo tornou-se muito complexo e conflituoso em razão da dificuldade de definir a caracterização da propriedade da terra, contemplar sujeitos, legalizar e demarcar terrenos apossados etc. (Neumann, 2017; Schmitz, 2019; Zarth, 1997). Nesse sentido, havia a presença de caboclos, várias parcialidades indígenas, alguns agrupamentos de negros que habitavam territórios diminutos

e atuavam nos espaços do extrativismo e nas estâncias pecuaristas ou nas balsas que transportavam madeira e erva-mate para a Argentina, via rio Uruguai, na parte norte do estado. Neumann (2017, p. 114) coloca que “a região colonial de Passo Fundo apresentou uma formação multifacetada, tanto no que se refere às suas colônias, quanto aos sujeitos envolvidos”. Indígenas reagiram aos processos de aldeamentos do estado, os quais objetivavam permitir espaços seguros de apropriação da terra aos colonos que a estavam demandando, dentre eles, italianos das colônias velhas e/ou imigrantes (Tedesco; Caron, 2009).

O próprio governo do estado tentou viabilizar colonizações mistas, com colonos, caboclos e negros num mesmo espaço para amenizar os conflitos. Porém, a inadimplência em relação ao pagamento do lote, bem como outras questões culturais e de concepção de trabalho e de propriedade que os diferenciavam, produziram desistências e conflitos internos (Tedesco; Zarth, 2012). Muitos desses conflitos só reduziram quando foram constituídas outras colônias mistas no noroeste do estado, em particular, na nova colônia de Santa Rosa e Guarany, e deslocados os denominados “intrusos” para lá (Schmitz, 2019). É importante, também, enfatizar que, em razão disso, houve uma maior segurança e, consequentemente, presença de italianos que estavam demandando as terras do norte do estado. Além disso, de uma forma genérica, é importante apenas mencionar

que a intrusão se tornou um processo complexo e variado em termos de relações, identificações de sujeitos, soluções, tendo sido constituída pela dimensão multiétnica e racial. Desse modo, italianos (imigrantes e/ou descendentes, também, em algumas situações foram tratados como intrusos pelas colonizadoras.

Nesse sentido, a esfera pública teve muitas dificuldades para viabilizar a presença de colonos nesse espaço sem evitar conflitos, principalmente, em razão dos apossamentos indevidos, dificuldades de medição de lotes e, como vimos, de regularizar os habitantes que já estavam nesse espaço. A CTC de Passo Fundo, além das dificuldades no empreendimento novo de assentamentos de colonos, foi obrigada a diversificar a estrutura fundiária da região, mas deu prioridade aos colonos com estrutura fundiária de reduzida extensão, em geral, em média, de 30 a 50 ha. Como diz Schmitz (2019, p. 123), “coexistiram grandes propriedades que praticavam principalmente a pecuária, mas que suas áreas também abarcavam matas e terrenos mais propícios para a agricultura, ainda que esta fosse de subsistência, com áreas de pequena extensão, resultado da presença de caboclos e dos avanços da colonização sobre a região”. Esse processo valorizou as terras, bem como fez com que latifundiários transformassem sua extensa propriedade em um viveiro de pequenas unidades para os colonos que as estavam demandando. No interior destas, a presença de italianos se fez

sentir, principalmente onde hoje se situam os municípios de Carazinho, Sarandi, Getúlio Vargas, dentre outros. A terra passou a ser dividida, com tamanhos reduzidos, porém com valores acrescidos. Tal processo dificultou a aquisição para colonos (i)migrantes, entretanto muito mais para os caboclos e negros, os quais habitavam esses espaços e não haviam legitimado suas posses.

Aos colonos imigrantes foi delegado o papel de modernizadores da sociedade, o que expressaria a simbologia do progresso social, econômico e da esfera pública (Estado). O presidente do estado, Júlio de Castilho, em 1895, corroborou essa nova configuração da terra e da produção, centralizando e enaltecendo a figura do colono, descendente de imigrantes:

O colono transforma-se logo em pequeno proprietário agrícola, sente de imediato bem estar na sua modesta propriedade, adquire condições de fixidez normal, radica-se affectuosamente ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão para a família e a prosperidade domestica como pronto resultado do seu trabalho honesto e fructífero, adapta-se facilmente aos nossos hábitos, familiariza-se em pouco tempo com a nossa língua, procura, enfim, nacionalizar-se sem nenhum constrangimento acatando as leis e autoridades com uma reverencia inalterável, associando-se às nossas alegrias e às nossas mágoas, como si tivesse nascido n'esta terra privilegiada⁴.

É interessante enfatizar que grande parte dos colonos italianos que se estabeleceram no meio rural da região de Passo Fundo já desenvolviam a agricultura comercial; tinham assimilado o processo de relações de produção mercantil nas colônias anteriores, ou mesmo em suas atividades produtivas que antecederam à emigração; apenas o adaptaram na nova terra, a partir de outras exigências e de outros vínculos. O trabalho artesanal na produção de inúmeros produtos coloniais servia como complemento de renda para o colono, como estratégia de sobrevivência no âmbito alimentar e na aquisição de infraestrutura doméstica. A divisão social do trabalho, na família, levava em conta também as especializações internas. Estas possibilitaram ocupar os fatores de produção disponíveis na família, bem como reconstituir aprendizados e domínios técnicos trazidos da Itália, sendo importantes na produção e na reprodução das condições de vida do colono (moinhos, olarias, alambiques, ferrarias, artesanatos em madeira, vime, tecidos, ferro etc., somados às culturas de milho, trigo, alfafa, batatinha, dentre outras, revelam isso).

Em adaptação ao novo território, trabalhos agrícolas e não-agrícolas se misturavam criando um complexo de saberes e de pluriatividades na relação com o meio. Os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro e marceneiro eram os mais significativos. Mesmo em meio a essas diversidades de trabalho, era o ofício de colono que dava identidade ao imigrante no meio rural (Tedesco; Balbinot;

Corteze, 2017). As simbologias ligadas à unidade familiar, ao vínculo comunitário, aos fatores religiosos e parentais fizeram com que se constituíssem fortes relações de solidariedade entre vizinhos e de convívio, levando-os a permanecer, também, mais tempo num lugar ou a redefinir-se muito próximos em termos de moradias, reproduzindo processos sociais dos espaços originais nas áreas de migração. Por isso, temos algumas regiões de municípios que se emanciparam de Passo Fundo e conservam grande presença da etnia italiana.

Dentre as várias atividades de italianos no meio rural de Passo Fundo, destacavam-se, além da policultura agrícola, em particular, trigo, milho, suínos e leite; havia moinhos, olarias, serra-rias, pequenas agroindústrias artesanais ligadas à vitivinicultura, aos destilados, à erva-mate, aos derivados do leite, à cana de açúcar, ao fumo, bem como às inúmeras atividades artesanais em couro, vimes, tecidos, palhas e madeira. A atividade comercial é outra que se destacava; muitos comerciantes de comunidades rurais e distritos, com

FIGURA 2. Moinho no meio rural de Passo Fundo. Construído pela família Camera na década de 1920 - desativado no momento. Fonte: pesquisa de João Carlos Tedesco, em 2016.



a expansão de suas atividades, em grande parte, pós-década de 1940, com a chegada do caminhão e a urbanização mais intensa, buscaram o espaço urbano para se estabelecer.

A agricultura demonstrou ser expressiva no centro-norte do estado nas primeiras décadas do século XX. No Censo de 1920, figura o Rio Grande do Sul como o primeiro produtor nacional de trigo; na safra de 1928/29 os municípios de Erechim, Passo Fundo e Guaporé eram os seus principais. Isso produzia um dinamismo industrial e comercial dos moinhos. Um dos primeiros moinhos em Passo Fundo foi o “Moinho do Dalla Mea” (Fonseca, 2004). Nos moinhos, em particular, do meio rural, desenvolvia-se uma sociabilidade marcada pelo interconhecimento, pelas trocas de experiência de trabalho, etc. A bodega, muito comum no interior dos moinhos, era o espaço aglutinador dessa dimensão, até porque nela se desenvolviam jogos de cartas. Os proprietários de moinhos, geralmente, mantinham chiqueiros para a criação comercial e doméstica de suínos e alimentavam os animais com o farelo que sobrava da moagem. Nos moinhos, em geral, funcionava o descascador de arroz, o soque de erva e a atafona, própria para fabricar a farinha de mandioca (Oliveira, 1957).

FIGURA 3. Prédio do moinho da família Busato no meio urbano de Passo Fundo (1930). Fonte: Acervo Digital do Instituto Histórico de Passo Fundo.





A imigração para o centro-norte do estado esteve correlacionada às políticas de reocupação e apropriação privada da terra e da produção agrícola, ao papel das colonizadoras, em consonância com o Estado. Nesse processo de incorporação da região à produção capitalista, os índios e os caboclos foram os primeiros a serem desterritorializados pelo modelo proposto. Por isso, eles foram sendo embrenhados, cada vez mais, nas matas e nas barrancas do rio Uruguai, local onde até hoje é possível encontrar redutos indígenas que não aceitaram o aldeamento (como exemplos estão Erval Grande, Itatiba do Sul e Mariano Moro). Muitos caboclos foram se desfazendo das porções de terra que o projeto colonizador (de colônias mistas) lhes tinha auferido (Tedesco; Caron, 2009; Schmitz, 2019). A estrada de ferro propiciou esse processo todo de mobilidade de vários fatores. No final da segunda década do século XX, o processo colonizador já estava consolidado na região e atingido seus objetivos em termos políticos, econômicos e socioculturais (Tedesco; Caron, 2009). Os lucros advindos da produção agrícola e da exploração da madeira, coadunados à facilidade de escoamento dessas produções, através da via ferroviária, auxiliaram na dinamização econômica do norte do estado.

Enfim, a presença de italianos se fez sentir em espaços rurais do território de Passo Fundo. Várias comunidades rurais, ou sociedades de capela, linhas e/ou povoados receberam o nome de

troncos genealógicos sendo que há muitos deles no âmbito regional ainda atualmente. Linha Costella, Vila Langaro, Linha Marchiori, Povoador Radin, Capela dos Mattei, dos Grigollo, dos Marodin, Linha 18 Roso, para citar apenas alguns que estão em municípios atuais do entorno de Passo Fundo, inclusive alguns deles receberam a denominação de município. Esse processo atesta a presença de núcleos de famílias italianas no meio rural do território de Passo Fundo das primeiras décadas do século XX, inclusive com sobreposição e destaque a ponto de receber a denominação do lugar/local e, ainda continuar, mesmo que possa, na atualidade, não existir mais ninguém desse tronco genealógico do passado.

Algumas famílias de italianos no município de Passo Fundo: imigrantes e descendentes

Enfatizamos a dificuldade de identificar os (i)migrantes italianos em razão da inexistência de registros mais efetivos, do fato de haver migração espontânea e de múltiplas origens espaciais. De qualquer forma, servimo-nos da literatura sobre o município para indicar alguns deles⁵. Ressalvamos, também, a imprecisão na definição de quem foi o primeiro ou a primeira moradora italiana em Passo Fundo. Essa simbologia do pioneirismo (do primeiro disso, primeiro daquilo...) precisa ser relativizada, pois, além da dificuldade de definição,

carece de elementos históricos mais contundentes e tende-se a informar pessoas que, em geral, tiveram algum destaque em algum âmbito social em razão de algum tipo de registro; outros podem ter chegado primeiro, porém ficaram no anonimato. Temos consciência dessa situação limitadora.

No entanto, feita a ressalva e revisando a literatura sobre a história de Passo Fundo, há vários autores que, como D'Ávila (2001), aventuram-se em afirmar que o primeiro italiano a fixar-se no distrito de Passo Fundo foi o genovês Giuseppe Seignone Marchi, conhecido como José Marques Italiano, em 1851, proveniente da região do Rio da Prata. O referido fixou-se, primeiramente, no Tope (atual distrito do município de Marau) por um breve tempo, tendo migrado para o povoado de Passo Fundo (ainda não emancipado) e exercido a atividade comercial e outros negócios. Além de José Marques, o autor ainda identifica outro compatriota que esteve por Passo Fundo pelo mesmo período, chamava-se Giovani Stelio, tendo, inclusive, casado em Passo Fundo, porém quase não se tem informações sobre ele. Entretanto, segundo Oliveira (1957), vários italianos adentraram por Passo Fundo na segunda metade do século XIX, provenientes de países do Cone Sul ou mesmo diretamente da Itália, e que, em anos posteriores, estiveram presentes na Società Italiana de Mutuo Soccorso. Nesse sentido, D'Ávila (2001, p. 20) corrobora a afirmação anterior identificando os imigrantes italianos Quintino

Lamachia, Anibal di Primio, José Reineli, Antonio Caçola, Brás Sargentelli, Feliz Felizolla, Francisco Barletta, José Celibert, Antonio Bertaglion, José Di Primio, Eusébio Moretti, Raphael Pera e Francesco Amorelli como membros da referida sociedade e que adentraram pelo município ainda algumas décadas antes do fim do século XIX. Alguns destes e/ou descendentes tornaram-se comerciantes e proprietários de terra na região do amplo território de Passo Fundo, principalmente após a emancipação de Erechim, em 1918. Com as colonizações da extensa região de Passo Fundo, vários imigrantes, que tinham ou não conhecimento das lides agrícolas, tornaram-se proprietários de terra aproveitando o custo baixo, as possibilidades de pagamento com trabalho em abertura de estradas, bem como tendo-a como reserva de valor, as quais, com o passar dos anos e o aumento da infraestrutura de estradas e comércio, ampliaram seu valor.

Delma Gehm⁶, também, corrobora com a afirmação de que ainda em meados do século XIX, ou seja, antes da data que foi definida como marco do início da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875), havia imigrantes italianos no povoado e/ou posterior município de Passo Fundo. Estes, segundo a autora, adentraram no território de Passo Fundo de forma isolada, como imigrantes e/ou migrantes. Algumas famílias de grande expressão comercial e industrial deixaram registros, escreveram memórias e histórias de suas famílias. É o

caso dos Formighieri, Ricci, Scortegagna, Verardi, Della Mea, Bilibio, Costi, dentre outros. Porém, como já dissemos e queremos enfatizar, muitas não o fizeram, ou pela inexpressão econômica, ou por falta de conhecimento das letras ou por não dar importância ao fato. D'Ávila (2001) informa a existência de uma tentativa de colonização em Passo Fundo, a Colônia Canfield, em 1889, pelo estadunidense Tomás Canfield. Nesta, segundo o autor, registra-se a presença dos irmãos italianos Silvestre e Giovanni Buco. Pouco se sabe sobre a referida colônia, inclusive, acredita-se, pelas informações que obtivemos e pela literatura que revisamos sobre a história de Passo Fundo, que não tenha tido longa duração nem prosperado.

Delma Gehm⁷ amplia o horizonte geográfico regional para além do espaço urbano de Passo Fundo e identifica José Stello como outro italiano que se estabeleceu na mesma região por volta de 1860. No entanto, a literatura e a documentação obtida nos revelam que o fluxo maior de imigrantes italianos no território de Passo Fundo deu-se a partir da primeira década do século XX. Gehm afirma que os italianos se apresentavam com “predominância numérica na classificação por nacionalidade”. D'Ávila (2001) coloca que, nas duas últimas décadas do século XIX, na região de Passo Fundo, figuraram as famílias de “Anibal Di Primio, Quinto Lamachia, Antonio Bertaglioni, José Di Primio, Eusébio Moretti, José Reinelli, Antonio Cacola, Bras Sargentelli, Felix Felizolla, Fran-

cisco Darleta, José Celibert, Rafael Pera, Trinco Joseph, Silvestre Buco e João Buco [...]”. Segundo o autor, boa parte deles, oriundos de Alfredo Chaves (hoje município de Veranópolis) e da Colônia Guaporé, no entanto não se sabe se eram imigrantes italianos ou filhos de imigrantes.

Em 1890, foi registrada a entrada do italiano José Muliterno que deu origem ao nome do povoado Muliterno, desmembrado de Passo Fundo. Nesse decênio estão registradas as entradas de Miguel Conti, Olinto Giusti, João Bé, Angelo Sposito, Leopoldo Lasta, Luiz Bonatto, Baptista Petracco, Pedro Totta, Pedro Testa, Manuel Zeni, Emilio Agostini, Arcângelo e José Baggio, Francisco Pizze, Luiz Langaro, José Conti, Carlos Marchionatti, Pedro Bortolás e Angelo De Filippo. Na estação de São Bento, hoje pertencente ao município de Carazinho, no final do século XIX, estabeleceu-se Francisco Matiotti; no Puldor, atual Distrito de Passo Fundo, fixou morada Francisco Lancelotti e, no Povinho da Entrada (hoje município de Mato Castelhano), Carlos Ungaretti (Tedesco; Balbinot; Corteze, 2017).

Com a chegada da Ferrovia, em 1898, o fluxo de imigrantes em Passo Fundo aumentou muito, em particular, de italianos, mas também de alemães, poloneses, sírios e libaneses. D'Ávila (2001, p. 21), para o caso de italianos, baseado nas pesquisas sobre o Clube Caixeiral, o qual era identificado como “clube dos italianos” (como veremos mais adiante), indicou alguns nomes, dentre

eles, Luigi Langaro, Giuseppe Conti, Carlo Marchionatti, Pietro Bertolas, Leopoldo Lasta, Luigi Bonatto, Baptista Petracco, Pietro Rotta, Pietro Testa, Emanuele Zeni, Emilio Agostini, Francesco Lancelotti e Luigi Ricci. Segundo o autor referido, muitos dos italianos localizaram-se, primeiramente, na parte nova da Vila, o Boqueirão. Após 1910, em razão do novo dinamismo que a viação férrea deu ao centro da cidade, localizaram-se na parte central, ao redor da estrutura ferroviária (Gare). Nesse mesmo período, com a abertura da Av. Progresso (parte dela, hoje Av. Presidente Vargas), ao longo dessa via, em direção à Exposição (atual Bairro São Cristóvão), a presença italiana, com estabelecimentos comerciais variados, marcou território, conforme visto pela ilustração anterior.

Ofícios e profissões variadas: imigração de saberes

Sabemos que junto com os imigrantes migraram crenças, estilos de vida, visões de mundo, profissões, saberes, dentre muitas outras coisas e dimensões. Como alguém já disse, “os imigrantes não vêm sozinhos”. Os italianos foram vistos e autorreferenciados como bons trabalhadores; o mito da ascensão econômica pelo trabalho foi muito disseminado nas colônias de imigração, nas políticas de incentivo à imigração italiana, bem como de desenvolvimento nos espaços de seus estabelecimentos. Algumas profissões ganharam a marca da italianidade, porém ressaltamos que devemos ter cuidado com essas identificações, pois, em geral, carecem de consistência analítica (científica) e,

FIGURA 4. Casa comercial Busato Irmãos & Comp. (1925), localizada na Avenida Progresso (hoje Av. Presidente Vargas). A imagem é reveladora do dinamismo comercial em razão de várias carretas, puxadas por pares de mulas, localizadas em frente ao estabelecimento.



portanto, de evidência prática, sendo expressões, muitas vezes, de dimensões políticas e étnico-culturais com intensa dose de ufanismo, tão comuns em narrativas sobre a imigração. Revisando a literatura sobre a história de Passo Fundo e, quando são analisadas questões ligadas a imigrantes alemães e italianos, esse estilo de narrativa é muito presente. Mas, não queremos adentrar por essas questões, pois não é aqui seu objetivo.

Retornando sobre os nomes de famílias de italianos em Passo Fundo, Verzeletti (1999) dá a sua colaboração fazendo um amplo elenco de sobrenomes de famílias de imigrantes e/ou descendentes que se estabeleceram nos vários distritos e povoados que pertenciam à Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX, antes das primeiras levas de emancipações de distritos. Identifica, também, inúmeras profissões e ofícios desenvolvidos por italianos com destaque para os ramos da madeira, moinhos, olarias, matadouros e frigoríficos, metalúrgicas, agroindústrias, carpintarias e alfaiatarias, além das profissões como cantineiros, carreteiros, ervateiros, ferreiros, dentre outras. O autor enfatiza o fato de que imigrantes e/ou descendentes migraram com o domínio desses saberes e ofícios, muitas vezes interpretando algum ofício ou tipo de produção artesanal a uma determinação étnica (no caso, a italianos) que, no nosso modo de ver, é um tanto forçada.

Na análise de Verzeletti (1999), a grande leva de italianos para Passo Fundo deu-se entre 1905 e 1930, na sua grande maioria, como segunda geração de imigrantes, os quais casaram, constituíram famílias e sentiram a necessidade de sair do local onde estavam em razão dos limites dos negócios e/ou da terra existente, principalmente quando da constituição de novas famílias por ocasião de novos casamentos. Na sua narrativa, em entrevista concedida, ele diz que,

Como Passo Fundo tinha uma terra boa, que assim falava [...]. Muitos italianos foram para Sarandi, não me lembro o nome da empresa que fez os loteamentos, então foi Rondinha, Sarandi, Constantina, Liberato Salzano e Rodeio Bonito, aquela região. Todos vieram das terras velhas, de Guaporé. A Família Magro, que se estabeleceu em Sarandi, depois da revolução [Federalista], cruzou por aqui com carroça e um carretão. [...]. As famílias se instalaram na região no período de 1905 a 1930. [...], a migração mesmo começou no início do século, porque tinha aquele ‘zunzum’ de terras novas e eram preços bons. Isso era uma migração da agricultura para a agricultura.^{IV}

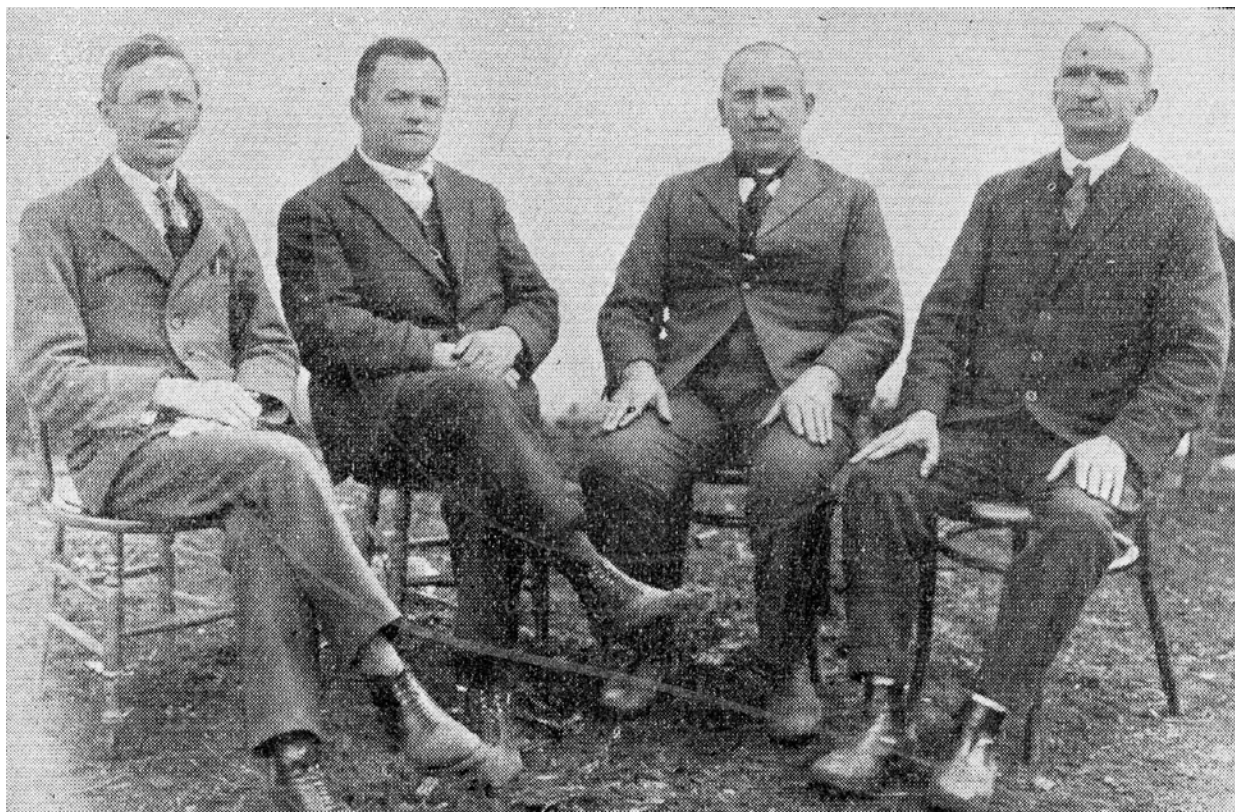
Comerciantes rurais migraram para a cidade e implementaram comércio variado, mas em ligação umbilical com os produtos agrícolas. A ci-

^{IV} Santo Claudino Verzeletti em entrevista direta para João Carlos Tedesco, em 2017.

dade passou, então, a ter um vínculo mais estreito, em termos econômicos, com o meio rural e vice-versa. As inúmeras casas de comércio no meio rural articulavam mercantilmente a agricultura e as atividades industriais e artesanais, ou, então, o artesanato industrial como era o caso de moinhos e olarias no entorno de Passo Fundo, demonstraram isso. Muitos desses comerciantes do meio rural tornaram-se, pós anos 40, médios e grandes

comerciantes urbanos de Passo Fundo, como é o caso da família Busato, Di Domênico, Zaffari, Ughini, Tascheto, Andretta, Rosso, Zanella, Zílio, Costi, Andreis, Sana, Grazziotin, Patussi, Zanatta, Reolon, Rosseto, dentre muitos outros.

FIGURA 5. Da esquerda para a direita, os sócios do Moinho São Luiz: Giuseppe Vanzo, Ugo Antonio Busato, Girolamo Busato e Albino Busato. Fonte: Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud, p. 239. Fotografia do ano de 1924.



Tanto Verzeletti (1999), quanto Fonseca (2007) e Hexsel e Gárate (2002) dão ênfase à vila Victório Vêneto como reduto de italianos e de grande expressão comercial em Passo Fundo, principalmente de comércio em sinergia com a agricultura que se desenvolvia com grande expressão no território. Os autores elencam várias famílias de italianos com negócios variados e em correlação com várias partes da região norte do estado. Na entrevista que obtivemos com Verzeletti, ele afirmou que:

Vamos começar ali pela rua Presidente Vargas, os Sana, Zé de Costi, Família Bernardon que tinha os refrigerantes, as gasosas, o Robesquini, que tinham os transportes, o Tasqueto e os Busatto que tinham cereais e comércio em geral, depois os Graziottin. Aqui no centro, nós tínhamos o D'Arienzo, De Césaró, os Foliani, os De Castro, o Cechi, o Costi, que tinha o frigorífico e assim muitos outros. [...]. Os atacadistas eram grande parte italianos, que alimentavam a zona da grande Sarandi, aqui tinha firmas grandes de cereais. A famosa casa Campanili, Dal'Mazo, Darienzo, Ughini, Della Mea, Grando, o Salton. Quase todos vieram entre os anos 1920 e 1940. (Entrevista direta a João Carlos Tedesco, em 2017).

Na sua descrição, as famílias De Césaró, Lângaro e Floriani estabeleceram-se onde hoje é

o centro da cidade. Giovani De Césaró notabilizou-se no ramo da construção civil e arquitetura, dentre elas o Quartel do Exército, colégios Notre Dame e Protásio Alves, Clube Comercial, Clube Caixeiral e o prédio onde na atualidade está o Banco Itaú. “Mais tarde, Dino Caniva, vindo da Itália, montou seu consultório médico na cidade, exercendo a medicina até 1939. Com a Segunda Guerra Mundial, a vila Vitório Vêneto recebeu o nome de Avenida Progresso” (Entrevista direta, já informada).

A “Vila dos italianos”- sinergias produtivas e mercantis

Ressaltamos ainda que muitos dos (i)migrantes italianos permaneceram no anonimato, bem como seus deslocamentos por motivos variados. Algumas famílias, em geral de expressão econômica e política, permaneceram nos registros oficiais e de memória na coletividade, ganharam nomes de ruas, estabelecimentos comerciais e industriais, vilas etc. Fonseca (*In*: Lech, 2007, p. 124) dá ênfase a um dos primeiros italianos a se estabelecer na vila Victório Vêneto, o imigrante Luigi Ricci, por volta de 1893. Ele exercia o ofício de oleiro e carpinteiro. Segundo Fonseca, a “Vila dos Italianos” permitia o acesso às colônias velhas de imigração, bem como a localização de estabelecimentos de diversas atividades que o espaço peri-urbano de

Passo Fundo demandava. “Por ali, os tropeiros demandavam ao Passo do Pontão, no Rio Pelotas em razão de que a Estrada Geral (hoje, boa parte é a BR 285) fazia ligação com a referida vila, desviando o centro da cidade. As prósperas colônias da região do Mato Castelhana e do Campo do Meio traziam seus produtos para serem comercializados em Passo Fundo, e, nessa se abasteciam de suas necessidades. A estrada para as ricas colônias de Marau, Casca e Guaporé foi por onde chegavam os produtos dessa região” (Fonseca, 2007, p. 124).

As indústrias existentes nesse espaço de grande dinamismo econômico eram, em geral, de famílias italianas migradas da região nordeste do estado. Foi o caso da família Busato (moinho), De Costi e Zilio (frigorífico), Serena (moinho), Formighieri (moinho), dentre outros.

FIGURA 6. Vista do frigorífico da Família De Costi. Sem data. Foto Czamanski.
Fonte: Museu Histórico Regional.
O frigorífico situa-se no espaço onde décadas anteriores havia a Vila Victorio Vêneto.





Figura 7. Família de Xisto Formighieri, ao centro, sentado. Acervo de Ignes Formighieri Bernardon.

A família de Francisco Formighieri, por exemplo, migrou de Caxias do Sul em meados da última década do século XIX, com seu pai Xisto Formighieri. Seu filho Francisco desenvolveu atividades de moageiro (moinho de trigo e milho) e uma pequena agroindústria de erva-mate na parte oposta do rio Santo Antônio (Tedesco; Balbinot; Corteze, 2017). Nele funcionava, também, uma carpintaria e uma ferraria. Era muito

comum ter uma sinergia de atividades no interior dos moinhos, pois se aproveitava a força da água para movimentar correias e/ou produzir a força motriz necessária às várias atividades. O rio Santo Antônio, na altura do moinho, além de propiciar a energia para mover a diversificação agroindustrial dos Formighieri, também era local de passagem de ligação entre Passo Fundo e Mato Castelhano, bem como ligava o município com a colônia

Guaporé e a região de Soledade. Na opinião de Fonseca (2007), o rio Santo Antônio foi o verdadeiro “passo fundo”. Era por aí que passavam as tropas conduzidas pelos tropeiros em direção à São Paulo, os carroceiros com mercadorias que chegavam para as colônias italianas de Guaporé e Veranópolis, bem como Caxias do Sul. Às margens do rio, os viajantes paravam para descansar das longas jornadas, preparavam sua alimentação e pernoitavam.

A família de Luigi Ricci foi uma das que adentraram pelo território de Passo Fundo, saindo de Buenos Aires. Chegou em 1893. Em entrevista, o senhor Sérgio Ricci nos disse que,

Ele [Luigi] morava em Pontremoli. Ele partiu para Buenos Aires, pelo porto de Spezia, com o objetivo de trabalhar para uma companhia que estava fazendo a ferrovia aqui no Rio Grande do Sul [...]. Ficou por um período de três meses em Buenos Aires e veio até Carazinho de trem, já que a ferrovia ainda estava em construção” (Entrevista direta, em 2016).

Luigi Ricci, com sua família, instalou-se, primeiramente, no bairro Boqueirão, próximo à praça da Mãe Preta, à época ainda nas margens do núcleo urbano passo-fundense. Com os conhecimentos em construção civil que ele detinha, destacou-se no trabalho na ferrovia, na construção

de casas e edifícios na cidade. Em 1914 ou 1915, Luigi Ricci transferiu-se para o atual Bairro São Cristóvão, mais precisamente onde começa a atual Vila Ricci. Ali adquiriu uma ampla propriedade de terra (100 ha), na qual empreendeu várias atividades agrícolas, extração de pedras, olaria, criação de gado, etc. Ele abriu esse loteamento em 1921, o qual ainda hoje carrega seu nome; faleceu em Passo Fundo, em 1946, com 79 anos. Seu neto, Sérgio Ricci^V, em entrevista direta, enfatizou que seu avô era um grande empreendedor. Como construtor atuava em sinergia própria, ou seja, possuía olaria de telhas e tijolos, abriu pedreira, pegava plantas de grandes e importantes construções de Passo Fundo, com isso marcou sua presença.

Para Fonseca (2007, p. 125), “Luigi Ricci logo ganhou dinheiro e construiu um galpão à margem da estrada que liga Passo Fundo à Marau e para ali se mudou com a família, onde está o Edifício Sérgio Ricci”. Várias outras obras foram construídas pelo Luigi Ricci, as quais marcaram a vida social e política de Passo Fundo, dentre elas, o prédio da Prefeitura Municipal em 1910. No ano seguinte, iniciou a construção do prédio da Câmara de Vereadores (hoje Teatro Múcio de Castro). Em 1916, iniciou a construção do prédio do Clube Pinheiro Machado, interrompida durante a Primeira Guerra Mundial e finalizada no início dos anos 1920.

^V Sérgio Ricci, 73 anos, em entrevista direta, em junho de 2016.



Figura 8. Família de Luigi Ricci. Acervo de Sérgio Ricci.

Muitos imigrantes italianos, no início do século XX, fixaram-se próximos ao rio Santo Antônio e estabeleceram negócios; outros se situaram na vila Victório Vêneto, como foi o caso das famílias Rosseto, Giavarina, Patussi, Reolon, Pavan, Lazaretti, Scortegagna, Verardi, Bilibio, inaugurando novos empreendimentos comerciais e industriais. Estas e outras famílias começaram a abertura de uma estrada, a qual se inseria no interior e/ou próxima aos seus estabelecimen-

tos comerciais, que recebeu o nome de Avenida Progresso, posteriormente, Av. Presidente Vargas. Nesse entorno, estabeleceram-se as famílias Rosseto, Giavarina, Patussi, Reolon, Pavan, Lazaretti, Scortegagna, Verardi, Bilibio, Ricci, Serena, Di Domênico, dentre outros, na sua grande maioria proveniente da Colônia de Guaporé. Praticamente, todas essas famílias estiveram envolvidas em empreendimentos comerciais e industriais.

Albino Lazzaretto
- BAR -
 e Concertos de
 arreiaamentos de couros
 Avenida da Exposição
 DE FRENTE PARQUE
PASSO FUNDO

Atilio Pavan & Cia
 Fazendas — Miudezas
 Secos e Molhados
 Produtos Coloniais
Negocios em Geral
Vila VENETO — PASSO FUNDO
 De frente a Exposição

AÇOUGUE
 - DE -
Produtos Suinos 
 - DE -
 Innocencio Scorteganha
 Passo Fundo — Avenida Mauá

Ernesto Merlo
- BAR -
 - E -
 OFICINA CONCERTO CALÇADOS
PASSO FUNDO
 Frente Parque Exposição

Pensão COLONIAL
 - DE -
José Reolon
 □ **OTIMA COSINHA** □
 EXELENTE ACOMODAÇÕES
 □ PARA VIAJEIROS □
 — Proximo da Exposição —
Passo Fundo

Pensão Popular
 - DE -
 Domingos Trentini
 —  —
 OTIMA COSINHA
 — PREÇOS MÓDICOS —
 Passo Fundo - defrente a Exposição

Produtos da Coop^a. **VITI VINICOLA**
GUAPORENSE Ltda.
 Vinhos engarrafados por □ **BEBIDAS EM GERAL** □
REYNALDO PATTUSSI Prox. EXPOSIÇÃO

FIGURA 9. Anúncios de estabelecimentos comerciais da vila Victorio Vêneto, em 1940.
 Fonte: Guia Geral de Passo Fundo, 1940, s/p.

As famílias Ricci, Bernardon, Scortegagna, Verardi, Pavan, Formigheri, Rigo, Patussi, Bortolussi, Casanova, Lazzaretti, Rosseto, Serena, Reolon, Bilibio, dentre outras se localizaram muito próximas e possuíam vários ramos de negócios que, em geral, possuíam certa correlação. Moínhos, casas de pasto para correteiros, procução e comércio de banha e outros derivados do suíno, matadouros, frigoríficos, dentre outros. Num

fragmento de entrevista com descendente da família Scortegagna, ele diz que Inocêncio comprou uma vasta área de terra, beirando a propriedade de Luigi Ricci. Nesta montou um matadouro, indústria de carne suína e refinaria de banha.

FIGURA 10. Açougue e matadouro da família Scortegagna, na Vila Victorio Veneto, na primeira metade da década de 1930. Em primeiro plano, Innocencio e Amabile, junto aos filhos; em segundo plano, os funcionários do matadouro. Acervo pessoal de Alberto Scortegagna.



Inocencio Scortegagna
Crenida Mauá Gasso Fundo - Vila Victoria Veneto

A empresa começou por volta de 1928; era uma das primeiras, ou talvez, a primeira do ramo em Passo Fundo. Falava em banha na época, era o Scortegagna. A banha era derretida em tonéis de 200kg, e era enviada para São Paulo por via férrea. Eram filas imensas de carroças carregadas de porcos que chegavam; no início teve até porcos em tropa [varas] que chegavam no matadouro. Por volta de 1946, ele vendeu para o Vitório Rigo e o Dante Bortolussi; na realidade, vendeu porque cansou do negócio, vendeu a terra também e montou outros negócios e os filhos foram cada um fazer a sua vida.^{VI}.

A família Bernardon, dentre outros negócios, especializou-se no comércio e fabricação de algumas bebidas (vinho, refrigerante e cachaça). Na década de 1940, havia na cidade a cervejaria Serrana do Bade & Barbieux. Os refrigerantes eram vendidos nas vilas e contavam com uma propaganda feita pela rádio Passo Fundo da época, aos domingos pela manhã, num programa de Maurício Sirostsky, transmitido nas vilas. Eram os refrigerantes da marca Minuano. Com a chegada da coca-cola, essa acabou comprando a Minuano e logo fechou a fábrica.



FIGURAS 11 E 12. Acima, Clemente Bernardon, sua esposa Carolina Patussi Bernardon e seus filhos. Abaixo, vista interna das instalações da fábrica de bebidas da família Bernardon, na década de 1950, no denominado Bairro Exposição.

^{VI} Entrevista direta com o Sr. Alberto Scortegagna, 83 anos, filho de Inocêncio Scortegagna, em junho de 2016.

Para finalizar, descrevemos algumas linhas da trajetória da família Verardi. A família Verardi foi outra que atuou no ramo dos armazéns. Nessa área, membros da família Verardi desenvolveram atividades agrícolas, adaptando aquelas que já desenvolviam na antiga Colônia de Alfredo Chaves, onde a família, proveniente da Comune de Sacile, província de Pordenone, na região do Friuli-Venezia-Giulia, havia se estabelecido após a emigração da Itália ao Brasil, em março de 1892. A família dos italianos Luiz Verardi e Maria Lazzaretti se

estabeleceu em Passo Fundo na década de 1920, provavelmente seguindo o núcleo familiar de Pietro Verardi e Giuseppina Poletto, que já residiam na Vila Victorio Veneto, desde a década anterior.

Na década de 1930, o filho Victorio Verardi montou um armazém, com comércio varejista e compra de produtos agrícolas, em particular, trigo e arroz⁸. De acordo com nosso interlocutor, Hiran Verardi, Victorio Verardi adquiriu propriedade da família Ricci, com quem a família selou laços familiares, com o casamento dele, Victorio,



Figura 13. O armazém Verardi & Cia. Ltda., da família Verardi, na então Vila Victorio Veneto, em meados da década de 1930. Acervo pessoal de Hiran Verardi.

e outro irmão com duas filhas de Luigi Ricci, que foi o construtor da casa de comércio de Victorio Verardi.

Segundo o nosso entrevistado, havia um grande dinamismo comercial na Vila Victorio Veneto, em particular, no ramo dos armazéns e “bodegões”. Havia o Lazzaretti e o Pavan “que também eram grandes; havia também, o açougue do Inocêncio Scortegagna, tinha também os Ricci”⁹. Continua nosso interlocutor dizendo que,

Naquela época, o transporte era feito todo de carroça; no armazém estava sempre cheio de charretes e carroças, pessoas vinham a cavalo ou mulas com bruacas cheias de produtos. Nós íamos na escola de carroça, no Conceição e no Notre Dame. [...]. Meu pai comprava muito trigo e vendia para o Moinho Rio Grandense. O negócio tinha altos e baixos. Num período em que foi comprado grande quantidade de trigo, o Moinho [Rio-Grandense] suspendeu a compra, não lembro a causa, daí o trigo apodreceu no galpão e a empresa foi a falência; isso lá pela metade da década de 1950.¹⁰

Em razão da falência da casa de comércio, a família Verardi abriu mão de grande patrimônio em terras e benfeitorias e parte dela migrou para Porto Alegre. O espaço comercial foi posteriormente à família Di Domênico, que manteve por décadas um supermercado naquele espaço.

Agregações e demarcação de território étnico

Nesse cenário, horizontes com características urbanas se mesclavam com as rurais/agrícolas. A renda fundiária urbana passou a ser dimensionada, a cidade passou a expandir suas características e territorializar relações mercantis e ambientes construídos, bem como, em razão da intensa presença de italianos, demandou a constituição de sede associativista, como foi o caso *Società Italiana di Mutuo Soccorso Iolanda Margherita di Savoia*, constituída em 1901.

A Società Italiana objetivava auxiliar famílias e indivíduos de origem italiana localizados no município e/ou região de Passo Fundo, além de propiciar momentos de lazer e expressão cultural com atividades que possuíam certa característica étnica. Não esquecendo, também, que esse tipo de associativismo teve grande expressão no meio urbano. Na vida rural/agrícola, pouco se desenvolveu, a não ser as sociedades de capela, nas quais se congregavam todos os moradores do vilarejo rural, não tendo a intenção de ser, pelo menos em teoria, uma expressão de grupos étnicos ainda que pudesse haver preponderância de algum deles. No meio urbano, essas sociedades agregavam, em geral, membros de uma “elite econômica” (D’Ávila, 2001), as quais, como falamos, poderiam ser representativas de setores comerciais e industriais, bem como de profissionais liberais (médicos, ad-

vogados, funcionários públicos, dentre outros). Em geral, na diretoria desses grupos associativos fazia parte essa elite que estava tendo sucesso nos negócios.

Era comum na história de grupos étnicos no Brasil organizarem-se em associações e entidades que congregavam e produziam rituais de pertencimento, demarcavam territórios e se integravam na sociedade maior. As associações funcionavam, também, como um demarcador étnico-territorial, uma grande oportunidade para identificar-se e ser

reconhecido enquanto tal no interior do grupo e no público maior, produzir lideranças e sobreposições étnicas em disputas no campo social, político e cultural. Sob o manto da assistência, vários outros elementos poderiam se desenvolver (Tedesco; Balbinot; Corteze, 2017). No caso específico da *Società Italiana di Mutuo Soccorso*, alguns meses após sua fundação, ainda em 1901, recebeu como patrona a princesa italiana Iolanda Margherita di Savoia, filha do Rei Vittorio Emanuele III. Era uma forma de ligar o espaço de destino aos hori-

FIGURA 14. A sede da Società Italiana di Mutuo Soccorso Yolanda Margherita di Savoia, à rua Moron, de frente à Praça Marechal Floriano, em 1925. Fonte: Cinquantenario..., 1925, p. 389.



zontes políticos da pátria-mãe. A entidade passou por algumas situações de repressão em razão da Campanha de Nacionalização levada a efeito pelo Governo Vargas (D'Ávila, 2001). Não obstante às questões políticas, durante muito tempo, a entidade levou a marca da etnia italiana, de imigrantes de grande expressão econômica e política da sociedade passo-fundense. Apenas para informar, entre 1901 e 1905, sucederam-se na presidência, Quintino Lamacchia, Francesco Amorelli, Pietro Testa, Fiorello Ernesto Brussa e Luigi Ricci; de 1906 até 1923, uma comissão especial assumiu a direção da Società formada por Luigi Ricci, Santo Scaglia, Giovanni De Cesaro, Giacomo Gubiani, Pietro Testa e Ludovico Della Mèa. Outro dado informativo é que as mulheres passaram a ser admitidas na Società como sócias somente em 1937, na condição de “contribuinte da secção recreativa” (D'Ávila, 2001, p. 34).

Sociedade Italiana Iolanda Margarita de Savoia, fundada em 1901 por 11 italianos; em geral trabalhadores da ferrovia; em 1906 contava com 30 sócios e, construiu sua sede em frente à Praça Marechal Floriano. De 1912 a 1922, “a sociedade transitou por um lapso de adormecimento durante o qual esteve o prédio alugado, passando tal época até 1926 em franca prosperidade. [...] Em 20 de setembro de 1926 possuía 149 sócios efetivos e 76 recreativos (O Nacional, 22/09/1926,

apud Damian; Damian, 2009, p. 25). “O salão nobre, com soalho novo e pintura geral, também nova, ostenta caprichosamente distribuídos, o símbolo social ladeado pelas bandeiras da Itália e do Brasil. (Jornal A Época, 22/06/1923; apud Damian; Damian, 2008, p. 25).

O artigo primeiro de seu Estatuto diz que “Fica constituída nesta cidade de Passo Fundo a Sociedade Italiana Mútuo Socorro Iolanda Margarita di Savoia, que já vinha funcionando irregularmente desde 26 de maio de 1901. No seu artigo 1º dia que “São fins da sociedade: a) socorrer os sócios doentes sempre que for possível [...]; b) Manter a maior fraternidade entre os sócios cultuando o amor cívico e estabelecendo relações entre os filhos do país; c) a bandeira adotada pela sociedade será a nacional italiana com a legenda que serve de título a esta sociedade [...]” (A Federação, 26/11/1923; apud Damian; Damian, 2008, p. 25).

Palavras finais

Como já enfatizamos, o município de Passo Fundo não possui uma identificação étnica; essa é mais uma de suas riquezas, expressa no campo cultural. Há uma mescla identitária e multiétnica. Porém, não significa que, em seus mais de 150 anos, não tenha havido estratégias com pretensão

hegemônica de algum grupo, em particular, dos provenientes da Europa. Sobreposições houve em vários campos sociais, políticos, econômicos e religiosos que, obviamente, refletiram-se e ainda o fazem nos âmbitos culturais. Não é gratuito o fato de que, no município, há uma pequena praça no centro da cidade denominada Piazza Itália. A intenção era/é ser um espaço e/ou um palco de expressão multiétnica para monumentos e símbolos identitários, porém com o referido nome! O mais revelador dessa questão é que, somente após algumas décadas de existência, os negros foram os últimos a serem contemplados nela, inclusive, recentemente.

Buscamos reconstituir, de uma forma genérica, em algumas linhas, poucos elementos que identificam a presença de italianos em Passo Fundo, em particular, mais no interior da sede urbana entre o final século XIX e as primeiras décadas do século XX. Como já dissemos, não há como reconstituir nem contemplar as múltiplas relações e vinculações constituídas pelo grupo em questão. Além do mais, o território de Passo Fundo era muito amplo nesse período; múltiplas trajetórias de (i)migrantes foram viabilizadas por elementos econômicos, infraestruturais, políticas públicas, ofícios e profissões.

No período em questão, o município de Passo Fundo estava constituindo seu espaço urbano; era um território misto em que atividades e trocas mercantis davam-se muito em correspondên-

cia com a dinâmica agrícola. Ele foi, aos poucos, transformando-se em razão do avanço comercial, industrial e de ligação com o nordeste do estado, ou seja, com as colônias antigas de imigração italiana, seus circuitos econômicos com o centro do país, em razão da presença do trem cortando boa parte de seu território e dos incentivos recebidos do governo estadual para viabilizar a colonização na parte norte.

Vimos, sinteticamente, que a “Vila dos italianos” (Victório Vêneto), talvez, tenha tido uma especificidade, ou seja, possuía uma intensa dinâmica comercial, ligada às múltiplas atividades, em geral, oriundas da produção agrícola, bem como estruturou ramos agroindustriais que marcaram toda a “faixa” que passou, com o tempo, a ser denominada Av. Presidente Vargas. A referida vila marcou essa identificação entre o rural e o urbano. Porém, com grande diversificação de atividades e identificação de famílias de origem italiana, de comerciantes do espaço rural que, ao constituir um capital maior, localizaram-se no meio urbano. Ela conserva marcas econômicas, de atividades, de ambientes construídos que a descendência dos pioneiros preserva e dinamiza.

Acreditamos que, em correspondência com o amplo conjunto dos grupos étnicos que constitui a sociedade passo-fundense, os italianos marcaram presença, deixaram alguns legados, principalmente no campo agroindustrial (moinhos e frigoríficos), extrativista (serrarias), colaboraram

na ocupação da terra e na ampliação da produção de excedentes comercializáveis. Ainda, tiveram grande atuação no ramo comercial, participaram da vida política tendo prefeitos de origem italiana, assim como muito presentes no campo social e assistencial. A sua presença em Passo Fundo revela um horizonte temporal de mais de um século; expressa-se, atualmente, nas empresas familiares dos troncos que migraram, nas genealogias familiares e na memória viva de descendentes.

Referências

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão dos Assuntos Municipais. *Evolução municipal do RS 1809-1996*. Porto Alegre, 2002.
- CARON, M. dos S.; TEDESCO, J. C. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, n. 16(2), p. 220-231, Maio/Agosto 2012.
- CINQUANTENARIO *della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud – 1875-1925*. Porto Alegre: Livraria do Globo – Bertaso, Barcellos & Cia, s.d.
- D’AVILA, N. P. *Caixeiral Campestre Tênis Clube. 1901-2001- Cem anos de história*. Passo Fundo: Gráfica Imperial, 2001.
- DUCATTI NETO, Antônio. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: EST, 1986.
- FONSECA, P. A. Irmãos Dino e Nelson Rosseto: um pouco da história do Bairro São Cristóvão. In: *Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo*. Edição especial (2010). Passo Fundo: Berthier, 2010.
- FONSECA, P. A. V. da. *Tropeiro de mulas: A ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras*. Passo Fundo: Berthier, 2004.
- FONSECA, P. A. V. da. Imigração italiana em Passo Fundo. In: LECH, O. (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 124-125.
- GEHM, D. Imigração italiana. Texto disponível no site do Projeto Passo Fundo, s/d.
- Guia Geral de Passo Fundo – Indicador comercial, industrial e profissional*. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940.
- HEXSEL, C. A.; GÁRATE, H. E. *Comércio, século XX – Passo Fundo*. Passo Fundo: Sincomércio, 2002.
- ILLA FONT, J. M. *Serra do Erechim: tempos heroicos*. Erechim/RS: Gráfica Carraro, 1983.
- NASCIMENTO, J. *Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
- NASCIMENTO, W. *Conheça Passo Fundo, Tchê! Passo Fundo*: Ed. Berthier, 1992.
- NEUMANN, R. O espaço colonial no olhar do imigrante: expectativa e realidade. In: *Encontro Estadual de História ANPUH RS, XIV, 2017, PUC/RS*. Anais eletrônicos. Porto Alegre.
- OLIVEIRA, A. X. *O município de Passo Fundo através do tempo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

SCHMITZ, K. de O. *Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)*. Passo Fundo, 2019. Dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

TEDESCO, J. C., BATISTELLA, A.; NEUMANN, R. (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint, 2017.

TEDESCO, J. C.; CARON, M. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho: o caso do ‘bando de João Inácio’. *Revista Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS), v. 38, p. 161-185, 2009.

TEDESCO, J. C.; BALBINOT, G.; CORTEZE, D. Italianos em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane. *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: All Print, 2017, p. 189-256.

TEDESCO, J. C.; ZARTH, P. A. Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 150-170, 2012.

VERARDI, H. *Memórias de um contador de histórias*. Passo Fundo: Berthier, 2008.

VERZELETTI, S. C. *A contribuição e a importância das correntes migratórias no desenvolvimento de Passo Fundo*. Passo Fundo: Imperial Gráfica e Editora, 1999.

ZARTH, P. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

Notas finais

¹ Sobre a ICA, ver GRITTI, I. R. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1997.

² Indicamos alguns dos pesquisadores que revisamos suas obras: Antonino Xavier, Delma Gehm, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, Ney D’Ávila, Santo Claudino Verzeletti, Conrado Hexsel e Gárate.

³ Sobre a Colônia Erechim, ver Nascimento, 2007; Illa Font, 1983; Ducatti Neto, 1986; Caron, 2012.

⁴ Mensagem do presidente do Estado do Rio Grande do Sul – Júlio de Castilhos – à Assembleia dos Representantes, em 1895 (p. 24). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵ Boa parte do conteúdo desse item está presente no texto de Tedesco, Balbinot e Corteze (2017).

⁶ Delma Gehm. *Imigração Italiana*. Texto disponível no site do Projeto Passo Fundo, s/d. Fonte: <http://www.projetoportunofundo.com.br/principal.php?modulo=pessoa&detalhe=S&descri>

⁷ Delma Gehm. *Imigração Italiana...*, op., cit.

⁸ VERARDI, Hiran. Entrevista concedida a João Carlos Tedesco. Passo Fundo, 2016.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.



São Domingos do Sul:

formação e desenvolvimento de uma pequena comunidade ítalo-brasileira

GIOVANI BALBINOT

Além dos fatores principais que nortearam o processo de imigração e colonização como um todo, o Governo provincial sul-rio-grandense, percebendo a necessidade de ampliar as áreas destinadas à colonização, juntamente com o imperativo de aproveitar a grande área devoluta ao sul de Passo Fundo e Soledade, encurtando as distâncias entre esses municípios e Porto Alegre. Deste modo o governo acabou aprimorando as comunicações terrestres e fluviais com a capital da província, estabelecendo uma comissão técnica com o objetivo de realizar um levantamento e mapear a extensa área entre os rios Carreiro e Guaporé. O engenheiro Nicolau França Leite Pederneiras foi designado, em razão de sua experiência no levantamento de terras para fins de colonização, para medir e discriminar as terras devolutas do futuro núcleo de Guaporé. Sediada em Taquari, a Comissão Técnica estabelecida pelo presidente da província Dr. José Júlio d'Albuquerque, foi assumida pelo engenheiro em 14 de janeiro de 1885.

Entre 1885, quando assumiu o posto de diretor da Comissão Técnica de Terras e Colonização em Taquari, e 1888, quando foi convidado para assumir o cargo de Delegado da Repartição de Terras e Colonização em Porto Alegre, o engenheiro Nicolau França Leite Pederneiras demarcou mais de 10 mil lotes coloniais na região entre os rios Carreiro, Guaporé, Antas e Taquari (Ver Figura 2). Assim, estava constituída a base para o núcleo colonial de Guaporé.

A vaga de diretor de Pederneiras foi preenchida pelo agrimensor da comissão engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão. Na continuação dos trabalhos iniciados pelo seu antecessor, além da medição e discriminação das terras, coube ao diretor também distribuir os primeiros imigrantes que chegavam para ocupar os lotes demarcados nas áreas lindeiras ao rio das Antas. Tarefa difícil a ser realizada. Os próprios imigrantes colonizadores participaram da abertura das novas estradas e dos caminhos vicinais que conduziriam

até os lotes adquiridos. A metade do valor recebido por esse trabalho poderia ser utilizado para amortização da dívida contraída com o Governo na aquisição do lote colonial, vendido com prazo de pagamento que variava de cinco, dez ou quinze anos. Essa prática seria constante no processo de demarcação, abertura e ocupação do núcleo colonial de Guaporé (Karam, 1992).

Não encontramos nenhuma documentação oficial, ou fonte que indicasse a transferência do engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão e da Comissão de Terras para Guaporé, nem mesmo que ele tenha encontrado algum morador previamente instalado na localidade. Temos apenas que a colônia de Alfredo Chaves foi emancipada pelo ato estadual nº 205-A de 13 de maio de 1892, recebendo o nome de Benjamim Constant. No entanto, o ato estadual foi revogado após 34 dias pelo ato nº 232, de 5 de julho do mesmo ano, passando à condição de distrito de Lagoa Vermelha. As terras do futuro núcleo de Guaporé, respeitando os limites territoriais entre Passo Fundo, Lajeado, Lagoa Vermelha e Soledade, eram tidas ainda como uma extensão da colônia de Alfredo Chaves, permaneceram para efeitos administrativos subordinada à Comissão de Terras e Colonização de Alfredo Chaves até 19 de dezembro de 1892. Nessa data a Colônia Guaporé foi oficialmente desmembrada do núcleo de Alfredo Chaves, sendo estabelecida e recebendo a autonomia.

O agrimensor Francisco Carlos Resin Barre-

to Leite, diretor da Comissão de Terras de Alfredo Chaves, exerceu cumulativamente as administrações dos núcleos de Alfredo Chaves e de Guaporé. Essa acumulação de funções ocorreu devido às dificuldades de provimento de cargos causadas pelos 31 meses de combate à Revolução Federalista (1893-1895). Assim, a Comissão de Terras de Alfredo Chaves era composta por dois núcleos coloniais, Alfredo Chaves e Guaporé. O núcleo de Alfredo Chaves estava localizado no 2º distrito de Lagoa Vermelha, numa localidade anteriormente designada como Roça Reiúna. Foi instalado em 1884 sob a direção do engenheiro Júlio da Silva Oliveira, que iniciou a demarcação das terras e providenciou o estabelecimento dos primeiros imigrantes (Karam, 1992; Manfroí, 1975).

O núcleo territorial de Guaporé, estabelecido 1892 pelo engenheiro Aguiar Leitão, localizava-se parte no município de Passo Fundo e parte no município de Lagoa Vermelha. Dividido inicialmente em 22 linhas, teve a maioria dos lotes coloniais rapidamente ocupados por imigrantes recém-chegados da Itália, e por muitos filhos de imigrantes já estabelecidos nos núcleos coloniais de Fundos de Nova Palmira, Conde D'Eu e Dona Isabel, formando novas famílias e buscando novas terras para seus estabelecimentos (Costa, 1997). Nesse período, a Comissão de Terras de Alfredo Chaves era composta pelo diretor e agrimensor Francisco Carlos Resin Barreto Leite, pelo escrivão Fernando Gay, pelo farmacêutico e

responsável pelos assuntos relativos ao núcleo de Guaporé Thedoldi Martino, pelo auxiliar de escrita Wescesláu Adão Zielnsky, pelo agrimensor José Cagliari e pelo servente Pedro Salustiano dos Santos (Karam, 1992).

Em conformidade com a legislação que nor-teava a colonização de terras classificadas como devolutas, deveria haver uma administração central para cada colônia composta por funcionários do governo, responsáveis pela implantação do projeto, que se dividia em várias etapas, iniciando pela demarcação dos lotes rurais, distribuição e assentamento dos colonos, atendimento de suas necessidades básicas, fornecimento de ferramentas, sementes e alimentos que garantissem a sua sobrevivência até as primeiras colheitas. O corpo de funcionários era formado por um diretor-geral, um engenheiro, dois ajudantes, um subdelegado de polícia, um médico, um farmacêutico e dois fiscais. Esse corpo de funcionários dificilmente se encontrava plenamente completo nos núcleos coloniais, alguns funcionários acumulavam funções distintas. A legislação previa também que o diretor da colônia fosse auxiliado por um Conselho Diretor, composto por colonos mais velhos. No entanto, essa prática não foi plenamente adotada nas três principais colônias da região, Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu, assim também nas colônias de Alfredo Chaves e Guaporé (Machado, Herédia, 2003). Administrativamente, a colônia de Guaporé, junto com as comissões de Terras e

Colonização e as colônias de Alfredo Chaves, Antônio Prado e Itapuca, respondia pela Delegacia Especial de Terras e Colonização, a qual, desde 6 de maio de 1894, era dirigida pelo já reconhecido engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão (Karam, 1992).

Na sequência dos fatos, em 23 de julho de 1889 o engenheiro Vespasiano Rodrigues Corrêa foi designado para a Comissão de Terras de Santa Cruz, seguindo para o município de Lajeado com o encargo de discriminar, medir e estabelecer lotes coloniais na região Sul dos rios Carreiro e Guaporé. Em agosto do mesmo ano iniciou os trabalhos demarcatórios no rio Carreiro, partindo da barra do arroio Feijão Cru e seguindo em direção ao rio Guaporé (Karam, 1992, p. 91 e 95). A Comissão de Terras e Colonização de Guaporé foi desmembrada de Alfredo Chaves e criada pelo decreto nº 294A, de 20 de fevereiro de 1900. Também em 20 de fevereiro de 1900, o engenheiro Vespasiano Corrêa foi nomeado para chefiar a Comissão de Terras e Colonização de Guaporé, tendo como auxiliar Pedro Guedes Falcão. A Comissão de Terras de Alfredo Chaves foi extinta em 15 de março de 1900, sendo quatro meses depois, em 3 de julho de 1900, transferido para Guaporé o agrimensor Lucano Conedera. Vespasiano Corrêa e Lucano Conedera foram os principais responsáveis por duas árduas tarefas necessárias para o estabelecimento e ocupação do núcleo colonial de Guaporé: a medição e demarcação dos lotes

coloniais e a abertura dos caminhos vicinais através de linhas para o deslocamento dos colonos até seus respectivos lotes (Iotti, 2001).

Foram traçadas, inicialmente, no núcleo de Guaporé, 22 linhas principais entre os rios Carreiro, Guaporé e Antas. Sobre a colônia Guaporé, o então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, em mensagem a Assembléia Legislativa destacava:

Cumpre, entretanto, advertir que não pára ali quanto há sido feito em tal sentido: no futuroso núcleo Guaporé acham-se também discriminados para mais de duzentos mil hectares ou oito mil lotes coloniais, promptos a receberem os colonos ocupantes que se enviarem. Na Vaccariam na Taquara do Mundo Novo e em São Sebastião do Cahy, executam-se igualmente outros trabalhos de verificação de poses, que virão enriquecer ainda mais o domínio territorial do Estado¹.

As terras que formarão o futuro município de São Domingos do Sul integravam o extremo nordeste da colônia Guaporé, sendo delimitadas ao norte com o município de Passo Fundo por uma linha seca que seguia rumo ao rio Carreiro, rio este que delimitava a divisa junto ao município do Prata e de Lagoa Vermelha. O arroio São Domingos delimitava as divisas ao oeste e ao sul.

Neste espaço, que totalizava aproximadamente 170 Km², foram traçadas as linhas Gramiamunha, linhas Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta, além das linhas E. Bastian e Ramiro Barcelos. Estas linhas formaram os principais travessões a partir dos quais foram medidos e demarcados os lotes coloniais destinados aos imigrantes responsáveis pela colonização das terras de São Domingos do Sul.

No espaço da Colônia Guaporé, as principais linha ou travessões contavam, em média, com 6 a 10 km à direita e à esquerda, a partir das quais eram abertas estradas, realizando a ligação entre os lotes coloniais que eram traçados no sentido norte-sul a partir das linhas, formando um retângulo alongado, com cerca de 150 a 250 metros de frente, voltada para a estrada, e 1.000 a 1.100 metros de extensão de fundo (Karam, 1992).

Torna-se necessário ressaltar que, a exceção das linhas E. Bastian e Ramiro Barcelos que seguiam este padrão, as linhas Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta foram traçadas no sentido vertical, ou seja, correndo no sentido norte a sul, a partir das quais foram então traçados os lotes coloniais no sentido leste a oeste, no entanto, mantendo seu formato retangular, com cerca de 150 a 250 metros de frente, voltada para a estrada aberta no sentido da linha, e 1.000 a 1.100 metros de extensão de fundo, totalizando uma mé-

dia de 15 a 25 ha¹ de terra destinados a cada família de imigrantes. Por fim, no processo de demarcação, os lotes de terras disponíveis para a venda aos colonos eram numerados no sentido sul/norte, sendo o número 1 o lote a oeste da linha e 2 ao leste, o 3 ao oeste e o 4 novamente ao leste, e assim respectivamente. As sobras de terras inviáveis para

a venda, por fatores relativos ao tamanho do lote ou relevo, eram designadas como as sobras e identificadas com letras A, B, C, D, E, F etc.

Para melhor compreensão, tanto da Colônia Guaporé estabelecida oficialmente em 19 de dezembro 1892, quanto da divisão das linhas e colônias sobre a qual foi realizada o processo de de-



FIGURA 1. Excerto do mapa da Colônia de Guaporé (1910). Excerto do mapa delineando as linhas e lotes coloniais que formaram a colônia estabelecida em 1892. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

¹ A colonização no Rio Grande do Sul foi fundada sob o regime da pequena propriedade. Os alemães em 1824 receberam lotes coloniais de 77 hectares. Em 1848, os lotes coloniais foram reduzidos para 48 hectares, parecendo ser um tamanho ideal para um lote a ser ocupado com agricultura intensiva. Em 1875, os lotes foram alternados para 15 s 25 hectares, medindo 150 a 250m de frente e 1.000 a 1.250 de profundidade (Herédia, 2001, p. 5).

marcação e ocupação das terras de São Domingos do Sul por meio da imigração e colonização, faz-se necessário o uso da Planta da Colônia Guaporé.



FIGURA 2. Planta da Colônia Guaporé (1910). Escala de 1:100.000. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

O mapa designado como Planta da Colônia Guaporé, elaborado em uma escala de 1:100.000 e datado de 1910, ilustra detalhadamente vários aspectos deste espaço de imigração e colonização. Nele, são delineadas as divisas da colônia e, pos-

teriormente, município de Guaporé, tendo Passo Fundo ao norte, Estrela ao sul, Lagoa Vermelha, Prata (futuro Nova Prata), Alfredo Chaves (futura Veranópolis) e Bento Gonçalves ao leste e Encantado e Soledade a oeste.

Nesta carta geográfica, é possível também encontrar as sedes dos povoados e distritos já estabelecidos, as principais vias de ligação entre as comunidades florescentes no território que então pertenciam a Guaporé, os principais cursos de água e as áreas de divisa do município estabelecido em 11 de dezembro de 1903, tendo como destaque especial os rios Carreiro, Guaporé e Taquari, principais limites a leste, oeste e sul do território colonial. Observando-se com maior atenção a região colonial de São Domingos do Sul, especialmente pelo excerto de algumas de suas linhas, torna-se inteligível o processo de demarcação das terras em linhas e lotes coloniais, assim como seu processo de ocupação por meio da imigração e colonização.

Recorte da linha Gramiamunha (ver Figura 3, na página a seguir) que, da mesma forma que o rio que leva o mesmo nome, é batizada em homenagem a *apuleia leiocarpa*, conhecida no Rio Grande do Sul como garapa, grapiá ou amarelinho, árvore encontrada tanto na Amazônia quanto na zona costeira até a região sul do Brasil, assim como no Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. Apreciada por sua madeira, a gramiamunha é hoje classificada como uma espécie vulnerável, em es-

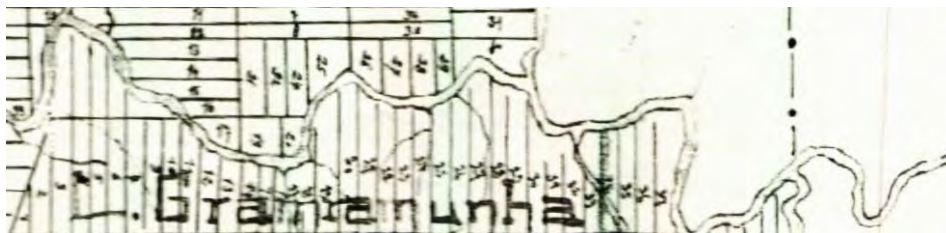


FIGURA 3. Excerto do mapa da Colônia de Guaporé (1910). Mapa delineando a linha Gramiamunha, pertencente às terras do futuro município de São Domingos do Sul. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

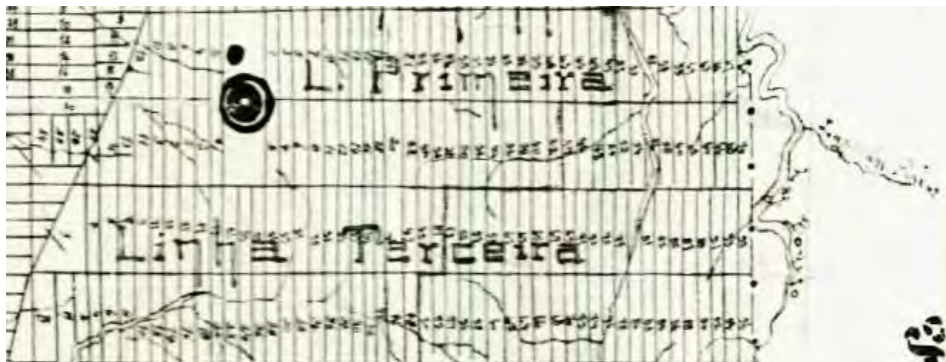


FIGURA 4. Excerto do mapa da Colônia de Guaporé (1910). Mapa delineando as linhas Primeira e Segunda, além da sede do então povoado de São Domingos do Sul. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

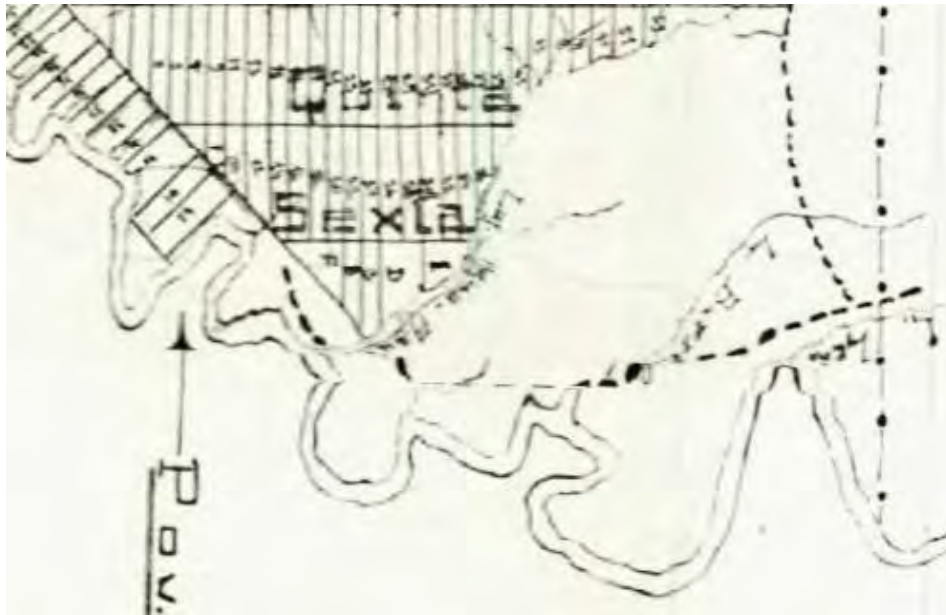


FIGURA 5. Excerto do mapa da Colônia de Guaporé (1910). Mapa delineando as linhas Quinta e Sexta, pertencente às terras do futuro município de São Domingos do Sul. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

pecial devido ao seu extenso uso na construção civil. Em relação a linha Gramiamunha, essa fora traçada no sentido sul para norte, contanto com apenas uma faixa de lotes, delimitados a oeste pelo rio São Domingos e a leste pela linha Primeira, com lotes numerados do 1 ao 37, recebeu grande quantidade de imigrantes ítalo-brasileiros vindos, especialmente, dos núcleos coloniais de Antônio Prado, Alfredo Chaves e Bento Gonçalves.

A linha Primeira (ver Figura 4, na página a anterior), delimitada pelos traçados das linhas Gramiamunha, a oeste, e Terceira a leste, traçada no sentido sul para norte, a linha contava com 14 lotes demarcados ao sul da sede e 69 demarcados a norte. O centro da linha, encontrava-se a sede do povoado e, posteriormente, distrito e município de São Domingos do Sul. A linha Terceira, por sua vez, era delimitada a oeste pela linha Primeira e a leste pela linha Quarta. Com traçado também no sentido sul para norte, particularidade das linhas demarcadas no território colonial de São Domingos do Sul, contava com lotes 96 lotes.

Recorte da linha Sexta (ver Figura 5, na página a anterior), linha localizada ao extremo leste tanto do território de São Domingos do Sul, quanto da Colônia Guaporé. Traçada em duas partes, a primeira traçada de forma paralela ao rio Carreiro, contando com os lotes de 1 a 42, e a segunda parte traçada no sentido sul para norte, com os lotes de número 43 a 56. Pela sua proximidade com o rio Carreiro e, conseqüentemente, o relevo extrema-

mente íngreme, acidentado e pedregoso, a linha Sexta apresentava lotes de terras inviáveis para a venda, então designadas como as sobras e identificadas com letras A, B, C, D, E e F. Contudo, ressalva-se que estes lotes iniciais, traçados em todas as linhas, em subdivididos em unidades menores, com cerca de 150 a 250 metros de frente, voltada para a estrada aberta no sentido da linha, e 1.000 a 1.100 metros de extensão de fundo, totalizando uma média de 15 a 25 ha, chamadas de colônias e então vendidas aos imigrantes colonizadores. Muitas famílias, sem os pecúlios necessários para a compra de uma colônia inteira, acabavam adquirindo meia colônia ou mesmo pagando o valor em débito com trabalho na abertura e manutenção das estradas e caminhos vicinais que cortavam e interligam todo o interior de São Domingos do Sul e da grande Colônia Guaporé como um todo.

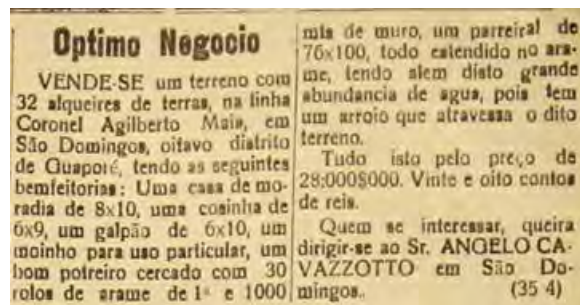
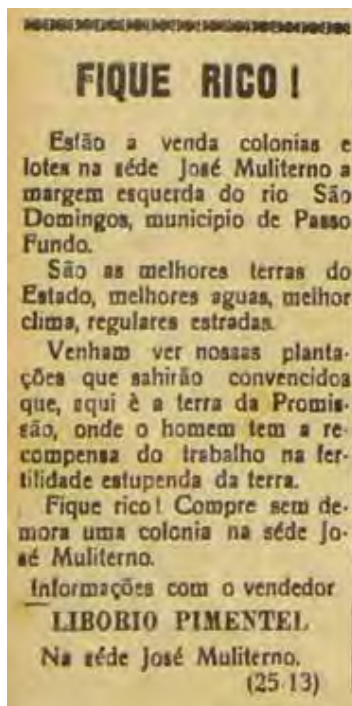


FIGURA 6. Propaganda de venda de lote (1937). Colônia à venda em São Domingos do Sul no final da década de 1930. Fonte: Staffetta Riograndense, 8 de setembro de 1937.

FIGURA 7. Anúncio de venda de lote (1930). Anúncio de vendas de lotes coloniais em São Domingos do Sul na década de 1930. Fonte: Staffetta Riograndense, 15 de novembro de 1930.

Torna-se necessário ressaltar que o processo utilizado na demarcação e estabelecimento dos lotes não levava em conta a presença de fatores geográficos, como morros, rochedos, escarpas, cursos de água e trechos de pequenos rios. A divisão, essa forma, não era equitativa segundo o acesso à água potável, terra de qualidade e outros recursos naturais disponíveis. Com isso, os valores dos lotes variavam, além da dimensão da área, de acordo com as características do relevo, a disponibilidade hídrica, os recursos naturais disponíveis e a localização do lote.

Devido à declividade do terreno, especialmente da região próxima aos rios Carreiro e Guaporé, os lotes com áreas mais planas e sem a existência de acentuados aclives, escarpas e rochedos tinham seu valor inflacionado devido à maior área de terra agricultável e a ausência de obstáculos maio-



res ao exercício dos cultivos. A presença de água figurava também como um fator essencial, podendo ocorrer a existência dos chamados “lotes secos”, que, na ótica agrônômica, significava maior dificuldade na condução dos plantios e das criações, tendo o colono que depender da solidariedade dos vizinhos e/ou deslocar-se para poder obter água para o consumo.

A localização de lotes próximos às sedes dos distritos e estradas principais, responsáveis pelo escoamento da produção colonial, também valorizavam em muito o preço da colônia. Do mesmo modo, a presença de araucárias era um atributo desejado, pois o consumo de pinhões e a exploração da madeira nobre representava uma importante atividade econômica, principalmente no período inicial da colonização.

FIGURA 8. Anúncio de vendas de lotes coloniais (1937). Anúncio de vendas de lotes coloniais lindeiros ao território de São Domingos do Sul já no final da década de 1930. Fonte: Staffetta Riograndense, 30 de junho de 1937.

Não obstante a importância da Planta da Colônia Guaporé de 1910, em função da dimensão da área representada, sua precisão torna-se pouco viável. Desta forma, este contexto pode ser mais bem compreendido com a carta geográfica delineada em 1939 em função dos litígios de divisas entre os municípios de Guaporé e Passo Fundo, à altura do distrito de São Domingos do Sul. O mapa ilustra o espaço delimitado entre os cursos de água conhecidos como arroio São Domingos, Lageado Bonito e Lageado Leão, então adotados como divisas entre as duas municipalidades. Próximo a estes marcos naturais utilizados como balizas entre municípios, podemos visualizar em deta-

lhes a demarcação da linha Gramiamunha com 69 lotes coloniais, linha Primeira com um total de 76, linha Terceira com 100 colônias e a linha Quarta com um total de 97 demarcadas e destinadas a ocupação por meio da imigração e colonização.

A Comissão de Estudos Municipais, vinculado a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em obra publicada em 1988 denominada *Os novos municípios do Rio Grande do Sul: São Domingos do Sul*, sobre a gênese histórica do município, descreve:

São Domingos foi o padroeiro da capela do povoado de Barracão, nome que originou-se de um casarão exis-

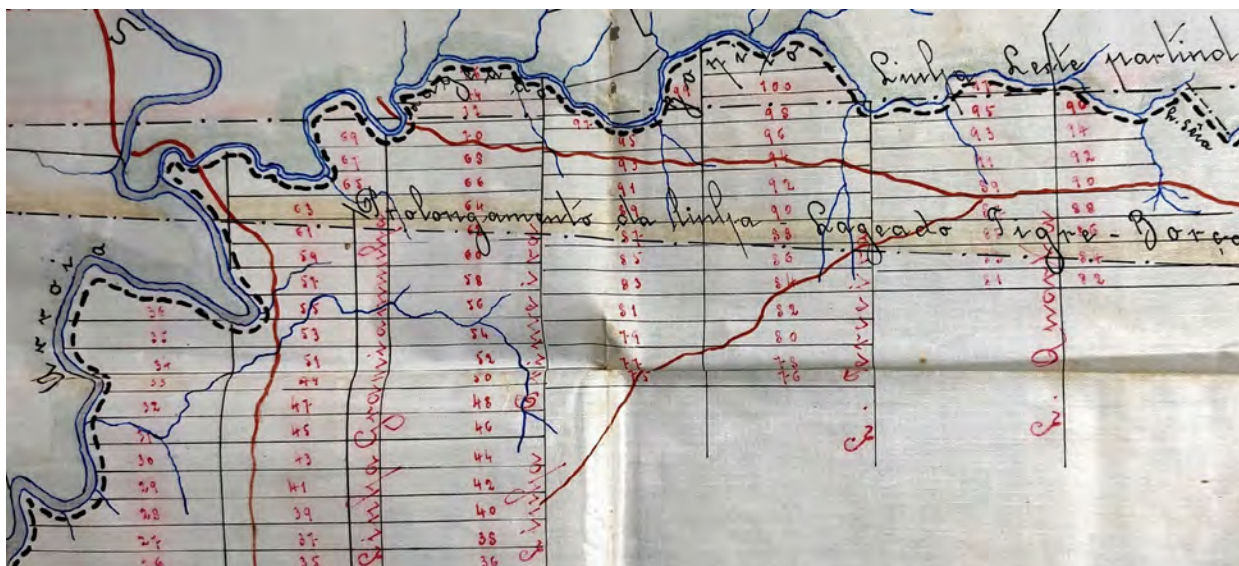


FIGURA 9. Excerto da carta geográfica (1939). Excerto da carta geográfica pertencente a Documentação e expediente sobre a demarcação divisória entre os municípios de Guaporé e Passo Fundo de 1939. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

tente na localidade tido como casa de pasto e posto dos carreteiros. Com o passar do tempo, passou-se a chamar-se São Domingos do Sul, daí a origem do nome da localidade.

As primeiras famílias a se fixarem na área de São Domingos do Sul foram as de Cristiano Mohr, Jacó Poter e Antônio Poletto, por volta de 1891 e 1894. Alguns anos após, apareceram as famílias de Gaetano Cerbaro, Pedro Cerbaro, Firmo Contini, Josué Mezzomo e Domingos Brugnera, as quais, somando-se àquelas que chegaram em 1906, construíram a primeira Capela de São Domingos, ainda em 1907. E somente em 1916 surgiu a primeira escola, tendo como regente Gerolino Busato, um dos primeiros comerciantes².

Entre os primeiros moradores das terras que formariam a capela e vila, posteriormente paróquia e distrito de Guaporé e Casca e, por fim, município de São Domingos do Sul estavam Cristiano Mohr, Jacó Poter e Antônio Poletto, Gaetano Cerbaro, Pedro Cerbaro, Firmo Contini, Josué Mezzomo e Domingos Brugnera, Moizés Zabot, Alessandro Castelli, Giovanni Ferro, Vicente Oro, Tomaz Lusa e Lorenzo Vannini, além de Vicente Lavretti, José Poletto, Modesto Fávero, Ângelo Castellani, Gerônimo Busato, Ferdinando Cerbaro, João Canalli, Vergílio Tosatti e José Gatto, além de outras famílias que ainda mantêm descendentes na comunidade são-dominguense.

Estes imigrantes vindos tanto diretamente da Península Itálica, quanto dos núcleos coloniais de Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antônio Prado e Alfredo Chaves, instalaram-se nos lotes medidos e demarcados pelos agrimensores vinculados ao Comissão de Terras e Colonização de Guaporé, assim como pelas empresas colonizadoras particulares pertencentes as firmas Bertazzo & Cia. e Bastian & Cia. Surgiu, no entorno do casarão de madeira e pedra que ali servia como abrigo para as famílias dos recém chegados, assim como casa de pasto e pouso para os carreteiros o primeiro povoado, batizado coloquialmente de Barracão. Como estas famílias de ítalo-brasileiros nutriam intensa religiosidade católica, construíram a primeira capela em 1907, tendo como padroeiro São Domingos, nome que deu origem posteriormente a São Domingos do Sul. Ali encontrava-se a gênese do município.

FIGURA 10. Na página seguinte, o Barracão em São Domingos do Sul (s.d.). Registro fotográfico do Barracão, o casarão existente em São Domingos do Sul tido como casa de pasto e posto dos carreteiros, local a partir do qual os imigrantes ítalo-brasileiros eram encaminhados aos seus lotes coloniais adquiridos na região. Fonte: Arquivo de Antônio César Perin.



Evolução política e administrativa do distrito de São Domingos do Sul

O decreto n. 664, de 11 de dezembro de 1903, em artigo 1º, emancipava a colônia e elevava à categoria de vila o núcleo Guaporé, sendo instalada a Intendência em 1º de janeiro de 1904. No artigo 2º, eram definidos os limites do município: com Passo Fundo, pelo arroio Marau, desde a foz até a nascente, onde começava uma linha seca no sentido leste-oeste até o rio Carreiro; com Soledade e Lajeado, pelo rio Guaporé; com Estrela, Garibaldi e Bento Gonçalves, pelo rio Taquari; com Alfredo Chaves, pelo rio Carreiro.

Essa divisão se tornou questão de discussão entre os municípios de Guaporé e Passo Fundo. Em 1905, o então intendente Vespasiano Corrêa e o intendente de Passo Fundo, em encontro no 2º distrito de São Luiz de Cascara, modificaram a divisa, que partiria não mais da nascente do arroio Marau, mas da barra do Lajeado Tigre, ocasionando a perda de território ao município de Guaporé. Essa demarcação e discriminação, no entanto, só foi efetuada entre esses dois pontos – da barra do Lajeado Tigre até o arroio Quaraí – ficando, assim, pró-indivisa toda a extensão territorial que medeia o aludido Quaraí e Carreiro. A demora na discriminação da divisa entre os dois municípios trouxe, como é possível compreender, sérios embaraços para as administrações municipais, sendo resolvida apenas em

1938, pelo então intendente Manoel Francisco Guerreiro.

O artigo 3º definia Guaporé como pertencente à Comarca do Alto Taquari, enquanto o artigo 4º revogava qualquer disposição contrária (Karam, 1992). O decreto n. 665, de 11 de dezembro de 1903, dispôs as instruções burocráticas do novo município, outorgando uma administração e legislação provisória até o momento da eleição do intendente efetivo e do Conselho Municipal. Nesse ínterim, conforme artigo 1º, Guaporé seria administrada pelo intendente provisório Vespasiano Rodrigues Corrêa, seguindo as definições da legislação do município de Lajeado, conforme estabelecia o artigo 2º. Guaporé seguia utilizando-se da Lei Orçamentária de Lajeado para pagamento de pessoal e serviços municipais, sendo indicado ao intendente provisório promover com brevidade o alistamento de eleitores e a eleição para intendente e conselheiros municipais, de acordo, respectivamente, com os artigos 3º e 4º.

No mesmo dia do estabelecimento da intendência, foi assinado o primeiro ato da nova Intendência Municipal de Guaporé, estabelecendo Guaporé como sede e 1º distrito e São Luiz de Cascara como 2º distrito, tendo como divisa os fundos das linhas Benjamin Constant, Bento Gonçalves, Marechal Deodoro e Parobé. O mesmo ato nomeou como secretário interino Júlio Alves de Campos; como subintendente do 1º distrito, Romano Spiller, e do 2º distrito, Pantaleão

Ferreira Prestes. Vespasiano Rodrigues Corrêa permaneceu como intendente provisório até as eleições municipais de 30 de setembro de 1904, quando foi eleito intendente com um total de 976 votos: 405 do 1º distrito, 67 do 2º distrito e 504 do 3º distrito. Lucano Conedera foi nomeado vice-intendente.

Conforme avançavam a ocupação da terra e o desenvolvimento agrícola, comercial e agroindustrial, o município procedeu novas divisões administrativas, sendo estabelecidos novos distritos. O 3º distrito de General Osório foi formalmente estabelecido pelo ato n. 12, de 20 de janeiro de 1904; o 4º distrito de Vespasiano Corrêa foi estabelecido pelo ato n. 6, de 20 de agosto de 1907; o 5º distrito de Dona Fífina Corrêa foi estabelecido pelo ato n. 40, de 4 de maio de 1911. A história política de São Domingos do Sul como distrito tem sua gênese pelo ato n. 31, de 17 de setembro de 1919:

Por acto nº 31, de 17 de setembro deste anno, creei mais um districto no município, com a denominação de 6º, tendo por sede o povoado de São Domingos, cujo território foi desmembrado do II Districto de São Luiz de Cascara. A necessidade deste meu acto de há muito, já, que se vinha fazendo sentir não só facilitar a acção administrativa como também para ir ao encontro de uma aspiração antiga e justa dos moradores d'aquella zona, cuja população é constituída de cerca

de 300 famílias, das quaes 30% são nacionais e as outras, na sua maioria, italianas. As linhas divisórias do novo districto ficaram assim discriminadas: rios Carreiro, São Domingos, Quarahy e a linha secca que divide este município com o de Passo Fundo³.

Na sequência da divisão administrativa do gigante município de Guaporé, por Ato Municipal n. 5, de 24 de novembro 1922, foi criado o distrito de Dois Lajeados, anexado ao município de Guaporé. Por Ato Municipal n. 5, de 4 janeiro de 1923, o distrito de Borges de Medeiros; por Ato Municipal n. 27, de 1º de fevereiro de 1924, o distrito de Júlio de Castilhos – respectivamente, 7º, 8º e 9º distritos. Entretanto, essa divisão não se sustentou dentro da colocação dos distritos guaporenses. Problemas políticos relativos a resultados eleitorais e insubordinação das lideranças coloniais alteraram a composição e a ordem dos distritos municipais. Assim, o 5º distrito de Dona Fífina Corrêa e o 6º distrito de São Domingos foram extintos pelo Ato Municipal n. 38, de 31 de maio de 1924.

Em consequência, o 7º, o 8º e o 9º distritos tornaram-se, respectivamente, 5º (Dois Lajeados), 6º (Borges de Medeiros) e 7º (Júlio de Castilhos) distritos, devidamente estabelecidos pelo Ato n. 47, de 4 de julho de 1924. Resolvidos os atritos políticos, o Ato Municipal n. 17, de 7 de janeiro de 1925, estabeleceu então Serafina Corrêa como o

8º distrito. O mesmo ocorreu com o então 9º distrito de São Domingos, novamente estabelecido pelo ato n. 60, de 23 de abril de 1925.



FIGURA 11. Instrução Pública de Guaporé (1927) O mapa ilustra a sede da vila de Guaporé, a divisão distrital do município em 1927, seus povoados, população e área total. Além disso, apresenta também a população geral municipal em 1927, o número de alunos matriculados naquele ano, as despesas com instrução em esferas municipal e estadual, o número de aulas públicas estaduais (subvencionadas) e municipais. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1927.

Não obstante, em 1929, novamente o distrito de Serafina Corrêa foi extinto pelo ato n. 63, de 17 de outubro de 1929, tornando o distrito de

São Domingos então 8º distrito, pelo ato n. 64 da mesma data. O fato é que novamente resolvidas as pendências políticas que resultaram nessa disputa, pelo ato n. 135, de 7 de agosto de 1930, foi recriado o distrito de Serafina Corrêa, então 9º distrito.

Seguindo o histórico dos distritos municipais, em 20 de dezembro de 1935, a sede do 7º distrito, Júlio de Castilhos, passou a ser Vila Maria, enquanto Júlio de Castilhos tornou-se povoado desse distrito. Por fim, os distritos de Mauá (futuro Evangelista) e Montauri, designados, respectivamente, 10º e 11º distritos, foram estabelecidos pelo decreto n. 9, de 21 de janeiro 1936.

Pelo decreto n. 1.370, de 31 de maio de 1939, o distrito de São Luiz da Cascara passou a denominar-se Casca. No período de 1939 até 1943, o município esteve constituído por 11 distritos: Guaporé, Casca, Mussum (anteriormente General Osório), Vespasiano Corrêa, Dois Lajeados, Oeste (anteriormente Borges de Medeiros), Vila Maria (anteriormente Júlio de Castilhos), São Domingos, Serafina Corrêa, Mauá e Montauri. Por fim, pelo decreto n. 720, de 29 de dezembro de 1944, o distrito de Mauá passou a denominar-se Evangelista, e o distrito de São Domingos, a denominar-se Quatipi, designação que logo foi desfeita.

A obra Os novos municípios do Rio Grande do Sul: São Domingos do Sul, elaborada e publicada pela Comissão de Estudos Municipais, vinculada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, descreve:



FIGURA 12. Área central do então 8º distrito de São Domingos do Sul (início dos anos 1940). Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.



Em 1919, São Domingos do Sul passou à categoria de 6º distrito de Guaporé, pelo ato nº 13 do Intendente Agilberto Maia, Alegando-se insuficiência de renda, e, contra a vontade popular, em 1924, foi desativado o distrito. Segundo versão de líderes são-dominguenses, a verdadeira razão da desativação do distrito foram represálias políticas. Após o transcorrer de algum tempo, em 23 de abril de 1925, pelo ato nº 61, fica recriado definitivamente o 9º distrito de Guaporé, pelo Intendente Manoel Francisco Guerreiro. Novo acontecimento toma de assalto o povo de São Domingos do Sul, quando, em 29 de dezembro de 1944, pelo Decreto-Lei Estadual nº 720, o distrito passou a chamar-se Quatipi. Porém, cinco anos após, o distrito tornou a denominar-se São Domingos do Sul, nome que conserva até hoje (1988, p. 8).

No demonstrativo da divisão territorial do município de Guaporé, elaborado pela intendência do município e publicado no Relatório da Intendência de 1938, são apresentados dados detalhados por distritos, com discriminação de suas áreas, habitantes, populações escolares, matriculados e não matriculados, correspondentes ao exercício do ano de 1938. Nesse relatório, é possível delinear o distrito de São Domingos do Sul com uma área de 169 km² e uma população aproximada de 3.159 almas.

Distrito	Descrição					
	Área territorial em km²	Habitantes	Por km²	Matriculados	Não matriculados	Totais
Guaporé	277	8.779	32	1.418	635	2.053
Cascara	280	8.729	31	600	1.280	1.880
Mussum	165	5.040	30	713	411	1.124
Vespasiano Corrêa	178	4.039	25	406	578	984
Dois Lajeados	187	4.873	30	641	371	1.012
Oeste	150	4.356	27	307	562	689
Maria	160	4.068	24	378	634	1.012
São Domingos do Sul	169	3.159	18	323	307	630
Serafina Corrêa	122	5.099	38	490	526	1.016
Mauá	118	4.049	31	404	606	1.010
Montauri	116	3.809	30	92	858	950
Total	1.922	56.000	-	5.772	6.858	12.540

Quadro 1. Demonstrativo da divisão territorial do município de Guaporé, por distritos, com discriminação de suas áreas, habitantes, populações escolares, matriculados e não matriculados, correspondente ao exercício de 1938. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1938.

Imigrantes ítalo-brasileiros e polaco-brasileiros estabeleceram-se neste território, sendo delimitadas ao norte com o município de Passo Fundo por uma linha seca que seguia rumo ao rio Carreiro, rio este que delimitava a divisa junto ao município do Prata e de Lagoa Vermelha. O arroio São Domingos delimitava as divisas ao oeste e ao sul. Neste espaço, que totalizava aproximadamente 170 Km², foram traçadas as linhas prin-

cipais, sendo elas Gramiamunha, linhas Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta, além das linhas E. Bastian e Ramiro Barcelos.

Em relação a constituição da futura Paróquia de São Domingos, esta encontra-se na pequena capela estabelecida ainda nos primórdios da imigração e colonização. No livro tombo da Paróquia São Luís de Casca, consta que no dia sete de junho de 1913, foi realizada a escritura pública



FIGURA 13. Sede do distrito de São Domingos do Sul (início da década de 1940). Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1940.

de estabelecimento da capela de São Domingos, erigida nos lotes urbanos números seis, sete, nove e dez da quadra número onze do povoado de mesmo nome. Os lotes foram adquiridos em nome da Mitra de Santa Maria da firma de colonização particular Bastian, Bertaso & Cia, registrados no livro do cartório do 2º distrito de Guaporé.

A Paróquia de São Domingos, em 1925, limitava-se ao nordeste com Passo Fundo e Ciríaco, ao sul com Paraí e a oeste com São Luís de Casca. Mesmo após a criação da Diocese de Passo Fundo, ocorrida em 23 de março de 1951, a Paróquia de São Domingos continuou a pertencer à Arquidiocese de Porto Alegre. Ulteriormente, porém, houve modificação dos limites, do que resultou que a Paróquia de São Domingos passou a integrar o território da Diocese de Passo Fun-

do. Naquele tempo, havia na paróquia, além da igreja matriz, seis capelas: São Brás (Vanini), São Valentim, São Gotardo, São Paulo, Nossa Senhora do Caravaggio e São Marcos. As famílias mais numerosas pertenciam aos sobrenomes Brugnera, Busato, Cassol, Castellani, Cerbaro, Chiavagatti, Contini, Dalcin, Damo, Decol, Ferro, Foschiera, Kich, Klanowicz, Marafon, Marca, Matté, Mezzomo, Perin, Poter, Tibola, Roffolo, Vanini e Zabot. Neste ponto, encontramos a gênese social e religiosa do município.

Referências

COSTA, Rovílio. *Povoadores das Colônias*: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Porto Alegre: EST Edições, 1997.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande Do Sul. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona*, nº 94 (10), Número extraordinario dedicado al III Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio), p.22-45, 2001.

IOTTI, Luíza Horn (org). *Imigração e colonização*: legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDU-CS, 2001.

IOTTI. Luíza Horn. Imigração e Colonização. In: *Revista Justiça e História*. Porto Alegre, 2003, v. 3, n. 5, p. 1-26.

KARAM, Eliane Maria Consoli. *Raízes da Colonização*; em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAGS, 1992.

MACHADO, Maria Abel; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. A formação dos núcleos urbanos na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul. In: *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. Barcelona, Universidad de Barcelona, 2003, Vol. VII, núm. 146(065).

SÃO Domingos do Sul - *Os Novos Municípios Do Rio Grande Do Sul*. Assembleia Legislativa Do Estado Do Rio Grande Do Sul. Corag. 1988.

Notas finais

¹ Antônio Augusto Borges de Medeiros, 4ª seção ordinária da 3ª Legislatura, 20 de setembro de 1900

² Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Os novos municípios do Rio Grande do Sul: São Domingos do Sul. 1988, p. 17.

³ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência, ano de 1919.



A presença de colonos-camponeses italianos e seus descendentes em município multiétnico:

um olhar sobre Soledade/RS

HELEN SCORSATTO ORTIZ

No século XIX, após a Independência do Brasil, o governo imperial passou a incentivar a imigração estrangeira, continuando a política de colonização lançada anteriormente por dom João. Na província do Rio Grande do Sul desembarcaram milhares de famílias de camponeses europeus, sem ou com pouca terra, que passaram a ocupar as áreas sinuosas e de matas localizadas, sobretudo, no nordeste do Rio Grande do Sul, desprezadas pelos estancieiros, por serem impróprias ao pastoreio extensivo. Em 1824, os alemães foram os primeiros chegados, instalando-se próximos da capital, Porto Alegre, e de vias navegáveis. A partir de 1875, uma volumosa massa de italianos desembarcou na província, ocupando a encosta superior da serra.

Na segunda metade do século XIX, os fatos decorrentes da unificação italiana e do desenvolvimento do capitalismo na Itália, aliados às vantagens oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes, traduziram-se em intenso deslocamento populacional do Velho Continente em direção ao Brasil. Entre 1875 e 1914, oitenta mil italianos teriam deixado sua terra natal vindos para o Rio Grande do Sul, fugindo de impostos e da miséria no intuito de “fazer a América” (Maestri, 2001. p. 49).

A política de imigração imperial do Brasil tinha objetivos bem definidos: as zonas coloniais eram estratégia para ocupar áreas até então escassamente povoadas, devendo produzir alimentos que abastecessem as cidades e promover a valorização das terras devolutas. Havia também outros

¹ O presente texto, de forma geral, é um compilado acerca da temática, presente em maior profundidade em meus trabalhos: ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes*: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850-1889). Passo Fundo: EdiUPF, 2011.; ORTIZ, Helen Scorsatto. *Costumes e conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1857-1927)*. Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2014.

objetivos, uma vez que com “a imigração de famílias camponesas europeias procurava-se formar uma população de pequenos proprietários agrícolas que abastecesse as grandes cidades em gêneros alimentícios, fornecesse filhos às Forças Armadas, constituísse contraponto à população escravizada. Em inícios do século XIX, quase 50% da população do Brasil era formada por libertos e cativos” (Maestri In: Carboni; Maestri, 2000, p.15).

É importante ressaltar que a imigração colonial-camponesa europeia para o Rio Grande do Sul não visava à substituição dos trabalhadores escravizados. Em 1888, a falta de braços decorrente da abolição da escravatura foi resolvida pela contratação de trabalhadores livres e despossuídos, ex-cativos, descendentes de libertos, livres pobres e caboclos relativamente abundantes na província.

Novos moradores

No Rio Grande do Sul, a retomada da colonização colonial-camponesa contribuiu para modificar significativamente o espaço e a sociedade locais. Instalados nas várias colônias - públicas e particulares - que foram se formando, os novos moradores participavam de uma economia que se contrapunha à dominante, representada pela produção latifundiária pastoril-charqueadora, ainda dominada pela escravidão. As propriedades coloniais camponesas eram pequenas, apoiadas no

trabalho das famílias e destinadas à policultura. As terras recebidas pelos imigrantes não tinham, nem de longe, a extensão das sesmarias; ao contrário, a região colonial seria caracterizada pela pequena propriedade, sendo 25 hectares a medida oficializada como uma colônia.

O instituto da dívida colonial foi perfeito para impedir que os colonos recém-chegados acabassem produzindo apenas para a própria subsistência. Segundo Maestri, a obrigação de quitá-la “impedia qualquer tendência à economia de subsistência ou ao acaboclamento. Os colonos deviam necessariamente produzir excedentes monetizáveis para fazer frente à dívida colonial, do contrário, perdiam os lotes. A seguir, eram obrigados a pagar os impostos coloniais” (Maestri In: Carboni; Maestri, 2000, p. 93).

Inicialmente, a zona colonial não representou concorrência à atividade econômica principal e à poderosa classe dominante dos estancieiros. Foi desenvolvida em áreas florestais que não interessavam às fazendas de criadores e charqueadores, sem nunca atacar o latifúndio. Ao contrário, de certa forma, as pequenas propriedades coloniais apoiaram o latifúndio, fornecendo alimentos, facilitando os meios de transporte, capitalizando a terra e liberando mão de obra nacional.

Em parte, o intuito de valorizar as terras devolutas e particulares explica por que se privilegiou o imigrante em detrimento do assentamento do homem pobre nacional. No Rio Grande do Sul,

este último, privado do acesso legal à terra, sobretudo após o cercamento dos campos pastoris e a crescente ocupação das matas por colonos-camponeses, passou a engrossar a mão de obra livre, incapaz de produzir seus meios de subsistência e, portanto, obrigado a oferecer-se aos fazendeiros e plantadores como peões ou agregados. Segundo Zarth (2002. p. 93), “a colonização do Sul com imigrantes europeus [...] foi um negócio altamente rentável para empresários que detinham terras de forma fraudulenta ou mesmo legal e as vendiam aos imigrantes na forma de pequenos lotes coloniais”.

Avanço às matas

A partir de 1890, configurou-se nova fase no povoamento do Rio Grande do Sul, viabilizada pelo desenvolvimento das ferrovias. Novas áreas florestais foram incorporadas não só pelos colonos-camponeses europeus recém-chegados como pelos descendentes dos imigrantes estabelecidos nas primeiras colônias. Foi o início e desenvolvimento da ocupação colonial-camponesa nas últimas florestas do Planalto. Em geral, premidos pela abundância relativa de terra e pela falta de braços, os imigrantes constituíram famílias numerosas, com seis, oito, dez, doze ou mais filhos. Isso exigiu que seus filhos e netos procurassem novos lugares para viver quando formavam seus próprios núcle-

os familiares, já que os lotes de seus pais não eram capazes de fornecer sustento a todos. O rápido esgotamento das terras coloniais ensejava também a procura incessante de terrenos virgens.

De acordo com Zarth (1997, p. 40), a continuidade da imigração e o adensamento das colônias velhas colaboraram para “uma etapa que trouxe grandes contingentes demográficos para as inúmeras colônias oficiais e particulares que se criaram nas áreas de mato, valorizando as terras e incrementando o comércio”. A colonização de área de matas colaborou também para que os primitivos habitantes locais - nativos, caboclos, posseiros - fossem novamente expulsos da terra. Eles anteriormente haviam sido varridos dos campos e agora o eram das zonas florestais.

A preocupação com o não isolamento da região colonial-camponesa era antiga. Desde que, sobretudo, colonos-camponeses italianos ocuparam a encosta superior da serra, região de difícil acesso, o governo incentivava-os a trabalhar na construção de estradas - um negócio vantajoso para ambos. Facilitado o acesso à região, acelerava-se o desenvolvimento local e aumentava a participação da zona colonial na economia regional. Além disso, reduziram-se os gastos governamentais com a colonização e o colono-camponês tinha a oportunidade de ganhar algum dinheiro, podendo pagar em trabalho parte do valor de seu lote. Caminhos, picadas e estradas foram abertos pelos próprios colonos.

O início do século 20 encerraria um ciclo na história da ocupação do Rio Grande. Em sua primeira e segunda décadas, velhos colonos visando novas terras ou descendentes em busca de espaço completaram a apropriação das últimas áreas florestais. Esse processo ocorreu de forma concomitante à exclusão das comunidades caboclas que se encontravam nas zonas de matas. Muitas e muitas vezes de forma violenta, eles foram desalojados das terras e intencionalmente preteridos em favor dos colonos-camponeses.

A colonização sulina foi uma política agrária que, levada a cabo pelos poderes públicos, pretendia dotar o Rio Grande do Sul de uma região agrícola caracterizada pela pequena propriedade em mãos de colonos-camponeses imigrantes europeus. Localizado no norte do Rio Grande do Sul, o município de Soledade, ao longo dos séculos 19 e 20, recebeu levas significativas de imigrantes italianos e alemães, sobretudo em função do adensamento das colônias velhas; em menor número, povoaram a região também franceses, portugueses, libaneses e outros. Caracterizou-se, portanto, como um município de colonização mista e multiétnico. Os italianos ocuparam especialmente os núcleos coloniais de Itapuca - vindos de Guaporé e Anta Gorda -, Camargo, Espumoso, Colônia São Paulo (propriedade da Companhia Predial e Agrícola) e Sobradinho (Franco, 1975. p. 107-108).

No alto da serra

Criado em 29 de março de 1875, o município de Soledade localiza-se no alto da Serra do Botucaraí, região do Planalto rio-grandense. Atualmente possui uma área de 1.215,56 km², população em torno de trinta mil habitantes e densidade demográfica de 24,68 hab/km²¹. Antes dos sucessivos desmembramentos ocorridos ao longo do século 20, sua extensão original era cerca de cinco vezes maior. Localizado entre os rios Jacuí, a oeste, e Taquari, a leste, o extenso território soledadense havia pertencido e se desmembrado de Passo Fundo e, ambos os municípios, mais longinquamente, de Cruz Alta.

Tratando-se de fatores físico-geográficos com influência nos processos histórico-sociais de Soledade, destacam-se a presença da serra (e consequente dificuldade de transporte) e a original predominância das matas (em especial pinheiros araucários) sobre os campos nativos. Atualmente, o município possui quatro distritos, sendo o segundo, não à toa, denominado Pinhal; já o quarto distrito é o do Bugre². Ambas as denominações fazem referência a características históricas do município.

Quando, na segunda metade do século XIX, imigrantes europeus se estabeleceram no Planalto rio-grandense e em Soledade, não se tratou de pioneirismo na ocupação, uma vez que a região já era habitada há muito tempo. Como um todo, a

área do Planalto meridional brasileiro e suas encostas têm uma ocupação anterior que data, pelo menos, de 6.000 A.P. (antes do presente), ou seja, “desde a retomada das paisagens vegetais, após os períodos secos do final da última glaciação” (Kern, 1994, p. 51). Ali, grupos de caçadores-coletores abrigaram-se nas florestas e estabeleceram-se, no mínimo, durante quatro milênios, como confirmam as pesquisas arqueológicas.

A presença humana na região de Soledade é muito antiga. Excluindo-se a ocupação nativa original, dentre os registros de que se tem notícia, sabe-se que no início do século XVII ali estabeleceu-se a redução de São Joaquim (Cafruni, 1966, p. 94); no século XVIII, a região despertou interesse econômico dos Sete Povos das Missões, pela riqueza dos ervais nativos (Franco, 1975, p. 12). E na primeira metade do século XIX, teve início a ocupação oficial das terras de Soledade, com a doação de sesmarias.

A distribuição da propriedade da terra em Soledade foi feita de modo bastante desigual, tanto no período das sesmarias quanto em relação às legitimações operadas em função da Lei de Terras de 1850, como pudemos demonstrar em estudo anterior (Ortiz, 2011). Juntamente com donos das terras, agregados, capatazes, coletores de erva-mate, trabalhadores escravizados, caboclos, pequenos lavradores, peões e, posteriormente, colonos-camponeses europeus compunham a sociedade soledadense oitocentista. Afora os colo-

nos, essa população, trabalhando ou não em terras alheias, esteve tendencialmente atrelada aos grandes proprietários de terras.

Comércio de terras e colonização

A partir da segunda metade do século XIX, a chegada dos imigrantes europeus à região de Soledade impactou fortemente na organização econômico-social local, bem como na vida cultural. Com a chegada desses grupos, houve um significativo aumento populacional e esses foram fatores que, somados à crescente privatização do solo, contribuíram fortemente para a elevação do preço das terras³.

Já na década de 1870, as terras mais caras em Soledade foram os campos e matos e as lavradias e matos (estas eram justamente as áreas destinadas à colonização), o que atesta a importância da floresta - por sua fertilidade natural e suas ricas e fundamentais madeiras - para além do reconhecido valor dos campos (Ortiz, 2014, p. 108-110). Nas primeiras décadas do século 20, os preços das terras lavradias e matos em Soledade dispararam (Ortiz, 2014, p. 110).

Paulatinamente, essas terras de cultura e matos foram sendo parceladas em pequenos lotes e vendidas aos imigrantes e seus descendentes, muitos deles instalados de forma irregular ou em lotes com frágeis divisas. Nos anos 1890, quando o

processo imigratório se avolumou e acentuou em Soledade, os inventários que pesquisamos passaram a registrar o termo “colônia” como unidade de medida de terras. Até então, as frações arroladas na documentação eram expressas somente em léguas, braças, metros quadrados ou alqueires. Alteração que denota não apenas uma mudança de terminologia, mas metamorfose da realidade concreta, onde cada vez mais propriedades com vastíssimas extensões passam a ser minorias no cenário e onde a colonização, sobretudo italiana, teve papel marcante.

A afluência de imigrantes à região explica, em parte, o significativo aumento populacional vivido em Soledade. Em 1857, a população não chegava a cinco mil habitantes, enquanto em 1930 somava cerca de quarenta mil. Entre as décadas de 1870 e 1880, a população do município duplicou; entre 1890 e 1900 subiu mais 36% e entre as décadas de 1900 e 1920 deu um grande salto, na ordem de 70% (Franco, 1981). Nesse contexto, alguns dos detentores de terras vislumbraram uma excelente oportunidade econômica ao vender tais propriedades (florestais) diretamente, ou repassando a companhias colonizadoras, lotearam e comercializaram terras anteriormente legalizadas por meio da Lei de Terras de 1850. Mais do que isso, verificamos que sequer tendo legitimado certas parcelas, supostos proprietários venderam lotes coloniais, obtendo grande margem de lucro.

Um grande negócio

Como exemplo, em autos de legitimação de terras pela Lei de 1850, referente a Soledade, encontra-se o caso de Manoel Thomaz dos Santos Vaz que, antes mesmo de saber se conseguiria legitimar os cerca de 2000 hectares pleiteados, mandou proceder à divisão em lotes coloniais de parte da posse. Em seguida, vendeu os ditos lotes a colonos italianos. Em 1917, o responsável pela vistoria procedida no terreno declarou: “Na parte situada entre os rios Marau e Taquari existem demarcados vinte e tantos lotes coloniais, serviço esse mandado fazer em 1912 pelo referido proprietário, e que neles localizou vários colonos italianos, firmando com cada um deles um contrato particular e condicional. Constava este de um recibo passado pelo Sr. Manoel Thomaz dos Santos Vaz de uma certa importância dada pelos colonos por conta dos lotes, comprometendo-se a concessão da citada posse”⁴.

Os colonos localizados nos lotes eram Giacomo Bianchini (lotes 1, 2 e 3), Domenico Capelin (lotes 6, 7 e 23), Roberto Dal Moro (lotes 11 e 12), Luigi Dal Moro (lote 19), Pedro Dal Moro (lote 20), Thomaz Santo (lote 16), José Pagnussati (lotes 8, 9 e 10) e João Pelissari, que residia em um dos lotes que seu pai prometera adquirir de Manoel Vaz. “Alguns desses indivíduos alegam que, depois de terem feito os contratos [...] aludidos, lhes constou que o Governo do Estado não faria

a concessão das terras ao Sr. Manoel Thomaz dos Santos Vaz e então apressaram-se em requerer lotes coloniais ao Governo, mas que estão dispostos a manter seus contratos com o mesmo senhor”⁵. Em parecer de Carlos Torres Gonçalves, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, os colonos, o filho e o genro de Manoel Vaz foram “considerados como simples ocupantes de terras do Estado”⁶.

Também as companhias colonizadoras ganhavam força e capital comprando áreas anteriormente adquiridas por fazendeiros e revendendo-as em pequenos lotes aos colonos recém-chegados. O comércio de terras feito tanto por particulares quanto pelas companhias colonizadoras foi um grande negócio, gerando receita também ao governo do estado, que igualmente promoveu a fixação do imigrante à terra.

Comércio público e privado

Na década de 1910, preocupado com a necessidade de dar maior impulso às discriminações de terras públicas no estado, Carlos Torres Gonçalves, propôs o aumento das Comissões Discriminadoras. Entre elas, o restabelecimento da Comissão de Soledade, pois era uma das áreas para onde se encaminhavam os descendentes dos núcleos coloniais mais antigos, fosse de forma espontânea ou em decorrência de negócios com as companhias particulares de colonização (NASCIMENTO, 2007. p. 272).

O Mapa 1, na página a seguir, é bastante ilustrativo a respeito da localização das grandes propriedades na região de Soledade e de seus núcleos coloniais. Nele vemos as sesmarias da Boa União, da Cruz de Pedra e das Fazendas (marcadores roxos), juntamente a outras grandes posses particulares - legitimadas e legitimáveis - (marcadores vermelhos), rodeadas de várias sessões e núcleos coloniais (marcadores azuis), como os de Camargo e Itapuca (está à direita no mapa), fundada pelo Estado em 1902 e habitada basicamente por italianos.

Desse comércio, em Soledade, os imigrantes de origem italiana participaram comprando e vendendo terras, arrendando e permutando terrenos, como atestam diferentes fontes históricas, em especial os livros notariais de transmissões e notas⁷ e os autos de medição de terras⁸ referentes à região em foco.

Em 1889, por exemplo, Graciliano José de Borba pediu a legitimação de uma posse, via Lei de Terras de 1850, situada no Rincão de Nossa Senhora, lugar denominado Forqueta. Na década de 1930, quando o engenheiro Leopoldo Villanova demarcava a área de terras requeridas, “surgiram outros interessados dizendo serem as terras em questão eram de domínio privado”⁹. De fato, “as terras requeridas por Graciliano José de Borba já haviam sido legitimadas por Maria Hermogenes, em primeiro de fevereiro de 1892”¹⁰. Por isso, os autos foram anulados em 1934.



○ sesmaria → posses particulares → núcleos coloniais

Mapa 1. Sesmarias, posses particulares e núcleos coloniais em Soledade. Com adequação da autora, em marcadores roxos, vermelhos e azuis. Fonte: Emater Soledade.

Entre a solicitação e a anulação do processo em nome de Graciliano, seus sucessores e herdeiros venderam as terras ao italiano Matteo Zanetti “agricultor e industrialista em Soledade e Guaporé”¹¹. Nas décadas de 1910 e 1920, Matteo solicitou o prosseguimento dos autos em nome de Graciliano José de Borba, a fim de regularizar a situação. Alegou que a demora ocasionava “incal-

culáveis prejuízos” ao interessado “que ali estabeleceu culturas e colonos, cooperando para o aproveitamento das terras”¹². Explicava o suplicante que “está no Brasil a [sic] muitos anos dedicando-se à indústria e à agricultura; naturalizado, partidário do governo republicano a que tem servido na medida das suas forças e com toda a sinceridade das convicções como agora na campanha eleitoral

que se aproxima, ele e seus filhos, é por isso, repete, que solicita a Vossa Excelência, com nas petições anteriores, apenas justiça, mandando que se dê andamento a esse processo”¹³. Nem a declarada lealdade ao partido republicano fez com que a situação mudasse. Quando do prosseguimento dos autos, eles foram anulados, conforme referido.

Colonização e desmatamento

Imigrantes de origem italiana e seus descendentes participaram ativamente da exploração e comércio madeireiro em Soledade, conforme dão mostras os respectivos livros notariais de transmissões e notas que consultamos. Em abril de 1930, lavrada na Comarca de Soledade, escritura pública de compra e venda firmada entre Maurílio Antônio Martins e sua mulher Laudina Rivera Placida de Martins (vendedores), e de outra parte a firma Lazzari e Irmãos, representado pelo sócio Lino Lazzari, Donato Colombelli e Jacinto Dal Ré (compradores), permite ver que o objeto da negociação eram “cem pinheiros de um metro e cinquenta centímetros de circunferência, pinheiros em condições de cerrar” e outros “em coluna de cem em cem pinheiros estes na área de 76 hectares, sendo 26 hectares no município de Jacuhy e 50 hectares no de Soledade, sexto distrito”¹⁴. Acordaram ainda que os comparadores “ficam com o direito de abrir estradas onde mais

necessário for para o transporte de ditos pinheiros ao engenho” e que seriam cerrados no “engenho que está colocado em terras de Alfredo José Martins, de propriedade Lino Lazzari e Irmãos, Donato Colombelli e Jacinto Dal Ré”, dando-se o prazo de “nove anos e seis meses para serrar os pinheiros”¹⁵. No mesmo ano, os mesmos compradores haviam firmado por escritura pública a compra de outros “trezentos pinheiros de um metro e cinquenta centímetros de circunferência”¹⁶, igualmente em condições de serrar.

Era significativa a riqueza florestal no antigo município de Soledade, com matas esplêndidas, destacando-se os pinheirais (araucárias) e outras madeiras de lei. A devastação destas matas (extração, industrialização, comercialização), deu-se ao longo de várias décadas, sobretudo na primeira metade do século 20. Nos anos 1930, o número de serrarias em Soledade chegava a 50, conforme informações noticiadas pela administração municipal ao secretário do interior. Como mercado consumidor, destacavam-se alguns municípios vizinhos e a capital do estado, Porto Alegre (Kopp, 2019, p. 209). Em 1955, das doze principais indústrias de Soledade, oito eram dedicadas ao ramo madeireiro. Dentre estas, a Madeireira Bozzetto Ltda., G.A Lotieri & Cia., Guerra Bavaresco & Cia. Ltda., Palharini & Cia. - todas de tábuas de pinho e com sobrenomes de origem italiana (Ortiz, 2004. p. 42). Evidencia-se que a exploração/ciclo da madeira na região - na economia doméstica

e mercantil - foi desenvolvida em conexão também com a imigração, incluindo colonos e comerciantes italianos e seus descendentes.

Diferentemente da atuação dos povos originários e caboclos, que habitavam a região e tinham conhecimento de uso da mata de forma a manter um ecossistema equilibrado, “o sistema de colonização agrária, instalado há cerca de duzentos anos no Brasil meridional (principalmente via importação de camponeses italianos e alemães) ao rechaçar o uso sazonal da biodiversidade e rotatório da Mata Atlântica” promoveu drástica alteração na hidrologia e microclimas regionais - em especial devido à dinâmica do desmatamento - com impactos para a atual crise climática (RELLY, jun. 2024).

Colônia Sobradinho

Conforme comentamos, a comercialização das terras públicas foi negócio altamente lucrativo aos cofres governamentais. Nesse sentido, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) apoiou a imigração e a colonização que, independentemente de ser privada ou pública, acarretou a valorização das terras. Maestri explica que essa política de apoio à imigração “e à pequena propriedade encontrava-se em oposição ao positivismo comtiano, expressão da ordem capitalista europeia em consolidação, que via a pequena propriedade como um entrave ao progresso” (Maestri, 2010. p. 248-267). Ainda assim, o governo rio-grandense

fundou algumas colônias oficiais, como a de Sobradinho, em 1901.

Sobradinho foi importante colônia e área territorial da antiga Soledade, emancipando-se em 1927. Caracterizou-se por ser colônia mista, com predomínio de imigrantes italianos e alemães. Neste local, ocorreram muitas disputas pela terra, dadas à sua excelente localização e qualidade e, consequentemente, crescente valorização. Houve discussões até mesmo a respeito da propriedade sobre a área reservada pelo estado para a sede colonial, uma vez que dois pedidos de legitimação de terras por particulares se referiam ao local da sede - cujo projeto pode ser conferido no Mapa 2¹⁷.

Havia uma situação bem difícil na colônia Sobradinho, “não só pela confusão entre a propriedade privada e a pública, como pelo estabelecimento irregular de centenas de colonos”, disputando constantemente áreas e divisas de lotes¹⁸. Em 1908, em decorrência dessa circunstância e da necessidade de resolvê-la, criou-se a Comissão de Terras compreendendo os municípios de Soledade, Cachoeira, Rio Pardo, Santa Cruz, Venâncio Aires e Lajeado. O chefe da Comissão alertou seus superiores sobre a necessidade da presença constante de autoridades policiais e administrativas na colônia, como forma de solucionar sua “situação anarquizada”¹⁹. Eram terras de excelente qualidade e facilmente comercializáveis. O estado preocupou-se em apaziguar a colônia, uma vez que a “confusão” tendia a desvalorizar o preço das terras no local.



Mapa 2. Projeto da Sede Sobradinho - Soledade. Fonte: AHRS – autos de medição de terra (Lei de 1899)/Soledade, n° 2578.

Religiosidade e política

Em Sobradinho, na primeira metade do século 20, os conflitos envolvendo imigrantes de origem italiana não se restringiram à problemática territorial, senão que incluíam importantes ques-

tões religiosas e políticas, como exemplificadas a seguir. Nos anos 1930, foi no interior de Soledade e Sobradinho que teve lugar o movimento religioso dos Monges Barbudos, exemplo ímpar na região de embate que opôs o grupo dominante local a pequenos agricultores, posseiros e ervatei-

ros ^{II}. A base do movimento teria sido composta pela “população pobre e esquecida” que, cada vez mais, encontrava dificuldade em ter acesso e permanência à terra e viver de forma autônoma (Kopp, 2013, p. 438). Portanto, teriam facilmente sido mobilizados pela proposta dos monges, que sugeriam, forma geral, uma “vida simples e solidária” (Kopp, 2013, p. 439). Os participantes do movimento eram de procedência étnica diversificada, incluindo descendentes de italianos (Kopp, 2013, p. 415-16).

Por outro lado, comerciantes descendentes de italianos foram também os que mais solicitaram providências às autoridades e repressão contra o movimento em questão (Pinto, 2022, p. 74). Em 1938, a fortíssima repressão aos *fanáticos* e *comunistas* contou com a participação da Brigada Militar de Porto Alegre, Passo Fundo e Santa Maria, além de soldados e civis locais. Monges foram assassinados ao longo do ano, incluindo o líder espiritual do movimento, André Ferreira França, conhecido como Deca França. Segundo Kopp, é preciso, ainda, “resgatar a origem italiana de Anastácio Fiúza, o segundo líder mais importante que, embora não tivesse dons para a cura, foi o principal pregador da ‘nova região’” (KOPP, 2013, p. 187).

Outro exemplo importante a ser destacado, envolvendo questões políticas na localidade, nos

anos 1930, foi a existência em Sobradinho de um núcleo integralista, legitimado pelo vice-cônsul da Itália no município. Documentação estudada por Kopp e suas análises permitem constatar a presença ideológica fascista na região, e perceber que havia então um enfrentamento de “poderes tradicionais sediados no aparelho de Estado com um grupo emergente de imigração italiana, vinculado ao Partido Fascista, os ‘camisas pretas’” (Kopp, 2013, p. 203). Para a autora, sem dúvida, “os ‘camisas-verdes’, como eram conhecidos os adeptos do Partido Integralista de Plínio Salgado, estavam presentes e atuantes em Soledade e Sobradinho” e eram influenciados pelos “camisas pretas” italianos” (Kopp, 2013, p. 203).

Marcante presença

De forma breve, apresentamos o sentido e objetivos da colonização no sul do Brasil, pós Independência, com colonos-camponeses europeus, com destaque aos processos ocorridos no antigo município de Soledade, caracterizado pela multietnicidade. Ao receber levadas significativas de imigrantes italianos e seus descendentes, sobretudo em face do adensamento das colônias velhas em fins do século XIX e início do 20, a região se transformou de maneira profunda. Nesse

^{II} O movimento dos Monges Barbudos foi objeto de vários estudos acadêmicos, especialmente a partir dos anos 1980. Para maiores indicações de bibliografia a respeito, ver ORTIZ, 2014, cap. 3.

texto, tentamos dar mostras, ainda que gerais, da intensidade dessa presença e de seus marcantes impactos na (re)configuração territorial e agrária, na economia (de subsistência e mercantil), na política e na cultura da sociedade do alto da serra do Botucaraí.

Referências

- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. Autos de medição de terras: Lei de 1850 e Lei de 1899/ Soledade.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. OP. 20: Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Cândido José Godoy em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909.
- ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Livros notariais de transmissões e notas/Soledade e Sobradinho.
- CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das missões*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal, 1966.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Orgs.). *Raízes italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997*. Passo Fundo: EdUPF, 2000.
- DE PROVÍNCIA de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul - Censos do Rio Grande do Sul: 1803-1950. Porto Alegre: Convênio FEE/MCS Hipólito José da Costa, 1981.
- EMATER SOLEDADA. Mapa de sesmarias, posses particulares e núcleos coloniais em Soledade.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Corag, 1975.
- IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/soledade.html>
- KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1994.
- KOPP, Maria da Glória Lopes. *A floresta, o curandeiro, o juiz e o capitalista: resistência mestiça em Soledade e Sobradinho*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) PUCRS, Porto Alegre, 2019
- KOPP, Maria da Glória Lopes. Na semana santa de 1938, fanáticos monges barbudos tomam a igreja de Santa Catarina na Bela Vista: prisões e mortes em Soledade e Sobradinho/RS. In: *X Mostra de Pesquisa do APERS*: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Corag, 2013.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2 ed. Passo Fundo: EdUPF, 2001.
- MUNICÍPIO de Soledade. Disponível em: <https://www.soledade.rs.gov.br/>.
- NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- ORTIZ, Elizette Scorsatto. *Educadores capuchinhos em Soledade: criação da Escola Técnica de Comércio Frei Clemente (1936-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) UPE, Passo Fundo, 2004.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *Costumes e conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul* (Soledade 1857-1927). Tese (Doutorado em História), PU-CRS, Porto Alegre, 2014.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul* (1850-1889). Passo Fundo: EdiUPF, 2011.;

PINTO, Jane Cunha. Caboclos da serra do Botucaraí: cultura, economia e sociabilidades. Dissertação (Mestrado em História) UPF, Passo Fundo, 2022.

RELLY, Eduardo. *Desmatamento e clima: colonizações e a tragédia das inundações no Rio Grande do Sul*. In: Nexo, jun. 2024. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opinioao/2024/06/04/desmatamento-e-clima-colonizacoes-e-a-tragedia-das-inundacoes-no-rio-grande-do-sul>

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. p. 93.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

Notas finais

¹ Dados referentes ao ano de 2022 (população e densidade) e 2023 (área territorial). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/soledade.html> Acesso em: 18 de jan. 2025.

² Disponível em: <https://www.soledade.rs.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

³ Sobre a elevação dos preços das terras em Soledade ver Ortiz, 2014, cap. 2

⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Manoel Thomaz dos Santos Vaz, nº 2313.

⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Manoel Thomaz dos Santos Vaz, nº 2313

⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Manoel Thomaz dos Santos Vaz, nº 2313

⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) - Livros notariais de transmissões e notas (Soledade e Sobradinho).

⁸ AHRS - autos de medição de terras (Leis de 1850 e de 1899)/Soledade.

⁹ AHRS - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Graciliano José de Borba, nº 2246.

¹⁰ AHRS - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Graciliano José de Borba, nº 2246.

¹¹ AHRS - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Graciliano José de Borba, nº 2246.

¹² AHRS - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Graciliano José de Borba, nº 2246.

¹³ AHRS - autos de medição de terras (Lei de 1850)/Soledade: Graciliano José de Borba, nº 2246.

¹⁴ APERS - Livro notarial de transmissões e notas (Sobradinho), nº 3, p. 18v.

¹⁵ APERS - Livro notarial de transmissões e notas (Sobradinho), nº 3, p. 18v.

¹⁶ APERS - Livro notarial de transmissões e notas (Sobradinho), nº 3, p. 18v.

¹⁷ AHRS - autos de medição de terra (Lei de 1850)/Soledade: José Bento Pereira, nº 1963 e autos de medição de terra (Lei de 1899)/Soledade: Josephina Pereira de Lima, nº 2578.

¹⁸ AHRS - OP. 20: Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Cândido José Godoy em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. 97-98.

¹⁹ AHRS - OP. 20: Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Cândido José Godoy em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. 98.



A presença da etnia italiana no município de Três de Maio/RS

ORLANDO VANIN TRAGE

A proposta do presente trabalho é fazer uma breve reconstituição histórica da presença da etnia italiana em Três de Maio. Este município, que se localiza na região de Santa Rosa, foi um dos últimos espaços geográficos a serem colonizados no estado do Rio Grande do Sul (Motter, 2014), tendo recebido de forma mais preponderante, a partir da década de 1910, a migração de descendentes italianos, alemães e poloneses – dentre outras etnias –, que vieram somar-se a uma pequena população de nacionais e indígenas que já habitavam o local. A colonização nesta região, resultou na existência de uma sociedade multi-étnica, porém, neste trabalho, realizaremos um recorte focando nossa atenção na etnia italiana. Temos consciência de estarmos estudando uma sociedade contemporânea, com influências mútuas de várias etnias dentro de um mesmo espaço social. Dessa forma, é um trabalho desafiador, pois pelos conceitos de Santos (1977), todos os

elementos do espaço se interligam para produzir determinado resultado. Há a necessidade, portanto, de se tomar todo o cuidado epistemológico na hora de emitir conclusões. De antemão, deixamos claro que não estamos realizando este trabalho para fazer um tipo de história comparada ou uma distinção entre as etnias, nem mesmo para verificar quais colonizadores tiveram maior relevância no processo de formação da população, da economia e da cultura do município estudado. O objetivo é lançar um olhar sobre os italianos em Três de Maio, por ocasião dos 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Características gerais da (i)migração italiana em Três de Maio nas décadas iniciais da colonização

Uma das causas apontadas na literatura para as migrações dos colonizadores para novas locali-

dades, seria, em parte, a diminuição da fertilidade dos solos das regiões inicialmente povoadas, mas talvez o fator mais importante, segundo alguns autores (Tedesco; Heinsfeld, 2009), tenha sido o crescimento demográfico das famílias dos imigrantes, o que resultou na necessidade de buscar novos espaços providos de uma maior disponibilidade de terras agricultáveis e com uma geografia mais favorável à prática de cultivos variados. A busca pelo acesso à terra é certamente um ponto em comum no afluxo de centenas de italianos e outras etnias para a região de Três de Maio.

A narrativa histórica de algumas regiões, muitas vezes, começa a ser realizada somente a partir da chegada dos colonizadores. A historiografia da época descrevia o recorte geográfico abordado neste trabalho como inóspito e selvagem, fato que contribuía para a formação da ideia de que era uma região improdutiva e despovoadas. Por esse motivo, a população de caboclos, que optou por viver nas matas, passou praticamente despercebida pelas demais pessoas, até mesmo pelas autoridades, que pouco estenderam a elas as facilidades de aquisição de terras (Ristow, 2016). Trage (2023) e Schönardie (2008) corroboram as afirmações de Ristow (2016) e apontam que a re-

gião de Três de Maio, na década de 1910, início da colonização, não era totalmente desabitada. Ali já residia uma pequena, mas expressiva, população de camponeses nacionais¹ e alguns indígenas não aldeados que, entre as grandes extensões de matas, cultivavam pequenas roças e criavam poucos animais.

O primeiro imigrante a residir com sua família, no ano de 1913, entre os nacionais, em local bem próximo de onde hoje se localiza a cidade de Três de Maio, foi o italiano Marino Ghiraldo, nascido no dia 29 de outubro de 1873 em Vila Bartolomea, província de Verona, na Itália. No Brasil, a grafia do sobrenome Ghiraldo passou a ser Geraldi, Giral di ou Girardi. O pioneirismo de Marino Geraldi, sobrenome com o qual se tornou mais conhecido, pode ser elucidado, pois ele ocupou, junto com a família, uma região constituída por área de terras devolutas do estado^{II}, portanto, bem antes da demarcação e da venda dos lotes da colonização no ano de 1918, oportunidade a partir da qual vieram a maioria dos colonizadores (Trage, 2023).

Quando da chegada à nova morada, Marino e a esposa, Joaquina, sabendo da dificuldade de subsistir nos primeiros meses em uma área

¹ Camponeses nacionais: denominação utilizada recentemente pelos historiadores para se referir de forma mais inclusiva e não preconceituosa aos caboclos (Ristow, 2022).

^{II} “São áreas remanescentes de sesmarias não colonizadas e transferidas ao domínio do Estado pelo art. 64 da Constituição Federal de 24/02/1891. Também são definidas como terras públicas sem destinação pelo poder público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular” (Regularização de terra devoluta, 2022, p. 1).

de mata fechada, adquiriram, do indígena José Bernardo (Trage, 2023), a posse de um pequeno casebre, algumas roças e animais. O casal e mais cinco filhos ficaram residindo no local, vizinhando apenas com os nacionais por dois anos, quando começaram chegar, por Ijuí, outros imigrantes italianos, alemães e poloneses (Schönardie, 2008).

O grande fluxo de colonizadores na região se deu a partir de 1918, com a venda dos lotes de terra da colonização (Trage, 2023; Schönardie, 2008). A partir de então, a presença italiana se fez sentir mais intensamente, com a chegada de muitas famílias que buscavam por terras para prosperar na agricultura, no comércio e, também, nos serviços que cresciam no povoado que se desenvolvia rápido.

A maioria dos colonizadores italianos que vieram à Três de Maio era procedente das antigas colônias italianas, como Nova Milano (Caxias do Sul), Guaporé, Colônia Álvaro Chaves e Conde D'Edu, e pertenciam à primeira ou à segunda geração de descendentes de imigrantes italianos. Já com o desenrolar da colonização, somaram-se também, alguns descendentes de imigrantes que habitavam a região vizinha de Ijuí.

Pode-se afirmar com segurança que Três de Maio recebeu, na época da colonização, poucos imigrantes italianos – pessoas que nasceram na Itália –, sendo que a maioria dos primeiros povoa-

dores eram filhos ou netos de imigrantes, ou seja, brasileiros natos. Portanto, pela nomenclatura de movimentação de populações adotada pela história, Três de Maio, de forma geral, recebeu, em sua maioria, migrantes de etnias italiana, alemã e polonesa. No caso dos italianos, aconteceu algumas vezes de os “nonos” imigrantes terem vindo juntar-se aos descendentes já estabelecidos em Três de Maio em um segundo momento^{III}.

Na época, as etnias, embora houvesse exceções, se localizavam preferencialmente em uma mesma área de determinadas localidades da colônia, onde tratavam de criar centros de referência, como a construção de igrejas, de escolas e de alguns comércios e serviços mais especializados, visando satisfazer as necessidades que surgiam, assim, formavam-se comunidades interioranas, que guardavam muitas características das etnias que as haviam colonizado (Rückert, 2013).

Já a ocupação do espaço urbano de Três de Maio, se deu, preponderantemente, de forma multiétnica, sendo que os nacionais, em sua maioria, ocuparam espaços na periferia do povoado que se formava e no interior da colônia, como prestadores de mão de obra, já que poucos se habilitaram a compra de terras (Trage, 2023). A colonização de Três de Maio e de todo o alto Uruguai, do ponto de vista étnico, é considerado misto (Rückert, 2013).

^{III} Informação verbal de P. F. em 21 jul. 2024.

Migrantes italianos que optaram por dedicar-se ao comércio ou a serviços mais especializados, trataram de localizar-se próximos aos limites do povoado – Santa Rosa Buricá – que se formava. É fácil de intuir que comprar os lotes próximos ao local do início do povoamento era uma questão de oportunidade, podendo ser, então, por ordem de chegada. Os primeiros migrantes optavam pelas colônias no centro ou mais próximas do povoado. Já os que chegaram mais tarde e desejavam dedicar-se à agricultura, escolhiam adquirir suas áreas de terra no interior do então 7º distrito de Santa Rosa. A Rocinha, segundo Turra e Turra (2007), foi uma das localidades majoritariamente colonizada por descendentes de italianos, mas que após algumas décadas no local, acabaram se deslocando, estabelecendo-se em outras áreas caracterizadas também com predomínio da etnia italiana.

A preferência dos colonizadores era encontrar uma área parcialmente aberta, com vizinhos por perto, para facilitar a subsistência e a busca de ajuda nos primeiros meses na nova morada (Riske, 2016). Possivelmente, o pioneirismo das áreas já abertas por Marino Geraldí, que buscou desde logo produzir excedentes na agricultura – diferente de seus vizinhos camponeses nacionais que buscavam apenas subsistir –, tenha influenciado a localização do povoado que se iniciaria em breve, pois o local serviu de referência para a demarcação dos lotes da colônia, de forma que as terras vizinhas foram as primeiras a serem ocupadas.

Como eram terras livres, Marino escolhera para se estabelecer o que julgou ser o melhor lugar, com muita água por perto. Residindo há cinco anos na localidade, na ocasião da demarcação e da venda dos lotes da colonização, Marino Geraldí teve a preferência legal de adquirir as áreas que ele já ocupava como posseiro de terras devolutas. Comprou o lote n. 2 e o lote n. 4 da 2ª Seção de Santa que, na realidade, apesar dos números não serem em sequência, eram lotes vizinhos (Trage, 2023). Por ocasião do início das vendas dos lotes de terras da colonização, Marino escreveu cartas para o cunhado José Benatti e acabou convencendo-o a vir à Três de Maio com a família e alguns conhecidos. O casal Benatti foi residir na localidade hoje conhecida como Km 13, destino de vários colonizadores italianos que desejavam dedicar-se a agricultura.

Em busca dos sobrenomes de italianos que vieram para Três de Maio na década de 1920, realizamos uma procura nos livros n. 1 de casamentos – anos 1926 a 1930 –, e no livro n. 1 de batismos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Três de Maio. Encontramos nos registros muitos sobrenomes tipicamente nacionais, alemães, poloneses e italianos, demonstrando uma composição multiétnica da comunidade paroquial. Dentre os sobrenomes supostamente italianos, destacamos, em ordem alfabética: Altíssimo, Anderle, Baú, Benatti, Bernardi, Bertholdo, Berti, Bianchi, Bogó, Bombardelli, Bonfante, Casali, Cecconi, Cembranel, Ciota, Coracini, Corazzini, Dallacosta, Dalla-

vechia, Dalprá, De Carli, Dezen, Fronza, Girardi, Martinelli, Martini, Massuda, Matielli, Moretto, Naressi, Nicoletti, Padoin, Peressi, Perin, Perinazo, Pértille, Pinzon, Rigossi, Roberti, Rosin, Rossi, Rosso, Sandri, Sartori, Schiavo, Spanevello, Stringarri, Tibola, Todeschini, Tolfo, Tomasi, Vaccari, Viapiana.

Os colonizadores adquiriam suas terras do governo e, segundo Turra e Turra (2007), na região de Rocinha, o pagamento destas áreas e a conquista dos títulos definitivos de propriedade foram feitos, algumas vezes, mediante prestação de serviços braçais na derrubada de mato e na abertura das primeiras estradas. Segundo os mesmos autores (2007), dentre as famílias de descendentes de italianos que chegaram a Três de Maio entre 1918 e 1925 e localizaram-se em Rocinha, destacam-se as que foram encabeçadas por: Jacó Padoin, Luis Padoin, Emilio Maschi, Pedro Strapasson, Pedro Ribolli, João Andreazza, Rústico Boz, Luciano Tibola, Ernesto Benedetti, Giácomo Turra, Festivo Benedetti, Pedro Lorenzet, Antônio Martinelli, João Veronezi e Isidoro De Carli.

Segundo Trage (2023), na história da colonização, muitas vezes, os imigrantes que foram para o interior e dedicaram-se a agricultura não têm seus nomes lembrados na memória coletiva urbana. Já os que permaneceram na cidade e se dedicaram ao comércio, aos serviços e à política aparecem com mais frequência nas reconstituições históricas.

Descendentes de italianos no comércio e nos serviços do povoado de Três de Maio

Alguns (i)migrantes com descendência italiana, dentre outros descendentes de alemães, de poloneses e de nacionais, marcaram a história de Três de Maio pela contribuição prestada em diversos ramos socioeconômicos. Segundo o Portal Turra (História de Três de Maio, [2024]), são os seguintes: Comerciante: Antônio Cereser; ourives: Humberto Spillari; advogado: Luiz Giacomelli; pároco católico: Padre Gambetti; alfaiate: Pedro Giacomelli; carpinteiro: Emiliano Cassol; sapateiro: José Gresele; telefonista: Albino Veronese; e parteira: Maria Pinzon.

No momento, existem pesquisas em andamento, buscando reconstituir a história dos colonizadores de Três de Maio, porém, o presente trabalho se revestiu da característica de uma coleta de dados rápida, sem a pretensão de um aprofundamento ou de uma grande abrangência de nomes. Assim, conseguimos reunir fragmentos de algumas trajetórias de vida de descendentes de italianos em Três de Maio. Estão descritas aqui, não porque tenham sido as mais importantes, mas são, presumidamente, as mais antigas.

Antônio Cereser

Nasceu em Ijuí e veio para Três de Maio no ano de 1918. Filho do imigrante italiano Pietro

Cereser, natural da província de Udine, no norte da Itália, que chegou ao Brasil por volta de 1880, e se estabeleceu inicialmente em Silveira Martins, onde se casou com Luigi de Martin e, após, transferiu-se para Ijuí. A família prosperou muito na nova localidade e, à medida que os filhos iam crescendo, buscaram se estabelecer em novas áreas de colonização, com maior disponibilidade de terras.

Em Santa Rosa – Buricá, Antônio adquiriu uma colônia de terra e, em 1920, se instalou no povoado com uma casa de comércio. Casou-se com Genoveva Vione Cereser, com quem teve oito filhos: Cecília, Luiza, Madalena, Ernesto, Helena, Alcides, Nelson e Pedro. Em 1952, os filhos de Antônio, Nelson e Pedro, fundaram a empresa Irmãos Cereser LTDA, que veio a se tornar Careser S/A, empresa até hoje estabelecida na Av. Santa Rosa em Três de Maio. Antônio Cereser faleceu no dia 23 de novembro de 1984, aos 98 anos (Zimmermann, 2023b).

Glória Veronese

Nasceu no dia 9 de março de 1892 em Caxias do Sul. Casou-se com Albino Veronese, no ano de 1914. O casal migrou, em 1918, para a região de Buricá, onde adquiriu lotes de terra e construiu sua nova residência junto à futura praça da matriz católica. O casal teve cinco filhos. Albino iniciou o movimento para a construção da primeira cape-

la. Faltando braços masculinos na obra, a própria Glória subiu na escada para segurar os caibros da cobertura. Foi em uma sala da casa do casal Veronese que, no ano de 1920, começou a funcionar a primeira escola da localidade. A primeira professora nomeada pelo governo do estado para Três de Maio, foi Glória Veronese, função que ocupou até 1955, quando solicitou sua aposentadoria. Glória faleceu em julho de 1969, no Hospital S. Francisco, em Porto Alegre. O casal Veronese recebeu homenagens na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (26 de junho de 1970) e na Câmara Federal (14 de julho de 1970). A Câmara Municipal de Vereadores de Três de Maio homenageou sua primeira professora ainda em vida. A escola Ciep, em Três de Maio, inaugurada em 16 de julho de 1993, recebeu o nome de Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Glória Veronese (Zimmermann, 2022).

Albino Tomasi

Nasceu na localidade de Alfredo Chaves – hoje Veranópolis –, no dia 21 de novembro de 1905. Era o quinto filho dos imigrantes italianos David Pedro Tomasi e Josefina Comacchio. Já no final da década de 1920, Albino resolveu mudar-se para a Vila Buricá, onde passou a trabalhar junto de Jacob Emilio Reinehr, escrivão distrital do lugar. Em 1929, já em Três de Maio, casou-se com Dalyra

Weber Rössler. O casal teve doze filhos. Em 1938, após ser destituído do cargo, Jacob Emílio Reinehr propôs a Albino que comprasse o seu cartório, que na época podia ser transferido por venda. A proposta foi aceita, sendo o negócio fechado por 30 mil réis, valor que foi parcelado e pago com os rendimentos do próprio tabelionato. Albino frequentava a igreja todos os dias, além de rezar o terço todas as noites. Mostrava sempre muita empatia pelos usuários do cartório, não cobrando alguns serviços dos necessitados. Brincava dizendo que possuía mais de cem afilhados espalhados pela localidade, tanto que, nos dias de Natal e de Páscoa, apareciam dezenas de crianças para buscar algum doce ou presente do padrinho. Na época, muitos casamentos eram celebrados na Vila, de forma que algumas carroças puxadas por cavalos, enfeitadas com fitas coloridas, vinham até o cartório. Nesses momentos, as filhas de Albino aproximavam-se, curiosas, para ver de perto os nubentes e os convidados sorridentes (Zimmermann, 2024a).

Antônio Bonfanti

Filho do casal de agricultores italianos Santo Bonfanti e Rosa Ferrazza, que vieram para o Brasil por volta de 1875 e se estabeleceram em Caxias do Sul. Antônio casou-se com Albina Fauro, nascida em Caxias do Sul, o casal teve dez filhos: Adelino, Genoveva, José, Teresa, Amabile,

Margarida, Rosa, Helena, Maria e João. Em 1918, a família mudou-se para a região do Santa Rosa – Buricá, após ter residido por pouco tempo em Boa Vista do Cadeado. Na época, já havia alguns casebres dos colonos que chegaram ao local e começavam a formar o arruado de um povoamento. O casal Bonfanti se estabeleceu em uma área mais afastada, onde hoje situa-se boa parte do bairro São Francisco. Ali, instalaram um alambique e uma serraria. Os negócios da família prosperaram muito, possibilitando a Antônio Bonfanti adquirir, por volta de 1925, oito colônias de terras na localidade de São Brás, na Esquina Tucunduva – hoje, município de Tucunduva. Em 1936, Antônio Bonfante acabou demitindo-se do conselho pastoral, começando uma grande desavença entre ele e o vigário, padre Testani. Em 1938, Antônio se associaria com Inácio Wicrowski para darem início a um segundo hospital na vila, em terreno de sua propriedade, o qual se tornou conhecido como Hospital Santo Antônio. Após atritos com alguns sócios, vendeu suas propriedades e, tendo viuvado, foi morar com o filho mais jovem, João Antônio. Faleceu no dia 11 de junho de 1956, aos 72 anos (Zimmermann, 2024b).

Os descendentes de italianos na política três-maiense

Basta conhecermos um pouco do agir e do pensar dos italianos para imaginarmos que eles

participavam das tomadas de posição em relação às questões importantes da comunidade, em alto e bom-tom, opinando sobre a solução de problemas enfrentados e cobrando providências das autoridades.

Nas 17 legislaturas que o município já teve, elegeram-se alguns vereadores da etnia italiana^{IV}. Alguns deles foram reeleitos várias vezes. Vamos enumerar na ordem cronológica em que foram eleitos: Olindo Callai, Carlos Verri, Valentim Cassol, João Sabino Bonfada, Nelson Sala, Neri Perinazzo, Alarico Pelizzon, Dari Bado, Ivo Dalavchia, Luis Fernando Cereser, José Daniel, Luiz José Lena, Valdir Sebastião Darós, Assis João Turra, Gilson Antônio Grando, Luiz Augusto Manjabosco, Paulino Menegat, Edelmar Elói Barasuol, Vilarim Megarejo de Abreu, Alcione Ramos Tomasi, Batista Loro, Renato Melgarejo de Abreu, Eliane Terezinha Zucato Fischer, Fernando Vanin Trage, Lucia Calegaro Marmit, Marcos Corso, Nelci Ângelo Recalcati e Carlos Alberto Baggio.

Três de Maio ainda teve à frente do Executivo Municipal os seguintes prefeitos de etnia italiana: Olívio José Casali, eleito para quatro mandatos; Altair Francisco Copatti, eleito para três mandatos; Luiz José Lena, um mandato; e Marcos Vinícios Benedetti Corso, dois mandatos. Dentre as 17 administrações municipais que a cidade já teve, portanto, houveram dez comandadas por prefeitos descendentes da etnia italiana.

Marcos da presença e da liderança de um padre italiano em Três de Maio nas décadas de 1920-1940

Embora possam ser encontrados vários sobrenomes de origem alemã e polonesa nos primeiros registros de casamentos e de batizados da Paróquia de Três de Maio (Paróquia Nossa Senhora da Conceição, [2024]), existe uma presença expressiva de sobrenomes italianos, constituindo a relação dos fiéis católicos, a partir da metade da década de 1920.

Talvez o sacerdote mais importante de toda a história da Paróquia de Três de Maio tenha sido o padre italiano Monsenhor Vicente Testani, que chegou ao local no dia 21 de fevereiro de 1928. Naquele período inicial da colonização, a religião havia se tornado entre os imigrantes um fator de união, sendo que entre os católicos da localidade, o padre Testani, além de líder religioso carismático, também atuou fortemente na política e na esfera social, tendo uma influência grande na comunidade (Trage, 2023).

Então, a partir de 1928, a comunidade católica, em que se incluía boa parcela da população local constituída de descendentes italianos, passou a ter em seu novo vigário uma grande liderança, vinda da terra do papa. Assim, a comunidade começou a articular a construção de uma igreja maior, que pudesse receber os inúmeros fiéis que

^{IV} Foram incluídos vereadores que um dos sobrenomes seja presumidamente da etnia italiana.

já lotavam, na época, a pequena capela de madeira em dias de missa, além dos futuros fiéis, que viam com a migração de mais indivíduos ao local (Zimmermann, 2023a).

Em 1929, formou-se uma comissão de liderança, que saiu visitando o povoado e as linhas entre os colonos, visando a obtenção de recursos para a construção da nova igreja. Os principais visitados foram os “fabriqueiros”^V da época, os senhores Antônio Bonfanti, Venâncio Perin, Miguel Plech, Fortunato Galiotto, Jacob Petter, Gustavo Krist, Antônio Cereser, Francisco Rossi, Patricio Fin e José Gresele. A maioria dos abordados pela campanha respondeu com grande generosidade. Um fato a destacar é que algumas pessoas que não dispunham de recursos à mão, na época da campanha, recorreram a empréstimos para poderem colaborar com a edificação do prédio (Zimmermann, 2023a).

A construção da igreja levou oito anos, sendo concluída no ano de 1942, dando à cidade de Três de Maio um dos maiores e mais bonitos templos católicos do interior do estado do Rio Grande do Sul. A construção chama a atenção das pessoas que visitam Três de Maio, fazendo da igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, junto de sua praça, confrontando o Templo da Igreja de Confissão Luterana do Brasil da Comunidade São Paulo, o maior ponto de referência da cidade.

O Colégio Pio XI, sob o comando das irmãs vindas da Itália

Quando da chegada do padre Vicente Testani ao povoado de Buricá, os evangélicos luteranos e a comunidade alemã já mantinham uma escola para os filhos dos colonos; o padre Testani, em sua firme determinação de enfrentar o que ele chamava de “seitas acatólicas”, passou a agir, com o apoio do bispo de Uruguaiana, para criar em Três de Maio, uma escola administrada por uma congregação católica. Segundo Zimmermann (2023), ao não encontrar recursos humanos disponíveis no estado do Rio Grande do Sul, o padre Testani solicitou licença à diocese para ir à Itália, onde procurou um monastério em Bergamo, em que havia uma Congregação Católica de Vida Apostólica e Comunitária, que mantinha ações nas áreas da educação, da saúde e da assistência social, chamada Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus.

Alguns meses depois do primeiro contato, o Monsenhor Vicente Testani retornou ao monastério, quando lhe foram apresentadas as sete freiras que se dispuseram a vir para o Brasil ajudá-lo na missão de educar os filhos dos paroquianos de Três de Maio. Antes de viajarem ao Brasil, as irmãs foram receber a bênção do Santo Padre Pio XI, que lhes disse as seguintes palavras: “*Me fazei*

^V Fabriqueiros – eram os membros do conselho paroquial, encarregados de recolher os rendimentos de uma igreja, administrar-lhe o patrimônio e zelar pela conservação dos adereços e paramentos.

FIGURA 1. Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Três de Maio (2024). Vista da Praça da Igreja Matriz Católica de Três de Maio, podendo-se visualizar à esquerda a estátua do Monsenhor Vicente Testani – padre italiano e idealizador da construção da igreja. Fonte: Acervo do autor.



uma verdadeira caridade indo até Buricá!” (Zimmermann, 2023). No dia 28 de dezembro de 1930, uma multidão esperou, na entrada da vila de Três de Maio, a vinda das irmãs italianas, mães Maria Antônia Perini e Josefina Zeni, e as irmãs Jesualda David, Rosa Valsecchi, Nicolina Corvata, Vitoria Rotta e Juliana Varesco, que iniciariam um trabalho dedicado ao ensino de crianças, de adolescentes e de jovens.

O Hospital São Vicente de Paula

A campanha para a construção de um hospital no povoado foi iniciada no dia 20 de agosto de 1933, sob a liderança do padre Vicente Testani, que decidiu, mesmo sem o consenso dos membros da Ação Católica, que a obra seria realizada no mesmo terreno da Escola das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus. No dia 18 de outubro de 1936, foi fundado o Hospital São Vicente de Paulo de Três de Maio. A esperança da população era ver o hospital funcionando e não precisar mais se deslocar a Santa Rosa em busca de atendimento médico. O local passou a ser administrado pelas irmãs e estava sempre com dificuldade para obter médicos. O padre Testani, em viagem a Santa Maria, relatou esse problema, contando que a Madre Superiora Nicolina Corvatta encerrava as rezas com as demais freiras sempre dizendo: *“Orate*

fratelli per vire um dottore buono”^{VI}(Zimmermann, 2023). Em Santa Maria, uma beata que o padre Testani contactou, lembrou-se de seu sobrinho, que iria se formar em Medicina, em Porto Alegre, então, graças a esse contato, no ano de 1938, chegou em Três de Maio, o médico com descendência italiana Brutus Portinho Nessi, que marcaria a história da instituição e do município com o popular nome de “Dr. Portinho”.

O Colégio Estadual Cardeal Pacelli sob a direção do Padre Italiano – Guibaudo Orestes

Outro italiano que teve um forte impacto sobre a comunidade de Três de Maio foi o Padre Guibaudo Orestes, nascido em Turim, na Itália, filho de Maria Rivoira e Carlo Ghibaud. Em 31 de maio de 1947, foi ordenado presbítero e após a ordenação sacerdotal, durante cinco anos, trabalhou em diversas casas do Instituto da Consolata na Itália. Chegou ao Brasil em 1954 e, durante mais de 30 anos, permaneceu em Três de Maio como diretor do Colégio Estadual Cardeal Pacelli (Alves, 2020).

A prova de fogo de todos os alunos era estudar matemática com o padre Orestes, durante o terceiro ano do ginásio. Figura muito popular em Três de Maio, o padre era visto pelos alunos e professores, diariamente, pelos corredores do co-

^{VI} “Orai irmãs, para que venha um bom doutor”.

légio Pacelli. A figura, independentemente de seu cargo diretivo, vinha imbuída de uma autoridade, respeitada por professores, alunos e comunidade três-maiense. Ele era visto circulando pela cidade com sua Kombi, e seu enérgico apito de comando se fazia ouvir acima das batidas dos tambores na avenida Uruguai, durante os desfiles da Semana da Pátria. O padre Orestes cursou conservatório de música. Tocava harmônio na igreja durante as missas e acordeon para os alunos em determinadas ocasiões. Após deixar a direção do colégio em Três de Maio, o padre Orestes Guibauda foi exercer seu ministério sacerdotal em Brasília, onde faleceu em 2020, aos 101 anos (Informação verbal [2024^{VII}]).

O Seminário Nossa Senhora de Fátima e o município de Três de Maio como um berço de várias vocações religiosas

Segundo Turra e Turra (2007), nas décadas de 1960 e 1970, grande parte dos adolescentes descendentes de italianos do interior, muitos pelo desejo de estudar e outros por vocação religiosa, ingressaram em colégios internos e seminários. Uma pretensa carreira religiosa era uma alternativa muito desejada e apoiada pelas famílias, e representou, para muitos, a grande oportunidade de suas vidas para estudar.

A comunidade católica de Três de Maio, na década de 1960, em um esforço conjunto dos membros, construiu um respeitável prédio para abrigar um seminário, localizado no perímetro urbano da cidade. Os trabalhos de construção iniciaram em 1957, mas a inauguração ocorreu apenas em 12 de fevereiro de 1961, com a presença do novo bispo de Uruguaiana, Dom Luís Filipe de Nadal, e do governador do estado, Dr. Leonel de Moura Brizola (Amigos da Consolata [...], 2023).

Na década de 1960, os meninos, após o quinto ano do primário, por volta dos 13 anos, muito frequentemente iam para o Seminário Nossa Senhora de Fátima em Três de Maio. Já para as meninas se apresentava as possibilidades de estudar no Colégio das Freiras da Consolata, Cristo Rei, em Horizontina, ou no Colégio Dom Hermeto, em Três de Maio. Os que residiam no interior e pretendiam seguir a vida religiosa, geralmente, estudavam em regime de internato, fazendo a etapa da formação básica; os que ainda persistiam na vocação, seguiam seus estudos em seminários superiores localizados em Erechim e São Paulo (Turra; Turra, 2007). Pelos dados que coletamos em informações verbais^{VIII}, podemos concluir que nas décadas de 1950 e 1960, a maioria dos filhos de descendentes de italianos que fizeram curso superior, iniciaram como seminaristas, mesmo tendo, mais tarde, deixado de lado a carreira religiosa.

^{VII} Informação Verbal M. L. V. T. – Três de Maio, 14 de agosto de 2024.

^{VIII} Interlocutores P.F; M. L. T.; A.R.

Turra e Turra (2007), em seus levantamentos, apontaram nomes de três-maienses, descendentes de italianos, que assumiram a vida religiosa, tendo exercido seus ministérios em locais como: África, Portugal, Argentina, Colômbia, Inglaterra, São Paulo, Porto Alegre, Tenente Portela, Três de Maio e Horizontina. Dentre os nomes que estiveram ligados a Três de Maio, por meio da comunidade de Rocinha e do Seminário Nossa Senhora Consolata, podemos destacar Dom Elio Rama, bispo da Diocese de Pinheiros, em São Paulo.



Figura 2. Dom Elio Rama e o Papa Francisco I, em Roma (2024). Fonte: Arquivo pessoal de Dom Elio. Disponível em: Dom Elio Rama: “a missão é ousada” - Vatican News (Patias [2024]).

Os religiosos da família Dezen de Alto da União – Três de Maio

Muitas famílias italianas comentavam que “família abençoada era a que possuía um padre

no seu meio”. A família de Pedro e Maria Letícia Dezen, então, foi duplamente abençoada, pois teve dois padres e uma freira. A trajetória deles foi semelhante à de muitos filhos de imigrantes italianos, das antigas colônias italianas que vieram para Três de Maio. O casal Dezen já possuía dois filhos e uma filha ao saírem de Caxias do Sul: Abramo, Camilo e Assunta. Após rápida passagem por Sarandi, onde nasceu outra filha, Josefina, os Dezen adquiriram lotes da colonização no interior de Três de Maio, possivelmente no ano de 1919, na localidade de Alto da União, onde passaram a vizinhar com outras famílias de italianos, como os Dalmás, os Bonnim, os Pedó e os Bonassa.

Na nova localidade, tiveram mais sete filhos: Égile, Clementina, Francisco Gervásio, Alexandrina, Bernardina, Eugênia e Zita. O local da moradia tinha 7 km de distância do povoado de Três de Maio, sendo assim, alguns dos filhos percorriam a pé aquele trajeto até o colégio das irmãs para estudar. Tinham que passar por uma pinguela no rio Guarainzinho e quando chovia, a água impedia a passagem, então, o vizinho, sr. Vendrúsculo, passava as crianças a salvo da enchente, uma por uma, na garupa do lombo de um cavalo.

O filho mais velho dos Dezen, Abramo, com o incentivo da família, foi o primeiro a “estudar para padre” no Seminário de Cerro Largo – em época bem anterior à criação do Seminário em Três de Maio –, tendo passado por São Leopoldo e Santa Maria. O que fez com que alguns dos irmãos

não pudessem mais estudar, para poder trabalhar e pagar os custos do seminário. A irmã Josefina também foi estudar no colégio Dom Hermeto, em Três de Maio, depois Santo Ângelo, e tornou-se freira. Mais tarde, o irmão Francisco Gervásio também foi ao seminário, sendo que, nessa época, Abramo, que já era padre, ajudava a pagar o custo da formação religiosa do irmão do meio^{IX}. Essa vontade de ter um padre na família foi relatada por alguns dos nossos interlocutores verbais.

Saindo do campo religioso e político, descendentes de italianos nascidos em Três de Maio se destacaram no cenário acadêmico no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e até em âmbito internacional, como no caso do Prof. Dr. Volnei Garrafa, um dos pioneiros da bioética no Brasil.

Alguns descendentes de destaque em Três de Maio:

Volnei Garrafa

Nascido em Três de Maio, com descendência italiana por parte de pai, o Dr. Volnei Garrafa é professor emérito da Universidade de Brasília. Realizou a sua graduação em odontologia pela Pontifícia Universidade da Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em Porto Alegre (1965-1968). Após a formatura, continuou seus estudos

em São Paulo e tornou-se especialista em Cance-
rologia Bucal (residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970). Doutorou-se em Ciências, pela UNESP (1971-1974). No ano de 1980, junto do Dr. Antônio Fernando Tommasi, Volnei Garrafa publicou o primeiro livro brasileiro sobre câncer bucal, pela editora MEDISA. Tendo adquirido também a cidadania italiana, realizou pós-doutorado em Bioética pela Universidade La Sapienza, em Roma (1991-1993). Atualmente, é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades e coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – Mestrado e Doutorado Acadêmico (Garrafa, Curriculum Lattes [2024]).

Pelos dados que coletamos, Garrafa é um dos descendentes de italianos nascidos em Três de Maio que atingiu alto grau acadêmico, sendo pós-doutor, autoridade renomada e um dos pioneiros em estudos de bioética no Brasil, possuindo uma produção científica de excelência. A pesquisa acadêmica de Volnei inclui 22 livros publicados, orientação de 38 teses de doutorado, 21 dissertações de mestrado e 52 monografias de especialização em Bioética, Saúde Pública e Estomatologia.

Tendo trabalhado por quase cinquenta anos na Universidade de Brasília (UNB), recebeu o título de Professor Emérito daquela instituição de ensino e pesquisa no ano de 2020 (Lustosa, 2022).

^{IX} Informações verbais da interlocutora Clementina Maria Dezen Sartor, na data de 4 de agosto de 2024.



Figura 3. Dr. Volnei Garrafa recebe o título de professor emérito da Universidade de Brasília (2020). Fonte: Lustosa, 2022. Foto: Mozaniel Silva/Secom UnB.

Raphael Honorino Carlos Loro

Nascido em Três de Maio, no dia 20 de outubro de 1937, filho do casal Mariano Giacomio Loro e sua esposa, neto de imigrantes italianos, teve uma educação marcada pelo rigor e pela religiosidade. Realizou parte de sua formação no Seminário dos Jesuítas, em Cerro Largo, não tendo se identificado, porém, com os costumes severos da vida de seminarista, que o impediam de uma maior participação social e até de jogar futebol. Em 1954, o jovem Loro foi para Porto Alegre (Exposição de motivos, [2024]).

No ano de 1959, ingressou no curso de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica

do Rio Grande do Sul, tendo finalizado o curso no ano de 1962 e, um ano após a formatura, foi convidado pelo professor João Efraim Wagner, regente da disciplina de Cirurgia Bucomaxilofacial, a dar aulas na Faculdade de Odontologia da PUCRS.

Em Londres, fez aperfeiçoamento em cirurgia, tendo trazido ao Brasil uma técnica de cirurgia de prognatismo, que realizou com pioneirismo em Porto Alegre. Em 1984, Loro assumiu a direção da Faculdade de Odontologia da PUCRS, tendo permanecido nessa função durante vinte anos.

Como diretor da PUCRS, transformou-a em uma das melhores faculdades de odontologia do país, recebendo conceito máximo de qualidade pelo Ministério da Educação e reconhecimento em toda América do Sul e América Central. Além dessas atividades, foi, durante anos, vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico – Abeno – e presidente dessa Associação na Seção Rio Grande do Sul. Também foi idealizador e fundador da Academia Gaúcha de Odontologia, presidindo-a até seu falecimento, no dia 11 de abril de 2004, aos 66 anos (Exposição de motivos [2024]).

Telmo Pedro Bonamigo

Segundo a Academia Sul-rio-grandense de Medicina (Bonamigo [2024]), Telmo Pedro Bonamigo era filho do casal de descendentes italianos

Luís Bonamigo e Magdalena Ceccato. Nasceu em Três de Maio, em 1942. No ano de 1961, foi aprovado em primeiro lugar no vestibular para a primeira turma da Faculdade Católica de Medicina, hoje, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), tendo concluído o curso em 1966.

Após a realização de sua formação cirúrgica no Departamento de Cirurgia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nos anos de 1967 e 1968, especializou-se em Cirurgia Vascular no Hospital de Clínicas de São Paulo. Defendeu sua tese de doutoramento em Cirurgia Vascular, em 1973, na mesma instituição, aprovada com distinção. Obteve o título de Professor Livre-Docente em Cirurgia Vascular na UFCSPA em 1997. Foi chefe do Departamento de Cirurgia da Faculdade, de 1990 a 1995, quando editou o livro *Condutas Cirúrgicas*, com a colaboração da maioria dos docentes da área cirúrgica da Santa Casa (Bonamigo, [2024]).

Foi membro do Departamento de Angiologia da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS), da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV), da Asociación de Cirujanos Vasculares de Habla Hispana, da European Society for Vascular Surgery e da International Society for Cardiovascular Surgery. Foi presidente do 30º Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular, realizado em Porto Alegre, em 1993. Entre suas publicações, destacam-se

quatro livros: *Doenças da aorta e seus ramos* (1991); *Guia prático de angiologia e cirurgia vascular* (1991); *Condutas Cirúrgicas* (1993); e *Doença aneurismática* (1999). Tem extensa produção científica, com 43 capítulos de livros, 70 artigos em revistas nacionais e um em revista internacional. Membro emérito da Academia Sul-rio-grandense de Medicina, cadeira 24. Faleceu em 5 de janeiro de 2023, aos 80 anos (Bonamigo, [2024]).

Orlando Giraldi Vanin

Nasceu em Três de Maio, no dia 16 de julho 1929, era neto de Marino Giraldi, primeiro imigrante italiano a habitar o solo do município três-maiense. Aos 16 anos, já residindo e estudando em Porto Alegre, Vanin ingressou na carreira pública como oficial administrativo do Tribunal de Contas do Estado, em 1953. Em meados de 1960, assumiu o cargo de advogado de ofício, na Secretaria do Interior e Justiça. Na Consultoria-Geral do Estado, desempenhou a função de diretor-geral, em 1965.

Foi nomeado consultor geral do estado do Rio Grande do Sul em 1971, à época do Governador Euclides Triches, tendo exercido a função até 1974. Foi subchefe para assuntos jurídicos da Casa Civil, durante o governo de Jair Soares e, a convite, passou a integrar o Conselho Superior de Educação. Posteriormente, atou no Tribunal

de Justiça Militar como juiz de alçada, onde se aposentou. Assumiu a presidência do Tribunal da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (Procuradoria Geral do Estado [2024]). Foi professor da disciplina de Direito Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Pontifícia Universidade do RS. Faleceu em Porto Alegre, na data de 9 de agosto de 1988 (Informação verbal, 2024^x).

Reflexões finais

A participação da etnia italiana na colonização de Três de Maio caracterizou-se como um processo migratório proveniente das antigas colônias italianas da serra gaúcha, que trouxe para a região, principalmente, descendentes de 2^a e 3^a geração de imigrantes em busca de terras. Mesmo sem uma ligação direta com a Itália, esses migrantes tiveram uma ponte entre o Brasil e o país de seus ancestrais, por meio dos antepassados e dos religiosos e religiosas italianas, como o Monseñor Vicente Testani e as Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus, que atuaram além da religião, na educação e na saúde da população de Três de Maio, nas importantes primeiras décadas de organização social e política do povoado.

Apesar de um aparente equilíbrio étnico na população em geral, algumas comunidades in-

terioranas do município de Três de Maio, com certeza, ficaram marcadas por uma expressiva população identificada por uma, ou outra etnia. Rocinha e Consolata, dentre outras localidades, podem ser destacadas como tendo sido povoadas majoritariamente por descendentes de italianos, e nos parece que é destes locais que hoje provém grande parte da força da *Associação Cultural Italiana de Três de Maio e Região* (ACITRE). Um exemplo notável de preservação cultural é a propriedade de Nelsis José Turra, que construiu uma casa para homenagear e manter viva a história de sua família italiana. Com um acervo de cerca de mil itens do início do século XX, a casa oferece uma imersão na antiguidade e na vida dos imigrantes italianos que se estabeleceram na região.

O fato de que existe no centro urbano do município uma associação italiana (ACITRE) com um significativo número de integrantes, reunindo-se periodicamente, confraternizando, compartilhando costumes, músicas e culinária de origem italiana, é uma evidência de um passado cuja importância é reconhecida e valorizada pela atual sociedade três-maiense. Os descendentes de italianos deram uma expressiva contribuição para o desenvolvimento da região, tendo trazido consigo não apenas a força de trabalho, habilidades e conhecimentos, mas também uma riqueza de tradições culturais que continuam a influenciar

^x Informação verbal, V. L. V. T., 2024.

a vida da atual população, sendo um testemunho do positivo impacto da imigração italiana no município, lembrando da importância de preservar e celebrar a diversidade cultural.

Referências

AMIGOS DA CONSOLATA se reúnem em Independência. *Portal Consolata América*, 9 janeiro, 2023. Disponível em: Amigos da Consolata se reúnem em Independência (RS) - Consolata América (consolataamerica.org). Acesso em: 04 set. 2024.

ALVES, Bernardete. Padre Guibaud Orestes: o missionário dos jovens, morre as vésperas dos 102 anos. Brasília, 21 de janeiro 2020. Disponível em: <https://bernadetealves.com/2020/01/21/padre-ghibaud-o-orestes-o-missionario-dos-jovensmorre-as-vesperas-dos-102-anos/>. Acesso em: 10 set. 2024.

BONAMIGO, Telmo Pedro. *Academia Sul-rio-grandense de Medicina*. Disponível em: Telmo Pedro Bonamigo – ASRM (academiamedicinars.com.br). Acesso em: 11 jul. 2024.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - Proc. Nº 2867/08 PLL nº 114/08. *Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. Disponível em: Microsoft Word - 028672008PLL_PROJETO_28828140_937 (camarapoa.rs.gov.br). Acesso em: 11 jul. 2024.

GARRAFA, Volnei. CNPG – *Curriculum Lattes*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a história da paisagem. In: ZARTH, Paulo A. (Org). *História do*

campesinato na Fronteira Sul. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012. 320 p. Disponível em: 2012-paisagem.pdf (gerhardt.pro.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

HISTÓRIA DE TRÊS DE MAIO. *Portal Turra*. Disponível em: o4xichpgjaywvj09ox_História de Três de Maio_247K_2904..pdf (sitearquivos.s3-us-west-2.amazonaws.com). Acesso em: 02 ago. 2024.

LUSTOSA, Daniel. Volnei Garrafa torna-se professor emérito da UNB. Universidade de Brasília – *UNB Notícias*, 2022. Disponível em: UnB Notícias - Volnei Garrafa torna-se Professor Emérito da UnB. Acesso em: 11 jul. 2024.

MOTTER, Adriana Fátima Canova. Colônia Santa Rosa (NW do RS): memórias que compõem sua história ambiental. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 163, dez. 2014. Disponível em: Vista do Colônia Santa Rosa (NW do RS): memórias que compõem sua história ambiental (uem.br). Acesso em: ago. 2022.

PATIAS, Gianantonio Sozzi e Jaime C. Dom Elio Rama: a missão é ousada. *Portal Vatican News*, [2024]. Disponível em: Dom Elio Rama: “a missão é ousada” - Vatican News. Acesso em: 04 ago. 2024.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. *Dr. Orlando Giralaldi Vanin*. Disponível em: 01143851-drorlando.pdf (pge.rs.gov.br). Acesso em: 23 ago. 2024.

REGULARIZAÇÃO DE TERRA DEVOLUTA. Instituto de defesa agropecuária e florestal do Espírito Santo, 2022. Disponível em: <https://idaf.es.gov.br/regularizacao=-de-terra-devoluta#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20terras%20devolutas,o%20patrim%C3%B4nio%20de%20um%20particular>. Acesso em: 22 out. 2022.

RISKE, Solange Sueli Assenheimer. *A imigração ale-*

mã na região de Santa Rosa – 1890 a 1930. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2016. Disponível em: Solange Sueli Assenheimer Riske.pdf (unijui.edu.br). Acesso em: 26 set. 2022.

RISTOW, Fábio Weiler. *Camponeses nacionais no Rio Grande do Sul: uma cultura marginalizada*. 2016. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016. Disponível em: Camponeses nacionais no Rio Grande do Sul: uma cultura marginalizada (unijui.edu.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da História Comparada. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 5, Nº 10, p. 203-225, Dez. 2013.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. *O histórico-cultural na constituição do humano: a presença dos signos representativos do movimento cooperativo em Três de Maio/ RS*. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2008. Disponível em: Microsoft Word - DISSERTAÇÃO VERSÃO 53.doc (unijui.edu.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). *Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Erechim: Habilis, 2009.

TURRA, Nelsis José; TURRA, Terezinha. *Histórico da comunidade de Rocinha*, 2007. Disponível em: HISTÓRICO DAS FAMÍLIAS PIONEIRAS DE

ROCINHA (sitearquivos.s3-us-west-2.amazonaws.com). Acesso em: 02 ago. 2024.

ZIMMERMANN, Clemar. Três de Maio e sua história: O casal Glória e Albino Veronese. *Jornal Semanal* – cadernos S, Três de Maio, 12 ago. 2022.

ZIMMERMANN, Clemar. Três de Maio e sua história: a igreja matriz católica de Três de Maio. *Jornal Semanal* – cadernos S, Três de Maio, 28 jun. 2023a.

ZIMMERMANN, Clemar. Três de Maio e sua história: Antônio Cereser. *Jornal Semanal* – cadernos S, Três de Maio, 22 outubro. 2023b.

ZIMMERMANN, Clemar. Três de Maio e sua história: O escrivão Albino Tomasi. *Jornal Semanal* – cadernos S, Três de Maio, 05 abr. 2024a.

ZIMMERMANN, Clemar. Três de Maio e sua história: Antônio Bonfanti. *Jornal Semanal* – cadernos S, Três de Maio, 07 jun. 2024b.

Fontes

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. *Livro n. 01 de Batismos* (1ºs cem registros), e *Livro n. 01 de Casamentos* – anos 1926 a 1930.



Nos fins do século XIX e início do século XX, o Brasil vivenciou um momento de recebimento de intensas ondas migratórias advindas da Europa que tiveram um notável impacto na formação social, política, cultural e econômica. O Rio Grande do Sul, em especial as regiões norte e nordeste, com seu clima, solo e “disponibilidade” de terras, apresentou-se como um dos destinos mais atrativos para os italianos que viviam uma situação delicada na recém unificada Itália. Com as atrativas propagandas que vendiam a América como a “*terra della cucagna*”, onde os imigrantes encontrariam prosperidade, sorte e riquezas, o Governo Imperial e o Governo Provincial souberam tirar proveito da situação desfavorável da Europa e passaram a incentivar a vinda de imigrantes italianos. Desta forma, para melhor organizar a distribuição de terras aos novos chegados colonos,

uma das estratégias foi a criação de colônias de povoamento, que comumente eram subdivididas em pequenos distritos (vilarejos), dentre elas, fundou-se, em 1884, a Colônia Alfredo Chaves¹.

Antes deste período, em meados de 1830, o território do qual se formou a Colônia Alfredo Chaves, pertencia a Santo Antônio da Patrulha, e as freguesias mais próximas eram Lagoa Vermelha e Vacaria. Com a necessidade de busca de terras para cultivar, os excedentes populacionais iniciaram clandestinamente um processo de abertura de picadas em meio à mata, penetrando a região e criando pequenos polos populacionais sem a devida autorização do Governo.

Vendo o excesso de pretendentes às terras, a Inspeção Geral de Colonização efetivou a criação da Colônia Alfredo Chaves e iniciou o

¹ A Colônia Alfredo Chaves originou, posteriormente, os municípios de Veranópolis (sede), Cotiporã, Fagundes Varela, Vila Flores, Vista Alegre do Prata, Nova Prata, Protásio Alves, Nova Bassano e Nova Araçá, que buscaram suas emancipações político-administrativa pouco a pouco, desmembrando-se da antiga sede.

processo de demarcação e destinação dos novos colonos. Os imigrantes italianos compunham a maior parcela de habitantes da nova Colônia, sendo seguidos pelos poloneses, que estavam mais centralizados em núcleos específicos espalhados pelo território.

FIGURA 1. Imigrantes italianos realizando a abertura de uma estrada na comunidade de São Liberal, no distrito de Vista Alegre. Fonte: Galeazzi, 2004, p. 107.

I primi anni di lavoro

Fundada a nova colônia de imigrantes em 1884, anos mais tarde, Galeazzi diz que, “em 1901, no dia 08 de março, a Comissão de Terras e Colonização, com sede no município de Alfredo Chaves, criou dois novos núcleos coloniais: Araçá e Vista Alegre” (2004, p. 14). Assim, Vista Alegre passa a ser o 6º distrito da Colônia Alfredo Chaves, localizada na Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo limites ao norte com o município de Nova Bassano, ao sul com Fagundes Varela, a leste com Nova Prata e a oeste com Guaporé (Galeazzi, 2004, p. 74).



Farina diz que, por ser o prolongamento da Colônia Alfredo Chaves, “longe do comércio, totalmente desprovida de estradas e sem qualquer tipo de comunicação, Vista Alegre teve um desenvolvimento bem vagaroso” (1986, p. 136), especialmente nos primeiros anos de estabelecimento dos imigrantes.

Sobre a região da Serra Gaúcha onde instituiu-se a Colônia Alfredo Chaves, podemos afirmar que o “seu relevo é acidentado, seu clima, mais fresco e úmido, seu solo, exposto a uma erosão mais intensa” (Roche, 1969, p. 195), o que dificultou o desenvolvimento e sobrevivência dos colonos nos primeiros anos da imigração, visto que a subsistência dos grupos provinha essencialmente do manejo da terra que, para ocorrer, exigiu a derrubada das matas densas para iniciar o plantio. Ao relatar os ocorridos dos primeiros anos da imigração no 6º distrito de Vista Alegre, Galeazzi afirma que

Muitos mataram a fome através dos pinhões^{II}, que na época da imigração, tinha em abundância. Também utilizavam para comer os miolos dos coqueiros (palmito) pois o trigo era escasso e os moinhos estavam longe. Viviam da caça de passarinhos, tatus, porco do mato, veado etc. (...) cons-

truíam as primeiras estradas só com o uso da pá e picareta, pois tinham que pagar parte de suas terras que receberam do Governo. O primeiro moinho só existia em Alfredo Chaves, e alguns não tinham animais de carga para levarem o trigo ou milho ao mesmo, levavam o produto em suas próprias costas. O perigo de animais como o tigre negro era constante, a fome e a miséria de alguns era quase insuportável. (2004, p. 31-32)

Após as terras serem distribuídas pouco a pouco e as novas povoações ocuparem o território, os recém chegados passaram a se organizar em comunidade para construir as primeiras edificações e, posteriormente, os primeiros capitéis e oratórios, todos eles em madeira (especialmente de araucária), para manter vivida a fé católica naquele ambiente distante da sede de Alfredo Chaves.

No ano de 1902, o Padre José Bardin, imigrante italiano, visitou o distrito e fundou uma pequena Capela destinada a Santo Antônio, no local onde hoje está situada a atual Igreja Matriz de São José. Logo, em 1910, foi instaurada a primeira escola no distrito de Vista Alegre, cujo primeiro professor foi Giácomo Dalla Costa (Galeazzi, 2004, p. 14), um imigrante italiano.

Na região mais próxima ao vilarejo e onde

^{II} Segundo Golin, a diversidade de espécies de araucária que produziam pinhões durante grande parte do ano “era resultado do manejo florestal praticado pelos indígenas, que não apenas realizavam uma seleção de espécies, como também as cruzavam, gerando sementes híbridas utilizadas posteriormente pelos imigrantes” (2012, p. 14). Assim, o pinhão foi um dos principais alimentos apropriado pelos imigrantes e que era de domínio das populações indígenas que os antecederam.

fundou-se a escola, havia maior concentração de imigrantes italianos e, por essa razão, as aulas aconteciam em italiano e muito pouco em português, visto que, mesmo com a fundação da escola no distrito, em 1925, a população da Paróquia era de 2.147 crianças e 2.417 adultos, desses últimos, apenas 82 falavam português, 697 polonês e 1.638 italiano (Galeazzi, 2004, p. 18).

No decorrer dos anos, a comunidade foi crescendo e, ainda na primeira metade do século XX, o distrito contava com atividades comerciais diversas. Galeazzi, ao consultar a monografia do município do Prata (atual Nova Prata), escrita por Oscar da Costa Karnal, e publicada em 1939, no indicador profissional, encontrou as seguintes relações apresentadas na tabela abaixo:

Casa Comercial	Empreendimento de Romualdo e Heitor Tarasconi, onde eram comercializados ferragens, livros, louças, calçados, secos e molhados. Possuía, também, um depósito de sal, cimento, entre outros produtos.
Carijos e Barbacué	A erva-mate era um dos principais produtos agrícolas produzidos no distrito. Os carijós de barbacué possuíam um túnel subterrâneo utilizado para a produção de calor para secar as folhas da erva-mate. Existiam várias sociedades de produtores, dentre eles destacam-se: Tarasconi & Farina, Simonato & Larini, Meneghini & Ramon, Antônio Bidese & Cia, Irmãos Donin, Antônio Francescato, entre outros, cuja produção de erva-mate era de boa qualidade e de reconhecimento no estado.
Hotel Central de Luiz Rigon	Um estabelecimento com cômodos de qualidade, garagem, telefone e adega. No local ficavam hospedados viajantes que circundavam pela região.
Alfaiataria e Barbearia de Pedro Néspolo	Espaço comercial descrito como um estabelecimento que atende os mais exigentes clientes, sendo o único no distrito com essa prestação de serviços.
Casa Comercial de Ernesto Tufani	Empreendimento destinado à compra e venda de produtos coloniais diversos.
Carpintaria e Marcenaria de Pedro José Maschio	Empreendimento familiar cujo foco eram atividades relacionadas ao ramo, como construção de móveis e edificações, atendendo no distrito e na região. A família Maschio era reconhecida pela notável técnica empregada na madeira.
Casa Elias Scalco	O local possuía um bar no porão e acomodações hoteleiras no 3º piso. Anos mais tarde foi também uma rodoviária e parada obrigatória dos viajantes que passavam pelo distrito.

TABELA 1. Empreendimentos do distrito de Vista Alegre. Fonte: (KARNAL apud GALEAZZI, 2004, p. 20). Adaptação da autora.

Os empreendimentos mencionados eram geridos e coordenados por famílias de imigrantes e descendentes de italianos. Comumente, eram criadas sociedades para melhor organizar os trabalhos e as tarefas desenvolvidas pelos pequenos negócios. Como os meios de transporte eram escassos e, pelo distrito estar situado há quilômetros de distância da sede, contava com uma variedade de pequenas empresas comunitárias e

familiares para atender às mais variadas demandas da população.

Além destas atividades, o distrito contava com outras prestações de serviços que colaboraram para o desenvolvimento da comunidade. Muitos dos ofícios eram aprendidos na prática, através da convivência entre grupos com conhecimentos específicos em cada área. Sobre esses serviços, a tabela abaixo destaca:

Dentista	Serviços prestados por Arlindo Peruzzo.
Engenho de Água	Possuíam engenhos individuais os senhores Virgílio Bochi, Domingos Caleffi e Irmãos Magoga.
Fábrica de Queijos	Gerenciada por Tarasconi e Cia.
Ferrarias	Possuíam ferrarias os senhores Francisco Farina, João Giombelli, João Maschio, Guerino Maschio e Teodoro Modelski (polonês).
Funilaria	Serviços prestados por Francisco Suder e seu filho João Suder.
Hotel	Possuíam hotel os senhores Elias Scalco e Adão Simonatto.
Mascates	O distrito contava com dois vendedores ambulantes, Isac Lewgoy e Saad Saad.
Oficina de carpinteiro	Serviço prestado por Antônio Donin.
Selarias	Serviço prestado por João Cecchetti.
Serrarias	Gerenciada por Risso Simonatto e Cia.
Empresa de Ônibus	Gerenciada por Francisco Muccelin Filho. O ônibus passava uma vez por semana, nas quartas-feiras, com destino à Alfredo Chaves, e retornava no dia seguinte.

Tabela 2. Prestação de serviços no distrito de Vista Alegre. Fonte: (KARNAL apud GALEAZZI, 2004, p. 20-21). Adaptação da autora.

Outro marco importante no desenvolvimento econômico do distrito de Vista Alegre ocorreu em 30 de novembro de 1947, onde foi fundada a Cooperativa dos Agricultores de Vista Alegre

Ltda (Figura 2, na página a seguir), um importante marco para o distrito que tinha como objetivo alavancar ainda mais a economia e amparar os agricultores, que produziam a maior fonte de ren-

FIGURA 2. Cooperativa
dos Agricultores de Vista
Alegre Ltda. Fonte:
Galeazzi, 2004, p. 29.



da da localidade. Além disso, a cooperativa visava a compra e venda de uma grande variedade de gêneros de consumo. Dentre os sócios fundadores destacam-se: Ângelo Bidese, João Giombelli, João Suder, Elias Martini, José Soletti, José Costenaro, João Meneghini e o Pároco André Zanetti.

A Cooperativa foi gerenciada por descendentes de imigrantes italianos e, em menor escala, poloneses, por décadas e

Cumpriu amplamente os objetivos pelos quais havia sido criada. No final da década de 1970, surgiram dificuldades insuperáveis, obrigando os associados, após muitos debates, vender a mesma para a Coopasso – Cooperativa de Passo Fundo, a qual dinamizou os serviços instalando na comunidade um supermercado de regular tamanho e variedade. A Coopasso iniciou as atividades em Vista Alegre em junho de 1981 e permaneceu no município até 1 de julho de 1984^{III} (Galeazzi, 2004, p. 30).

Na localidade, também foram instituídas diversas olarias para a fabricação de telhas e tijolos que atendiam as demandas da localidade e da região. A erva-mate, cumpriu um papel fundamental, sendo a mola propulsora da economia no primeiro quartel do século XX. Foi devido a este crescente desenvolvimento que o distrito vi-

nha vivenciando em sua economia, e em meio aos acontecimentos acima citados, que fez com que acompanhasse os movimentos emancipacionistas que ocorriam nas redondezas, desenvolvendo um sentimento popular de busca por uma maior autonomia político-administrativa.

Sobre isso, Capoeiras (Nova Prata), que era o 2º distrito da Colônia Alfredo Chaves, desmembrou da antiga sede no ano de 1924 e, junto a ele, uniu-se o 6º distrito de Vista Alegre, que após a criação do novo município do Prata, passou a ser o 3º distrito, sendo Nova Bassano o 2º distrito (Galeazzi, 2004, p. 19). Vista Alegre permaneceu ligado à Nova Prata até 24 de agosto de 1964, quando tentou sua primeira emancipação, que foi revogada devido a irregularidades nos limites. Essa revogação se deu devido a um erro de dactilografia, que fez com que o território de Vista Alegre avançasse sobre o território de Guaporé. Já a segunda emancipação, de 10 de abril de 1988, finalmente garantiu a formação do município, sendo Heitor Gabriel Giombelli (descendente de imigrantes italianos) o primeiro Prefeito e principal responsável pela coordenação ambos dos processos emancipacionistas. A Comissão Emancipacionista foi formada, inclusive, por Idarci Strapasson, Clóvis Tomaselli, Clemente Pedron, Lúcia Martina Cattaneo Capellaro, Lino Maschio e Antônio Miguel Fabris.

^{III} Atualmente, o prédio da antiga Cooperativa dos Agricultores de Vista Alegre Ltda ainda se encontra em bom estado de conservação, possuindo três pavimentos e de propriedade de Jean Boschi. Ainda atende como um supermercado na localidade.

Vista Alegre do Prata teve seu crescimento econômico marcado e estruturado pela agricultura de subsistência gerida pelos descendentes e imigrantes italianos e, ainda hoje, a agricultura familiar voltada ao setor primário é a base de sua economia. O fracasso da primeira tentativa de emancipação político-administrativa afetou drasticamente o desenvolvimento do município, sendo responsável pela evasão de um grande contingente populacional que não via no futuro, perspectivas de melhora. Atualmente, nos últimos 15 anos, o comércio, a indústria e o turismo vêm se desenvolvendo e ganhando força, estabelecendo um novo marco na história da localidade.

Una storia di fede, vita e persone

A imigração transformou a fé em um instrumento de suporte psicológico e social, exercendo grande influência durante todo o processo de formação das colônias de povoamentos. O catolicismo desempenhou um papel central na vida dos imigrantes italianos, influenciando na consolidação das paróquias, comunidades, festas e celebrações religiosas. Sobre sua importância, Gomes e Laroque afirmam que:

A religião foi, sem sombras de dúvida, um fator de integração e uma força dinâmica, que permitiu ao imigrante italiano fugir da desintegração social,

oferecendo-lhes um quadro sociocultural no qual ele se reconhecia e se expandia. Nas colônias do Rio Grande do Sul, a língua de origem, os costumes e as tradições italianas foram preservados durante várias gerações, o que dá a toda região italiana características que a distinguem de outras regiões do restante do Estado (2010, p. 36).

Ligado a isso, vale destacar a importância dos clérigos que exerciam grande influência no meio social. O distrito de Vista Alegre, foi marcado pela presença ativa dos párocos nos mais variados projetos, dentre as figuras de destaque, o Padre João Antônio Peres. Em 1915, a Paróquia de São José foi criada e coordenada por muitos anos pelo sacerdote. Filho de pai espanhol e de mãe polonesa, o Cônego Peres atuou fervorosamente na região, fazendo parte dos movimentos emancipacionistas que visavam desmembrar os distritos de Nova Prata, Vista Alegre, Nova Bassano e Nova Araçá da Sede de Alfredo Chaves, um ato que se consolidou no dia 11 de agosto de 1924 (Galeazzi, 2004, p. 42).

Apesar de possuir descendência polonesa, o Cônego Peres atuou fortemente com toda a comunidade do distrito de Vista Alegre, garantindo grandes avanços. Foi devido à suas habilidades diversas e conhecimento da região que foi traçada a estrada que interliga Vista Alegre à Colônia de Guaporé e aos distritos de Fagundes Varela e Nova Prata (Galeazzi, 2004, p. 42).

A primeira Igreja edificada na localidade era de madeira de araucária, construída ainda nos primeiros anos do estabelecimento dos imigrantes em Vista Alegre e foi destruída para dar espaço a uma nova, feita de alvenaria que “achava-se edificada no lote nº 121 da Linha General Osório” segundo” (Galeazzi, 2004, p. 16). Os manuscritos do Cônego Peres no Livro Tombo 1 da Paróquia de São José relatam que:

Aos seis de agosto de 1922, digo mil novecentos e vinte e dois, foi lançada a primeira pedra da nova Casa Paroquial, em presença do povo de toda a Paroquia com a maior solenidade possível. Foi lavrada uma ata assinada por várias pessoas, colocada em caixa de zinco, dois metros abaixo da soleira da porta principal ângulo norte leste (Livro Tombo 1, p. 22)

Foi também sob a administração do Cônego Peres que foi edificada a Casa Paroquial em alvenaria, que passou a ser a morada dos párocos por muitos anos. Ainda, passados algum tempo, no terreno da Igreja Matriz (Figura 4, na próxima página), foi construída uma torre de madeira, sob a coordenação do Padre Alexandre Studzinski, erguida com materiais doados pelos donos das serrarias, pelos colonos e parte foi comprado com o dinheiro da própria Paróquia. A inauguração ocorreu aos 16 de agosto de 1930 (Livro Tombo 1, p. 27).

Para além da importância dos Clérigos, a família Maschio exerceu forte influência e representatividade na fé católica na localidade e na região. Pietro Maschio, proveniente da região de Valbrenta/Vêneto (Itália), chegou a Porto Alegre por volta de 1980 e, logo em seguida, foi encaminhado para a Colônia Alfredo Chaves, onde se estabeleceu no 6º distrito de Vista Alegre, em um lote rural na Linha General Osório (Farina, 1986, p. 147). Era deficiente físico e não podia caminhar, entretanto, dedicava-se à arte de esculpir estatuas em madeira, especialmente religiosas e, por essa razão, recebeu o título de “Santaro Pietro Maschio”.

Por ser devoto de Nossa Senhora do Pedancino, Pietro Maschio construiu, em 1901, um oratório octogonal (Figura 5) em sua homenagem, com o uso de madeira de araucária. Ainda hoje, o capitel é o maior símbolo da imigração italiana em Vista Alegre do Prata e o marco cultural do Pacto de Amizade (*Gemellaggio*) que o município possui com Valbrenta (Itália), assinado no dia 22 de novembro de 2022, além de ser um importante ponto turístico. Farina salienta que “o oratório é um exemplo único de toda a grande região italiana do RS e, provavelmente, único do mundo” (1986, p. 148).



Salve 7-9-39
A. Severo.



Figura 5. Capitel de Nossa Senhora do Pedancino. Acervo de Ana Paula Knispel Komoinski, 2022.

Pietro passou o seu ofício e técnicas de trabalho para seus filhos, cujas atividades exercidas no ramo da marcenaria possuíam grande reconhecimento regional e eram requisitados especialmente para construírem igrejas e altares em madeira. Somente em Vista Alegre, os irmãos Maschio foram responsáveis pela construção dos altares de Nossa Senhora da Pompeia e Nossa Senhora do Pedancino, pelas portas de acesso à Igreja Matriz e pela construção de diversos casarões, como o da família Bidese. Todas as edificações são reconhecidas como marcos importantes da arquitetura italiana na localidade.

Outra figura importante para a comunidade local foi o Cônego Guilherme Maschio. Filho de descendentes italianos, nascido em 03 de maio de 1903 e ordenado pároco em 1930 (Livro Tombo 1, p. 27-28), o Cônego Maschio foi o primeiro padre nascido no distrito, e desenvolveu grandes trabalhos de reconhecimento na região e era conhecido como um clérigo rígido, cujos sermões se tornavam verdadeiros puxões de orelha contra aqueles que blasfemavam, faziam bruxarias, frequentavam aos bailes, bebiam e faltavam à missa aos domingos.

Embora a Igreja buscasse o controle social através da religião, a interação social era o mecanismo de união na comunidade. Dentre as atividades de lazer desenvolvidas no convívio, o filó é o elemento de maior representatividade da cultura italiana no distrito de Vista Alegre, nele “os vizinhos se encontravam todas as semanas em suas próprias casas. Era escolhida uma por semana. Bebiam vinho, e os agoureiros contavam histórias do ‘sanguanel’^{IV} que aterrorizavam inocentes crianças, jogavam mora, tocavam gaita e assim mantinham forte amizade” (Galeazzi, 2004, p. 34).

Destaca-se a importância do filó não só pelo seu aspecto sociocultural, mas também pelo aspecto econômico, pois sendo atividade exercida em horas de lazer, oferecia solução de mão-de-

-obra gratuita, estimulando o regime de troca, não só dos produtos da terra, como também do próprio trabalho braçal. O filó oportunizou a manutenção e, por vezes, o surgimento do artesanato doméstico, quando as mulheres remendavam a roupa, teciam as rendas de crochê, fiavam e teciam o linho (Ribeiro apud Gomes; Laroque, 2010, p. 39).

Com a implementação do regime de colônias de povoamentos cujas famílias recebiam do Governo em média 25 hectares de terra, Pozenatto afirma que esse fator fazia com que “os vizinhos mais próximos já não estavam ao lado, mas a centenas de metros de distância, separados ainda, muitas vezes, pela floresta e por caminhos quase intransitáveis” (2000, p. 120). E por essa razão pode-se dizer que o envolvimento social amenizava a consternação de viver distante de tudo e colaborava para evitar desfechos mais trágicos.

Os jogos de bodega também eram populares no meio social, onde as pessoas se reuniam nos salões das comunidades ou em bares com a finalidade de jogar bisca, quartilho, escova, tressette e mora. O jogo da mora, em especial, é oriundo e popular da região do Vêneto (Itália), pronunciado na língua do talian, nada mais é do que um desafio que consiste em um enfrentamento entre duas duplas que batem as mãos sobre a mesa, chamando

^{IV} Um ser mitológico do folclore do Rio Grande do Sul, descrito como um ser pequeno e vermelho, que faz com que as pessoas se percam em meio a mata se pisarem em seu rastro, rouba crianças e as esconde no alto das árvores.

números de 2 a 10, com o objetivo de somar pontos a partir da soma entre os dedos apresentados e a verbalização dos números no talian.

Por anos os imigrantes lutaram contra as condições desfavoráveis para o desenvolvimento de Vista Alegre do Prata, o distrito mais distante da Sede da colônia de povoamento e o último a obter a emancipação político-administrativa, tendo seu destino atrelado a interesses políticos desfavoráveis ao crescimento. Mas apesar da falta de estradas para o escoamento da produção, o pouco conhecimento do clima e da terra, a dificuldade de comunicação devido a proibição do talian e demais línguas que não fossem o português no Governo Vargas, os italianos e descendentes colaboraram na economia, cultura, política e desenvolvimento de Vista Alegre do Prata e de toda a região, deixando um legado histórico de suma importância para os estudos dos movimentos humanos ao longo do tempo e pelo espaço.

Considerações finais

A imigração italiana em Vista Alegre do Prata foi um marco importante tanto no desenvolvimento econômico quanto cultural, tendo um impacto profundo e duradouro, transformando a realidade da região como um todo e trazendo consigo uma grande alteração nas relações de trabalho, inclusive no país.

No plano cultural os legados mais visíveis da imigração italiana deixados na localidade são constituídos pela rica gastronomia, pela arquitetura singular dos casarões, capitéis e igrejas coloniais, que são extremamente visados no campo turístico, e pela língua do Talian, que foi instituída pela Lei Municipal nº 3.276, de 02 de junho de 2023, junto ao polonês, como línguas cooficiais do município de Vista Alegre do Prata.

No plano econômico do município, os italianos desempenharam um papel vital no fortalecimento do setor agrícola, especialmente no cultivo de milho, soja e erva-mate, além de contribuírem para o crescimento de pequenos negócios, para a diversificação da economia na cidade e pela conquista da emancipação político-administrativa. Esse processo migratório não só ajudou a transformar Vista Alegre do Prata, mas também resultou em um enriquecimento cultural que perdura até hoje, demonstrando como a imigração italiana contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento econômico e cultural local.

Referências

- FARINA, Geraldo. *História de Nova Prata* – RS. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- FARINA, Geraldo. *A história de Veranópolis (1888-1992)*. Veranópolis: SMEC, 1992.
- GALEAZZI, Zaira. *Vista Alegre do Prata: sua gente e sua história*. Casca: Hoje Edições Ltda, 2004.

GOLIN, Tau (org.). Curso de extensão semipresencial. Técnicas de laboratório em arqueologia procedimentos básicos para conservação de acervos. *Material de apoio*. Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2012.

GOMES, Vanderlisa Ferreira; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume do filó em localidades do Vale do Taquari/RS. *Revista Destaques Acadêmicos*, Ano 2, N. 2, 2010 - CCHJ/UNIVATES.

LIVRO TOMBO número 1 da Paróquia São José, de Vista Alegre do Prata/RS (1914-1948).

POZENATO, José Clemente. A cultura da imigração italiana. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). *Raízes italianas do Rio Grande do Sul: 1875 - 1997*. Passo Fundo: UPF, 2000. p. 117-129.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

Sobre os Autores e Autoras

Acácio Garcez Carneiro

Graduado em História pela UFSC e mestrando do PPGH UFRGS. Foi bolsista do Programa de Ensino Tutorial – História UFSC, produzindo conteúdos de História Pública nas mais diversas temáticas e formatos, com apresentações e comunicações em eventos. Experiência com História Ambiental, História do Pós-Abolição, História Social e História do Rio Grande do Sul. Autor do livro *Madeira, trabalho e história: a indústria da madeira em Lagoa Vermelha (1940-1980)* e do e-book *A Santidade de São João Maria*.

Catiana Dallacort Lodi

Mestre em Letras (UPF), graduada em Letras (UPF) e Pedagogia (UFPEL). Atua como docente na rede estadual e municipal de ensino em Camargo e no Colégio Gabriel Taborin, em Marau. Foi Coordenadora do Polo UAB Camargo e trabalha na formação continuada de professores na área de leitura/literatura. Professora de Talian.

Ederson Fratta

Graduado em História pela UPF e atualmente cursando ensino superior em Tecnologia da Gestão Hospitalar na Anhanguera. Foi Coordenador de Estratégia Saúde da Família (ESF). Exerceu o cargo de Secretário de Saúde por quase oito anos. Atualmente é Diretor Administrativo do Hospital São José.

Fábio De Bastiani

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade de Passo Fundo (UPF), com bolsa CAPES. Possui graduação em História pela mesma instituição, em 2020. Desenvolve pesquisas relacionadas a congregações religiosas, especialmente, a História da Congregação dos Missionários(as) de São Carlos Borromeo – Scalabrinianos(as) e a História do município de Casca/RS.

Fernanda Moreira Lorenzet

Licenciada em História e concluinte do curso de Filosofia pela Universidade de Passo Fundo. Professora na Rede Sagrado em Nova Araçá, no Colégio Gabriel Taborin em Marau.

Genuir Luiz Marchezi

Foi agricultor e bancário. É professor do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. Foi vereador por dois mandatos e prefeito municipal. É autor do livro: *David Canabarro: sua terra, sua gente, sua história*, publicado em 2006.

Giovani Balbinot

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo, professor e pesquisador sobre a região de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Gizele Zanotto

Graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestra e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003 e 2007) e pós-doutora pela Universidad de Buenos Aires (2014). É professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Helen Scorsatto Ortiz

Professora e Historiadora. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Porto Alegre.

Henrique Antônio Trizoto

Coordenador do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, Erechim/RS e Doutorando em História pela UPF, com bolsa CAPES.

João Carlos Tedesco

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998), especialista em economia. Fez estágio de pós-doutoramento (2002) e de professor visitante (2009, 2014 e 2018) e Visiting Researcher em 2022 na Universidade de Verona - Itália. Fez também segundo pós-doutoramento (2011) na Universidade de Milão (Itália). Atualmente é professor colaborador junto ao PPGH (Mestrado e Doutorado) na Universidade de Passo Fundo e na UFFS - Campus Chapecó.

Josemar Valdis Modes

Formado em Teologia pela Faculdade Batista Pioneira. Tem especialização na área de Liderança e Gestão Corporativa pela Faculdade Teológica Batista do Paraná, em Docência e Gestão na Educação à Distância pela Faculdade Dom Alberto, em Novas Tecnologias, Transformação Digital e Agilidade pela FIA. É Mestre em Teologia Pastoral pela Faculdade Teológica Batista do Paraná e Doutor em História, na linha de pesquisa Cultura e Patrimônio, pela Universidade de Passo Fundo. Trabalha como Coordenador de Graduação e professor na Faculdade Batista Pioneira.

Marinilse Busato

Realizou estágio de Pós-Doutorado pela Universidad Alberto Hurtado (UAH/Chile) (2023), na Pontificia Universidad Catolica Argentina Santa Maria de Los Buenos Aires (UCA) (2023) e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (2024). Doutora em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Autora dos livros: *Casar bem: estratégias matrimoniais e econômicas na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul* (2021); *Das montanhas “italianas” para o Rio Grande do Sul: famílias pioneiras do ramo joalheiro em Guaporé* (2022); *Marito e buoi dei paesi tuoi: estratégias familiares de friulanos na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (1880-1964)* (2022).

Orlando Trage

Formado em Odontologia pela UFRGS (1980); pós-graduado especialista em cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial pela PUC/RS (1984); Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo. Atuou profissionalmente na odontologia na região de Três de Maio durante 40 anos. Autor dos livros *Do aprendizado empírico à formação universitária: dentistas práticos e cirurgões dentistas no Rio Grande do Sul (1931-1989)*, publicado em 2022 e *Três de Maio nos tempos de dantes*, publicado em 2023.

Pedro Alcides Trindade

Graduado em História e mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo. Trabalha desde 2015 como professor na Rede Municipal de Educação do Município de Marau.

Samir Casagrande

Mestre em Ciências Humanas (UFFS) e graduado em História (UPF). Atuou como secretário municipal de educação e cultura de Camargo (2017/2020). Atualmente é Assistente à Docência (CAPES) no Polo UAB Camargo. É professor de humanidades no ensino regular e no ensino superior. Trabalha com formação continuada de professores e profissionais da educação.

Sônia Mari Cima

Doutora em História pela UPF. Professora do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Valéria Pedron

Graduada e Mestra em História (UPF), com especialização em História e Gestão de Acervos (UPF), especialização em Cultura Material e Arqueologia (UPF). Atua como Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Desporto, e Secretária de Educação, Assistência Social e Habitação de Vista Alegre do Prata/RS, Coordenadora do Grupo Gestor da Rota Turística Termas e Longevidade e Assessora no ramo de história, patrimônio, memória, identidade e arqueologia pré-colonial da Instância de Governança Regional Associação de Turismo da Serra Gaúcha – Atuaserra.

Aproveitando os 150 anos da chegada de imigrantes da Península Itálica ao Brasil, esta coletânea lança um olhar sobre o processo de ocupação e colonização decorrente dessas levadas migratórias, que seguiram até o início do século XX. No Rio Grande do Sul, imigrantes e seus descendentes deslocaram-se da serra ao norte no chamado “salto para o Planalto”, ocupando a última fronteira colonial do estado. A obra aborda ocupação, tensões, dinâmicas internas, agricultura e cultura, revelando a complexidade da formação populacional sul-rio-grandense.

*Última imigração
Fevereiro de 1911*